



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE

SEXTO RELATÓRIO NACIONAL SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA DA
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU



SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURA.....	3
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE FIGURAS.....	5
INTRODUÇÃO	6
METODOLOGIA	8
PARTE I. Informações sobre os Objetivos prosseguidos ao nível nacional.....	9
PARTE II. Medidas de implementação tomadas e avaliação da sua eficácia, obstáculos e necessidades científicas e técnicas relacionadas para atingir os objetivos nacionais.....	24
No que concerne a componente Áreas Protegidas, a República da Guiné-Bissau registou os maiores sucessos uma vez que as medidas tomadas foram muito eficazes, tendo ultrapassado os compromissos tomados pelo país em 2010 em Nagoya.	48
PARTE III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional	55
PARTE IV. Descrição da contribuição nacional para a realização de cada Objetivo de Aichi para a Biodiversidade.	110
PARTE V. Descrição da contribuição nacional para a realização dos Objetivos da Estratégia Mundial para a Conservação das Plantas.	134
PARTE VI. Informações complementares sobre a contribuição das comunidades locais.....	138
PARTE VII. Atualização do Perfil do país sobre a biodiversidade.	140
<i>Principais pressões e impulsionadores da mudança para a biodiversidade (direta e indireta)</i>	143
<i>Medidas para melhorar a implementação da Convenção</i>	145
Implementação da Estratégia e Plano da Ação Nacional da Diversidade Biológica (EPANDB/NBSAP)	145
<i>Conjunto de medidas tomadas para contribuir na implementação do Plano Estratégico para a diversidade biológica 2011-2020:</i>	147
QUADRO DE AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS IDENTIFICADAS NA EPANDB (2015-2020)	148
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	197

SIGLAS E ABREVIATURA

AAAC	Agência de Autoridade Ambiental Competente
AD	Acção para o Desenvolvimento
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ADPP	Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo
AMP	Área Marinha Protegida
AMPC-Urok	Área Marinha Protegida Comunitária de Formosa, Nago e Chediã
AP	Área Protegida
APAC	Acesso e Partilha das Vantagens decorrentes da exploração dos recursos genéticos
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BD/DB	Biodiversidade / Diversidade Biológica
BNPA	Brigada Nacional de protecção Ambiental
CBD	Convenção sobre a diversidade Biológica
CHM	Cleaning House Mechanism/ Mecanismo de Troca de Informação
CIPA	Centro de Investigação Pesqueira Aplicada
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagem
CQNUMC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
CMS	Convention on Migratory Species of Wild Animals CMS
CNB	Comité Nacional de Biodiversidade
COP	Conferência das Partes
CIPA	Centro de investigação Pesqueira Aplicada
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Flora e Fauna ameaçadas de extinção
CMS	Conservação de Espécies Migratórias
CNI	Comunicação Nacional Inicial (sobre as mudanças climáticas)
CSR	Comissão Sub-regional de Pescas
DB	Diversidade Biológica
DBT	Dulombi-Boé-Tchéché
DENARP	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
DGA	Direção Geral do Ambiente
DGDD	Direção Geral do Desenvolvimento Duravel
DGFF	Direcção Geral da Floresta e Fauna
DGP	Direção Geral da Pecuária
DGPA	Direcção Geral da Pesca Artesanal
DGT	Direcção Geral do Turismo
EPANDB	Estratégia e Plano de Acção Nacional da Diversidade Biológica
EIAS	Estudo de Impacte Ambiental e Social
EI	Espécies Exóticas Invasoras
EVA	Escola de Verificação Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FBG	Fundação BioGuiné
FIBA	Fundação Internacional do Banco D'Arguin
FEM	Fundo para o Ambiente Mundial
FISCAP	Serviço Nacional de Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca
FREL	Linha de Referência de Emissões Florestais (<i>Forest Reference Emissions Level</i>)
GAECA	Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental
GPC	Gabinete da Planificação Costeira
GEE	Gazes com Efeito de Estufa
GEF	Global Environment Facility
GTP IE	Grupo de Trabalho Petroleo e Outras Industrias Extrativas
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Areas Protegidas
ICOMOS	The International Council on Monuments and Sites
IDH	Indice de Desenvolvimento Humano
IEC	Informação, Educação e comunicação
IICT	Instituto da Investigação Científica Tropical de Portugal
ILAP	Inquéritos Ligeiros da Avaliação da Pobreza
IMP	Instituto Marítimo Portuário
INDC	Contribuições Nacional determinadas (<i>Intended Ntionally Determined Contributions</i>)
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
INN	Pesca Ilegal, Não declarada e Não Regulamentada
ISPA	Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida
LCD	Convenção de luta contra a desertificação
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MRN	Ministério dos Recursos Naturais
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

OCB	Organização Comunitária de Base
ODD	Objetivos de Desenvolvimento Durável
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMD	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAM	Programa Alimentar Mundial
PANA	Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PNGA	Política Nacional de Gestão Ambiental
PAN/LCD	Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Parque Nacional de Boé
PNC	Parque Nacional de Cantanhez
PND	Parque Nacional de Dulombi
PNFL	Produtos Florestais Não-Lenhosos
PNLC	Parque Natural das Lagoas de Cufada
PNMJVP	Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão
PNO	Parque Nacional de Orango
PNTC	Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRCM	Parceria Regional para a Conservação Costeira e Marinha
PRAO	Programa Regional de Pescas da África Ocidental
PoWPA	Programa de Trabalho sobre as Areas Protegidas
RAMSAR	Convenção de Ramsar sobre as Zonas Humidas
RBABB	Reserva de biosfera do arquipélago de Bolama Bijagós
REIAS	Relatório de estudo de Impacto Ambiental
RNA	Regeneração Natural Assistida (Mangal)
RAPPAM	Avaliação Rápida e Priorização da Gestão das Áreas Protegidas
RAMPAO	Rede das Areas Marinhas Protegidas da África Ocidental
RAR	Rede de Alerta Rápida
RBABB	Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
REDD+	Redução das emissões causadas por Degradação e Desflorestação
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SNAP	Sistema Nacional das Areas Protegidas
SIG	Sistema de Informação Geográfica
UICN	União Mundial para a Natureza
UE	União Europeia
UNCCD	United Nations Convention to Combat Desertification
UNESCO	United Nations Education Science and Culture Organization
WAMER	West African Marine Ecoregion
WI	Wetlands International
ZEE	Zona Económica Exclusiva

LISTA DE QUADROS

TABELA 1: ALINHAMENTO DOS EIXOS COM OS OBJETIVOS NACIONAIS/METAS DE AICHI	31
TABELA 2: AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS MEDIDAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO EPANDB (2015-2020)	32
TABELA 3: RESUMO DA AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA POR EIXO DEFINIDO.	51
TABELA 4: NÍVEL DE IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS NACIONAIS	107
TABELA 5: RELAÇÕES ENTRE OS OBJETIVOS NACIONAIS E OS OBJETIVOS DE ESTRATÉGIA MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO DAS PLANTAS (EMCP)	135

LISTA DE FIGURAS

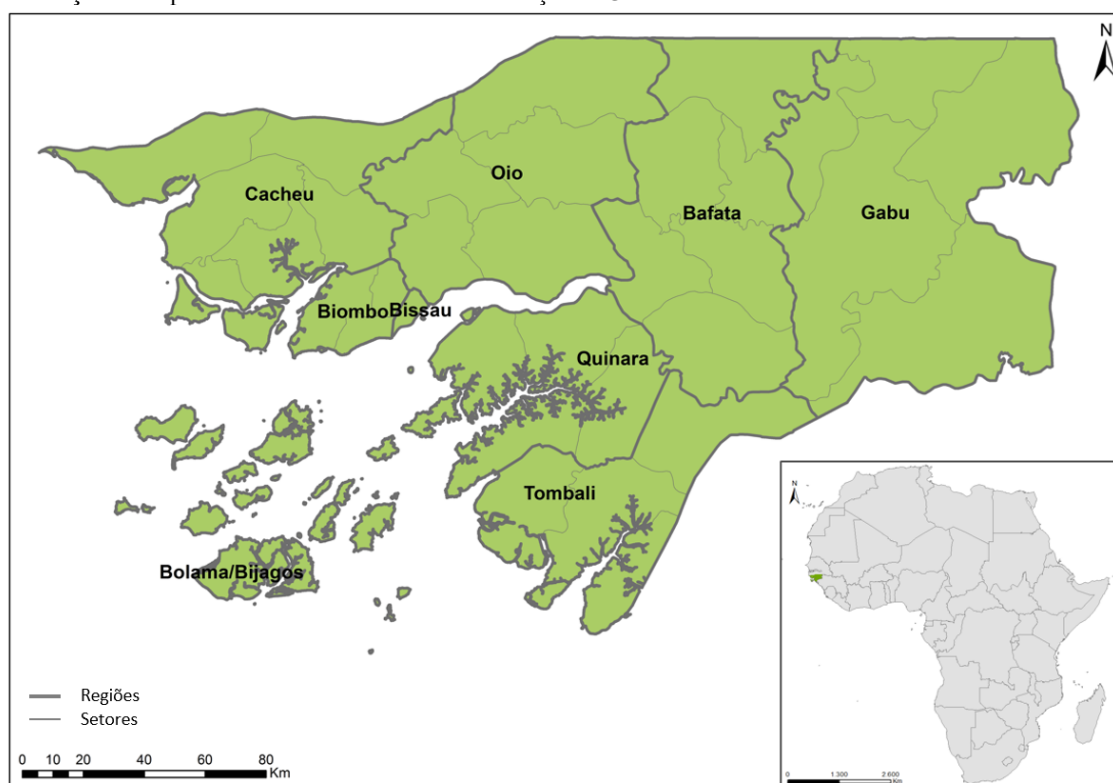
ILUSTRAÇÃO 1: MAPA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU	6
ILUSTRAÇÃO 2: PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO 6 RELATÓRIO NACIONAL	8
ILUSTRAÇÃO 3: PERDAS DAS ECOREGIÕES NA GUINÉ-BISSAU (1993-2009)	65
ILUSTRAÇÃO 4: PROTEÇÃO DA ECOREGIÃO MARINHA NA GUINÉ-BISSAU (2018)	65
ILUSTRAÇÃO 5: DEGRADAÇÃO DAS ECOREGIÕES DA GUINÉ-BISSAU (2016).	66
ILUSTRAÇÃO 6: PROTEÇÃO DAS ECOREGIÕES DA GUINÉ-BISSAU (2018).	66
ILUSTRAÇÃO 7: ZONAS FLORESTAIS INVENTARIADAS NO SNAP	67
ILUSTRAÇÃO 8: PESCA NA ZONA ECONOMICA EXCLUSIVA (ZEE) DA GUINÉ-BISSAU	69
ILUSTRAÇÃO 9: PROTEÇÃO DO LITORAL DA GUINÉ-BISSAU (2016)	79
ILUSTRAÇÃO 10: MAPA ATUALIZADA DAS ÁREAS PROTEGIDAS DA GUINÉ-BISSAU	81
ILUSTRAÇÃO 11: EFICÁCIA DE GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA GUINÉ-BISSAU	83
ILUSTRAÇÃO 12: COBERTURA DAS ÁREAS PROTEGIDAS (TERRESTRE) NA GUINÉ-BISSAU	83
ILUSTRAÇÃO 13: COBERTURA DAS ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS NA GUINÉ-BISSAU	84
ILUSTRAÇÃO 14: ÍNDICE DE PROTEÇÃO E CONECTIVIDADE NA GUINÉ-BISSAU	84
ILUSTRAÇÃO 15: PROTEÇÃO DAS ÁREAS CHAVES DA BIODIVERSIDADE NA GUINÉ-BISSAU	85
ILUSTRAÇÃO 16: DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES RARAS NA GUINÉ-BISSAU (UICN)	89
ILUSTRAÇÃO 17: RIQUEZA DAS ESPÉCIES NA GUINÉ-BISSAU (UICN)	89
ILUSTRAÇÃO 18: RIQUEZA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS NA REDE DE ÁREAS PROTEGIDAS DA GUINÉ-BISSAU (UICN)	90
ILUSTRAÇÃO 19: ÁREAS CHAVES DE SEGURANÇA HÍDRICA NA GUINÉ-BISSAU	94
ILUSTRAÇÃO 20: POTENCIAL DE SEQUESTRAÇÃO DE CARBONO NA GUINÉ-BISSAU	96
ILUSTRAÇÃO 21: ARMAZENAMENTO DO CARBONO NAS ÁREAS PROTEGIDAS NA GUINÉ-BISSAU	96
ILUSTRAÇÃO 22: PERDA DA COBERTURA FLORESTAL NA GUINÉ-BISSAU (2000-2017)	97
ILUSTRAÇÃO 23: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS NACIONAIS.	107

INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa Ocidental da África, com uma superfície de 36.125 km². O país estende-se à 200 km de norte a sul (10^o 55' – 12^o 41' W) e 335 km de leste a oeste (13^o 37' – 16^o 43' W). Fazendo fronteira a norte com a República do Senegal e a leste e sul com a República da Guiné e é banhado pelo oceano Atlântico a oeste.

O país compreende uma parte continental e um conjunto de ilhas não muito distantes do continente, o Arquipélago dos Bijagós, composto por 88 ilhas e ilhéus das quais apenas 21 são habitadas. Além destas, há ainda existem outras ilhas separadas do continente apenas por estreitas rias, como Bolama, ilha de Komo, ilha de Melo ou ilha de Pecixe.

Ilustração 1: Mapa da divisão administrativa e localização da Guiné-Bissau



A Guiné-Bissau alberga, graças a um número de condicionalismos e especificidades geográficas e ambientais, um património natural de enorme relevo a escala mundial. O Sistema Nacional de Áreas Protegidas - SNAP cobre todos os sítios de conservação oficialmente designados, tem em conta as diferentes unidades biogeográficas representativas dos ecossistemas naturais e da diversidade biológica da Guiné-Bissau (meio marinho, costeiro, terrestre, zonas húmidas, mangais) e abriga populações de espécies raras e/ou emblemáticas protegidas de importância nacional, regional e mundial. O reconhecimento do valor do dispositivo de conservação da Guiné-Bissau teve significado em 2001 aquando da cerimónia do “Don à Terra”, campanha internacional do Fundo Mundial para a Natureza - WWF. Atualmente o Sistema Nacional das Áreas Protegidas cobre 26,3% do território nacional.

Com o objetivo de conservar a sua biodiversidade, garantir o uso sustentável dos seus elementos e promover a partilha justa e equitativa dos benefícios e das vantagens que dela resultam, a Guiné-Bissau, a exemplo de demais países do mundo, assinou, em 1992, e ratificou, em outubro de 1995, a Convenção da Diversidade Biológica (CBD). Esta Convenção define três objetivos

principais: 1) a conservação da biodiversidade; 2) o uso sustentável dos elementos que a constituem e; 3) a partilha justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos.

A sua ratificação levou as autoridades nacionais e competentes do país a adotar uma série de medidas para incentivar a manutenção e o aprimoramento das componentes da diversidade biológica num contexto iterativo e aberto à participação das populações locais para um ambiente sustentável correspondendo aos princípios e obrigações da Convenção (CDB).

Na sua política de proteção ambiental, o Governo da Guiné-Bissau empreendeu ações para promover a implementação efetiva e participativa das várias convenções internacionais que ratificou, incluindo as relacionadas com a Diversidade Biológica e tomou medidas necessárias para atingir os objetivos, nomeadamente através de estratégias e planos de ação nacionais de conservação da biodiversidade. No caso da Guiné-Bissau, a primeira versão deste documento foi elaborada em 2002.

A 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) realizada em 2010 no Japão validou o Plano Estratégico de Nagoya 2011-2020 e as Metas de Aichi. A COP11, realizada em 2012 em Hyderabad (Índia), numa das suas resoluções, convidou as partes que ainda não o tenham feito a procederem à reexaminação, atualização e revisão das suas Estratégias e Planos de Ação para a Biodiversidade, em consonância com os objetivos do Novo Plano Estratégico 2011 – 2020 e das Metas de Aichi. A Guiné-Bissau aprovou 20 Metas Nacionais alinhadas com as Metas de Aichi.

A Guiné-Bissau, tal como outros países signatários da Convenção, deve fornecer informações atualizadas sobre os progressos realizados após a apresentação do Quinto (5º) Relatório Nacional em 2015, incluindo informações sobre iniciativas ou trabalhos novos ou recentemente empreendidos.

Este Sexto (6º) Relatório Nacional da Convenção da Diversidade Biológica baseia-se nas diretrizes adotadas na 12ª Conferência das Partes (Coreia). O canevas está na forma de perguntas abertas e fechadas relativas à implementação dos alvos de Aichi.

É nesta ótica que a Guiné-Bissau, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento representados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), iniciou o processo de preparação do seu Sexto Relatório Nacional da CDB, em conformidade com o espírito e as exigências metodológicas citados no manual de recursos.

O Sexto (6º) Relatório Nacional da Biodiversidade da República da Guiné-Bissau está estruturado em sete (07) partes principais. A estrutura e o formato deste relatório baseiam-se no esboço proposto pela Secretaria Executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica, nomeadamente:

1. Introdução geral;
2. Informações relacionadas com os objetivos prosseguidos a nível nacional;
3. As medidas de implementação tomadas e a avaliação da sua eficácia, obstáculos e necessidades científicas e técnicas conexas para atingir os objetivos nacionais;
4. Avaliação dos progressos alcançados na consecução de cada objetivo nacional;
5. Descrição da contribuição nacional para a consecução de cada meta de Aichi para a biodiversidade global;
6. Descrição da contribuição nacional para a realização dos objetivos da estratégia global para conservação das plantas e;
7. Atualização do perfil do país em matéria de biodiversidade.

METODOLOGIA

A preparação do sexto relatório nacional da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) da Guiné-Bissau foi pontuada por várias etapas, como segue:

1. Celebração de um memorando de entendimento entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE) e a Secretaria de Estado do Ambiente através da Direção Geral de Desenvolvimento Sustentável, para a concessão do subsídio para a preparação do relatório.
2. Estabelecimento de uma equipe de coordenação para a implementação do Projeto de elaboração do Sexto relatório.
3. Lançamento oficial do Projeto.
4. Recrutamento do consultor principal, com base em TdR claramente identificado.
5. Participação do consultor principal num Atelier realizado em Luanda-Angola, para os países da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) sobre as diretrizes para a elaboração deste relatório.
6. Criação do Comité de Pilotagem e a sua composição.
7. Seleção de seis (6) peritos nacionais independentes de diferentes perfis para apoiar a avaliação das medidas e dos objetivos identificadas para a Guiné-Bissau.
8. Celebração de contratos de prestação de serviços com grupos de peritos, com base em TdR claros.
9. Organização de uma sessão técnica para divulgação e apropriação das diretrizes de elaboração do 6º Relatório Nacional, para a Coordenação e para os grupos de especialistas constituídos.
10. Recolha de dados e consulta com as partes interessadas e instituições estatais.
11. Realização de um workshop técnico para avaliar o estado de preparação da elaboração do relatório nacional.
12. Organização de um workshop nacional para apresentar e validar os seis (6) relatórios dos grupos de especialistas.
13. Correção de relatórios de grupos de especialistas com base em comentários, sugestões e emendas.
14. Finalização do relatório pelos grupos de especialistas e sua apresentação à Coordenação Editorial.
15. Compilação do trabalho final dos grupos de peritos pela equipe de coordenação num relatório nacional.
16. Submissão do relatório final em formato eletrónico para o Secretariado da CDB.

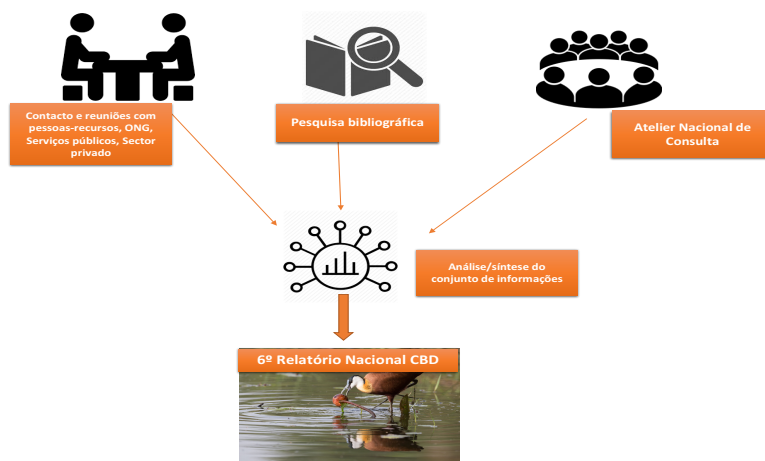


Ilustração 2: Processo de elaboração do 6 Relatório Nacional

PARTE I. Informações sobre os Objetivos prosseguidos ao nível nacional

(Se o seu país estabeleceu e/ou adotou metas nacionais ou comprometeu-se com compromissos equivalentes relacionados ao Plano estratégico para a diversidade biológica 2011-2020, queira por favor, utilizar as diretrizes abaixo para descrevê-los. Queira, por favor, preencher esta tabela para cada uma das metas nacionais do seu país. As metas nacionais capturadas nesta secção serão ligadas à Parte III para permitir uma avaliação dos progressos realizados. Se o seu país não definiu ou adotou metas nacionais relativas ao Plano estratégico para a diversidade biológica 2011-2020, queira por favor, indicar na primeira caixa e vá para a Parte II).

<p>I. Informações sobre os objetivos prosseguidos ao nível nacional</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O meu país adotou objetivos nacionais para biodiversidade ou comprometeu-se com compromissos equivalentes em conformidade como Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Aichi para a biodiversidade.</p>
<p>Objetivo nacional 1: <i>Até 2020, o mais tardar, 50% da população da Guiné-Bissau terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que se poderão tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.</i></p>
<p>Fundamento deste objetivo nacional:</p> <p><i>Parte-se do princípio de que a atual perda da biodiversidade só poderá ser interrompida ou minimizada se a maioria dos cidadãos e dos decisores se familiarizarem e ganharem consciência da grande dependência humana (individual e coletiva) dos bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas.</i></p>
<p>Nível de aplicação:</p> <p><input type="checkbox"/> Regional/multilateral</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Nacional/federal</p> <p><input type="checkbox"/> Infranacional</p>
<p>Objetivo nacional 2: <i>Até 2018, os valores da biodiversidade serão integrados nas estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e de redução de pobreza e nos procedimentos de planeamento e incorporados nas contas nacionais, conforme o caso.</i></p>
<p>Fundamento deste objetivo nacional:</p> <p><i>A fundamentação deste objetivo parte do princípio de que é essencial integrar os diferentes valores da biodiversidade/ambiente nas políticas e planos setoriais de desenvolvimento, tais como a agricultura e as pescas, ordenamento do território e infraestruturas, turismo, indústria, governação e desenvolvimento humano com vista a redução da pobreza.</i></p>
<p>Nível de aplicação:</p> <p><input type="checkbox"/> Regional/multilateral</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Nacional/federal</p> <p><input type="checkbox"/> Infranacional</p>
<p>Objetivo nacional 3: <i>Até 2018, o país terá um diagnóstico e um inventário atualizado e disponível sobre incentivos e subsídios prejudiciais à biodiversidade e elaborará um plano de ação que visa corrigir, reduzir ou eliminar estes incentivos negativos e promover os positivos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.</i></p>

Fundamento deste objetivo nacional:

Ao longo dos últimos anos, a Guiné-Bissau tem buscado reduzir ao nível do território nacional práticas económicas nocivas sobre os recursos patrimoniais do país. Para reduzir e/ou suprimir os incentivos lesivos à biodiversidade, deve proceder-se às reformas fiscais que eliminem ou reduzam progressivamente as incitações e subvenções nefastas, priorizando instrumentos económicos que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e induzir um determinado comportamento social positivo.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 4: *Até 2020, no máximo, o Governo da Guiné-Bissau, o setor privado e grupos de interesse a todos os níveis terão tomado medidas ou desenvolverão planos para produção e consumo sustentáveis e terão conseguido restringir os impactos dos setores de desenvolvimento com maior pressão sobre a biodiversidade e recursos naturais.*

Fundamento deste objetivo nacional:

A busca de sustentabilidade na produção e no consumo, é reconhecer as pressões, compreender suas causas diretas e indiretas e os impactos ambientais que individualmente ou de forma coletiva, temos produzido com as nossas ações. Ações de avaliação da sustentabilidade das principais atividades económicas do país devem ser empreendidas com vista a conhecer os reais impactos sobre a biodiversidade e os recursos naturais e implementar medidas e planos que integrem todas as partes implicadas.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 5: *Até 2020, reduzir em mais de metade a degradação e fragmentação dos habitats e ecossistemas, sobretudo florestas e ecossistemas mais sensíveis, provocadas por atividades ilegais.*

Fundamento deste objetivo nacional:

O fundamento deste objetivo baseia-se na necessidade de se efetuar um diagnóstico sobre o estado da biodiversidade e a análise das principais causas suscetíveis de provocar degradação e fragmentação dos habitats naturais, da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas com vista ao estabelecimento de estratégias de redução destas pressões através de um plano diretor do ordenamento florestal e agro ecológico.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 6: *Até 2020, a gestão e captura de quaisquer reservas de peixes e invertebrados serão sustentáveis, legais e feitas com a aplicação de abordagens ecossistémicas e dentro de limites ecológicos seguros e serão colocados em prática planos e medidas de recuperação para espécies mais sensíveis e/ou ameaçadas.*

Fundamento deste objetivo nacional:

Uma diversidade de abordagens de gestão dos recursos pesqueiros foi implementada no país, portanto este objetivo nacional fundamenta-se na necessidade da Guiné-Bissau colmatar as lacunas ainda existentes, mas igualmente de capitalizar, divulgar e replicar os resultados obtidos para diminuir as pressões e os impactos ainda existentes neste sector através de planos e medidas claras de exploração durável e permitindo uma conduta de pesca responsável.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 7: *Até 2020, áreas sob agricultura, aquacultura e exploração florestal serão geridas de forma sustentável, assegurando a conservação da biodiversidade, mantendo os processos ecológicos essenciais e a conectividade entre os diferentes ecossistemas.*

Fundamento deste objetivo nacional:

Fundamenta-se na necessidade da Guiné-Bissau assegurar o uso sustentável da diversidade biológica, pois reconhece-se que as grandes interações entre o homem e a biodiversidade se manifestam ao nível dos setores primários produtivos, nomeadamente agricultura, florestas, pecuária e pesca que jogando um papel determinante tanto ao nível microeconómico, junto dos agregados familiares, assim como na macroeconomia do país em geral. Por estas razões, o uso sustentável da biodiversidade nestes setores é reconhecido pelo país como principal motor de crescimento económico sustentável e, conseqüentemente, principal agente impulsor de prosperidade do país e da sua população.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 8: *Até 2018, identificar os poluentes e as principais fontes de poluição e criar os mecanismos jurídico-institucionais para a sua gestão e redução a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade.*

Fundamento deste objetivo nacional.:

O fundamento deste objetivo baseia-se no facto de que o país carece, em toda a sua extensão, de um sistema de drenagem, de esgoto e de tratamento de resíduos urbanos ou domésticos e hospitalares, constituindo assim a problemática da gestão de resíduos sólidos e líquidos uma das maiores preocupações em termos da saúde ambiental, animal e humana. Sendo necessário implementar medidas e ações urgentes para identificar as fontes, prevenir e atenuar estes impactos de substâncias poluentes.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 9: Até 2020, identificar espécies exóticas e invasoras e seus respectivos vetores e estabelecer mecanismos para o seu controlo, por forma a impedir a sua introdução e estabelecimento.

Fundamento deste objetivo nacional:

Este objetivo fundamenta-se no facto de que a Guiné-Bissau ainda tem poucos conhecimentos em relação as Espécies Exóticas Invasoras (EEI) e que se deve delinear estratégias eficazes para a gestão desta problemática, que passa por:

- *Elaborar, publicar e atualizar periodicamente a lista de EEI presentes na Guiné-Bissau;*
- *Realizar um diagnóstico visando identificar as principais vias de introdução e propagação de EEI e avaliar o seu impacto no ambiente e na saúde pública;*
- *Delinear estratégias para um sistema de monitoria, prevenção, controlo e erradicação das EEI;*
- *Elaborar, rever e atualizar a legislação existente;*
- *Formar, informar e sensibilizar todos os sectores implicados sobre esta problemática e as consequências da introdução das EEI.*

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 10: Até 2020, identificar as múltiplas pressões antropogénicas sobre os mangais, praias, bancos de vasa e arenosos e demais ecossistemas marinhos e costeiros afetados pela mudança de clima ou acidificação oceânica e estabelecer estratégias e programas para que a sua integridade e funcionamento sejam mantidos.

Fundamento deste objetivo nacional:

Sendo a Guiné-Bissau Parte dos SIDS (Small Island Developing States), portanto vulnerável aos efeitos nefastos das mudanças climáticas em quase todos os sectores produtivos da vida nacional, particularmente a sua população e os seus ecossistemas marinhos, estuarinos e costeiros. O fundamento deste objetivo baseia-se na necessidade de delinear estratégias e tomar medidas com vista a reforçar as capacidades de adaptação e reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas marinhos, especialmente do mangal aos efeitos das mudanças climáticas, através de estratégias de conservação e de replicação dos modos de usos e saberes tradicionais.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 11: Até 2020, fortalecer e consolidar o Sistema Nacional das Áreas Protegidas e estendê-lo a 26% do território nacional, cobrindo as áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistémicos, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas, e propor outras medidas especiais de conservação, integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.

Fundamento deste objetivo nacional.:

Este objetivo nacional fundamenta-se na necessidade de assegurar uma representatividade dos ecossistemas (marinhos, costeiros e terrestres) para manter os processos ecológicos importantes, assegurar a conectividade ecológica no sistema Nacional de Áreas protegidas (SNAP) e ao nível das transfronteiriça e aumentar a capacidade de resiliência do sistema aos efeitos das mudanças climáticas e à expansão da desertificação.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 12: *Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas conhecidas será reduzido significativamente, detendo-se o declínio das mais ameaçadas.*

Fundamento deste objetivo nacional:

O fundamento deste objetivo nacional resulta da necessidade de determinar o estatuto da biodiversidade no país para melhorar o seu estado de conservação, evitando assim o desaparecimento ou a fuga de espécies consideradas ameaçadas. Para isso é essencial a Guiné-Bissau iniciar o processo de elaboração de uma Lista Vermelha nacional dos principais grupos de espécies de fauna e flora e reforçar a monitoria das espécies identificadas como ameaçadas a nível global.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 13: *Até 2020, manter, através de elaboração e execução de estratégias adequadas, a conservação de espécies cultivadas, de animais domésticos, de espécies silvícolas e de outras espécies de valor socioeconómico e/ou cultural.*

Fundamento deste objetivo nacional:

O fundamento deste objetivo nacional decorre da necessidade de reduzir a erosão e salvaguardar a diversidade genética através da atualização do inventário das espécies genéticas de culturas e animais de importância socioeconómica e cultural, através da elaboração e implementação de programas de preservação de raças locais, com adoção de modelos de preservação in situ e ex situ do património genético. Isso deverá ser feito de forma participativa, com a implicação das comunidades locais e a valorização dos seus conhecimentos e saberes tradicionais.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 14: *Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, incluindo serviços relativos a água e que contribuem para a saúde, meios de vida e bem-estar serão preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, dos pobres, dos mais vulneráveis e das comunidades étnicas locais em relação à sua reprodução sociocultural e religiosa.*

Fundamento deste objetivo nacional.:

O fundamento deste objetivo nacional decorre da necessidade de identificar os serviços ecossistêmicos de particular valor para os mais pobres e os mais vulneráveis, incrementando os seus benefícios diretos e essenciais, em particular das zonas húmidas com a implementação de planos de gestão integrada de recursos em água, incluindo a proteção e a restauração das zonas húmidas críticas da Guiné-Bissau.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 15: *Até 2020, a resiliência de ecossistemas e o contributo da biodiversidade para reservas de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, incluindo por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas florestais mais sensíveis e degradados, contribuindo assim para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para o combate à desertificação.*

Fundamento deste objetivo nacional:

A floresta é o pilar da sustentabilidade dos modos de vida da população rural da Guiné-Bissau de onde derivam as principais fontes alimentares, medicinais e culturais. A riqueza natural é observada em todo o território nacional com ocorrência de floresta aberta, manchas mais setentrionais de floresta densa seca guineense no Sudoeste e savana de afinidades sudanesas no Sudeste. O fundamento deste objetivo nacional reside na necessidade da Guiné-Bissau tomar medidas consequentes para o abandono de práticas que levam à degradação dos habitats naturais. A restauração destes habitats através da promoção de boas práticas junto dos diferentes atores implicados e a replicação das demais ações já identificadas serão essenciais para a retenção do carbono e a adoção de mecanismos inovadores, entre as quais o REDD, de combate aos efeitos das alterações climáticas, a promoção da biodiversidade e a redução da pobreza.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 16: *Até final de 2016, assegurar a criação, adoção e operacionalização de um quadro jurídico-legal simples e eficiente que permita a execução do Protocolo de Nagoya, em especial na vertente de Acesso a Recursos Genéticos e à Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização, em conformidade com a legislação nacional.*

Fundamento deste objetivo nacional.:

O fundamento deste objetivo nacional reside na necessidade de criar as condições necessárias para a preparação e implementação efetiva dos instrumentos jurídicos, institucionais e regulamentares relativos ao Protocolo de Nagoya sobre o acesso aos recursos genéticos e a partilha justa e equitativa das vantagens provenientes da sua utilização na Guiné-Bissau, assim como elaborar e aplicar programas de reforço de capacidades, informação e sensibilização sobre esta matéria.

<p>Nível de aplicação:</p> <p><input type="checkbox"/> Regional/multilateral</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <i>Nacional/federal</i></p> <p><input type="checkbox"/> Infranacional</p>
<p>Objetivo nacional 17: <i>Até finais de 2015, atualizar e adotar, através de métodos participativos, a estratégia e o plano de ação para a biodiversidade como instrumento de política de conservação da biodiversidade e da aplicação nacional das disposições da convenção da biodiversidade.</i></p>
<p>Fundamento deste objetivo nacional:</p> <p><i>Este objetivo nacional fundamenta-se na necessidade de criar um quadro estratégico eficaz e participativo para a implementação da estratégia e do plano de ação para a diversidade biológica enquanto instrumento essencial de planificação neste domínio. O sucesso de implementação deste instrumento repousa na boa compreensão da sociedade civil, organismos privados, autoridades públicas assim como as comunidades locais sobre a importância da proteção da biodiversidade e das medidas necessárias para o efeito.</i></p>
<p>Nível de aplicação:</p> <p><input type="checkbox"/> Regional/multilateral</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <i>Nacional/federal</i></p> <p><input type="checkbox"/> Infranacional</p>
<p>Objetivo nacional 18: <i>Até 2020, respeitar e fazer respeitar, de acordo com a legislação nacional e as obrigações internacionais, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de comunidades étnicas locais relevantes para a conservação e o uso sustentável de biodiversidade, assim como a utilização consuetudinária desses recursos biológicos, integrando-os e fazendo com que se reflitam na execução das disposições da Convenção, com a participação plena e efetiva das comunidades étnicas locais a todos os níveis.</i></p>
<p>Fundamento deste objetivo nacional:</p> <p><i>O fundamento deste objetivo nacional baseia-se no facto de que os conhecimentos, as técnicas e as práticas tradicionais vinculadas a biodiversidade devem ser inventariadas na base de acordos mútuos com as comunidades detentoras das mesmas, visando a melhor proteção, manutenção, recuperação e integração nos esforços nacionais de conservação e de valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. A Guiné-Bissau já deu início a esta dinâmica e os resultados devem ser capitalizados através da valorização do património cultural, do quadro jurídico relativo à gestão dos espaços e dos saberes tradicionais, da conciliação dos objetivos de conservação da biodiversidade e das necessidades de um desenvolvimento sustentável.</i></p>
<p>Nível de aplicação:</p> <p><input type="checkbox"/> Regional/multilateral</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <i>Nacional/federal</i></p> <p><input type="checkbox"/> Infranacional</p>
<p>Objetivo nacional 19: <i>Até 2020, melhorar compartilha, transferir e aplicar o conhecimento, a base científica e as tecnologias ligadas à biodiversidade, seus valores, funcionamento, situação e tendências e as consequências da sua perda.</i></p>

Fundamento deste objetivo nacional:

O fundamento deste objetivo nacional baseia-se na necessidade de melhorar os conhecimentos sobre a biodiversidade, seus valores, funcionamento e tendências e as consequências da sua perda em bases científicas, válidas e credíveis. Para tal, devem ser promovidos estudos científicos sobre as diferentes temáticas concernentes à biodiversidade e para que possam ser devidamente valorizados, os resultados dos estudos deverão ter uma ampla divulgação, nomeadamente junto dos decisores, da população e de todos os atores implicados.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Objetivo nacional 20: *Até 2020, assegurar e mobilizar progressivamente os recursos financeiros necessários à execução efetiva da Estratégia e Plano de Ação para a Biodiversidade, inclusivamente através da incorporação de mecanismos de financiamento inovadores e mais duráveis.*

Fundamento deste objetivo nacional:

O fundamento deste objetivo nacional baseia-se na necessidade de ultrapassar um dos grandes desafios, a busca de sustentabilidade financeira para a implementação efetiva da EPANDB. Entende-se por sustentabilidade financeira a capacidade de se obter recursos estáveis e suficientes para cobrir os custos necessários para a gestão eficiente, permitindo o alcance dos objetivos sociais, económicos e ambientais do EPANDB. Esta sustentabilidade financeira não depende unicamente de recursos financeiros, mas também de recursos humanos capacitados e em quantidade suficiente para aplicar esta estratégia de ação bem definida. A busca da capitalização do fundo ambiental pode advir das mais diversas fontes de recursos, sejam elas nacionais, internacionais, públicas, privadas, voluntárias e compensatórias, sendo que a Guiné-Bissau optou e deu um importante passo na criação da Fundação BioGuiné, cujo desafio agora é capitalizá-lo para que este desempenhe o papel para o qual foi criado.

Nível de aplicação:

- Regional/multilateral
 Nacional/federal
 Infranacional

Relevância dos Objectivos nacionais para as Metas de Biodiversidade de Aichi (*Ligações entre os objectivos nacionais e os Objectivos de Aichi para a biodiversidade*)

No processo de elaboração da Estratégia e Plano de Acção Nacional sobre a Diversidade Biológica (2015-2020), a Guiné-Bissau alinou os seus objectivos nacionais com os objetivos mundiais de Aichi, com vista à garantir que elas se encaixem com os resultados e as conquistas da visão estabelecida na estratégia e, com o objetivo final de melhorar as condições e modalidades da sua implementação e identificar as atividades que possam apoiar à realização das vinte (20) metas e dar-lhes prioridade ao nível nacional.

Principais Objectivos de Aichi para a biodiversidade correspondente (*Nota: por favor, seleccione um ou mais Objectivos de Aichi para o qual o seu objetivo nacional está total ou parcialmente relacionado. As partes podem seleccionar um objetivo inteiro ou elemento objetivo (não mostrado abaixo).*).

- | | | | |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 6 | <input type="checkbox"/> 11 | <input type="checkbox"/> 16 |
| <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 7 | <input type="checkbox"/> 12 | <input type="checkbox"/> 17 |
| <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 8 | <input type="checkbox"/> 13 | <input type="checkbox"/> 18 |
| <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 9 | <input type="checkbox"/> 14 | <input type="checkbox"/> 19 |
| <input type="checkbox"/> 5 | <input type="checkbox"/> 10 | <input type="checkbox"/> 15 | <input type="checkbox"/> 20 |

Outras informações pertinentes *(Utilize esse campo para fornecer outras informações relevantes, como o processo de desenvolvimento e adoção dos objetivos nacionais, a participação das partes interessadas ou as estratégias e planos nos quais esse objetivo nacional é incluído).*

O processo de revisão da IIª edição da EPANDB da Guiné-Bissau teve início em 2014 pela Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, através da Direção Geral de Desenvolvimento Sustentável.

Como resultado de um esforço concertado, o processo de atualização do EPANDB da Guiné-Bissau ocorreu em várias etapas e reuniu todos os atores implicados na gestão do ambiente em geral e na preservação da biodiversidade em particular. Cada uma das etapas foi objeto de uma participação amplamente das partes interessadas.

O documento apresenta as causas e consequências da perda de biodiversidade e as medidas a serem tomadas para diminuir esta perda. O documento é acompanhado de uma estratégia de comunicação do CHM que dá as pistas para uma melhor apropriação e difusão do EPANDB IIª edição junto as partes concernentes.

O objetivo nacional de gestão sustentável da biodiversidade é suportado por vários planos e programas de desenvolvimento nacional, regional e internacional, entre outros:

- Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA)
- Plano de Ação Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas (PANA)
- Política comum UEMOA para a melhoria do Ambiente
- Programa Regional de Conservação Marinha
- Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
- Plano Diretor da Planificação Costeira
- Plano de luta contra a desertificação
- Plano Diretor Florestal
- Plano Diretor de Pesca
- Plano Diretor do Turismo
- Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau
- Carta de Política de Desenvolvimento Agrícola
- Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
- Estratégia das Áreas Protegidas e conservação da Biodiversidade
- Estratégia e Plano de Ação Nacional de Conservação da Biodiversidade
- REDD+

Recordamos que:

1º - Plano Nacional de Gestão Ambiental (PNGA): institucionalizado como principal documento da política nacional do ambiente através do decreto nº 03/2004. Este documento visa a otimização dos recursos existentes de forma a garantir o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida da presente geração e de assegurar a manutenção dos recursos naturais para a futura geração, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico durável do país. Para além disso, apoia a procura de soluções que visem garantir:

- segurança alimentar
- erradicação da pobreza
- controlo da poluição e nocividades e saneamento do ambiente
- conservação dos recursos naturais
- controlo do avanço da desertificação (sahelização) e
- minimização dos impactos antrópicos que influem na alteração climática.

2º - Plano de Ação Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas (PANA): elaborado em 2006, a fim de assistir os Países Menos Avançados na identificação das atividades prioritárias para responder às suas necessidades imediatas e preocupações mais urgentes, no que diz respeito à adaptação aos efeitos negativos das mudanças climáticas. Associado a este documento de política estão os da 1ª, 2ª e 3ª Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas.

3º - Estratégia e Plano de Ação Nacional de Conservação da Biodiversidade (EPANDB): Documento da política do subsetor da biodiversidade estabelece de forma detalhada as diretrizes nacionais, temas e áreas de intervenção nacional relativas à conservação e uso sustentável da diversidade biológica no quadro da implementação da CBD. Também estabelece como objetivos nacionais a proteção dos ecossistemas, arborização e repovoamento florestal, otimização dos recursos hídricos, exploração de novas fontes energéticas, luta contra a erosão dos solos e erosão costeira, reforço da participação da sociedade civil, tendo como base a educação e formação no domínio do ambiente.

4º - Política comum UEMOA para a melhoria do Ambiente: A Comunidade dos Países da África Ocidental (CEDEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) adotaram a política ambiental regional/comunitária a nível global e setorial. A visão da política Global de CEDEAO até 2025 preconiza *“uma África de Oeste pacífica, digna e próspera, cujos recursos naturais e diversidade produtiva são conservados e geridos duravelmente para o desenvolvimento e o equilíbrio especial na sub-região”*. É clara a pretensão de inverter as tendências de degradação e esgotamento dos recursos naturais, dos meios e qualidade de vida, por forma a garantir um ambiente saudável e produtivo, melhorando as condições de vida da população do espaço sub-regional.

O Protocolo Adicional nº II do Tratado define as orientações de uma Política Comum para a Melhoria do Ambiente (PCMA): proteção dos recursos naturais e da biodiversidade; luta contra desertificação; melhoria do ambiente no meio rural e urbano; exploração das energias renováveis, particularmente da energia solar; luta contra a erosão costeira.

Esta política integra a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do clima; a gestão dos recursos florestais e da fauna selvagem; a gestão de poluentes e riscos e a gestão dos recursos hídricos.

5° - Programa Regional de Conservação Marinha (PRCM): Esta iniciativa que engloba seis países da sub-região da África Ocidental (Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal) é apoiado por organizações que intervêm no domínio ambiental na África Ocidental. Elaborou-se um documento estratégico que traça orientações destinadas a guiar os intervenientes da zona costeira, no que diz respeito às áreas protegidas marinhas dos países da sub-região, para os próximos 20 anos. A Guiné-Bissau, através dos seus governantes, assinou uma declaração de política geral, que compromete os países a participarem de forma conjunta na gestão das áreas protegidas, biodiversidade e dos recursos partilhados a nível da sub-região.

6° - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD): A Guiné-Bissau faz parte desta iniciativa continental, uma nova parceria para o desenvolvimento em cujo âmbito se desenvolveu um plano de ação ambiental que pretende: contribuir para a implementação do NEPAD através da execução da sua iniciativa ambiental; promover a utilização durável dos recursos, reforçar o apoio público e político às iniciativas ambientais regionais e sub-regionais. Por outro lado, a ata adicional nº 01/2008/CCEG/UEMOA, sobre a adoção da política comum da melhoria do ambiente no espaço UEMOA, visa garantir e assegurar a gestão durável dos recursos naturais, a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade e do clima e o controlo da poluição e sua nocividade.

7° - Plano de Ação Nacional de luta contra a desertificação (PAN/LCD): A Guiné-Bissau é um dos países signatários da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Este documento, emanado da Conferência do Rio de 1992, convida as partes contratantes a elaborarem o Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN/LCD). A Guiné-Bissau finalização e validação do seu plano de ação em 2006, já que as instabilidades políticas e institucionais, bem como a falta de recursos financeiros, originaram atrasos. O processo de elaboração do PAN/LCD foi participativo, envolvendo todas as camadas da sociedade guineense (instituições estatais, ONG's, associações de base). Em 2015, o PAN/LCD da Guiné-Bissau foi alinhado com a Estratégia Decenal da UNCCD (2008-2018) cuja visão global é "construir uma parceria global para deter e prevenir a desertificação e a degradação de terras e mitigar os efeitos da seca nas áreas afetadas, a fim de contribuir para a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável".

8° - Plano Diretor da Planificação Costeira: O Plano Diretor da Zona Costeira, elaborado no quadro do Programa da Planificação Costeira (UICN/MDRA-DGFC, 1993), tem como objetivo definir diretrizes que conduzam a um desenvolvimento durável do conjunto da zona costeira, garantindo uma exploração correta e durável dos recursos naturais e do ambiente, preservando ecossistemas costeiros e sua diversidade biológica. Este Plano tem orientado as seguintes ações: Análise da ocupação do solo e do espaço com vista ao seguimento e evolução dos diferentes ecossistemas; Proposta de criação e gestão de áreas protegidas com vista à conservação da biodiversidade e à manutenção dos recursos genéticos; Comunicação e educação ambiental das populações; Intercâmbio de informações através de redes de especialistas (Planificação Costeira, Áreas Protegidas, Pescas).

9° - Plano Diretor Florestal: Estabelece uma análise da situação na base da qual são definidas as políticas, estratégias e objetivos a atingir para uma utilização durável dos recursos florestais, mas também define os meios necessários para a sua aplicação. Propõe medidas específicas para reforço da capacidade institucional do setor, assim como a criação, no âmbito da organização nacional do território, das unidades de conservação representativas das diferentes zonas biogeográficas da Guiné-Bissau.

10° - Plano Diretor de Pesca: O setor das pescas, para além deste Plano, possui todo um quadro legal (leis, decretos...) que permite uma boa gestão de um dos mais importantes recursos naturais do país. Este Plano prevê, no quadro da exploração dos recursos pesqueiros, o aperfeiçoamento do sistema de controlo e fiscalização da pesca, um sistema de seguimento científico e de gestão destes recursos e algumas medidas que visam a sua utilização durável.

11° - Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau: Os espaços verdes, proporcionados pelas condições climáticas da Guiné-Bissau, são um dos fatores da qualidade de vida das populações. O Plano Geral Urbanístico da Cidade de Bissau (PGUB) é o único plano disponível, quando se refere à esta maior cidade da zona costeira do país. Ele propõe a criação e manutenção de zonas verdes, áreas formadas por uma ampla gama de diversidade florestal e de plantas. O PGUB recomenda que as zonas húmidas e terras baixas (bolanhas), dentro e fora dos limites da cidade, sejam ocupadas com culturas vocacionadas e a zona verde da cidade, com mangais do litoral de Bissau, por exemplo. Também recomenda a manutenção, o ordenamento do espaço verde existente (granjas e outros) e a formação de zonas, devendo insistir-se na rigorosa proteção das já existentes e na plantação rigorosa de novas árvores ao longo das avenidas e ruas.

12° - Carta de Política de Desenvolvimento Agrícola: Elaborada em 1997, estabelece a estratégia e prioridades nos domínios da produção agro-silvopastoril e da pesquisa agrária. Tem por objetivos principais para o setor: garantir a segurança alimentar, aumentar e diversificar as exportações agrícolas, assegurar a gestão racional dos recursos e melhorar a qualidade de vida da população. Este documento apresenta de forma coerente as diferentes políticas subsetoriais (agricultura, pecuária e florestas) e as interações com os outros setores, nomeadamente pescas, obras públicas, recursos naturais, ambiente, educação, promoção de género e comércio. Analisando este documento, constata-se que a agricultura é o setor que mantém uma relação mais estreita com a desertificação, tendo em conta as pressões florestais advindas da agricultura itinerante e às desmatamentos para a plantação de cajueiros. A nova política florestal traduzida na CPDA, atualizada em 2002, visa essencialmente a responsabilização da população e das comunidades rurais, em particular na gestão dos recursos e dos espaços.

13° - Documento da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP): O documento de estratégia de luta contra pobreza (DENARP) decorre das decisões procedentes do estudo prospetivo a longo prazo, com horizonte fixado em 2025, à semelhança do que acontece nos restantes países-membros do CILSS. O documento sublinha que o desenvolvimento da Guiné-Bissau dependerá da erradicação da pobreza e que para tal será necessário ter em conta, não somente os aspetos macroeconómicos, mas também os aspetos sociais, humanos, ambientais e institucionais. Isto implica considerar questões relativas à governação, luta contra a corrupção, respeito dos direitos do homem, igualdade entre os sexos, reforço das capacidades institucionais, melhoria da oferta dos serviços sociais, aumento da produção agrícola e das pescarias, preservação do ambiente, etc. Os seus objetivos a longo prazo inscrevem-se nos compromissos internacionais e nacionais definidos durante vários encontros, incluindo a Declaração do Milénio, a Conferência de Países Menos Avançados, a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, etc. A consideração e integração em todas as políticas setoriais de desenvolvimento das questões sócio ambientais, incluindo género, são essenciais. Existem, porém, muitos setores de desenvolvimento económico e social nacional em cujas políticas ainda não foram integrados, de forma explícita, preocupações ambientais e sociais. Alguns desses setores não possuem sequer as suas próprias políticas. De facto, no âmbito da administração regional e setorial, e apesar da diversidade de riquezas, tanto naturais como sociais, nem todas as unidades administrativas possuem documentos de políticas de desenvolvimento (planos de desenvolvimento) e nenhuma delas possui um programa específico para implantação da CDB.

14° - Estratégia para as Áreas Protegidas e conservação da Biodiversidade (2014-2020):

visa dar continuidade natural ao anterior (2007-2011) e procura reforçar os objetivos ainda menos conseguidos e responder aos novos desafios postos por uma realidade em constante mutação, incorpora um conjunto de ações, medidas e de projetos prioritários repartidos em 3 grandes pilares estratégicos, nomeadamente: I) Consolidar o IBAP e reforçar as parcerias, numa perspetiva futura; II) Reforço da gestão da rede de Áreas Protegidas e ; III) Monitorização das AP, conhecimento e valoração da biodiversidade e dos ecossistemas, e divulgação e sensibilização.

Em face das ameaças e dos patrimónios a preservar, foram identificados os grandes desafios na gestão das áreas protegidas e da biodiversidade da Guiné-Bissau num contexto temporal de 2014-2020, nomeadamente: a) garantir a eficácia das zonas de pesca condicionada enquanto áreas de preservação e reprodução dos stocks e da biodiversidade; b) reduzir significativamente a caça furtiva dentro das áreas protegidas; c) manter o estado natural das zonas centrais das áreas protegidas; d) controlar eficazmente o corte ilegal da madeira dentro das áreas protegidas e nas zonas periféricas; e) controlar a expansão da agricultura itinerante (m'pampam) e das plantações de caju; f) preservar o ecossistema do mangal; g) controlar a expansão do pastoreio dentro das áreas protegidas; h) dinamizar projetos de apoio ao desenvolvimento dentro das AP que sejam iniciativas das populações residentes e que sejam sustentáveis e amigas do ambiente; i) garantir que a exploração sustentável dos recursos naturais reverte principalmente para as comunidades residentes e para as camadas mais desfavorecidas; j) garantir que os parques não se tornam num polo de atracção para atividades extrativas ou económicas, controlando a imigração temporária ou permanente; k) garantir que qualquer atividade de exploração petrolífera na zona costeira e nas águas nacionais, ou outras atividades de mineração, se fazem recorrendo às melhores práticas para a proteção ambiental na base da legislação em vigor e; l) garantir uma boa gestão integrada do arquipélago dos Bijagós, e se possível fazendo reconhecer a RBABB como sítio de património natural e cultural da humanidade.

15° - Roadmap de preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau: O Governo da Guiné-Bissau reconheceu que o REDD+ (Redução das Emissões por Desflorestação e Degradação florestal, e conservação, gestão florestal sustentável e aumento dos stocks de carbono nas florestas) é um mecanismo com um conceito inovador, alinhado com uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de mitigação dos efeitos negativos/adversos das alterações climáticas, que promove a conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, propôs avaliar a possibilidade de iniciar um processo de preparação do mecanismo REDD+ nacional.

A Guiné-Bissau tem atualmente o estatuto de país observador dos programas UN-REDD e FCPF (Forest Carbon Partnership Facility), e beneficia de duas iniciativas de apoio técnico FAO e BM. Nesse âmbito, foi constituído no início do ano de 2015 um Grupo de Trabalho REDD+ (RWG), composto numa lógica multisectorial por elementos das várias instituições nacionais. O objetivo principal do RWG é coordenar o desenvolvimento do plano de trabalho (Roadmap) de preparação para o REDD. Este documento descreve a situação atual nos sectores florestal e de uso do solo e identifica as capacidades e necessidades existentes no país de acordo com um conjunto de requisitos mínimos necessários para preparar a Guiné-Bissau para a futura implementação do mecanismo REDD+ (Acordos de Cancun, COP16, UNFCCC).

Este documento serve de indicador da intenção de como a Guiné-Bissau pretende avançar nestas componentes, podendo ser utilizado para a obtenção de fundos destinados à preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau. Nesse sentido, particular ênfase é dado à interligação das atividades REDD+ e de preparação para o REDD+ com outras iniciativas e objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável, de mitigação e adaptação às alterações climáticas, de redução da pobreza, conservação da biodiversidade, gestão florestal sustentável, etc.

Neste documento (REDD+ roadmap) são analisadas as capacidades, as necessidades e proposto um plano de ação para a preparação para o REDD+ no país dividido em quatro componentes principais:

- ✓ Componente 1: Organização, partilha de informação e consulta (para validação dos planos de ação propostos no Roadmap e de todo o processo de sua implementação)
- ✓ Componente 2: Preparação da Estratégia REDD+ Nacional
- ✓ Componente 3: Nível de Referência de emissões, sistema de monitorização florestal, MRV (em desenvolvimento pela equipa FAO TCP)
- ✓ Componente 4: demonstração à escala sub-nacional (piloto PNTC & Cantanhez)

Sites Internet, ligações Internet e ficheiros pertinentes (*Utilize este campo para indicar sites ou links Internet ou documentos que fornecem acesso a informações adicionais sobre esse objetivo nacional ou anexar documentos relacionados.*)

Todos os documentos citados estão disponíveis nas entidades nacionais envolvidas na gestão da biodiversidade e também nos sites dos Ministérios.

CHM Guiné-Bissau: www.biodiv.be/guine-bissau

SEA: Página facebook – Secretaria de Estado do Ambiente da Guiné-Bissau

IBAP: www.ibap-gb.org ; Página facebook: IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Areas

ONG Tiniguena: www.tiniguena.org

ONG Palmeirinha: www.palmeirinha.org

INEP: www.inep.gw

CBD-Habitat: www.cbd-habitat.org

ONG AD: www.adbissau.org

PARTE II. Medidas de implementação tomadas e avaliação da sua eficácia, obstáculos e necessidades científicas e técnicas relacionadas para atingir os objetivos nacionais

(Utilizando o modelo abaixo, queira informar sobre as medidas importantes que seu país tomou para implementar a sua Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Diversidade Biológica. Queira igualmente fornecer uma avaliação da eficácia dessas medidas. A tabela deve ser preenchida para cada medida indicada).

II. Medidas de implementação tomadas, avaliação da sua eficácia, obstáculos e necessidades científicas e técnicas relacionadas para atingir os objetivos nacionais

Descreva as medidas tomadas para contribuir para a implementação da estratégia e do plano de ação nacional do seu país.

Um total de **124 Medidas** foram identificadas para a implementação da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a conservação da Diversidade Biológica - EPANDB da Guiné-Bissau, nomeadamente:

- **Medida 1:** criar e operacionalizar o Comité Nacional da Biodiversidade (CNB).
- **Medida 2:** operacionalizar mecanismos de intercâmbio e de troca de informações sobre a (CHM) biodiversidade e Acesso e Partilha Justa dos Benefícios.
- **Medida 3:** avaliar, atualizar e divulgar junto do grande público as políticas, estratégias, planos e programas nacionais do domínio ambiental (PNGA, NAPA, NAMA, PAN LCD, Comunicações Nacionais sobre as mudanças climáticas, etc.).
- **Medida 4:** apresentar e difundir o EPANDB junto de decisores, do grande público e organismos internacionais de cooperação.
- **Medida 5:** elaborar e implementar uma estratégia de informação, educação e comunicação ao grande público e aos setores específicos sobre a diversidade biológica guineense, seu valor, tendências e consequências da sua perda ou degradação (exibições sobre a BD).
- **Medida 6:** realizar um inquérito para captar a compreensão de diferentes atores sobre a importância da diversidade biológica.
- **Medida 7:** integrar e operacionalizar a Política e EPANDB nas instituições públicas e Organizações Não Governamentais com competências na conciliação entre a gestão dos ecossistemas e da diversidade biológica com as necessidades de um desenvolvimento sustentável.
- **Medida 8:** avaliar e apresentar os serviços dos ecossistemas chave e principais valores da biodiversidade crítica nacional.
- **Medida 9:** capacitar os gestores institucionais e líderes de opinião pública para um melhor conhecimento sobre o valor ambiental, económico e social da diversidade biológica.
- **Medida 10:** reforçar as exigências para estudos prévios para a instalação de infraestruturas, a fim de evitar impactos negativos sobre o meio ambiente natural ou a introdução do princípio da compensação de áreas degradadas na impossibilidade de contornar danos sobre o meio natural.
- **Medida 11:** integrar orientações para aplicar ou reforçar a valoração da biodiversidade nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).
- **Medida 12:** reforçar capacidades sobre a utilização de ferramentas para a contabilização nacional dos serviços ambientais, económicos e sociais da biodiversidade e dos ecossistemas.

- **Medida 13:** realizar Estudo de avaliação económica da biodiversidade e do pagamento dos serviços dos ecossistemas e desenvolvimento de instrumentos para a sua integração no sistema de contabilidade nacional.
- **Medida 14:** incorporar a diversidade biológica na contabilidade nacional.
- **Medida 15:** avaliar o grau de tomada em consideração da biodiversidade e de seus impactos sobre o crescimento e na redução da pobreza.
- **Medida 16:** realizar inventário dos incentivos e subsídios nacionais nos diferentes setores e analisar suas eficiências e impactos sobre a biodiversidade e a manutenção dos serviços dos ecossistemas.
- **Medida 17:** elaborar um plano de ação nacional com vista a redução, reforma e eliminação de incentivos e subsídios prejudiciais a biodiversidade.
- **Medida 18:** desenvolver e divulgar incentivos para as externalidades ambientais positivas.
- **Medida 19:** promover a aplicação das orientações e guias da CBD relativas as avaliações Ambientais Estratégicas e fortalecer análises sobre a biodiversidade nos EIA.
- **Medida 20:** introduzir impostos e taxas ambientais e instrumentos económicos como parte de um Quadro de Reforma Fiscal Ambiental.
- **Medida 21:** identificar e promover boas práticas de utilização durável da biodiversidade nos diferentes setores económicos e atividades produtivas.
- **Medida 22:** valorizar e promover a produção e consumo locais, recorrendo à campanha “Consumir localmente o que é da terra e nosso”.
- **Medida 23:** desenvolver, de forma participativa, diretrizes e políticas para a implementação de ações de atenuação/mitigação (NAMA, LEDS e MRV) apropriadas para o país relativamente às três principais atividades económicas (agricultura, exploração de recursos florestais, pecuária), associadas ao desmatamento e à degradação florestal.
- **Medida 24:** desenvolver modelos produtivos que promovam o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e serviços ecossistémicos.
- **Medida 25:** fortalecer a conservação e a gestão dos recursos biológicos da pesca.
- **Medida 26:** criar e/ou reabilitar arboretos especializados para melhor gerir diferentes tipos de clima e vegetações e operar estações de coleta de sementes e centros de proliferação de plantas úteis.
- **Medida 27:** divulgar, recomendar e implementar as diretrizes de boas práticas ambientais e sociais para indústrias extrativas.
- **Medida 28:** inventariar as áreas florestais degradadas e as suas respetivas causas com vista a elaborar planos específicos de prevenção e de recuperação.
- **Medida 29:** elaborar e implementar estratégias de fiscalização setorial, regional e local para reduzir a degradação de ecossistemas.
- **Medida 30:** promover incentivos que permitam a participação de todas as franjas sociais no processo de recuperação de ecossistemas degradados.
- **Medida 31:** implementar mecanismos de compensação com vista a complementar os esforços depreendidos no quadro de conservação dos ecossistemas florestais (REDD, REDD+, ...).
- **Medida 32:** elaborar uma estratégia nacional de restauração ecológica de ecossistemas e habitats em perigo de desaparecimento ou que albergam espécies ameaçadas.

- **Medida 33:** implementar atividades de conservação e de restauração de ecossistemas e habitats degradados.
- **Medida 34:** identificar e intensificar programas e ações suscetíveis de minimizar as repercussões do uso do material lenhoso, promovendo a utilização de fontes de energias alternativas.
- **Medida 35:** identificar, compilar, capitalizar e divulgar boas e más práticas de exploração e gestão durável da terra e da biodiversidade nos diversos domínios de atividade (agricultura, pesca, silvicultura, caça, turismo, etc.).
- **Medida 36:** garantir a conformidade com os regulamentos em matéria de pesca, reforçando a atividade de controlo, combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, e aplicação do regime de sanções adequado.
- **Medida 37:** promover a abordagem territorial para a pesca artesanal com direito de acesso aos nacionais e aos residentes, em particular nas zonas de interesse estratégico para a segurança ambiental e alimentar (incluindo estuários e ilhas).
- **Medida 38:** reforçar a fiscalização, o desmantelamento e a realocação de acampamentos da pesca artesanal ilegal.
- **Medida 39:** reduzir e modificar atividades pesqueiras que prejudiquem a sustentabilidade das populações e a conservação de espécies marinhas e aquáticas.
- **Medida 40:** estabelecer medidas para melhorar os métodos de pesca, a fim de minimizar as perdas, capturas acidentais de cetáceos, aves e tartarugas e impactos negativos nos habitats e ecossistemas, com a participação dos setores e grupos implicados.
- **Medida 41:** aumentar conhecimento sobre o meio marinho e seus ecossistemas.
- **Medida 42:** exigir a introdução do sistema de exclusão (TED) para embarcações de camarão.
- **Medida 43:** incorporar nos EIAs os critérios de sustentabilidade dos projetos e programas agrícolas, silvícolas e piscícolas.
- **Medida 44:** cartografar terras agrícolas, silvícolas e de vocação para a pastorícia com vista à sua gestão durável.
- **Medida 45:** rever os planos nacionais, regionais e comunitários do ordenamento e administração do território, integrando zonas consagradas à agricultura, aquacultura e exploração florestal.
- **Medida 46:** aplicar os princípios de abordagem ecossistémica na agricultura, pecuária, silvicultura e aquacultura.
- **Medida 47:** realizar e/ou atualizar o inventário de objetos, substâncias e organismos perigosos.
- **Medida 48:** identificar as principais fontes de poluição prejudiciais aos ecossistemas.
- **Medida 49:** reforçar o controlo e a inspeção de atividades com forte índice de poluição.
- **Medida 50:** elaborar e implementar a Política Nacional de Saneamento Básicos.
- **Medida 51:** criar Centros de Resíduos e de Produtos Químicos numa visão integrada de recolha, tratamento, valorização e destino final.
- **Medida 52:** instituir um sistema de quarentena para organismos suspeitos.
- **Medida 53:** rever e atualizar as legislações existentes sobre o controlo da introdução e dispersão de espécies exóticas invasoras.

- **Medida 54:** elaborar Estratégia e Plano de ação para Espécie Exóticas Invasoras (EEI).
- **Medida 55:** desenvolver mecanismos e medidas para prevenir a introdução, o estabelecimento e o controlo de espécies exóticas invasoras, sobretudo nos ecossistemas mais críticos.
- **Medida 56:** desenvolver programas de erradicação de EEI prejudiciais à biodiversidade e aos ecossistemas.
- **Medida 57:** identificar e criar um banco de dados das principais espécies invasoras estabelecidas no país e avaliar aquelas com maior potencial para causar danos ambientais.
- **Medida 58:** identificar e implementar pacotes tecnológicos para a valorização de espécies exóticas e invasoras.
- **Medida 59:** estabelecer um sistema de alerta rápido sobre EEI.
- **Medida 60:** melhorar e reformar as estruturas de governação para assegurar uma gestão e conservação integrada.
- **Medida 61:** identificar, reconhecer e divulgar a legislação governamental, bem como as diretrizes/leis/tradições comunitárias locais, que visam a proteção e o uso sustentável do ecossistema do mangal.
- **Medida 62:** monitorizar a variação em termos de extensão e repartição de diferentes habitats marinhos e costeiros, assim com as linhas de costa, com vista a interpretar e compreender a dinâmica de ocupação do solo.
- **Medida 63:** realizar avaliação de vulnerabilidades e desenvolver medidas relevantes de adaptação para melhorar a resiliência dos ecossistemas prioritários à mudança climática.
- **Medida 64:** implementar medidas efetivas de avaliação, monitorização, vigilância e fiscalização para a proteção dos mangais.
- **Medida 65:** realizar Avaliações de Impacto Ambiental consequentes, participativas e independentes antes da aprovação de qualquer programa/projeto de desenvolvimento ou expansão que interfira com o ecossistema de mangal tanto a jusante como a montante.
- **Medida 66:** promover a reabilitação ou regeneração natural assistida ou de intervenção onde os ecossistemas de mangal não tiverem capacidade de autorrenovação, incluindo a restauração do regime hidrológico e/ou a plantação de mangais.
- **Medida 67:** promover e melhorar as técnicas tradicionais de conservação e de gestão sustentável do ecossistema do mangal e dos seus recursos.
- **Medida 68:** assegurar a conservação e a gestão sustentável do mangal na base duma abordagem ecossistémica.
- **Medida 69:** regulamentar e implementar medidas apropriadas para eliminar, minimizar ou mitigar os impactos da poluição, incluindo os provocados pelo despejo de lixo de diferentes fontes, esgoto, óleo e efluentes industriais, resíduos sólidos e tóxicos.
- **Medida 70:** identificar e melhorar o uso das melhores práticas de gestão para ecossistemas de mangal por meio da pesquisa, educação, capacitação e incentivos para o cumprimento por parte das comunidades e de outros atores intervenientes.
- **Medida 71:** reconhecer, promover e assegurar os vínculos culturais/históricos e outros vínculos tradicionais e em particular os contributos das mulheres para a conservação, reabilitação e gestão sustentável dos mangais sejam mantidos.
- **Medida 72:** melhorar as oportunidades e promover atividades alternativas geradoras de rendimento associadas ao ecossistema do mangal.

- **Medida 73:** intensificar ações de formação, sensibilização e educação ambiental em curso sobre a utilização durável dos produtos do mangal.
- **Medida 74:** elaborar e/ou atualizar os planos de gestão e de negócios e os regulamentos internos de todas as Áreas protegidas.
- **Medida 75:** rever e atualizar o sistema de zonamento das AP, valorizando os saberes científicos e locais, e sobretudo a assegurar a praticabilidade de identificar e implementar esse ordenamento espacial.
- **Medida 76:** melhorar a eficácia e a durabilidade dos sistemas de fiscalização, patrulhamento e vigilância nas áreas protegidas.
- **Medida 77:** promover o diálogo e a concertação permanentes com e nas comunidades residentes e entre todas as partes interessadas, implicando-as em todos os processos de conservação e de gestão.
- **Medida 78:** reforçar as infraestruturas e equipamentos de todas as áreas protegidas para melhorar o funcionamento e o ambiente de trabalho e torná-los atraentes destinos para turistas e investidores em turismo.
- **Medida 79:** consolidar a gestão integrada das áreas protegidas para que estas possam gerar benefícios económicos, resolver conflitos entre animais selvagens e humanos e compensar as comunidades locais.
- **Medida 80:** identificar as oportunidades de ecodesenvolvimento para as comunidades residentes nas e à volta das Áreas Protegidas.
- **Medida 81:** apoiar o desenvolvimento de um ecoturismo de impacto reduzido que beneficie as comunidades residentes.
- **Medida 82:** identificar habitats e ecossistemas sensíveis não protegidos, áreas marinhas de importância ecológica e biológica em particular, e realizar inventário sobre a biodiversidade presente com vista à sua integração no SNAP.
- **Medida 83:** avaliar as oportunidades e potencialidades e retomar o processo de criação e de gestão das florestas comunitárias.
- **Medida 84:** promover a criação e a utilização durável de florestas e de outros sítios sagrados e apoiar a elaboração dos respetivos planos de gestão, visando integrar a conservação da biodiversidade nas suas atividades.
- **Medida 85:** realizar estudos e negociações com vista a identificar oportunidades para aumentar a conectividade entre as atuais AP's através da criação de corredores ecológicos a nível nacional e com países limítrofes.
- **Medida 86:** reforçar o enquadramento jurídico para a aplicação das leis associadas ao comércio ilegal de fauna e flora e de produtos derivados de espécies ameaçadas
- **Medida 87:** finalizar e divulgar a lista vermelha de espécies da fauna, da flora e de outros grupos taxionómicos ameaçados no país.
- **Medida 88:** melhorar a gestão e o estado de conservação de espécies ameaçadas e vulneráveis.
- **Medida 89:** identificar e introduzir medidas e incentivos legais para a conservação de ecossistemas e habitats de espécies ameaçadas fora das áreas protegidas.
- **Medida 90:** atualizar e promover conhecimentos sobre recursos genéticos de animais e de plantas existentes no país.
- **Medida 91:** recensear as raças em risco, especificar a natureza dos riscos, assim como as

medidas de preservação apropriadas.

- **Medida 92:** criar meios de tratar, reservar e analisar dados e estabelecer um sistema de alerta rápido para raças animais e espécies vegetais em perigo.
- **Medida 93:** manter e melhorar a diversidade genética de espécies de gado e culturas através de *in-situ* e *ex-situ* (jardins botânicos e zoológicos, museus vivos, arboretos, bancos de genes), de medidas de conservação eficazes e de uma utilização segura da biotecnologia para melhorar a segurança alimentar e a resiliência da agricultura às alterações climáticas.
- **Medida 94:** elaborar e implementar planos de gestão da diversidade genética de plantas e animais domésticos ameaçados.
- **Medida 95:** regenerar e conservar o germoplasma das variedades já introduzidas no meio camponês.
- **Medida 96:** melhorar a genética das raças locais e introduzir raças melhoradas de animais de ciclo curto.
- **Medida 97:** identificar os serviços ecossistémicos de particular valor para os mais pobres e os mais vulneráveis, incrementando os seus benefícios diretos.
- **Medida 98:** promover atividades alternativas geradoras de rendimento junto das comunidades locais.
- **Medida 99:** promover a implementação de planos de gestão integrada de recursos em água, incluindo a proteção e restauro das zonas húmidas críticas.
- **Medida 100:** atualizar a avaliação de todas as zonas húmidas do país, elaborar e implementar planos de gestão em concordância com os princípios de gestão dos sítios Ramsar.
- **Medida 101:** instituir a atribuição de incentivos e reconhecimentos anuais das melhores práticas de gestão pública, privada e comunitária ao nível local, regional e nacional a favor da conservação da biodiversidade.
- **Medida 102:** conceber e implementar programas de redução da emissão de gases com efeito estufa.
- **Medida 103:** rever e compilar informações sobre o possível contributo dos principais ecossistemas na retenção e no armazenamento de carbono para incrementar a participação da diversidade biológica e a resiliência dos ecossistemas no armazenamento do carbono.
- **Medida 104:** promover ações de conservação e de uso sustentável da biodiversidade que contribuam ativamente para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.
- **Medida 105:** assegurar que ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas consideram adequadamente os requisitos de conservação da biodiversidade.
- **Medida 106:** continuar e melhorar o processo de mensuração do papel dos sistemas florestais como sumidouros de carbono e na adaptação às mudanças climáticas.
- **Medida 107:** manter ou restaurar a capacidade de adaptação das espécies e a capacidade de recuperação de habitats-chave que funcionam como sumidouros ou reservatórios de carbono.
- **Medida 108:** finalizar e operacionalizar os instrumentos jurídicos, institucionais e regulamentares sobre ABS.
- **Medida 109:** desenvolver e implementar um programa nacional de capacitação para um regime de ABS.

- **Medida 110:** estabelecer programas / projetos que contribuam para melhorar o acesso e a partilha aos benefícios para assegurar que as partes interessadas beneficiem suficientemente das medidas de conservação da biodiversidade.
- **Medida 111:** lançar uma iniciativa piloto, visando a proteção e a valorização do saber tradicional associado aos recursos genéticos e biológicos.
- **Medida 112:** criar mecanismos operacionais para proteger os conhecimentos, as inovações e as práticas das comunidades autóctones e locais, consubstanciando os modos de vida tradicional que apresentam um interesse para a conservação e utilização durável da biodiversidade.
- **Medida 113:** instituir uma célula de coordenação, seguimento e avaliação do EPANDB.
- **Medida 114:** estabelecer mecanismos de colaboração e cooperação na implementação e desenvolvimento do Plano Estratégico e garantir a participação de todos os atores relevantes.
- **Medida 115:** estabelecer mecanismos de decisão e regulação conjunta para implementar as medidas contidas no Plano Estratégico que afetam diferentes políticas setoriais.
- **Medida 116:** inventariar e difundir conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades autóctones e locais.
- **Medida 117:** desenvolver leis e regulamentos para a proteção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades locais.
- **Medida 118:** incentivar atividades tradicionais que promovam a conservação dos recursos biológicos (apicultura, plantas medicinais, palha, etc.).
- **Medida 119:** compilar e sintetizar dados científicos e informações existentes sobre a biodiversidade e disseminar esse conhecimento pelo grande público.
- **Medida 120:** promover e estimular pesquisas que contribuam para o conhecimento e compreensão da biodiversidade, dos serviços ecossistémicos, valores e benefícios socioeconómicos para o bem-estar humano.
- **Medida 121:** desenvolver e implementar uma estratégia de mobilização de recursos e um plano de ação para a obtenção de financiamento em favor da biodiversidade.
- **Medida 122:** estabelecer um grupo de trabalho da Administração Estatal para o estudo dos mecanismos fiscais que visem encorajar a conservação da biodiversidade.
- **Medida 123:** promover a utilização de mecanismos de financiamento inovadores para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.
- **Medida 124:** reforçar e alargar parcerias com organizações regionais, sub-regionais e internacionais sobre questões ambientais.

Para facilitar a avaliação, as diferentes medidas foram agrupadas em oito **(8) grandes Temáticas/Eixos**, nomeadamente:

- **Eixo 1: Institucional (Sectorial e Nacional)** – agrupa **26 Medidas** relativas ao quadro legal, político e institucional (sectorial e nacional) em relação com a biodiversidade.
- **Eixo 2: informação, Comunicação e Educação Ambiental** – agrupa **5 Medidas** relativas a perceção das comunidades sobre a biodiversidade guineense, seu valor e sua tendência através do reforço da Informação, Educação, Comunicação e Sensibilização ambiental das comunidades locais e da população em geral.
- **Eixo 3: Serviços dos Ecossistemas, água e Zonas Húmidas** – agrupa **10 Medidas**

relativas a avaliação dos serviços (ambiental, social e económico) fornecidos pelos ecossistemas e a sua integração na contabilidade nacional.

- **Eixo 4: Produções, Consumos sustentáveis e Boas práticas** – agrupa **18 Medidas** sobre o inventário de conhecimentos tradicionais e a promoção de diretrizes e boas práticas ambientais nos diferentes setores económicos e atividades produtivas, com ênfase para as indústrias extrativas.
- **Eixo 5: Sistema Agro-Silvo-Pastoril** – agrupa **22 Medidas** sobre os setores produtivos na área agro-silvo-pastoril, com ênfase na cartografia de terras à vocação agrícola, silvícola e para pastorícia com vista a gestão durável e a manutenção e melhoramento da diversidade genética existente no país.
- **Eixo 6: Recursos Pesqueiros e Marinhos** – agrupa **8 Medidas** sobre o processo de fortalecimento da gestão e conservação dos recursos biológicos das pescas.
- **Eixo 7: Biodiversidade e Áreas Protegidas** – agrupa **21 Medidas** sobre o estado da biodiversidade nacional, os mecanismos para melhorar o seu estado de conservação através da consolidação de uma gestão integrada e a promoção do diálogo permanente com e nas comunidades locais.
- **Eixo 8: Ameaças (Mudanças climáticas e Poluição) e mecanismos inovadores** – agrupa **14 Medidas** sobre a Poluição, as mudanças climáticas e o desenvolvimento de mecanismos inovadores para a implementação de ações de atenuação/mitigação.

Queira indicar, para a medida de implementação, qual (is) objetivo (s) nacional/ nacionais ou Meta (s) de Aichi para a biodiversidade a que contribui.

A tabela a seguir apresenta a relação entre os Eixos criados, as medidas identificadas e o alinhamento com os Objetivos Nacionais e as Metas de Aichi para a Biodiversidade mundial.

Tabela 1: Alinhamento dos Eixos com os Objetivos nacionais/ Metas de Aichi

Eixos		Medidas Nacionais (M)	Objetivos nacionais/ Objetivos de Aichi
Eixo 1	Institucional (Sectorial e Nacional)	1, 3, 7, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 43, 45, 50, 65, 86, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 121, 122, 123, 124	1, 2, 3, 7, 8, 10, 12, 16, 17, 20
Eixo 2	Informação, Comunicação e Educação ambiental	2, 4,5,6, 73	1 e 10
Eixo 3	Serviços dos Ecossistemas, água e Zonas Húmidas	8, 9, 12, 13, 16, 46, 68, 97, 99, 100	2, 3, 8, 10, 14
Eixo 4	Produções, Consumos sustentáveis e Boas práticas	21, 22, 24, 26, 27, 35, 66, 67, 70, 71, 72, 98, 101, 111, 112, 116, 117, 118	4, 5, 10, 14, 16, 18
Eixo 5	Sistema Agro-Silvo-Pastoril	28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 44, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96	5, 7, 9, 13
Eixo 6	Recursos Pesqueiros e Marinhos	25, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42	4, 6
Eixo 7	Biodiversidade e Áreas protegidas	60, 61, 62, 64, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 119, 120	10, 11, 12, 19
Eixo 8	Ameaças (Mudanças climáticas e Poluição) e mecanismos inovadores	23, 47, 48, 49, 51, 52, 63, 69, 102, 103, 104, 105, 106, 107	4, 8, 10, 15

Avaliação da eficácia das medidas de implementação tomadas para alcançar os resultados desejados

Os resultados da avaliação das medidas demonstra que, cerca de **11%** das medidas tomadas (14 medidas) foram eficazes no que diz respeito à implementação da EPANDB da Guiné-Bissau, destacando-se em particular as medidas ligadas à sensibilização, educação ambiental e algumas medidas específicas concernentes a gestão e governança nas áreas protegidas, nomeadamente a fiscalização marítima participativa, ações de concertação com as comunidades locais, atividades alternativas de desenvolvimento e o reforço de parcerias regionais e internacionais. No que diz respeito as medidas consideradas parcialmente eficazes ou de eficácia limitada representam cerca de **66%** (82 medidas) e representam o bolo maior, pois muitas ações foram realizadas, mas de forma pontual em certas partes do território nacional ou mesmo só parte da medida foi implementada, caso das medidas ligadas a avaliação dos valores dos ecossistemas, o diagnóstico dos subsídios e incentivos prejudiciais à biodiversidade ou ainda ligada à área pesqueira. Estas medidas devem ser replicadas para uma maior abrangência ou revistas para serem melhor adaptadas ao contexto nacional. As medidas consideradas ineficazes representam cerca de **23%** (**28 medidas**), tratando-se especificamente da criação de um quadro para a operacionalização do EPANDB.

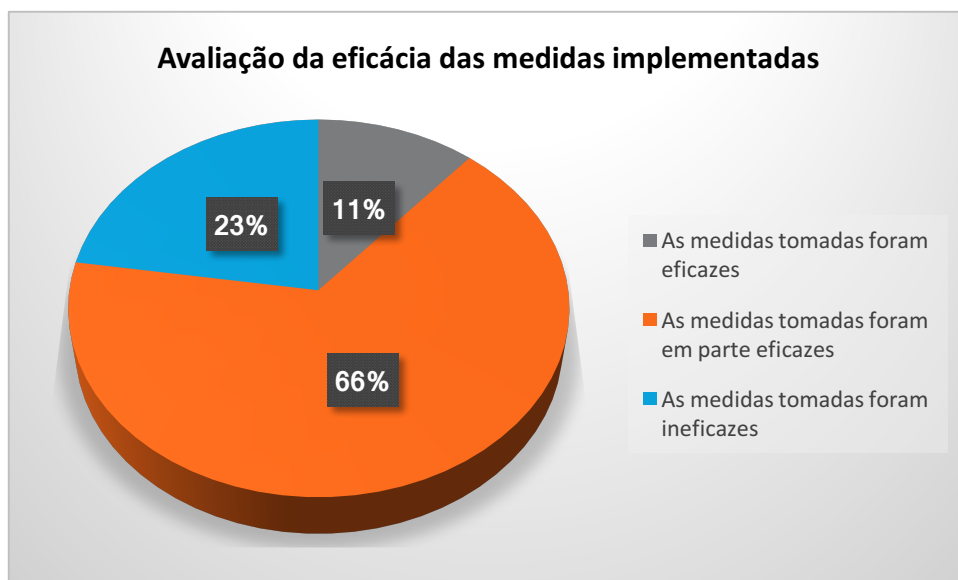


Gráfico 1: Avaliação da eficácia das medidas implementadas

Tabela 2: Avaliação da eficácia das medidas para a implementação do EPANDB (2015-2020)

Medidas	Numero
As medidas tomadas foram eficazes	14
As medidas tomadas foram em parte eficazes	82
As medidas tomadas foram ineficazes	28
Desconhecido	0
Total	124

Eixo 1: Institucional - Sectorial e Nacional (26 Medidas)

As informações existentes e que permitiram proceder a avaliação das medidas contidas neste eixo são factuais.

Para melhor compreensão da avaliação, este eixo foi dividido em três (3) componentes e foram avaliadas separadamente, à saber: quadro jurídico e normativo, quadro político e diretivas e o quadro institucional e técnico.

Quadro Jurídico e Normativo:

No que concerne ao **quadro jurídico e normativo**, em termos gerais as medidas **tomadas foram em partes eficazes**, visto que no horizonte temporal 2015-2019, foram produzidas várias leis, regulamentos e normas que equacionam as questões relativas à conservação da diversidade biológica, promovem o crescimento económico e garantem a melhoria da qualidade e condições de vida das populações, nomeadamente:

- ✓ **Decreto lei nº 5/2017 de 16 de fevereiro**, relativa a participação popular no processo de avaliação ambiental, instrumento esse que permite a tomada de decisão inclusiva, informada e integrada;
- ✓ **Decreto lei nº 6/2017 de 16 de fevereiro**, relativa a criação do fundo do ambiente, instrumento pelo qual, pode contribuir na prevenção, conservação e restauração da biodiversidade;
- ✓ **Decreto lei nº 7/2017 de 16 de fevereiro**, relativa ao estudo de impacto ambiental e social, este, permite a identificação prévia dos impactos e riscos potenciais e propõe medidas de mitigações e/ou compensação;
- ✓ **Decreto lei nº 8/2017 de 16 de fevereiro**, relativo ao licenciamento ambiental prévio ao início de todas as atividades potencialmente poluidoras ou que degradam o meio (água, ar e solo) com consequência nefasta na economia, seres vivos e na saúde pública;
- ✓ **Decreto lei nº 9/2017 de 16 de fevereiro**, relativa a auditoria ambiental, instrumento com carácter de controlo que permite o controlo sistemáticos dos impactos sobre os ecossistemas;
- ✓ **Promulgação do regulamento da lei de terra**, instrumentos normativos que permitirá gerir o direito ao acesso à terra e que contém uma forte componente direito das comunidades nativas.

Apesar destes progressos, ainda há muito por fazer, com vista a implementação efetiva destes instrumentos legais e melhorar legais e melhorar a performance dos objetivos preconizados, sendo que os principais constrangimentos identificados foram:

- ✓ A falta do respeito cabal da aplicação das leis e normas existentes e de forma prévia a tomada de decisão;
- ✓ A fraca integração das preocupações relativas à preservação da diversidade biológica nas leis e normas sectoriais, nomeadamente, turismo, indústria, infraestrutura de transporte, etc;
- ✓ Insuficiência de conhecimentos e falta de divulgações das leis e normas existentes, sobretudo, junto das comunidades, isso associado à carência de dados e informações científicas sobre os valores destes recursos;
- ✓ Insuficiência de seguimento e avaliação da eficácia e eficiência das leis e normas existentes para avaliar se estão a ser aplicados de forma integral e/ou parcial.

No entanto, para colmatar estas lacunas e défices, recomenda-se o seguinte:

- ✓ Intensificar as ações de produção das informações e dados científicos relativos aos valores e à função da biodiversidade e promover a sua divulgação com vista a tê-lo em conta na planificação de desenvolvimento bem como a sua integração nas diferentes estratégias em prol da redução de pobreza;
- ✓ Promover a elaboração, atualização e harmonização das leis, regulamentos e normas sectoriais, nacionais de acordo com as exigências regionais e mundiais com vista a

aumentar os benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para todos, em especial na vertente de Acesso a Recursos Genéticos e à Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios;

- ✓ Reforçar as leis sectoriais e elaborar um guia específico com orientações sobre a integração dos diferentes parâmetros da biodiversidade nos procedimentos de avaliação ambiental e social, tanto estratégico e económico, nomeadamente através do estudo de impacto ambiental;
- ✓ Avaliar sistematicamente a eficácia e eficiência das medidas aplicadas bem como a pertinência das leis, regulamentos e normas existentes;
- ✓ Criar a cultura do respeito das leis e cumprimento das normas com um imperativo no sistema educativo nacional;
- ✓ Proceder a aprovação e publicação dos inúmeros anteprojetos de diplomas importantes que contempla no seu conteúdo a preservação e valorização da biodiversidade e dos recursos naturais, nomeadamente, a lei de base do turismo, a lei base do ordenamento de território, lei nacional de mangal.

Quadro Político e Diretivas:

Em termos gerais, as medidas contidas no **quadro político e diretivas**, foram avaliadas **em parte eficazes**, visto que, nos últimos anos, os novos instrumentos de política, estratégias e diretivas nacionais e sectoriais, reconhecem e integram o papel da diversidade biológica no processo de desenvolvimento, isso foi demonstrado nos seguintes documentos estratégicos:

- ✓ *Plano estratégico e operacional 2015 – 2020 “Terra Ranka”*, a diversidade biológica e o capital natural constituem um dos eixos de desenvolvimento.
- ✓ *Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística 2018-2020*, esta estratégia reconhece os indicadores estabelecidos no plano operacional terra ranka, portanto, a integração na contabilidade nacional os indicadores ambientais, ou seja, dos ativos naturais constitui um dos desafios deste instrumento.
- ✓ *Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional de Quinará 2017 – 2021*, a valorização e conservação da biodiversidade está no seu epicentro, sobretudo no que tange a criação das áreas de reservas agrícolas na região.
- ✓ *Estratégia nacional de comunicação em matéria de intercâmbio de informações sobre a biodiversidade 2015 – 2020*, visa reforçar a comunicação a volta dos valores e atributos das biodiversidades em prol de desenvolvimento económico durável.
- ✓ *Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas (2015)*, este plano prevê um aperfeiçoamento do sistema de controlo e fiscalização das pescas, no que diz respeito ao seguimento científico e de gestão de recursos pesqueiros, assim como algumas medidas com vista à utilização durável dos mesmos.

Não obstante a existência destas políticas e estratégias, ainda existem muitas lacunas que influenciam, sobretudo, no comportamento da sociedade face a preservação e valorização de forma sustentável os recursos da biodiversidade no país no qual podemos destacar:

- ✓ Ausência da política nacional do ambiente e desenvolvimento sustentável, apesar de existir um Projeto de política;
- ✓ Políticas, planos e estratégias sectoriais desatualizadas, sobretudo no que tange aos sectores como a agricultura (Carta de Política Agrária), florestas (Plano Diretor Florestal), pecuária e turismo, todas elas políticas datam dos anos 90 à 2005;
- ✓ Ausência da Política nacional de ordenamento de território, documento essencial para reduzir a pressão sobre os recursos da Terra;
- ✓ Fraca divulgação das políticas sectoriais existentes.

Tendo em consideração estes constrangimentos, propõem-se as seguintes recomendações:

- ✓ Elaborar de políticas coerentes nas áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional;
- ✓ Atualizar e aprovar a Política Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, bem como outras políticas sectoriais cujas propostas de projetos já estão disponíveis;
- ✓ Criar mecanismo de seguimento e avaliação sistemática de todas as políticas nacionais e sectoriais em função dos horizontes temporais e espaciais;
- ✓ Melhorar a divulgação de qualquer plano, política e/ou estratégia adotadas, a todos os níveis da sociedade guineense.

Quadro Institucional e Técnico:

As medidas contidas no quadro institucional e técnico foram avaliadas na sua generalidade como **inefcazes**. Apesar da elevação dos estatutos do departamento do governo responsável pela política ambiental nas sucessivas orgânicas do Estado, esta classificação deve-se principalmente à instabilidade política existente no país, senão vejamos:

- ✓ Em 2014, constou na orgânica do governo, a Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável;
- ✓ Em 2016, com o novo governo, foi criado o Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ Em 2018, com o novo Governo, passou para Secretaria de Estado do Ambiente.

No que concerne as convenções, apesar de existir inúmeros comités nacionais ligados às diferentes convenções congêneres nomeadamente, Mudanças Climáticas, Luta contra a Desertificação e Degradação das terras, Poluição (convenção de Abidjan), Zonas Húmidas de importância internacional (RAMSAR), entre muitos outros, a não criação do Comité Nacional da Biodiversidade de acordo com as exigências convencionais, contribuiu para esta classificação.

Não obstante as fraquezas discriminadas, houve alguns avanços neste domínio, nomeadamente:

- ✓ Criação do Fundo do Ambiente através do *Decreto lei nº 6/2017*, relativa a criação de um instrumento pelo qual se pode contribuir na prevenção, conservação e restauração da biodiversidade;
- ✓ Reforço da capitalização da Fundação BioGuiné, com um capital semente num valor de um Milhão e Trezentos mil euros (1.300.000 €) doados pelo Governo da Guiné-Bissau através do fundo de compensação das pescas e por outras instituições parceiras internacionais, com vista a garantir a sustentabilidade financeira das atividades de conservação da biodiversidade e das áreas protegidas.

Para melhorar a performance do quadro institucional e técnico no domínio da conservação e valorização de forma justa e equitável dos benefício oriundo da biodiversidade, grandes reformas deverão ser feitas e propõe se as seguintes recomendações:

- ✓ Criar, num curto prazo, através de um Despacho, o Comité Nacional da Biodiversidade (CNB) de acordo com as exigências e a semelhança das outras convecções;
- ✓ Criar, num curto prazo, através de um Despacho a Célula responsável pelo seguimento e avaliação da implementação da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade sob tutela do Primeiro Ministro;
- ✓ Operacionalizar o Conselho Nacional do Ambiente (CNA), órgão de carácter técnico e científico que congrega todos os decisores a nível técnico (Direções gerais e equivalentes) e suporta tecnicamente as decisões do Conselho de Ministros, sobretudo, no domínio do ambiente;
- ✓ No que tange a estabilidade governativa, institucionalizar os postos dos diretores gerais e equivalentes para que as suas proveniências sejam por via de concursos públicos.

Eixo 2: Informação, Comunicação e Educação Ambiental (05 Medidas)

Os dados que permitiram proceder a avaliação das medidas contidas neste eixo basearam-se em parte em dados factuais e foram consideradas na sua globalidade de **eficazes**.

A Lei Base do Sistema Educativo, Lei 4/2011 de 29 de Março, através do artigo 1º nº3 entende a educação como “*o direito social, reconhecido a todos, a um permanente processo formativo, com ordem à consecução do pleno desenvolvimento da personalidade humana, democracia e processo social*”. Ainda nos seus princípios gerais, Artigo 2º, a Lei afirma que “*A educação deve estimular a emergência e consolidação democrática e pluralista da sociedade*”. Neste sentido, o Programa Sectorial de Educação 2016-2025 (PSE), adotado pelo Ministério da Educação Nacional para o desenvolvimento do sector educativo baseia-se em cinco eixos prioritários de intervenção: Paz e a Boa Governança; Biodiversidade e Capital Natural; Infraestruturas e Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Humano; e Ambiente de Negócios.

A Guiné-Bissau tem políticas de Educação para a Cidadania e Ambiente (ECA), satisfatoriamente integradas no programa curricular do ensino básico (ainda não no ensino secundário), mas não são efetivamente implementadas. Isto acontece por falta de formação dos professores e de suportes pedagógicos para fazê-lo; por outro lado, porque o Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), instituição responsável pelo desenvolvimento curricular e dos suportes pedagógicos, também não dispõe de conhecimento especializado e meios suficientes para implementar aquelas políticas ou avaliar a sua eficácia através da monitorização das aprendizagens.

No entanto, existem centros de recursos em algumas escolas do ensino básico e secundário, equipados com bibliotecas, computadores e salas multiusos para professores e alunos, subaproveitados no seu potencial de apoio pedagógico e à organização de atividades de ECA na escola. O maior progresso tem acontecido no âmbito da implementação de projetos-piloto nas áreas protegidas, graças ao apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN em parceria com Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas - IBAP com as Organizações da Sociedade Civil, em particular as ONGs (Tiniguena, AD, Palmeirinha) que através de um processo participativo tem permitido produção e distribuição de manuais pedagógicos aos professores e alunos, bem como a realização de programas de comunicação para aumento de consciência e ainda visitas de estudo e de intercâmbio aos sítios do património natural e cultural.

As estratégias e ações desta ação permitiram a recolha, disseminação e troca de informação que facilitem o acesso à informação e a participação da comunidade educativa, tendo sido constituído uma rede de professores de educação e rede de ecojornalistas, facilitando as interações que devem ser estabelecidas entre o sector educativo e as entidades públicas, particularmente com a rede dos parlamentares “verdes”.

É de referir que a estratégia nacional de comunicação em matéria de intercâmbio de informações sobre a biodiversidade (2015-2020), elaborada no quadro do Projeto de Atualização da Estratégia, do Plano de Ação e Desenvolvimento do Quinto Relatório Nacional sobre a Diversidade Biológica na Guiné-Bissau, surge nessa mesma perspetiva, abordando a comunicação como um fator fundamental para a implementação do *Clearing House Mechanism* – CHM e, conseqüentemente influenciando a integração da componente biodiversidade dentro das estratégias e políticas de desenvolvimento setoriais, bem como disseminando a visão abrangente de proteção e uso racional da diversidade biológica na Guiné-Bissau. Visão essa delineada da seguinte forma “*Daqui a 2020, informações são fornecidas a todas as partes interessadas sobre os conhecimentos científicos e tradicionais, ferramentas, métodos, inovações, tecnologias e melhores práticas para a implementação de Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Diversidade Biológica*” e cuja operacionalização é baseada em três grandes eixos estratégicos, nomeadamente: (i) Disseminação de informações, conhecimentos, dados, ferramentas, tecnologias e práticas de sensibilização para a implementação da CDB; (ii)

Reforço de capacidades do centro de troca de informação, em matéria de biodiversidade e; (iii) Criação de um mecanismo financeiro para CHM da Guiné-Bissau, com vista a operacionalizar as abordagens estratégicas.

A perspetiva sobre as práticas sociais dos cidadãos, em um contexto marcado pela degradação permanente do ambiente e do seu ecossistema, cria uma necessária articulação com a produção da consciência humana sobre a educação para a cidadania e ambiente, e é nesse quadro que se lançou uma iniciativa regional na África ocidental para partilha de conhecimentos e experiências de educação ambiental com apoio da fundação MAVA, permitindo harmonização progressiva dos instrumentos de aprendizagem.

Por fim, a realização do IVº Congresso da Educação Ambiental da CPLP na Guiné-Bissau em 2019 vem trazer maior visibilidade aos esforços nacionais de promoção da educação ambiental ao nível do combate às mudanças climáticas, migrações e geração de empregos sustentáveis.

Eixo 3: Serviços dos Ecossistemas, água e Zonas Húmidas (10 Medidas)

O presente eixo foi dividido em duas grandes componentes, concernentes aos (i) Serviços dos Ecossistemas e (ii) Água e Zonas Húmidas, que integram cinco medidas que constituem grandes desafios para a implementação da EPANDB da Guiné-Bissau até 2020.

Em relação a **componente Serviços dos Ecossistemas**, a Guiné-Bissau é considerada um dos países da África ocidental com a mais rica diversidade biológica, resultante de diversos fatores ecológicos favoráveis que permitem captar e converter a energia, amplamente disponível em forma de biomassa acessível para a manutenção dos ecossistemas e para prestação dos serviços ecossistémicos, através de uma alta produção e do fluxo energético relativamente estável.

De maneira geral, as avaliações das medidas que constituem este componente, demonstram que houve fraco nível de eficácia, em consequência da falta de suportes técnicos, científicos, legislativos, entre outros, tendo sido classificadas como parcialmente eficazes.

Os dados que permitiram proceder a avaliação desta componente foram baseados em dados factuais limitados, pois constatou-se que várias atividades foram desenvolvidas por diversos sectores sociais, públicos e privados de forma desconcertada, sem comunicação e coordenação prévia e muitas das vezes as atividades são sobrepostas em um espaço geográfico. Também, constatou-se que existem poucos dados e que não estão disponíveis ao público.

Sabendo que os ecossistemas naturais fornecem bens e serviços que são benéficos para o bem-estar da comunidade. No entanto, a maioria destes bens e serviços não tem preço. Como resultado, a Guiné-Bissau ainda não definiu indicadores de valor para avaliar o que os usuários estão dispostos a sacrificar para obter ou manter a integridade dos seus recursos. Esta ausência de indicador de valor levou muitas vezes os atores económicos a atribuir implicitamente um valor zero aos bens e serviços ecológicos no momento da tomada de decisões, resultando na sobre-exploração dos ecossistemas naturais.

No caso da Guiné-Bissau, sabe-se que a economia e a sobrevivência da maior parte da população dependem diretamente da exploração da biodiversidade e dos recursos naturais. Tanto ao nível macroeconómico como ao nível local, a agricultura e a exploração dos recursos naturais constituem a base do desenvolvimento do país.

As florestas contribuem com 13,7% para o PIB e servem de fonte de alimentos e de combustível (energia lenhosa), de materiais de construção, de fibras e os medicamentos para a quase totalidade da população guineense. A recolha de plantas medicinais, está profundamente enraizada no seio das comunidades rurais do país. Para além da sua dimensão sagrada, a sua função no itinerário da iniciação e das culturas religiosas, vários serviços ecológicos são também assegurados pelas florestas.

O ecossistema do mangal “tarrafe”, é a formação vegetal mais representativa da zona costeira

da Guiné-Bissau, cobre cerca de 9% do território nacional. Os sistemas de raízes destas essências florestais são muito densos e permitem a fixação dos sedimentos, limitando assim a erosão costeira e proporcionando abrigo aos organismos de pequena dimensão. Os mangais também são um ecossistema de enorme importância para a segurança alimentar e para a conservação e refúgio da biodiversidade. Prestam ainda inúmeros serviços de manutenção e regulação, sobretudo por ser um importante sumidouro de carbono e ainda de aprovisionamento para as populações humanas costeiras.

O essencial das necessidades em proteína é assim satisfeito pela exploração de espécies e de produtos selvagens (animais de caça, peixe, mel, bivalves, carnes verdes, subprodutos de plantas como folhas, troncos, frutos, raízes e tubérculos, etc.). O peixe e os moluscos são as primeiras fontes de proteínas animais à escala do país daí a sua importância vital para a economia e a segurança alimentar das populações rurais pobres.

Vários estudos têm sido levados a cabo para determinar e/ou o potencial de riqueza natural do país, sendo que uma recente “Avaliação de serviços de provisão e de regulação nos mangais da Guiné-Bissau” realizada em 2018, em duas áreas protegidas fornece mais informações sobre este ecossistema único na Guiné-Bissau. Paralelamente instrumentos legais, tais como, os Estudos de Impacte Ambiental e os Planos de Gestão Ambiental também regulamentam ações de desenvolvimento com foco na preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Não obstante alguns avanços, a Guiné-Bissau ainda se encontra numa fase embrionária em relação à avaliação dos serviços essenciais sendo, portanto, fundamental:

- ✓ Avaliar economicamente esses bens e serviços para a tomada de decisões e para a gestão racional dos recursos naturais, permitindo assim, preservar os ecossistemas naturais e evitar incorrer em despesas significativas para a restauração dos serviços que prestam aos seres humanos.
- ✓ Avaliar em termos monetários os efeitos das atividades humanas no ambiente.
- ✓ Reforçar as componentes científicas e técnicas para uma melhor compreensão da dinâmica dos ecossistemas e dos problemas sociais e ambientais que neles ocorrem.
- ✓ Melhorar a compreensão da realidade ambiental e da diversidade biológica em estrita coloração com a comunidade local.
- ✓ Promover uma melhor compreensão dos mecanismos de valorização e pagamento dos serviços ecossistémicos.

Em relação a **componente Água e Zonas Húmidas**, o território da Guiné-Bissau possui abundantes e importantes recursos hídricos que cobrem largamente as necessidades atuais em termos de abastecimento em água, mesmo estando distribuídas de forma desigual no tempo e no espaço, com grau elevado de vulnerabilidade e com fracas capacidades adaptativas face aos efeitos das mudanças climáticas. O país está situado no espaço fisiográfico privilegiado do ponto de vista das condições edafoclimáticas, onde a precipitação anual ronda em torno de 1500 a 2000 mm por ano e, atualmente com cerca de cinco meses de precipitação. Estas características climáticas em convergência com os fatores geomorfológicos e hidrográficos fazem com que o país seja uma autêntica zona húmida, onde grandes quantidades das águas pluviais descem para o mar e assim como as águas fluviais que meandram pelas bacias hidrográficas em direção ao interior do país, inundando vastas áreas interflúvias, situadas a cerca de 100 km da costa.

Os recursos em águas superficiais são caracterizados principalmente pela existência de 2 principais rios transfronteiriços de água – Kayanga/Geba, com uma superfície de 14 900 km²

dos quais 10 mil km² no território da Guiné-Bissau e o Koliba/Corubal, com uma superfície de 26 000 km² dos quais 8 800 Km² no território da Guiné-Bissau.

Os recursos das águas pluviais, são geralmente mal aproveitadas devido sobretudo a inexistência de infraestruturas de retenção dessas águas. Sendo que as totalidades da água das chuvas drenam diretamente ao mar e somente uma pequena parte restante serve de renovação dos aquíferos subterrâneos destinados ao abastecimento de água potável.

Os recursos de água subterrâneas são geralmente abundantes, mas com baixas taxas de exploração e com um grau considerado de poluição de diversas ordens, como o problema de intrusão salina, facilitada pela pressão nas zonas costeiras.

A gestão dos recursos hídricos é partilhada ao nível institucional por diversas organizações central, regional e local, nomeadamente, Ministério dos Recursos Naturais, Direção geral dos Recursos Hídricos, Ministério da Energia e Industria, Secretaria de Estado do Ambiente, Direção Geral de Prevenção e Promoção da Saúde Pública do ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Florestas e Pecuária, Empresa Publica de Águas e Eletricidade da Guiné-Bissau (EAGB), Conselho Nacional das Águas e o Comité Interministerial da Água (CIMA).

Apesar da liberalização do sector, os principais operadores dos serviços públicos, para além da EAGB, são as comunidades beneficiárias organizadas em Associações de interesses Hídricos (AIH) nas áreas rurais, nomeadamente a ENAFUR na cidade de Gabu, ASPAAB em Bafatá, ACBD em Bambadinca e a Wede Bontche em Mansoa. Sendo que estas associações ou organizações têm o apoio de organismos internacionais tais como PLAN, SNV, TESE, Swissaid, AINDA, entre outros

A avaliação das medidas contidas nesta componente e que visam reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o seu uso sustentável concluíram que em termos de suporte técnico, legislativos e outros, foram classificadas como parcialmente eficazes. Os dados que permitiram proceder a avaliação foram baseados em dados factuais e em dados factuais limitados.

Várias atividades foram desenvolvidas sobre as temáticas da Água e Zonas húmidas por diversos sectores, nomeadamente:

- ✓ O Governo com o apoio de parceiros (PNUD e UE), elaborou a Política e o Código da Água, e atualmente esta em curso a atualização do Plano Diretor de Água e Saneamento (2012-2020).
O país é signatário de várias convenções internacionais no domínio das águas e é membro da OMVG.
- ✓ Foi constituído um Comité Interministerial das Águas (CIMA), organismo de coordenação entre ministérios e das ações ligadas ao sector da água e saneamento.
- ✓ O país é membro da Organização para a Gestão Integrada dos Recursos em Água (GIRA).
Foram reconhecidos três (3) novos sítios de importância internacional, sítios RAMSAR, nomeadamente, Reserva do Arquipélago dos Bijagós, Lagoa de Wendu tcham no Parque Nacional de Boé e o Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu.

Os obstáculos e as ameaças à implementação destas medidas são: a falta de meios financeiros e das políticas de incentivo; Défice em recursos humanos especializados, meios financeiros e materiais; Dificuldade de controlo e gestão das zonas húmidas periurbanas; Falta de engajamento político e financeiro do Estado da Guiné-Bissau.

Sendo urgente adotar as seguintes estratégias para o setor, nomeadamente:

- ✓ Aprovar e Publicar o plano Quinquenal OMD/SMDD para o sector da Água e Saneamento;
- ✓ Elaborar e atualizar os documentos de política e legislação do setor da Água, Higiene e Saneamento (Esquema Diretor da Água e Saneamento, Regulamentos de Aplicação do Código de Água) e institucionalizar o Fundo Nacional da Água;
- ✓ Redinamizar o Comité Interministerial de Água (CIMA) e o conselho nacional da Água (CNA);
- ✓ Atualizar os conhecimentos dos recursos hídricos;
- ✓ Formar, reciclar, capacitar e enquadrar os recursos humanos para o setor dois recursos hídricos e saneamento.

Eixo 4: Produções, consumos e sustentáveis e Boas práticas (18 Medidas)

O regime produtivo e alimentar das comunidades guineenses está intimamente ligado a um conjunto de fatores que passam pelas formas de ocupação dos solos, e as culturas produtivas, as tradições culturais a elas associadas, os mecanismos de mobilização da mão-de-obra, geração de renda, poupança e investimento, e as prioridades de consumo (Governo da Guiné-Bissau, 2019).

A Guiné-Bissau é um país cuja atividade agrícola constitui a principal base da economia, sendo responsável por cerca de 60% do PIB e por mais de 90% das exportações (DENARP 2, 2011-2015, p.1). O regime produtivo predominante é a agricultura pluvial, com apenas um ciclo anual de culturas que beneficiam de uma pluviometria abundante e de superfícies cultiváveis importantes e férteis (Carta de Política de Desenvolvimento Agrário da Guiné-Bissau, Ministério do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, 2002: 3).

O excessivo peso da produção manual em todas as fases da atividade agrícola tem um impacto negativo em termos de saúde pública, mobilização da mão de obra devido ao desgaste físico e envelhecimento acelerado e precoce de homens e mulheres, motivando ainda o êxodo rural. A mobilização da mão-de-obra no sistema de produção tradicional tinha uma sustentabilidade baseada em corporativismo e solidariedade. Atualmente, devido ao fenómeno do êxodo rural sobretudo dos jovens, há um encarecimento da mão-de-obra.

Neste sector, ainda são encontrados problemas associados à acessibilidade de técnicas de produção devido a um desconhecimento por parte dos produtores das novas técnicas de produção agrícola, nomeadamente aquelas de base agroecológica, bem como o uso tecnologias favoráveis e adaptadas para maior produção e salvaguarda da saúde dos solos e dos ecossistemas. O recurso aos produtos químicos de síntese são ainda os mais privilegiados em detrimento dos agroecológicos e orgânicos.

Segundo a análise da fileira de arroz (Ministério da Economia e Finanças, 2003), estima-se que cerca de 99% da produção e da produtividade agrícola depende do nível de precipitação, embora pudesse ser incentivado o uso de mecanismos de rega. Entretanto, mais de 80% da população vive de recursos agro-silvo-pastoris que dependem de fatores etnoculturais e antropológicos fortemente baseados em aspetos tradicionais. Por exemplo, o sistema de produção do arroz de planalto é caracterizado por ser uma prática cultural extensiva, essencialmente assente na conquista de terras cultiváveis com recurso à queimada, ou seja, corte-queimada-cultivo de arroz seguido depois pela plantação do caju ou posio. O impacto ambiental deste sistema baseia-se na perda da cobertura vegetal e da diversidade biológica, bem como na perda de capacidade produtiva do solo, resultando em mudanças climáticas. O saber tradicional deve ser recuperado e deve aliar-se aos conhecimentos atuais e às tecnologias de conservação ambiental.

Atualmente, a ausência de investimento e acesso ao crédito agrícola provocou maior adesão a exploração de culturas de renda, neste caso a monocultura de caju provocando desflorestação a

um ritmo galopante, perda da biodiversidade e menor acesso ao consumo diversificado, equilibrado e sem dependências do mercado. Nesta base, torna-se necessário o ordenamento do território, com vista à estruturação das terras agrícolas, em particular no que tange ao zoneamento agrícola por tipos de culturas e o acompanhamento técnico aos agricultores.

Um outro elemento crítico a questão da produção e com incidência nos processos de consumo sustentáveis, tem haver com a baixa produtividade alimentar associada a perda pós-colheita devido as pragas e doenças existentes nos ambientes circundantes, estando os camponeses desprovidos de mecanismos imediatos de prevenção e de combate biológico, mediante a desestruturação das entidades competentes, gerando assim uma enorme insegurança produtiva.

Contudo, tem surgido iniciativas diversas e encorajadoras de produção local, sustentável e com tecnologias adaptadas em algumas regiões de país explorando cadeias de mercados, através de iniciativas de ONGs com indicadores de sucesso, quer através de recuperação de espaços produtivos como forma de prevenção de efeitos de mudanças climáticas, construção de infraestruturas modernas de produção e transformação de produtos da biodiversidade, como em termos de influencia de políticas públicas de consumo local e natural, com destaque para compra locais de alimentos dos camponeses oriundos da agricultura familiar para as cantinas escolares, instituição do dia de consumo nacional e ainda fortes campanhas de sensibilização sobre valorização socioeconómica dos produtos nacionais (i.e. kil ki di nos ten balur).

Um dos grandes desafios dessas iniciativas é a sua integração nas políticas públicas e criação de mecanismos para a sua durabilidade e coordenação. Um dos setores mais importantes para o efeito é o sistema educativo onde estão a ser procedidas reformas para que seja integrado o novo plano curricular a disciplina de educação alimentar e nutricional. Pois, conjugando estes fatores que o regime alimentar obedece a uma racionalidade baseada no consumo de quantidades suficientes em épocas de abundância, o que permite gerar força de trabalho motivado e não por um regime de diversificação alimentar que permite aumentar a qualidade nutricional. Aliás, a dimensão nutricional, em termos de racionalidade, não é tida em conta por causa dos baixos conhecimentos das comunidades guineenses, imbuídos culturalmente pelo consumo excessivo de arroz representando 75% do consumo atual de cereais, o que equivale a 130 mil toneladas anuais, ou seja, 130 kg por pessoa por ano, quando o país tem défice de cobertura situando-se na ordem de 45 mil e as 60 mil toneladas por ano (Ministério da Economia e Finanças, 2003: 1).

Um outro desafio que o país terá que ser capaz de superar tem haver com o modelo de produção e consumo energético. Segundo os dados, a lenha e o carvão são a principal fonte de energia doméstica na Guiné-Bissau utilizada por cerca de 96% da população (INE, 2010). A lenha é, sem sombra de dúvidas, o principal combustível doméstico utilizado para cozinha principalmente nos meios rurais, e agora, com a proliferar da indústria de panificação e de confeitaria, regista-se um forte aumento do consumo desse produto nos grandes centros urbanos especialmente em Bissau e nos meios rurais pois, aí é a única fonte de energia doméstica (Tiniguena, 2017). O mais preocupante, é de que, os atores que atuam no setor florestal, os industriais madeireiros em especial, não têm o mínimo conhecimento técnico-científico e da dinâmica dos povoamentos florestais e nem dispões de assessoria técnica nesse sentido, nem da parte da DGFF e muito menos por iniciativa própria. Ignoram por completo de que, a intensidade de corte, quer pela agricultura itinerante, quer para a produção de lenha e carvão.

Será fundamental a mudança do modelo de produção energético associado a melhoria do processo de atribuições das licenças na exploração florestal associado à adoção de tecnologias mais modernas e de baixo custo como uso de fogões melhorados para favorecer redução da pressão florestal, melhoria da saúde das mulheres e crianças e economia da energia.

Eixo 5: Sistema Agro-Silvo-Pastoril (22 Medidas).

Este eixo foi dividido em quatro (4) grandes componentes, que foram avaliadas separadamente,

nomeadamente: Florestas, agricultura, pecuária e Espécies Exóticas Invasoras.

Componente Florestal, de uma forma geral, todas as medidas tomadas foram em parte eficazes, mas isto deve-se principalmente ao facto de que uma boa parte das ações destas medidas serem parte de atividades recorrentes implementadas nas instituições sectoriais vocacionadas para o efeito. Ou seja, as ações executadas foram específicas e localizadas mais a nível de projetos, e não uma cobertura nacional, a título de exemplo:

- ✓ Inventário florestal realizado apenas nas Áreas Protegidas (Dulombi-Boé-Tchéché - 2015/ Parque Natural das Lagoas de Cufada - PNLC - 2018 / Parque Nacional de Cantanhez - PNC - 2018);
- ✓ Levantamento da Cobertura do mangal do Rio Cacheu (2016) – PNTC realizado no âmbito do projeto Gestão Sustentável dos Recursos Florestais do PNTC;
- ✓ Atividades de repovoamento florestal e do mangal mais notórias nas Áreas Protegidas, no qual são realizadas em colaboração com Gabinete de Planificação Costeira - GPC, ONGs, comunidades residentes, os agrupamentos juvenis “CNJ, RENAJ, Escuteiros, etc;
- ✓ Promoção de ações com vista a diminuição do uso do material lenhoso, realizada mais a nível do Sistema Nacional de Áreas Protegidas - SNAP, também em algumas cantinas escolares e em alguns quartéis, no qual se promoveu o uso de fogões melhorados;
- ✓ Distribuição de alguns Kits no âmbito do Pró-gás “Projeto de Desenvolvimento de Energias Domésticas Sustentáveis da Cidade de Bissau”;

A falta de capacidade financeira nas instituições vocacionadas para a execução de medidas com abrangência a nível nacional, foi o fator condicionante para que a sua eficácia seja plena. Isto porque a maioria destas medidas depende em boa parte da capacidade externa. Por exemplo (a realização do inventário florestal a nível nacional, o zoneamento agroecológico do país; realização do FREL nacional, plano de recuperação de grandes áreas degradadas, implementação de programas e ações que promovam a utilização de fontes de energias alternativas “Pro-gás” ...). Em razão disto recomenda-se:

- ✓ A criação de capacidades técnicas nacionais para a realização de muitas atividades dependentes do exterior;
- ✓ A criação de uma estrutura nacional de coordenação das ações similares realizadas em várias instituições;

Entretanto, vale ressaltar que os últimos quatro anos foram bastante conturbados, com 5 diferentes governos todos sem aprovação do programa e orçamento, o que condicionou imensamente a execução de medidas que exigisse maior cunho científico e académico, relegando-os a segundo plano em detrimento de ações sociais como pagamento de salários, fornecimento regular de energia elétrica, água, etc.

Com o atual cenário, continuarão ações degradantes como a agricultura com base no derrube e queimada da biomassa vegetal; a expansão desenfreada de pomares de caju; a crescente produção de lenha e carvão vegetal para uso doméstico como fonte de energia; a exploração galopante da madeira para exportação; a demanda incessante do cibe e da palmeira natural para construção de habitações; o pastoreio extensivo; o aparecimento de novos aglomerados populacionais, etc.

Componente Agrícola, o zoneamento agroecológico é um dos mais importantes instrumentos de apoio à atividade agrícola, é realizado a partir do conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades ambientais de determinada região, especialmente do comportamento e das características do clima, do solo, da vegetação, da geomorfologia, e com foco na aptidão das terras para uso agrícola.

Apesar de figurar como a prioridade das prioridades do Ministério de Agricultura, infelizmente o país ainda não conseguiu realizar o seu zoneamento agroecológico a nível nacional, o que tem assistido até aqui são ações pontuais, realizadas mais no âmbito de projetos, como por exemplo, o Projeto ACTIVA, no qual foi realizado zoneamento agroecológico nas regiões de Bafatá, Quinará e Tombali, também no âmbito do PADES está prevista esta realização para algumas localidades nas Regiões de Quinará, Tombali e Bolama, etc. Em razão disto pode-se considerar que a medida tomada foi em parte eficaz, devido a implementação pontual em algumas regiões.

O principal constrangimento para não aplicação eficaz desta medida prende-se com a falta de capacidade interna para a sua realização.

A implementação desta medida irá contribuir significativamente não somente nos ganhos agronómicos, mas também para estancar a ocupação anárquica de terras principalmente para fins de cajucultura, no qual não são respeitadas as aptidões agronómicas, e também reduzir frequentes conflitos entre criadores de gado e os agricultores principalmente nas regiões de Oio, Bafatá e Gabu.

Componente Pecuária, de forma geral, as medidas foram avaliadas de parcialmente eficazes, sendo os dados factuais muito limitados.

No que concerne as medidas relativas a utilização segura da biotecnologia para melhorar a segurança alimentar e a resiliência da agricultura às alterações climáticas, foi considerada ineficaz porque o país não dispõe de capacidades técnicas e humanas no domínio da biotecnologia e melhoramento genético. Apenas são realizadas as ações de multiplicação de sementes e propágulos vegetais nos centros de Contuboeil, Caboxanque, Carantaba e Coli. Vale ressaltar que estes centros carecem de capacidades técnicas para cumprirem com seus mandatos

Como recomendação, é importante dotar as instituições vocacionadas como Instituto Nacional de pesquisa Agrária - INPA, Direção Geral da Pecuária, etc de meios necessários para poder retomar a pesquisa de melhoramento de raça de gado bovino, alargar o melhoramento a animais de ciclo curto, melhoramento e produção de sementes alimentares, criação de jardins botânicos nas regiões, etc.

Outras medidas contidas nesta componente fazem parte de atividades recorrentes implementadas nas instituições sectoriais, nomeadamente, no âmbito da promoção de conhecimentos sobre recursos genéticos de animais existentes no país. A Direção geral da Pecuária - DGP tem feito a caracterização morfogenética de ruminantes e bovinos; a caracterização bovina e ovina; foram analisadas 4 zonas agroecológicas e 4 zonas de produção animal. A nível vegetal foram realizados inventários florestais nas Áreas Protegidas, muitas publicações sobre a valorização dos recursos florestais em termos de farmacopeias (mensinhos do PNMVJP, PNO, Cacheu).

Relativamente ao recenseamento das raças em risco, especificar a natureza dos riscos, assim como as medidas de preservação apropriadas, esta medida está a ser parcialmente realizada pela DGP, através do serviço de proteção epidemiológico, no qual se identificou a raça “Damu manjaku” como uma raça bovina em risco.

No âmbito da elaboração e implementação de planos de gestão da diversidade genética de plantas e animais domésticos ameaçados, existe um código de pecuária validado em 2018 que está a aguardar pela aprovação no Conselho de Ministros, também existe um Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) e Carta de Política Agrícola, já desatualizada.

Sobre o melhoramento genético das raças locais e a introdução de raças melhoradas de animais de ciclo curto, esta medida está a ser recorrente em algumas comunidades, graças ao apoio de projetos financiados pelos parceiros do desenvolvimento como EU, LVIA, ADPP, Manetese, etc, no qual estão a ser introduzidos galos melhorados no meio camponês com vista a melhorar as raças locais.

Como recomendação, é preciso começar a definir e melhorar a performance das raças de

animais tornando-lhes aptas em produção ou de carne ou de leite.

Outras medidas foram consideradas eficazes nomeadamente no que concerne a criação de meios para tratar, reservar e analisar dados e estabelecer um sistema de alerta rápido para raças de animais e espécies vegetais em perigo. No âmbito da pecuária, existe uma rede de vigilância e um sistema de alerta rápida no domínio da saúde animal; Para a proteção vegetal, também existe um sistema de alerta junto dos serviços de Proteção Vegetal, no qual se fazem intervenções nos campos agrícolas das comunidades, combatendo as pragas/doenças observadas.

Portanto recomenda-se de melhorar o sistema de intervenção tanto vegetal como animal, muitas das vezes feitos tardiamente, quando os danos já são evidentes.

As ações referentes à regeneração e conservação de germoplasma de variedades já introduzidas no meio camponês, já estão a ser implementadas nos diferentes centros pertencentes ao INPA (Cole, Contuboele e Caboxanque), Ministério de Agricultura (Carantaba), e pelas ONG como Guiarroz, Aprodell, etc, no qual fazem multiplicação e distribuição de sementes agrícolas para os agricultores tradicionais. Recomenda-se dotar estes centros de capacidades técnicas em qualidade e quantidade necessária no domínio de pesquisa.

Componente Espécies Exóticas Invasoras (EEI), segundo a Convenção da Diversidade Biológica, as Espécies Exóticas Invasoras são aquelas provenientes de outras regiões geográficas e que entram e adaptam-se bem em outras regiões, onde não ocorriam antigamente, proliferando-se sem controlo e passam a representar uma grande ameaça para as espécies nativas, para a saúde humana e as atividades socioeconómicas, sobretudo na agricultura e pecuária e para o equilíbrio dos ecossistemas, ocupam e transformam os habitats para sua melhor adaptação.

Apesar de ainda não existir uma definição consensual sobre as EEI, vários estudos apontam que é a segunda causa maior da perda de biodiversidade ao nível global, depois da desertificação.

Na Guiné-Bissau, a problemática das Espécies Exóticas Invasoras é mais ressentida ao nível dos setores agrícola e pecuária, sobretudo nas últimas décadas, através dos prejuízos que causam diretamente nestes sectores tradicionais e de subsistências das comunidades locais e de suma importância para economia nacional. Quase sempre, ou melhor anualmente, as instituições competentes dos Serviços da Proteção Vegetal e as dos Serviços concernentes da Direção Geral da Pecuária são confrontados aos fracos meios logísticos e técnicos na luta contra os invasores, os insetos e pragas que atacam as espécies frutícolas e cerealíferas e na luta contra as pestes bovinas, caprinas e suínas, que provocam grandes prejuízos económicos, incalculáveis ao nível nacional.

Entretanto, ao nível das espécies vegetais, foram identificadas cerca de quatro dezenas de espécies exóticas potencialmente invasoras e algumas delas com grande capacidade de adaptação e de multiplicação. Muito recentemente, um artigo foi publicado na *BioInvasions Record* (vol.8) sobre os primeiros registos e tendências de expansão da *Chromolaena odorata* na Guiné-Bissau (Catarino L, Indjai B, Duarte MC, Monteiro F, 2019). Uma Espécie Exótica Invasora de origem Americana, que foi acidentalmente introduzida em 1937 na Nigéria e que atualmente invade vários países da África ocidental.

As medidas relativas as EEI constituem grandes desafios para o país. Os principais obstáculos na implementação deste conjunto de medidas foram os seguintes: Falta de uma legislação atualizada sobre as EEI; Falta de prioridade na agenda do governo sobre as EEI; Falta de meios financeiros e materiais para um controlo efetivo e eficiente das EEI ao nível nacional; Falta meios financeiros para desenvolver pesquisas e inventariação das EEI; Falta de conhecimento profundo da biologia e ecologia das EEI; Falta de recursos humanos e materiais (reagentes) para fazer funcional o laboratório de biossegurança e Falta de um sistema de alerta precoce e controlo eficiente das EEI.

Porém, as recomendações identificadas são: Melhorar o conhecimento sobre as EEI; Atualizar a legislação sobre EEI; Colocar as EEI na prioridade dos ministérios concernentes; Afetar meios financeiros e equipamentos de combate e controlo das EEI aos Serviços de Proteção Vegetal; Governo em colaboração com o setor privado devem tomar o engajamento mais sério no combate as EEI; Apoiar as iniciativas de pesquisas em curso sobre as EEI; Partilha de informações sobre as EEI no âmbito nacional e sub-regional; Reforço de capacidades técnicas e material em biossegurança e operacionalização do único laboratório de Biossegurança existente ao nível nacional que depara com falta de técnicos e reagentes; Intensificar o controlo das EEI ao nível das fronteiras nacionais.

Eixo 6: Recursos Pesqueiros e Marinhos (08 Medidas).

Relativamente ao sector pesqueiro, a avaliação foi baseada em dados factuais, sendo que as medidas nela contidas foram consideradas **Eficazes**.

O Plano estratégico de desenvolvimento das pescas da Guiné-Bissau (2015 – 2020) tem sido o documento orientador das ações deste sector nestes últimos anos e cujo objetivo é de “Alcançar uma exploração económica e ambientalmente sustentável dos recursos marinhos que contribua de forma crescente para o desenvolvimento da economia e do bem-estar nacionais”. Neste contexto, muitas ações foram implementadas nomeadamente:

- ✓ A campanha de avaliação científica dos stocks de demersais na Zona Económica Exclusiva (ZEE) da Guiné-Bissau realizada em 2018 e cujos resultados permitiu atualizar as estimações globais destes recursos em 300.008 toneladas. Ainda do ponto de vista batimétrico, as maiores biomassas estiveram no estrato profundo (200 – 500 metros). Estes resultados da biomassa total, foram três vezes superiores aos estimados em 2017 devendo-se a diminuição dos esforços de pesca em 2018 por parte da União europeia e da China. O resultado dos estudos irá dar orientações claras sobre as medidas de exploração e a gestão do esforço de pesca.
- ✓ No que concerne a pesca artesanal com direitos de pesca exclusiva dentro das 12 milhas náuticas com algumas restrições nas áreas protegidas, o inquérito socioeconómico, realizado pelo CIPA em 2011, estimou em 4.142 e 22.137 o número de pescadores artesanais nacionais e estrangeiros população dependente, respetivamente. O número de embarcações de pesca artesanal em 2011 foi de 1.520, dos quais apenas 16.2% são motorizadas, pertencentes na sua maioria aos pescadores estrangeiros. E indicam uma captura estimada a 21.895 toneladas, sem contar as capturas desembarcadas e comercializadas nos países vizinhos, Senegal e Guiné-Conacri.
No que concerne os acordos de pesca:
- ✓ União Europeia: Existência de acordo de pesca quinquenal (2018-2023) entre a EU e a Guiné-Bissau, baseada no reforço da cooperação no desenvolvimento da pesca sustentável através da implementação da estratégia nacional das pescas e da Economia azul. Com uma contribuição financeira anual de 15.6 milhões de Euros e dando acesso as espécies pelágicas e demersais de forma regulamentada e transparente.
- ✓ Reforço da estrutura de Fiscalização através da construção de centros de vigilância e bases avançadas de fiscalização nas zonas estratégicas, aquisição de novos meios de fiscalização, reforço de capacidades técnica. O que permitiu introduzir melhorias significativas nas atividades de fiscalização e no combate a Pesca Ilegal Não Declarada e Não Regulamentada (INN) na ZEE da Guiné-Bissau.
- ✓ Implementação de diversas iniciativas através de projetos, tais como, cogestão das pescarias nas rias da Guiné-Bissau (Buba, Cacine e Cacheu), apoio a Valorização e Gestão Durável dos Produtos da Pesca Artesanal, melhoria da proteção dos parques naturais e o desenvolvimento da pesca artesanal, apoio à pesca de pequena escala e à construção do porto de pesca de Alto Bandim, em Bissau para servir as frotas industriais e artesanais.

- ✓ Implementação d 1ª fase do Programa Regional de Pescas da África Ocidental (PRAO) financiado pelo Banco Mundial e que agrupa os sete países da Comissão Sub-Regional das Pescas - CSRP e visa aumentar de forma sustentável a riqueza total gerada pela exploração dos recursos haliêuticos marinhos identificados como alvo nos países participantes e a proporção dessa riqueza por eles captada. Tendo como principais componentes: (1) Boa governação e gestão sustentável das pescarias; (2) Redução da pesca ilegal; (3) Aumento da contribuição dos recursos pesqueiros marinhos para as economias nacionais; e (4) Coordenação, monitorização e gestão do programa.
- ✓ Continuação da colaboração e do intercâmbio de conhecimentos e experiências ao nível do Rede das Áreas Marinhas Protegidas da África Ocidental – RAMPAO.

Contudo, nos últimos anos, ainda se registrou muitos obstáculos na implementação do quadro legislativo e regulamentar devido a fraca presença das autoridades competentes da fiscalização nas zonas de pescas e da instabilidade política que o país conheceu no passado recente.

O sector das Pescas é considerado como estratégico no plano geral de desenvolvimento do país, reforçando a sua contribuição para as receitas fiscais e obtenção de divisas para a Guiné-Bissau. Por outro lado, é um sector importante na estratégia nacional da luta contra a pobreza e na segurança alimentar do país. Assim sendo existe toda a necessidade de reforçar os conhecimentos relativos as espécies marinhas e as interações tróficas e dos parâmetros oceanográficos, reforçar a cooperação científica para a prossecução da avaliação de stocks e o reforço de capacidades dos quadros nacionais.

Eixo 7: Biodiversidade e Áreas Protegidas (21 Medidas).

As informações existentes e que permitiram proceder a avaliação das medidas contidas neste eixo foram consideradas factuais.

Para melhor compreensão da avaliação, este eixo foi dividido em duas (2) grandes componentes e foram avaliadas separadamente, nomeadamente: Biodiversidade nacional e Áreas Protegidas.

No que diz respeito à **Biodiversidade nacional**, as medidas tomadas para a sua conservação foram em **grande parte eficazes**, uma vez que se procurou integrar o conhecimento e os saberes ancestrais em matéria de gestão dos espaços e recursos e mecanismos mais modernos de gestão, sobretudo no sentido de diminuir a pressão sobre a biodiversidade e os ecossistemas e os recursos naturais em geral, e assegurar uma governação mais integrada e participativa. Estas experiências foram mais intensivas ao nível das áreas protegidas, considerada ao nível nacional como o principal instrumento de conservação da biodiversidade, e na qual se encontram em desenvolvimento vários modelos exemplos e pilotos de gestão da biodiversidade e dos recursos naturais. Algumas fontes de pressão antrópica continuam a existir e decorrem das atividades agrícolas, pesca e construção de infraestruturas. Na agricultura e pescas são essencialmente o uso de métodos ancestrais e artes de pesca desaconselháveis que estão na origem desta fonte de pressão. No caso das infraestruturas é a realização tardia de EIAs, e/ou quando são realizadas é a falta de capacidade de monitorar e seguir os Planos de Gestão Ambiental e Social. Outra grande fonte de pressão é provocada pela grande concentração das populações na zona costeira e em especial nas grandes cidades provocando o aumento da procura de alguns recursos naturais e algumas espécies a exemplo dos materiais energéticos lenhosos, materiais de construção tais como o cibe (*Borassus aethiopicum*), etc.

As populações, ou seja, as comunidades foram incentivadas a melhorar a gestão dos seus respetivos territórios, a conservação dos seus sítios naturais sagrados, a criar florestas comunitárias, a controlar as queimadas, fatores que em geral contribuíram para a manutenção e conservação da biodiversidade. Com o apoio de algumas ONGs nacionais (KAFO, ADCTAL,

Sahel 21) foi possível criar 104 florestal comunitárias em diferentes regiões do país e geridas pelas comunidades locais. Em alguns casos foi possível realizar medidas de repovoamento florestal com o apoio das comunidades, ONG's a exemplo do Mangal, cibes e outras espécies silvestres, na qual se registou um grande sucesso, sobretudo na Região de Cacheu, Quinara e Tombali.

Aliás em relação aos ecossistemas do Mangal contrariamente as tendências de degradação dos outros países registou-se nos últimos anos um aumento considerável da sua superfície, contribuído naturalmente com as suas funções na proteção da zona costeira. Foi elaborado uma lei para a proteção do mangal cuja discussão está em curso. Pontualmente foram realizados alguns inventários florestais que culminaram com a elaboração de planos de gestão e planos de monitoria e seguimento florestal, nomeadamente no PNTC, PNLC, PNC e no Complexo DBT. Foi elaborado a “Linha de Referência de Emissões florestais” no PNTC e no PNC tendo em vista a entrada no mercado de carbono e a mobilização de recursos financeiros para incentivar a conservação no seio das comunidades rurais.

O conhecimento sobre a biodiversidade aumentou consideravelmente nomeadamente em relação a algumas espécies, devido as ações de pesquisa realizadas e em curso nomeadamente sobre as tartarugas marinhas com uma grande focalização nas Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), espécie que em termos numéricos mais frequenta as águas e as praias da Guiné-Bissau e que apesar de desovar em muitas praias das ilhas Bijagós e também do continente, é no Ilhéu de Poilão no PNMJVP que a maior parte das tartarugas prefere desovar, onde todos os anos o número de ninhos varia entre 4.000 a 40.000; Chimpanzés e outros primatas, para o caso do chimpanzé, todo o sudoeste da Guiné-Bissau é considerada uma zona crítica para a sua conservação; a subespécie de papagaio cinzento (*Psittacus timneh*), aves migradoras do norte da Europa e residentes; O manatim ou peixe boi (*Trichechus senegalensis*), muito comum nas águas interiores da Guiné Bissau, o hipopótamo, entre outros.

Atualmente está a ser desenvolvido um sistema de base de dados com indicadores de seguimento ecológico de espécies de fauna e flora prioritárias para o Sistema Nacional de Áreas Protegidas – SNAP. Esta base de dados poderá ser posteriormente consolidada a adaptada ao nível nacional.

As campanhas de pesca permitiram de forma regular obter informações sobre a biomassa e as espécies de peixe existentes nos diversos ambientes marinhos.

Foi confirmada a presença de uma pequena população de Leões e de Elefantes que carecem de medidas mais draconianas para a sua conservação pois existe um risco muito grande do seu desaparecimento do território da Guiné-Bissau.

Embora que pontualmente, foram igualmente estudados o coberto vegetal, a composição florística de algumas formações vegetais e o uso de algumas espécies, nomeadamente na farmacopeia tradicional. Aliás o Sistema Nacional de Áreas Protegidas é hoje mais representativo em termos de ecossistemas existentes e característicos ao nível nacional. Ou seja, amostras dos ecossistemas insulares e marinho costeiros aos ecossistemas do interior continental, podem ser encontrados no SNAP.

O Pau-sangue (*Pterocarpus erinaceus*), espécie muito procurada pelo mercado chinês e que foi objeto de cortes abusivos, foi incluída no Anexo II da CITES e em conjunto com outras espécies produtoras de madeira foram objetos de uma moratória de cinco anos, nomeadamente no sentido de acabar com os cortes abusivos e permitir a implementação de reformas e a reestruturação do sector florestal.

As pesquisas realizadas, algumas utilizando inovações tecnológicas, forneceram elementos de extrema importância sobre a distribuição espacial de algumas espécies ao nível nacional e entre países (caso das tartarugas marinhas, as aquáticas migradoras, chimpanzés, entre outros). As diferentes informações facilitarão na elaboração duma lista vermelha da Guiné-Bissau e na melhoria da capacidade de gestão de populações de algumas espécies em declínio.

Os resultados das pesquisas acima referidas assim como outras medidas de gestão da biodiversidade são amplamente disseminados ao grande público e decisores políticos. Entretanto outras áreas de investigação carecem de reforço da capacidade técnica e científica.

Incentivou-se igualmente como forma de proteção da vegetação e expansão da base de rendimento das comunidades a produção, a transformação e a venda de produtos florestais não lenhosos, muito procurados ao nível nacional e sub-regional e que contribuem para a melhoria da segurança alimentar das comunidades.

Em geral o quadro institucional e jurídico regulamentar carece respetivamente de reforma e atualização por forma a suprimir as fragilidades e as lacunas existentes. Os principais obstáculos e/ou ameaça reside na grande fraqueza das estruturas de gestão da biodiversidade fora das áreas protegidas e das terras nomeadamente, em termos de capacidade de implementação de leis e regulamentos relativos ao sector florestal, a caça e ao fundiário. A lei do fundiário apesar de ter sido aprovada no ano 1998, só recentemente no corrente ano, foi oficialmente regulamentada, o que irá permitir uma maior regulação do uso do espaço agrícola e uma melhor distribuição das terras contrariamente as tendências atuais. Igualmente importante é a necessidade de reforçar o papel das comunidades na gestão da biodiversidade e dos recursos naturais. No atual contexto de alterações climáticas tona-se pertinente reforçar a capacidade de adaptação e aumentar a capacidade de Resiliência das comunidades.

Salienta-se a necessidade de a médio e longo prazo de criar um santuário para apoiar os processos de treinamento e reintrodução de algumas espécies capturadas no seu ambiente natural a exemplo de filhotes de chimpanzé.

No que concerne a componente **Áreas Protegidas**, a República da Guiné-Bissau registou os maiores sucessos uma vez que as medidas tomadas foram **muito eficazes**, tendo ultrapassado os compromissos tomados pelo país em 2010 em Nagoya.

Foi cumprida o engajamento internacional da Guiné-Bissau em estender a superfície do SNAP de cerca de 15 % para 26,3 % da superfície do território nacional, aumentando de forma significativa a representatividade dos ecossistemas no interior do SNAP. As novas áreas protegidas criadas no âmbito desta extensão, localiza-se na bacia do Rio Corubal um conector de extrema importância ao nível sub-regional, nomeadamente em relação a grande fauna migradora. Estes novos parques de nova geração integram corredores ecológicos, para aumentar a conectividade entre os parques do interior continental e os parques mais costeiros.

A maioria destes parques funcionam regularmente com a aplicação dos seus principais instrumentos de gestão a saber a o Decreto-lei das Áreas Protegidas, os respetivos decretos de criação, os planos de gestão, os planos de zonagem, os regulamentos internos e os respetivos planos de negócio. As efetividades das AP são avaliadas periodicamente. Todas elas funcionam de forma inclusiva e participativa envolvendo as comunidades e seus representantes, o Estado as ONG's e representantes da sociedade civil.

Ações de patrulhamento e fiscalização são regularmente desenvolvidos respetivamente em terra e no mar por forma a impedir perturbações e danos no interior dos parques do SNAP.

Há quase de forma permanente ações de pesquisa em cursos, em parceria com instituições de pesquisa nacionais, sub-regionais e europeias, as quais irão ser complementados com a implantação de um Sistema de Monitoria e Seguimento do SNAP com base em indicadores ecológicos, económicos e sociais específicos para cada uma das AP do SNAP, o que permitirá monitorar e seguir a eficácia de gestão de cada área protegida.

A valorização do potencial ecoturístico do SNAP encontra-se em curso, nomeadamente através da ampliação das ofertas ecoturísticas e o reforço no enquadramento jurídico-legal desta atividade. Salienta-se que houve um aumento considerável do fluxo turístico nos últimos anos, e sobretudo tendo como destino as AP do SNAP.

O maior risco do SNAP é a durabilidade financeira, uma vez que funciona com base em

projetos. As ameaças decorrem da fraca capacidade de implantação de marcos físicos para a delimitação do parque e das suas diferentes zonas. É de salientar que alguns parques ainda não dispõem de sede própria e de número adequado de postos de guarda. Um outro risco importante é a construção de infraestruturas, especialmente estradas que em alguns casos atravessam algumas áreas protegidas, facilitando o acesso e a criação de aglomerados populacionais que impactam sobre a gestão e os recursos dos parques.

As lacunas mais importantes prendem-se com a falta de infraestruturas, a qualidade dos recursos humanos, os fracos investimentos na conservação e a fraca capacidade científica das instituições nacionais para a produção de conhecimento sobre determinado grupo de espécies a exemplo das espécies carnívoras, os grandes herbívoros e algumas espécies aquáticas a exemplo do manatim.

Apesar da criação da Fundação BioGuiné (FBG) como mecanismo alternativo de financiamento das atividades de conservação da biodiversidade ainda perdura o risco de sustentabilidade financeira do SNAP, devido ao fraco ritmo de capitalização desta fundação e a grande dependência em relação a projetos de curta a média duração.

Pela extensão do SNAP a 26,3 % do território nacional através da criação de 5 novas unidades de conservação, ou seja, dois parques nacionais e três corredores ecológicos, a perspectiva de nomeação da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós como sítio de Património Natural mundial e a perspectiva de criação de uma nova reserva de biosfera nas “Ilhas do Chão de Manjaco” há a necessidade de reforçar o equipamento, as infraestruturas, os recursos humanos e financeiros do SNAP na sua globalidade.

Eixo 8: Ameaças (Mudanças climáticas e Poluição) e mecanismos inovadores (14 Medidas)

Este eixo foi dividido em três (3) componentes nomeadamente: Mudanças Climáticas, Mecanismos inovadores e Poluição.

No que concerne a componente **Mudanças Climáticas**, a avaliação foi baseada em dados em parte factuais, sendo que as medidas nela contidas foram consideradas em **parte eficazes**.

No plano internacional, a Guiné-Bissau ratificou a Convenção CQNUMC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas) e o Protocolo de Kyoto e, neste quadro tem participado ativamente nas Conferências das Partes (COP), palco das negociações internacionais sobre a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

A nível nacional, foram realizadas avaliações e pesquisas sobre a vulnerabilidade, os riscos e os métodos de adaptação para a melhoria da resiliência dos ecossistemas prioritários. Sendo um país vulnerável, esforços foram envidados para uma maior mobilização de fundos para projetos e programas de resiliência e adaptação às mudanças climáticas, nomeadamente:

- ✓ Moratória sobre a proibição durante cinco (5) anos de abate de árvores no país desde 2015;
- ✓ Programa de “Recuperação, plantação e repovoamento do mangal”, em diferentes zonas do país e em especial nas zonas costeiras; associadas a ações de pesquisas no terreno e implementação de uma nova técnica denominada Regeneração Natural Assistida (RNA), em colaboração com ONG nacionais e internacionais e com uma forte componente integração das comunidades locais;
- ✓ Programas de redução de emissões de Gases com Efeito de Estufa têm sido desenvolvidos no país através de projetos de desenvolvimento em energias domésticas sustentáveis a exemplo do projeto “FUMUKABA” financiado pela EU e Fundação GALP e implementada na cidade de Bissau em 2018 estando prevista a extensão para outras zonas geográficas do país;
- ✓ Lançamento de projetos na área de Energias Renováveis, com a construção de centrais solares fotovoltaicas em Bambadinca de 312 KW, em funcionamento desde 2015 e em

- Bissorã de 500 Kw, em 2018, ainda não estando em funcionamento;
- ✓ Com vista a assegurar ações de mitigação e adaptação as mudanças climáticas, no quadro da eficiência energética foi lançado e implementado o projeto de uso de Lâmpadas de Baixo Consumo (LBC), pelo Ministério da Energia e Indústria com início em 2015. Tendo sido instalados alguns Kits e lâmpadas solares nos Centros de Saúde da Região de Biombo no âmbito do projeto de Energias Renováveis desenvolvida pelo Ministério da Energia, Indústria e Recursos Naturais em 2019;
 - ✓ Também foi implementado o Projeto Áreas protegidas e Resiliência as Mudanças Climáticas, financiado pela EU-GCCA+, pela qual foram implementadas um conjunto de ações de resiliência, identificadas em conjunto com as comunidades através de um diagnóstico participativo.

Os principais obstáculos identificados na implementação destas medidas, foram: a fraca mobilização de recursos e a fraca capacidade técnica. Entretanto recomenda-se:

- ✓ Promoção de uso massivo de fogões melhorados junto das comunidades e em todo o território nacional;
- ✓ Promoção de ações de reflorestação em todo o território nacional;
- ✓ Reforço de mecanismos que facilitem a introdução no mercado de carbono, de “Crédito de Carbono”.

No que concerne a componente **Mecanismos inovadores**, a avaliação foi baseada em dados factuais, sendo que as medidas nela contidas são muito recentes e sendo assim foram consideradas em **parte eficazes**.

A Guiné-Bissau iniciou em 2011, o desenvolvimento de um projeto piloto para redução da desflorestação e da degradação florestal nos Parques Nacional de Cantanhez (PNC) e no Parque Natural de Tarrafes do rio Cacheu (PNTC). O projeto REDD+, foi desenvolvido segundo os requisitos do VCS (*Verified Carbon Standard* que hoje se designa por VERRA) e foi auditado por um órgão validador e verificador (SCS - www.scsglobalservices.com) em Fevereiro de 2015. Em 2017 procedeu-se à primeira Monitorização, encontrando-se agora em preparação a segunda auditoria para emissão de créditos de carbono transacionáveis.

O país também reconheceu a necessidade de desenvolver ações para a integração setorial e intersectorial de mecanismo de pagamento por serviços ambientais (pesca, florestas), participação no mercado de créditos de carbono (REDD, REDD +), treinamento, capacitação e identificação de novas fontes de energia. Apesar das restrições financeiras, dos gargalos institucionais, da falta de recursos humanos, do monitoramento e de indicadores.

Os estoques de carbono florestal são significativos em termos da potencial contribuição da Guiné-Bissau para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) sob o Protocolo de Kyoto.

Assim foram implementados projetos e programas no país, neste ultimo triénio, ao nível da REDD, cuja as ações foram implementadas a nível sectorial, através do IBAP e no SNAP e que contribuíram para que as ações de mitigação e adaptação, para a redução das emissões associadas ao desmatamento e a degradação florestal seja possível:

- ✓ Foram implementados dois (2) projetos pilotos a nível das áreas protegidas (AP) para a quantificação de carbono, em Cacheu e Cantanhez;
- ✓ A Guiné-Bissau desenvolveu um FREL (Linha de Referência para emissões florestais) sub-nacional como primeiro passo para a construção de um FREL nacional. Este FREL inclui a componente terrestre do (SNAP) e corresponde a sete áreas protegidas: Parque Natural das Lagoas da Cufada (PNLC), Parque Nacional de Cantanhez (PNC), Complexo Dulombi, Boé e Tchétché (DBT), Parque Nacional de Orango (PNO), Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (PNTC), parte terrestre do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão (PNMJVP) e Área Marinha Protegida Comunitária das

Ilhas de Urok (AMPCU). Uma vez que o desenvolvimento de um FREL é um processo iterativo, é importante começar por testar metodologias acreditadas na recolha, análise e reporte de dados. O documento já foi submetido para o efeito de validação, desde fevereiro de 2019;

- ✓ Implementado o sistema MRV (Monitoring, Reporting and verification) no quadro do Sistema Monitoria do SNAP;
- ✓ Programa de uso e disseminação de fogões e fogareiros melhorados, no quadro de desenvolvimento de Energias Domesticas Sustentáveis na Cidade de Bissau;

As dificuldades e obstáculos na implementação de algumas medidas, deve-se principalmente a falta de recursos financeiros para a criação de um Banco de dados sobre os ecossistemas e, a falta de expertise nacional. Porém recomenda-se continuar com a operacionalidade do sistema de monitorização da vegetação.

No que se refere a componente **Poluição**, as medidas foram consideradas **ineficazes**, pois o país tem tido dificuldades imensas na implementação de medidas que visam detetar as diferentes fontes de poluição, controlar e isolar as espécies suspeitas e perigosas, na criação de um centro de gestão das informações dos produtos fitofarmacêuticos que entram no país, no estabelecimento de um laboratório equipado e funcional com tecnologias avançadas e com técnicos especialistas em matéria de classificação, triagem de resíduos e substâncias perigosas.

Outro obstáculo importante é a falta de um quadro jurídico para a definição e classificação de resíduos e substâncias perigosas e a inexistência no país de entidade encarregue de catalogar, reciclar ou/e eliminar os resíduos, substâncias e organismos perigosos. Embora já tenha sido realizado um inventário nacional preliminar pelo Instituto Nacional de Saúde Pública – INASA.

Não obstante, houve alguns progressos, nomeadamente:

- ✓ A ratificação Convenção de Minamata sobre o Mercúrio em 2018, um poluente perigoso, com efeitos adversos e prejudiciais para a saúde humana e para o ambiente;
- ✓ A realização de um inventário validado pela Secretaria de Estado do Ambiente, com uma avaliação inicial e estudo de linha de base regulamentar sobre o mercúrio, mas aguarda-se a validação do PNUD e UNITAR;
- ✓ A aprovação do decreto que proíbe a fabricação, importação e comercialização dos sacos de plástico que contenham como base o polietileno, mas com fraco sucesso de cumprimento.

Recomenda-se:

- ✓ A criação de um quadro jurídico em matéria de gestão de resíduos, que permite a definição e classificação de resíduos em função da sua propriedade;
- ✓ Insistir na necessidade da Guiné-Bissau facilitar mecanismos que permitam a implementação eficaz e o cumprimento de medidas e recomendações das diferentes convenções ratificadas.

Para melhor identificar os sectores que impedem a implementação eficaz das medidas contidas no EPANDB, procedeu-se a avaliação específica de cada eixo, como apresentada na Tabela 3.

Tabela 3: Resumo da avaliação de eficácia por eixo definido.

Nº Eixos	Designação	Componente	Estado de implementação
Eixo 1	Institucional	Jurídico e Normativo	Em parte, eficaz
		Político e Diretivas	Em parte, eficaz
		Institucional e Técnico	Ineficaz
Eixo 2	Informação, Comunicação e Educação ambiental	Informação, Comunicação e Educação ambiental	Eficaz
Eixo 3	Serviços dos Ecossistemas, Água e Zonas Húmidas	Serviços dos Ecossistemas	Em parte, eficaz

		Água e Zonas Húmidas	Em parte, eficaz
Eixo 4	Produções, consumos e sustentáveis e Boas práticas	Produções e consumos sustentáveis	Em parte, eficaz
		Boas práticas	Eficaz
Eixo 5	Sistema Agro-Silvo-Pastoril	Florestas	Em parte, eficaz
		Agricultura	Em parte, eficaz
		Pecuária	Em parte, eficaz
		Espécie Exóticas Invasoras	Ineficaz
Eixo 6	Recursos Pesqueiros e Marinhos	Recursos Pesqueiros e Marinhos	Eficaz
Eixo 7	Biodiversidade e Áreas Protegidas	Biodiversidade	Eficaz
		Áreas Protegidas	Eficaz
Eixo 8	Ameaças (Mudanças climáticas e Poluição) e mecanismos inovadores	Mudanças climáticas	Em parte, eficaz
		Poluição	Ineficaz
		Mecanismos inovadores	Em parte, eficaz

Avaliação global da eficácia das medidas de implementação tomadas para alcançar os resultados desejados

Em suma, se analisarmos a avaliação da eficácia das medidas reagrupadas em grandes eixos, podemos constatar que os eixos considerados **eficazes** estão ligados às componentes Informação, Comunicação e Educação ambiental (Eixo 2), Boas Práticas (Eixo 4), Recursos Pesqueiros (Eixo 6) e Biodiversidade e Áreas Protegidas (Eixo 7), sendo que é essencial reforçar as medidas identificadas.

No que concerne os eixos considerados **parcialmente eficazes**, ainda é necessário reforçar ou adaptar, num curto prazo, as medidas nelas contidas, nomeadamente o Institucional especificamente nos domínios Jurídico e Normativo e Quadro Político e Diretivas (Eixo 1), Serviços dos Ecossistemas, Água e Zonas Húmidas (Eixo 3), Produções e Consumos sustentáveis (Eixo 4), Agro-Silvo-Pastoril (Eixo 5), Mudanças Climáticas e mecanismos inovadores (Eixo 8) cujas ações foram muito recentes e ainda estão numa fase embrionárias. E por fim, três eixos tiveram uma eficácia muito fraca, sendo necessário mudar ou adaptar a estratégia de implementação, nomeadamente, Institucional e Técnico (Eixo 1), Espécies Exóticas Invasoras (Eixo 5) e Poluição (Eixo 8).

Apesar dos obstáculos identificados, a implementação da Estratégia e do Plano de Ação da Biodiversidade ainda pode ser eficaz por meio de esforços nacionais, financiamento por parte de parceiros, apoio técnico e científico à cooperação sub-regional, regional e internacional.

De fato, as medidas tomadas permitiram a implementação de numerosos acordos nos campos do ambiente, agricultura, pecuária, pesca, agrosilvicultura, gestão de recursos naturais e ecossistemas.

Esta avaliação vista sob outra perspetiva, identifica como **principais obstáculos**:

- ✓ Instabilidade política e institucional;
- ✓ Fraca mobilização de recursos financeiros;
- ✓ Aumento demográfico consequentemente aumento da pressão sobre os recursos e a zona costeira;
- ✓ Fraca implementação das Leis e Regulamentos;
- ✓ Fraca sinergia entre estratégias, programas e planos sectoriais, e fraca avaliação dos mesmos;
- ✓ Falta de expertise em vários domínios estratégicos ligados a diversidade biológica, recursos humanos insuficientes e pouco qualificados;
- ✓ Falta de plataforma de gestão das intervenções das ONG;
- ✓ Insuficiência de programas de pesquisa sobre diversidade biológica;
- ✓ Insegurança fundiária;

- ✓ Inexistência de Planos de desenvolvimento local e de planos de ordenamento do território e;
- ✓ Alta concentração de agricultores na monocultura de caju e fraca diversificação de culturas de rendimento.

Nesta perspetiva, recomendar o que se segue:

- ✓ Reforço da conservação da biodiversidade através do fortalecimento da conservação *in-situ*;
- ✓ Reforço da promoção da governança participativa e partilhada;
- ✓ Reforço do envolvimento das comunidades locais através do aprimoramento de seus conhecimentos, inovações e práticas tradicionais sustentáveis para o ambiente;
- ✓ Desenvolvimento de ferramentas e meios de sensibilização e comunicação apropriados e o estabelecimento de uma rede eficaz de informação para desenvolver a cooperação, colaboração e participação de todas as partes interessadas;
- ✓ Criação de um banco de recursos filogenéticos para a conservação de genes;
- ✓ Reforço da investigação científica sobre a ecologia sistémica;
- ✓ Promoção da gestão participativa de recursos naturais nas aldeias “tabancas” e comunidades, através do fortalecimento do quadro legal das florestas comunitárias e privadas e reservas naturais comunitárias;
- ✓ Reforço do conceito de direito prioritário na exploração dos recursos para as comunidades residentes;
- ✓ Intensificação do patrulhamento e da fiscalização participativa;
- ✓ Identificação de sítios sagrados em todo o território nacional e a razão da sua criação;
- ✓ Identificação e extensão de áreas prioritárias para a conservação da diversidade biológica no território nacional, integrado uma diversidade de ecossistemas;
- ✓ Desenvolvimento de atividades educacionais, informativas e de conscientização sobre conservação e uso sustentável da diversidade biológica através de Escolas de Verificação Ambiental (EVA), rádios e televisões comunitárias, cinemas-debate, boletins, etc;
- ✓ Atualização dos Planos de Gestão, Regulamentos Internos, Planos de Negócios e Avaliações (METT, RAPPAM) em todas as áreas protegidas do país;
- ✓ Desenvolvimento e implementação de um programa de pesquisa para melhorar o conhecimento taxonómico da fauna e flora;
- ✓ Reconhecimento de mais zonas húmidas de importância internacional - Ramsar, Reservas de Biosfera e Sítio de Património Mundial;
- ✓ Prosseguir com o inventário e a cartografia da cobertura vegetal em todo o território nacional;
- ✓ Consolidação da base de dados de monitoria do sistema Nacional de Áreas Protegidas;
- ✓ Reforço das atividades alternativas de desenvolvimento para as comunidades dentro e fora das áreas protegidas;
- ✓ Intensificar campanhas de repovoamento do mangal e de outras essências com base nos viveiros criados.
- ✓ Implementação efetiva das políticas existentes e desenvolvimento de ferramentas legislativas;
- ✓ Ratificação e implementação das convenções e protocolos pertinentes;
- ✓ Melhoria das capacidades (nos planos individuais, institucionais e sistémicos) nacionais relativamente às questões críticas de como aplicar diferentes abordagens ao desenvolvimento, valorizando as oportunidades e limitações do impacto no ambiente.

Sites Internet, links Internet e ficheiros pertinentes. *(Utilize este campo para indicar os sítios e links Internet ou documentos que permitem aceder a mais informações sobre essa avaliação.)*

Todos os documentos citados estão disponíveis nas entidades nacionais envolvidas na gestão

da biodiversidade e também nos sites dos Ministérios.

CHM Guiné-Bissau: www.biodiv.be/guine-bissau

SEA: Página facebook – Secretaria de Estado do Ambiente da Guiné-Bissau

IBAP: www.ibap-gb.org ; Página facebook: IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Areas

ONG Tiniguena: www.tiniguena.org

ONG Palmeirinha: www.palmeirinha.org

INEP: www.inep.gw

IMFV: www.imvf.org

CBD-Habitat: www.cbd-habitat.org

ONG AD: www.adbissau.org

PARTE III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

(Usando o modelo abaixo, avalie o nível de progresso realizado na consecução de cada objetivo nacional de seu país ou compromissos semelhantes. A tabela deve ser preenchida para cada objetivo nacional. Se o seu país não estabeleceu metas nacionais, queira utilizar os Objectivos de Aichi para a biodiversidade).

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional
Objetivo 1: <i>Até 2020, o mais tardar, 50% da população da Guiné-Bissau terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que se poderão tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.</i>
Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado: <input type="checkbox"/> Em vias de ultrapassar o objetivo <input checked="" type="checkbox"/> Em vias de atingir o objetivo <input type="checkbox"/> Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento <input type="checkbox"/> Nenhuma mudança notável <input type="checkbox"/> Distanciamento do objetivo <input type="checkbox"/> Desconhecido
Data de avaliação: <i>Março 2019</i>
Informações suplementares <i>(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).</i> <p>A elaboração em 2015, do Plano estratégico nacional de comunicação sobre a biodiversidade (2015-2020) cuja visão é formulada da seguinte forma “<i>Daqui a 2020 as informações são fornecidas a todas as partes interessadas sobre os conhecimentos científicos e tradicionais, ferramentas, métodos e inovações, tecnologias e melhores práticas para a sua implementação da referida estratégia</i>”, baseia-se em 3 eixos estratégicos, nomeadamente a disseminação de informações, o reforço de capacidades em matéria da biodiversidade e a criação e consolidação do CHM (<i>Clearning House Mechanism</i>) da Guiné-Bissau. Para isso, foram criadas diferentes ferramentas de sensibilização para a proteção do ambiente e da biodiversidade, ateliers de sensibilização e de formação foram animados para os diferentes grupos-alvo (tomadores de decisão, governadores e administradores regionais, polícias, forças armadas, serviços técnicos, sector privado, comunidade local, professores, estudantes e redes de ecojornalistas e de parlamentares) com o objetivo de aumentar a conscientização sobre a importância da biodiversidade e convidá-los a assumir compromissos e medidas eficazes para sua conservação e gestão sustentável.</p> <p>É de ressaltar que a Guiné-Bissau recebeu em 2018 durante a COP 14, o prémio bronze pela implementação do seu site CHM. Este site é regularmente atualizado e conta com uma diversidade de informações.</p> <p>O país procedeu a integração ao nível nacional da Educação Ambiental nas curricula escolares com o apoio do Programa Regional de Educação Ambiental (PREE), e vem reforçando anualmente a capacidade da rede de professores a diversos níveis de educação e ensino com cursos de formação sobre o ambiente e ecopedagogia.</p> <p>E por fim, a realização do IVº Congresso de Educação Ambiental da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), na Guiné-Bissau em 2019 vem trazer maior visibilidade aos esforços nacionais de promoção da educação ambiental ao nível do combate às mudanças</p>

climáticas, migrações e geração de empregos sustentáveis.

O cronograma deste objetivo foi definido para 2020, e nota-se uma boa evolução, no entanto, as ações de conscientização devem continuar.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados factuais disponíveis e de certa forma numa análise subjetiva baseada em entrevistas com pessoas-recursos.

Obstáculos: Acesso muito limitado e dispersão de dados e informações, pois não existe uma plataforma que consolide as ações dos diferentes intervenientes em matéria de sensibilização sobre a proteção ambiental.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Plano estratégico nacional de comunicação sobre a biodiversidade, elaborado, disponível e implementado (2015-2020);
- 50% da população da Guiné-Bissau tem conhecimento dos valores da biodiversidade (inquéritos de opinião realizados em 2018);
- Celebração, todos os anos, de pelo menos três (7) jornadas ambientais, nomeadamente, zonas húmidas, aves migradoras, biodiversidade, ambiente, oceanos, arvores e tartarugas marinhas;
- Estabelecimento numa universidade nacional de um curso universitário sobre Ciências do Mar e do Ambiente;
- Existência de 32 rádios comunitárias em todo o país, contendo pelo menos 30 delas programas de sensibilização ambiental;
- Produzidos até a data 32 números da revista Palmeirinha – Boletim para uma melhor compreensão do nosso meio natural;
- Criado em 2015 o website CHM da Guiné-Bissau: www.biodiv.be/guine-bissau;
- Realizado em 2018 de duas (2) sessões de capacitação dos membros (10 Pontos focais institucionais) do CHM nacional para colaborar com o centro de troca de informações;
- Portal CHM disponível e ativo;
- No quadro da parceria com o CHM belga, foi financiado o projeto de “Sensibilização e Educação Ambiental dos Agentes de Desenvolvimento Local sobre a Gestão Durável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau”, com objetivo de contribuir para a mudança de comportamento das pessoas com vista a valorização, proteção e conservação da biodiversidade nacional;
- Decreto n° 5/2017 que regulamenta a participação pública no processo de avaliação ambiental;
- Cinco (5) guias das espécies elaborados (tartarugas marinhas, mamíferos de Cantanhez e Plantas medicinais de PNMJVP, PNO) produzidos;
- Programas e diferentes meios e mídias utilizadas (imprensa escrita, rádios nacionais e comunitárias, TV, redes sociais, Escolas EVA, camaras abertas etc) para divulgação do EPANDB e temáticas de conservação;
- Três (3) sessões de trabalho e intercâmbios com os Ecojornalistas e Parlamentares nacionais e da sub-região no quadro do Projeto GoWamer e também do PRCM;
- Confeção de camisolas, chapéus, sacos, cadernos, canetas, posters, brochuras, guias, spots e debates e outros materiais de sensibilização por diferentes parceiros.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos, planos de ação, estudos, arquivos de imprensa, relatórios de atividades, etc;

- Resultado de inquéritos a organismos públicos, instituições, associações e comunidades locais;
- Entrevistas a pessoas recursos;
- Vídeos disponíveis, calendários, postais, imagens, cartazes, revistas, desdobráveis, registos magnéticos, boletins oficiais, sites internet e outros meios de comunicação e/ou publicação.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais**
- Baseado em parte em dados factuais
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque alguns dos dados são qualitativos.

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque alguns os dados existem e são acessíveis.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
- O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)***
- Nenhum sistema de seguimento implementado
- O seguimento não é necessário

Descreva como a avaliação do objetivo é assegurado e indique se um sistema de monitoramento foi implementado

O seguimento deste objetivo é assegurado através da implementação de um quadro de colaboração interinstitucional (SEA, IBAP, DGFF, CIPA, INEP, entre outros).

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 2: *Até 2018, os valores da biodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e de redução de pobreza e nos procedimentos de planeamento e incorporados nas contas nacionais, conforme o caso.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento***
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo

Desconhecido

Data de avaliação: Março 2019

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

A integração das questões de biodiversidade e gestão sustentável nos diferentes documentos setoriais e nos documentos legais, é uma das prioridades do país, considerando que o Plano Estratégico e Operacional (2015-2020) “*Terra Ranka*”, documento orientador do país, coloca o Biodiversidade no centro do desenvolvimento com fortes interações com outros sectores e políticas relativas a gestão e exploração dos recursos, saneamento básico, saúde, género, educação, entre outros.

Embora o cronograma seja definido para 2018, a meta não foi totalmente atingida. No entanto, é um processo contínuo.

As evidências utilizadas na avaliação deste objetivo baseiam-se em: políticas, estratégias, planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados em diversos setores.

Obstáculos: O processo de integração da biodiversidade nos programas de desenvolvimento ainda é muito fraco e acrescido à instabilidade política e a paralisia das instituições de governação.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Sete (7) de Planos de Ação e de estratégias setoriais adotadas pelo governo integrando as questões da biodiversidade e gestão sustentável, nomeadamente:
 - Documento Estratégico nacional para a Redução da Pobreza fase II – DENARP II (2011-2015);
 - Plano Estratégico e Operacional “*Terra Ranka*” (2015-2020);
 - Estratégia de Segurança Alimentar - Fome Zero (2018-2030);
 - Plano Estratégico do sector das Pescas (2015-2020);
 - Programa Nacional de Investimento Agrícola 2ª geração – PNIA (2017);
 - Plano (PAN LCD) alinhado com a estratégia decenal da (CNULCD, 2015);
 - Estratégia Nacional do Ecoturismo – Guiné-Bissau terra da biodiversidade (2018-2023);
- Carta nacional da política de Turismo elaborado e em fase de aprovação pelo Conselho de Ministros;
- Sessões de formação permanentes com a Rede de Parlamentares para o ambiente;
- Pelo menos 15 sessões de capacitação dos decisores (Rede de Parlamentares, Governadores e Administradores locais);
- Pelo menos 20 relatórios de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e os respetivos Planos de Gestão Ambiental e Social elaborados e implementados entre 2015-2019;
- Projeto sobre a contabilidade ambiental financiado pelo PNUD/GEF em curso de execução.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação;
- Realização de inquéritos a organismos públicos, instituições, associações e comunidades locais.

<p>Nível de confiança da avaliação acima</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Baseado em dados factuais</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em parte em dados factuais</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em dados factuais limitados</p>
<p>Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado</p> <p>O nível de confiança na avaliação é baseado em dados factuais, porque os dados estão disponíveis e acessíveis.</p>
<p>Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é adequado</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhum sistema de seguimento implementado</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento não é necessário</p>
<p>Descreva como a avaliação do objetivo é assegurado e indique se um sistema de monitoramento foi implementado</p> <p>O seguimento deste objectivo é muito fraco, mas existe certa colaboração entre alguns ministérios e foram estabelecidos de Pontos Focais Interministeriais.</p>

<p>III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional</p>
<p>Objetivo 3: <i>Até 2018, o país terá um diagnóstico e um inventário atualizado e disponível sobre incentivos e subsídios prejudiciais à biodiversidade e elaborará um plano de ação que visa corrigir, reduzir ou eliminar estes incentivos negativos e promover os positivos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.</i></p>
<p>Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:</p> <p><input type="checkbox"/> Em vias de ultrapassar o objetivo</p> <p><input type="checkbox"/> Em vias de atingir o objetivo</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma mudança notável</p> <p><input type="checkbox"/> Distanciamento do objetivo</p> <p><input type="checkbox"/> Desconhecido</p>
<p>Data de avaliação: <i>Março 2019</i></p>
<p>Informações suplementares <i>(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).</i></p> <p>Esforços com vista a reduzir os incentivos negativos para a conservação da biodiversidade foram feitos, nomeadamente através da obrigatoriedade de realizar Estudos de Impacto Ambiental e Social com os referidos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para todos os</p>

projetos de desenvolvimento.

Paralelamente um Fundo ambiental foi criado e existe um regulamento (decreto nº6/2017) com taxas de poluição a serem cobradas desde janeiro de 2019.

O cronograma foi definido para 2018, mas meta ainda não foi totalmente atingida.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis e de certa forma numa análise subjetiva.

Obstáculos: Falta de um quadro de coordenação das intervenções em relação aos projetos de apoio as comunidades para reduzir os incentivos negativos e promover os incentivos positivos em matéria de biodiversidade. Acesso muito limitado e dispersão de dados e informações.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Obrigação de realizar Estudos de Impacto Ambiental e Social com Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para todos os projetos de desenvolvimento;
- Pelo menos 20 relatórios de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) e os respetivos Planos de Gestão Ambiental e Social elaborados e implementados entre 2015-2019;
- Projeto Fumu Kaba – Projeto de desenvolvimento das energias domésticas sustentáveis, cuja a 1ª fase teve lugar na cidade de Bissau com possibilidades de replicação em outras regiões.
- Construção de fornos e fogão melhorados nas localidades de Dulombi e Cacheu;
- Moratória (2015) interditando o corte, a comercialização, transporte e venda de madeira;
- Diagnóstico das alternativas de geração de renda para as comunidades das 5 áreas protegidas desenvolvida em 2017;
- Pelo menos 30 sessões de formação sobre a utilização durável dos recursos biológicos, transformação, tratamento e higiene nas áreas protegidas;
- Proibição da comercialização de plásticos (saco não biodegradável) através do Decreto nº 16/2013 e Despacho nº 120/2018;
- Realizadas missões em 2018 com uma cobertura nacional, para a monitorização da dinâmica de recolha de sacos de plástico junto das instituições comerciais;
- Estabelecimento do período de repouso biológico para os recursos pesqueiros em 3 Rias do país (Cacheu, Buba e Cacine);
- Existência do Draft de guia referencial metodológica do sector das Florestas e Áreas protegidas;
- Existência do Projeto de contabilidade ambiental financiado pelo PNUD/GEF;
- Decreto que regulamenta o Fundo Ambiental (Decreto nº 6/2017);
- Realizado Estudo de caracterização de agregados familiares em Bissau sobre o uso de energias domésticas (2018);
- Existência do Plano de Ação Nacional das energias renováveis;
- Implementado o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural – PAIDR, que integra 30 Associações de Agricultores, um total de 4328 beneficiários.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação;
- Realização de inquéritos a organismos públicos, instituições, associações e comunidades locais;
- Capitalização da Fundação BioGuiné.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
 Baseado em parte em dados factuais
 Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

Descreva como a avaliação do objetivo é assegurado e indique se um sistema de monitoramento foi implementado

Esse monitoramento é feito através de missões de terreno e os relatórios estão disponíveis nas Instituições, ONGs e projetos concernentes.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 4: *Até 2020, no máximo, o Governo da Guiné-Bissau, o setor privado e grupos de interesse a todos os níveis terão tomado medidas ou desenvolverão planos para produção e consumo sustentáveis e terão conseguido restringir os impactos dos sectores de desenvolvimento com maior pressão sobre a biodiversidade e recursos naturais.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
 Em vias de atingir o objetivo
 Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
 Nenhuma mudança notável
 Distanciamento do objetivo
 Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares *(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).*

O desenvolvimento do país é baseado na exploração dos seus recursos naturais, sendo as diferentes partes utilizadoras, nomeadamente o setor privado e grupos de interesse a todos os níveis beneficiários destes recursos.

Medidas foram implementadas pelo país com vista a determinar a capacidade de exploração de

certos recursos estratégicos, mas existem ainda muitas lacunas.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis e de certa forma numa análise subjetiva baseada em entrevistas com pessoas-recursos.

Obstáculos: Acesso muito limitado e dispersão de dados e informações. Falta de instrumentos conhecimentos para gerir o ritmo de degradação da biodiversidade.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Existência de normas de produção e consumo nacionais desenvolvidos;
- Guia de boas práticas na exploração dos Recursos Naturais;
- Existência de três (3) Áreas Marinhas Protegidas, Três (3) áreas costeiras e 1 Reserva de Biosfera e de três (3) de zonas de pesca reservada funcional;
- Existência de planos de gestão, fiscalização e patrulhamento;
- Despacho Março/2015 de nomeação dos membros do grupo de trabalho para o Roadmap para o REDD+;
- Roadmap de preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau (2016-2020);
- Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário 2ª geração – PNIA (2017);
- Pelo menos cinco (5) viveiros criados em diferentes regiões;
- Proteção dos ecossistemas florestais e seus recursos através do desenvolvimento de energias novas e renováveis;
- Plano estratégico do sector das pescas (2015-2020);
- Programa cantinas escolares adota as compras locais de alimentos diretamente dos agricultores familiares;
- Instituído um dia de consumo nacional (20 de dezembro);
- Existência de uma rede de organizações da sociedade civil que se dedica a valorização e consumo da produção local;
- Realização de visitas de intercâmbio, debates e conferências promovidas pelo Grupo de Trabalho Petróleo e outras Industrias Extrativas - GTP-IE;
- Implementação de projeto Óleo e Gaz em regime offshore e das infraestruturas nas zonas húmidas da África ocidental implementado na Guiné-Bissau pelo IBAP e Tiniguena;
- Pelo menos 20 relatórios de Estudos de Impacte Ambiental (EIA) elaborados entre 2015-2019.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação;
- Realização de inquéritos a organismos públicos, instituições, associações e comunidades locais.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
 Baseado em parte em dados factuais
 Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque alguns dos

dados são qualitativos.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 5: *Até 2020, reduzir em mais de metade a degradação e fragmentação dos habitats e ecossistemas, sobretudo florestas e ecossistemas mais sensíveis, provocadas por atividades ilegais.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
 Em vias de atingir o objetivo
 Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
 Nenhuma mudança notável
 Distanciamento do objetivo
 Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares *(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).*

O Roadmap de preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau (2016-2020) definiu os seguintes objetivos:

- Reduzir a desflorestação e a degradação florestal e, conseqüentemente contribuir para os esforços globais de mitigação das emissões florestais de Gases com Efeito Estufa (GEE);
- Contribuir para a sustentabilidade dos recursos naturais renováveis, em especial as florestas e seus ativos naturais, com conseqüente manutenção e melhoria da produtividade dos solos agrícolas;
- Apoiar medidas de desenvolvimento verde para a melhoria das condições de vida das comunidades, em especial aquelas que dependem direta e indiretamente das florestas;
- Ter acesso a recursos que permitam financiar, simultaneamente, a conservação da floresta e da biodiversidade nacional, a redução da pobreza e o aumento do bem-estar das populações.

No seu Eixo 3 relativa a preparação da Estratégia Nacional REDD+, identificam-se as políticas, os programas, e as atividades em curso no país que influenciam, determinam ou dão resposta aos principais agentes e causas de desflorestação e degradação florestal.

Paralelamente, sessões de sensibilização sobre o combate a incêndios florestais e a promoção de fogões melhorados foram realizadas por vários atores. E em todas as áreas protegidas foram desenvolvidos zonagem e Planos de Gestão, que para facilitar a utilização dos espaços.

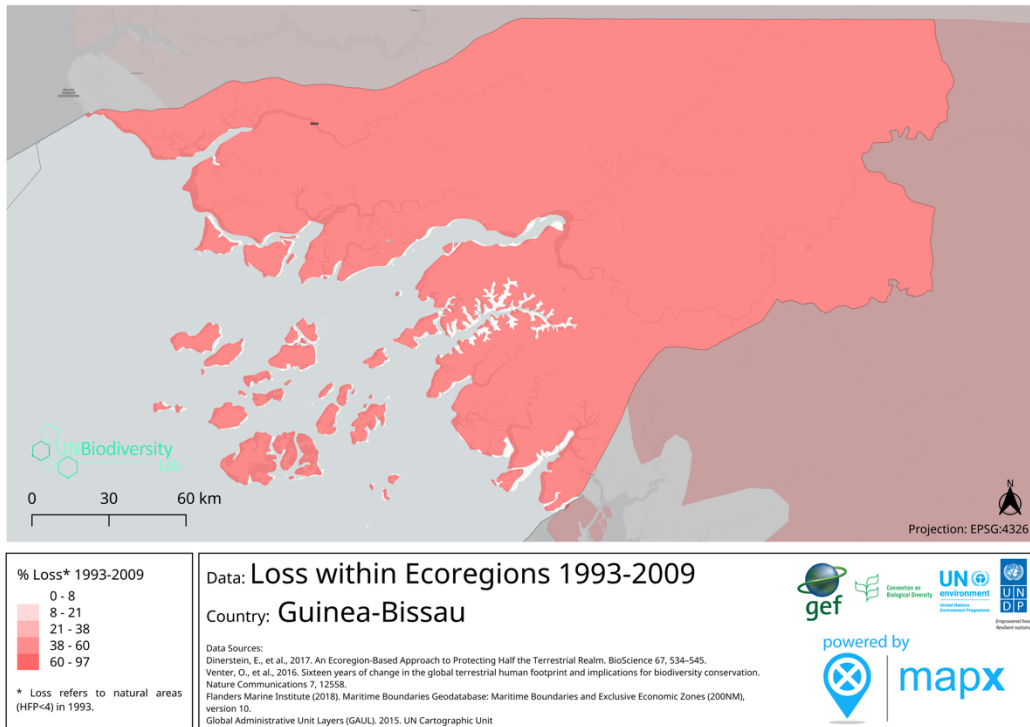
Um grande avanço foi a criação oficial de duas (2) áreas protegidas no interior continental com três (3) corredores permitindo a conectividade ecológica.

O cronograma deste Objetivo foi definido para 2020 e há uma evolução notável das ações para combater a degradação e fragmentação dos habitats naturais.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis.

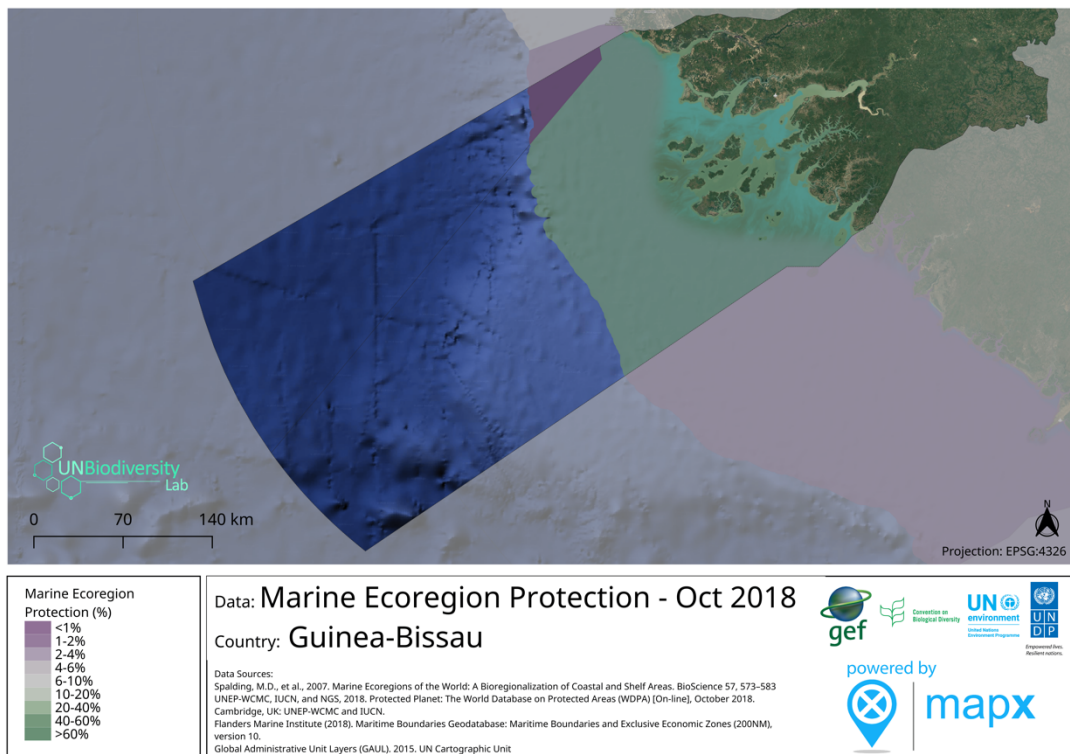
Obstáculos: os dados são muito territoriais, pois as ações foram desenvolvidas nas áreas protegidas enquanto que no resto do território não existem ações concretas.

Ilustração 3: Perdas das Ecoregiões na Guiné-Bissau (1993-2009)



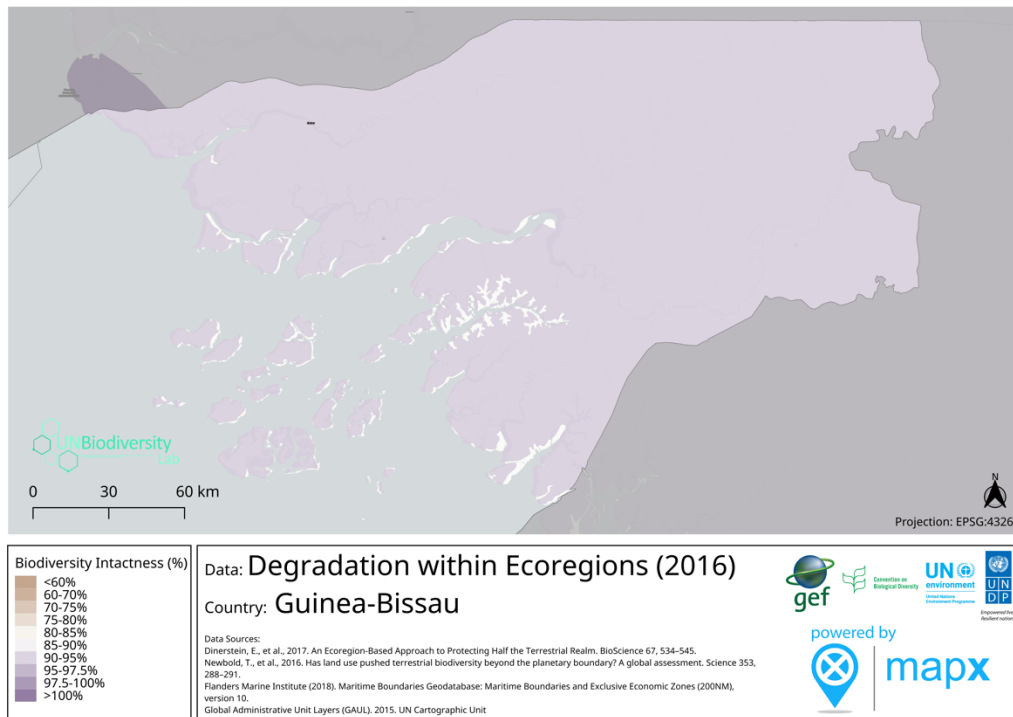
(Fonte: UN Lab)

Ilustração 4: Proteção da Ecoregião marinha na Guiné-Bissau (2018)



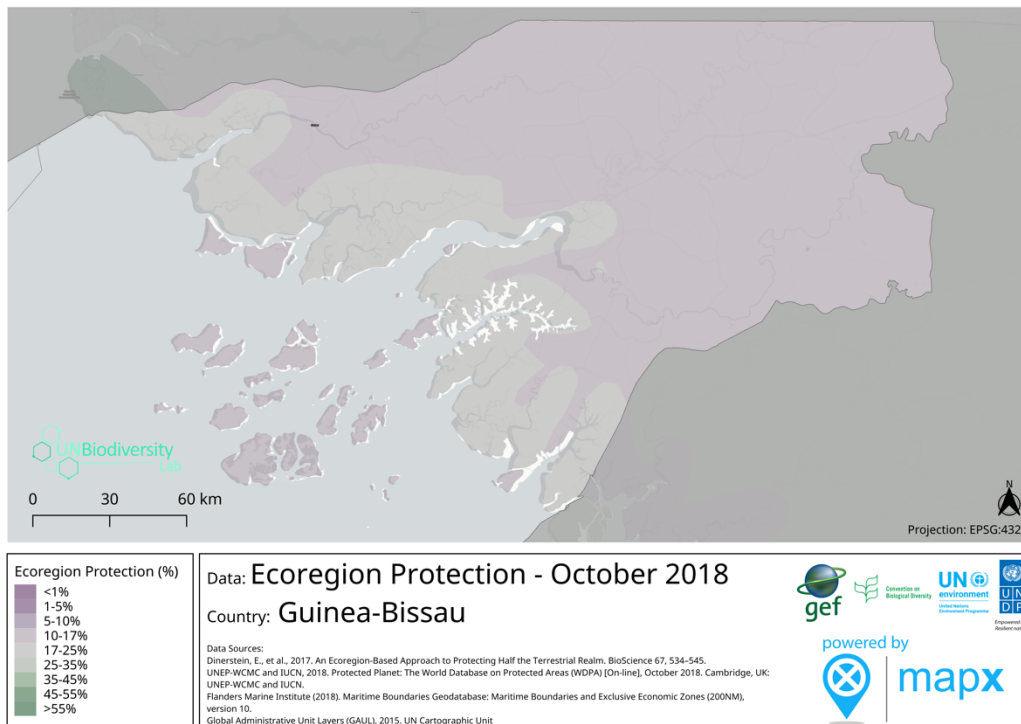
(Fonte: UN Lab)

Ilustração 5: Degradação das Ecoregiões da Guiné-Bissau (2016).



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Ilustração 6: Proteção das Ecoregiões da Guiné-Bissau (2018).

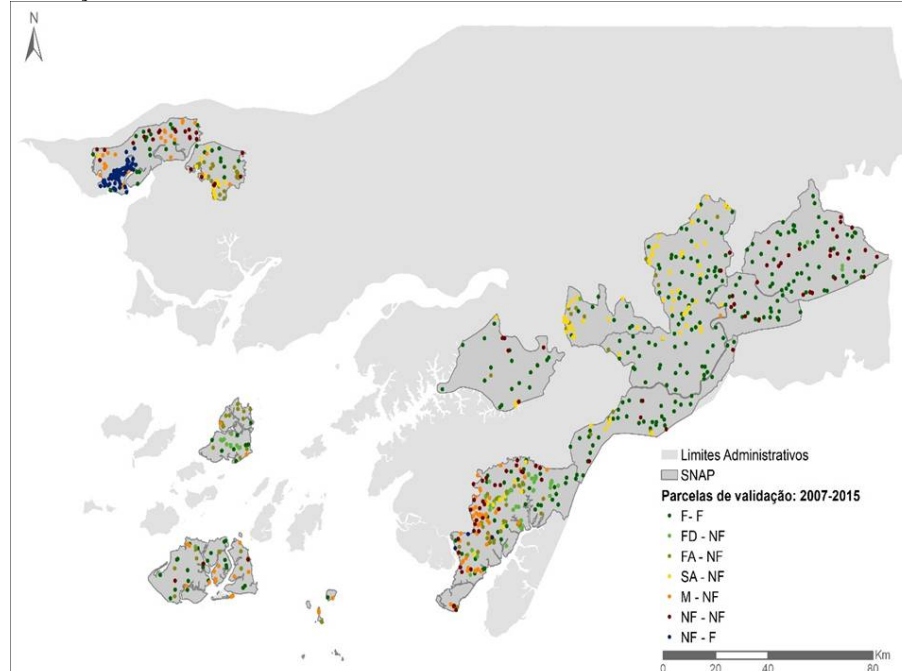


(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Criação e classificação de dois (2) parques terrestres do interior continental, com 3 corredores da fauna (Decretos nº 11, 12, 13, 14 e 15/2017);
- Desenvolvimento/atualização e implementação de planos de gestão de todos os Parques Nacionais;
- Criação do comando da Brigada Nacional de Proteção do Ambiente com desmembramento em todo o território nacional;
- Criação de florestas comunitárias 104 que representa cerca de 26.050 ha;
- Existência de 4 zonas húmidas de importância internacional classificadas como sítios Ramsar: Lagoas de Cufada, Wendu Tcham, PNTC e RBABB;
- Proposta de linha de Referência subnacional de emissões florestais para o SNAP da Guiné-Bissau submetido a UNFCCC (Janeiro 2019);
- Aumento de pessoal da área de conservação em todo o território (guardas da natureza, técnicos, colaboradores locais, guarda nacional);
- Estabelecimento de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas cobrindo 26,3% do território nacional;
- Realizado o ordenamento agroecológico em três (3) regiões da Guiné-Bissau (2016) através do da EU-Activa;
- Realizados 4 inventários florestais: DBT (2015) / PNLC (2018) / PNC (2018) / cobertura do mangal PNTC (2016);
- Implementado a experiências do REDD+ em dois (2) sítios pilotos, o PNTC e PNC e cuja a avaliação VCS está prevista para junho de 2019;
- Existência do Plano de Ordenamento e Gestão Florestal do PNC, PNTC e PNLC;
- Implementação do SIPAM enquanto mecanismo de classificação de sítios de importância de património agrícola;
- Seis (6) Viveiros florestais criados: PNTC – 21 mil plantas; PNLC – 30 mil plantas; PNB e PND – Viveiros temporários; viveiro em N bunhe e 2 na região Sul.

Ilustração 7: Zonas Florestais inventariadas no SNAP



(Fonte: IBAP/SIG, 2019)

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o

progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação, relatórios de inventário;
- Análise dos textos legais em vigor.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais**
 Baseado em parte em dados factuais
 Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em dados factuais, pois há disponibilidade de planos, atos de criação e classificação de áreas protegidas, sítios de Ramsar, florestas classificadas e florestas comunitárias. Existem também protocolos de inventários e mapas.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento foi implementado

O seguimento é fornecido pelos serviços públicos por meio de missões de supervisão, controle e avaliação, bem como protocolos de pesquisa e planos de gestão de áreas protegidas.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 6: *Até 2020, a gestão e captura de quaisquer reservas de peixes e invertebrados serão sustentáveis, legais e feitas com a aplicação de abordagens ecossistêmicas e dentro de limites ecológicos seguros e serão colocados em prática planos e medidas de recuperação para espécies mais sensíveis e/ou ameaçadas.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
 Em vias de atingir o objetivo
 Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
 Nenhuma mudança notável
 Distanciamento do objetivo
 Desconhecido

Data de avaliação: Março 2019

Informações suplementares (Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).

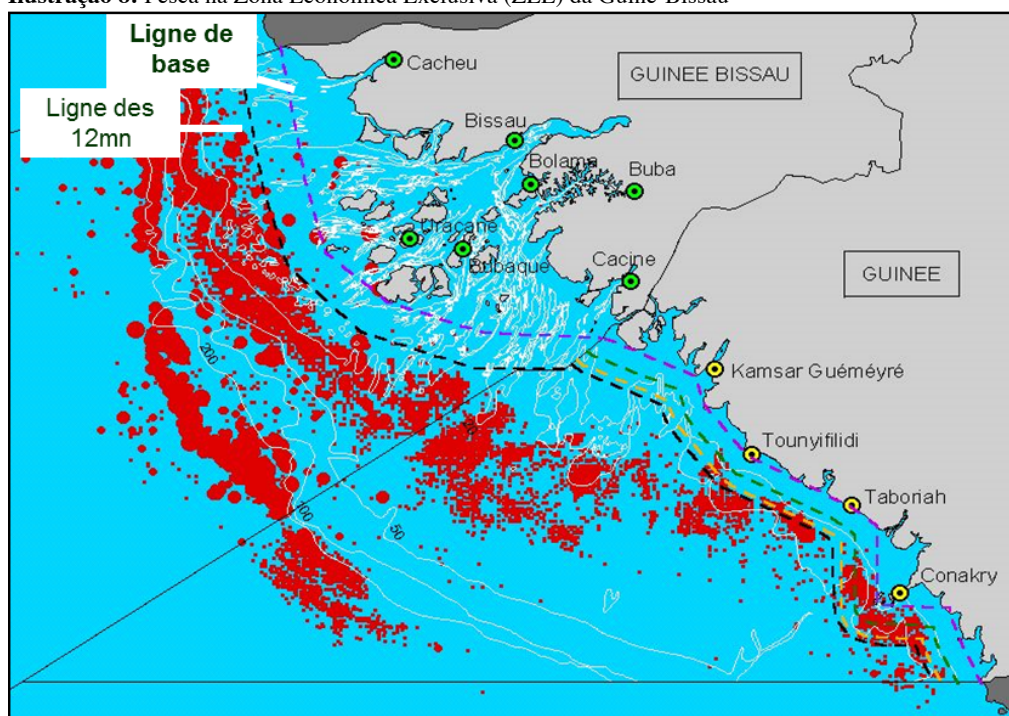
O sector das Pescas é considerado como estratégico no plano geral de desenvolvimento da Guiné-Bissau, reforçando a sua contribuição para as receitas fiscais e obtenção de divisas. Por outro lado, é um sector importante na estratégia nacional da luta contra a pobreza e na segurança alimentar do país. Assim sendo foi elaborado em 2015 um Plano estratégico de desenvolvimento das pescas da Guiné-Bissau (2015 – 2020) tem sido o documento orientador das ações deste sector nestes últimos anos.

O cronograma deste objetivo foi fixado para 2020, sendo que todo o quadro permite considerar que as metas serão atingidas, reforçando certas estratégias de implementação das ações.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados factuais disponíveis.

Obstáculos: Ainda se registram fraquezas na implementação do quadro legislativo e regulamentar devido a fraca presença das autoridades competentes da fiscalização nas zonas de pescas, problemas relacionados com a ausência ou insuficiência de infraestruturas de apoio ao desenvolvimento ao sector nomeadamente ausência de infraestruturas de base de comercialização e produção, falta de vantagens comparativas do porto de Bissau em comparação com os portos da sub-região, fraca organização dos produtores e de associações dos pescadores e da instabilidade política que o país conheceu no passado recente.

Ilustração 8: Pesca na Zona Economica Exclusiva (ZEE) da Guiné-Bissau



(Fonte: Solié, K., et al, 2002)

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Elaborado e implementado um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector das Pescas (2015-2020);
- Realizadas campanhas anuais (2016, 2017, 2018 e 2019) de avaliação de estoques de

- demersais na Zona Económica e Exclusiva;
- Biomassa total dos recursos demersais estimada às 300.008 toneladas, ou seja, 3 vezes superior aos estimados em 2017;
 - Existência de Planos Integrados de Gestão e Gestão Baseada na Comunidade;
 - Projeto Pesca Regional da África Ocidental - PRAO (2011-2016) com o objetivo de reforçar as capacidades da Guiné-Bissau para determinar e gerir as pescarias visadas, reduzir a pesca ilícita e aumentar o valor acrescentado local dos produtos haliêuticos;
 - Existência de grupos de pescadores em torno das rias e lagos que combatem determinadas práticas pesqueiras, incluindo o uso de artes proibidas;
 - Instalação do Departamento da inspeção e do controlo da qualidade de pescado (fornecimento de bens e de material de laboratório (e outros) no Laboratório de Pesca (Autoridade sanitária competente) para a certificação das exportações para União Europeia;
 - Implementação de sistemas de fiscalização duráveis (equipamento do centro de fiscalização das pescas gerida pela Unidade autónoma de fiscalização das pescas (FISCAP);
 - Realização de patrulhas no mar através da instalação de um sistema simples de fiscalização por satélite dos navios por satélite (VMS, radar);
 - Relatório de instalação de sistema VMS e AIS (radar) em todos os navios que operam legalmente na Guiné-Bissau (cerca de 150 navios);
 - Relatório de atividades das bases avançadas de fiscalização marítima;
 - Quatro estações de fiscalização costeira equipados;
 - Implementação do Projeto rias do Sul: Cogestão das pescarias nas Rias do Sul da Guiné-Bissau;
 - Criação de Período de Repouso Biológico em três (3) rias (Cacheu, Cacine e Buba);
 - 48 missões de fiscalização marítima participativas anuais por área protegida marítima e costeira;
 - Realização do diagnóstico sobre a exploração dos recursos pesqueiros na Guiné-Bissau (2016);
 - Quatro (4) reuniões com os pescadores locais por ano e por área protegida;
 - Dois (2) de Plano de gestão ambiental das pescarias elaboradas;
 - Implementação do Projeto Governação, políticas de gestão de recursos marinhos e a redução da pobreza na eco-região Wamer – GoWamer (2014-2017);
 - Existência de acordo de pesca quinquenal (2018-2023) entre a EU e a Guiné-Bissau, baseada no reforço da cooperação no desenvolvimento da pesca sustentável através da implementação da estratégia nacional das pescas e da Economia azul. Com uma contribuição financeira anual de 15.6 milhões de Euros e dando acesso as espécies pelágicas e demersais de forma regulamentada e transparente.
 - Lei Geral das Pescas (aprovado em 2016 pelo Conselho de Ministros) com agravação de sanções para determinadas práticas ilegais;
 - Plano de Ação nacional de luta contra pesca (IUU) (2017-2022);
 - Plano Estratégico Nacional de Seguimento, Controle e Fiscalização das Atividades de Pesca na Guiné-Bissau;
 - Relatório de desmantelamento e realocização de acampamentos de pesca e queima de redes monofilamento (FISCAP, 2017);
 - Planos anuais de Gestão de recursos pesqueiros (2015 a 2018), com as seguintes orientações: medidas para diferentes pescarias (engenhos de pesca, malhas, nº de embarcações a operar nas águas territoriais baseada na campanha científica; biomassa disponível e capacidade de exploração);
 - Plano de gestão ambiental de diferentes pescarias;
 - Draft de guia referencial metodológica específica do sector das pescas;
 - Draft do Guia dos recursos pesqueiros da Guiné-Bissau (2019);
 - Relatório da avaliação do estado do ecossistema nas águas da Guiné-Bissau – Impacte das

mudanças climáticas (2016);
<p>Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.</p> <p>Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação, relatórios de missão e de projetos, autos de notícia. ▪ Relatórios de formação dos profissionais das pescas sobre a qualidade e a manipulação do pescado; ▪ Artigos científicos sobre os recursos pesqueiros da Guiné-Bissau.
<p>Nível de confiança da avaliação acima</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <i>Baseado em dados factuais</i></p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em parte em dados factuais</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em dados factuais limitados</p>
<p>Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado</p> <p>O nível de confiança da avaliação baseia-se em dados factuais, devido à disponibilidade de planos de pesca anuais, relatórios anuais de avaliação do stoks de peixes e monitoramento de relatórios de missão.</p>
<p>Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <i>O seguimento relativo a este objetivo é adequado</i></p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhum sistema de seguimento implementado</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento não é necessário</p>
<p>Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento foi implementado</p> <p>O seguimento é assegurado pelos serviços técnicos do Ministério das Pescas e Economia Marítima e em particular o CIPA e pelo IBAP.</p>

<p>III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional</p>
<p>Objetivo 7: <i>Até 2020, áreas sob agricultura, aquacultura e exploração florestal serão geridas de forma sustentável, assegurando a conservação da biodiversidade, mantendo os processos ecológicos essenciais e a conectividade entre os diferentes ecossistemas.</i></p>
<p>Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:</p> <p><input type="checkbox"/> Em vias de ultrapassar o objetivo</p> <p><input type="checkbox"/> Em vias de atingir o objetivo</p>

Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento

Nenhuma mudança notável

Distanciamento do objetivo

Desconhecido

Data de avaliação: Março 2019

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

O Plano de Ordenamento do Território é inexistente na Guiné-Bissau, sendo um dos fatores essenciais na degradação dos ecossistemas. Só as áreas protegidas integram uma zonagem do espaço com regras específicas de exploração dos recursos existentes. Experiências de ordenamento agroecológicos foram igualmente realizadas em 2016 em três (3) regiões do país, nomeadamente Bafatá, Quinara e Tombali.

O cronograma deste objetivo foi fixado para 2020, sendo que os progressos realizados ainda são muito lentos.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis e de certa forma numa análise subjetiva baseada em entrevistas com pessoas-recursos. Os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo baseiam-se em:

Obstáculos: A inexistência de um Plano de Ordenamento de Território e muita dispersão de dados e informações.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Relatório de zoneamento agroecológica das Regiões de Bafatá, Quinara e Tombali com mapas de aptidão agroecológica para 17 culturas;
- Existência do Programa Nacional de Desenvolvimento Agrícola 2ª geração – PNIA (2017);
- de estruturas de investigação INPA, INEP, IBAP;
- Relatórios de 4 inventários florestais: DBT (2015) / PNLC (2018) / PNC (2018) / cobertura do mangal PNTC (2016) com os mapas específicos;
- Planos de Gestão para seis (6) áreas protegidas;
- Inventário de recursos e usos, o desenvolvimento e implementação de planos de cogestão para 104 florestas classificadas;
- Relatório de inventário de peixes de água doce em três lagoas/wendus (2017);
- Existência de Draft de guia referencial metodológica específica do sector das Florestas e Áreas protegidas;
- Draft de guia referencial metodológica específica do sector da agricultura;
- Planos de desenvolvimentos regionais (Quinara, Bafatá);
- Planos urbanísticos das cidades de Bissau, Buba, Bafatá, Gabu;
- Relatórios de projeto de Agricultura ecológica desenvolvido pela SWISSAID;
- Relatórios de atividades de diferentes ONG que intervêm no meio rural: UE-Activa (Eixo 1 e 3), Swissaid, Ação para o desenvolvimento, IMVF, Divutec, entre outros;
- Projeto de rizicultura e piscicultura em Contuboeil;
- Relatórios de produção do arroz através irrigação com o sistema solar em Contuboeil;
- Relatórios de produção de sal solar em várias localidades.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de inventários;
- Revisão de documentos legais de criação de AP;

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
- Baseado em parte em dados factuais**
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança da avaliação é baseado em dados factuais devido à disponibilidade de relatórios e mapas existentes.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
- O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)**
- Nenhum sistema de seguimento implementado
- O seguimento não é necessário

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 8: *Até 2018, identificar os poluentes e as principais fontes de poluição e criar os mecanismos jurídico-institucionais para a sua gestão e redução a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
- Nenhuma mudança notável**
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

O país tem tido dificuldades imensas na implementação de medidas que visam identificar os poluentes e as principais fontes de poluição e criar os mecanismos jurídico-institucionais para a sua gestão e redução. Foram poucas as ações que visam a implementação das medidas de poluição no país, podendo ser citado alguns estudos realizados no âmbito de projetos de investigação universitários. Outras medidas foram identificadas não foram implementadas e mesmo as leis, os decretos não se fizeram cumprir.

Não obstante o país ratificou varias convenções internacionais referentes a poluição e também dispõe atualmente três (3) laboratórios de análise, cuja operacionalidade é muito limitada.

O cronograma deste objetivo foi fixado para 2018, mas até a data ainda não foram observados progressos notáveis.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis.

Obstáculos: são de varias ordens:

- Ausência de dados exatos sobre os diferentes tipos de poluição, não existe um estudo específico sobre esta temática (tipos de poluentes, sua distribuição), nem meios materiais e humanos para o efeito.
- Falta de um quadro jurídico para a definição e classificação de resíduos e substâncias perigosas
- Falta de técnicos especialistas em matéria de classificação, triagem de resíduos e substancias perigosas;
- Inexistência de centros de gestão de informação dos produtos fitofarmacêuticos que entram no país.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Existência da Direção de Proteção Vegetal que proporciona proteção e controle fitossanitário de plantas e produtos vegetais;
- Ratificação de Convenções internacionais (POPs, Bâle, Bamako, Roterdão, Minamata);
- Decreto nº 7/2017 que regulamenta os Estudos de Impacte Ambiental e Social;
- Decreto nº 8/2017 que regulamenta o Licenciamento Ambiental;
- Decreto nº 7/2017 que regulamenta a Inspeção Ambiental;
- Documento de inventário inicial, com número e tipo de poluentes perigosos
- Um (1) Centros de gestão de resíduos criado em 2018;
- Existência de 2 laboratórios: Pesca e INASA, ligadas a identificação de poluições;
- Relatório de Projeto de exploração de metais pesados (Ilmenite, Zircão, Leucóxeno e Rutilo) na zona de varela, Região de Cacheu – Guiné-Bissau – Programa de gestão de resíduos (2015);
- Existência do documento de 3ª Comunicação Nacional (2018);
- Relatório sobre as Metodologia e protocolo para o Inventário Nacional de Resíduos perigosos e outros resíduos sob Convenção de Basileia (INASA, 2015);
- Plano nacional de Desenvolvimento sanitário fase II (2014 – 2017);
- Associação de Saneamento Básico, Proteção da Água e Ambiente de Bafatá (ASPAAB);
- No quadro da convenção de Minamata, sobre o Mercúrio um poluente perigoso, com os seus efeitos adversos e prejudiciais para a saúde humana e para o ambiente, que foi realizado um inventário validado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), com uma avaliação inicial do e estudo de linha de base regulamentares sobre o mercúrio (2018);
- Decreto Lei nº 16/2013, aprovado o decreto que proibi a fabricação, importação e comercialização dos sacos de plástico que contenham como base o polietileno, mas nunca teve sucesso o cumprimento desta lei;
- Relatório de autoavaliação dos regulamentos sanitários internacionais da República da Guiné-Bissau (2019);
- Existência de um Plano Estratégico Nacional para o Sector da Saúde (PENSS) e outro plano específico que incluem funções de saúde pública necessárias para aplicar e cumprir o RSI (e.g. PNDS III 2018 – 2022 e PEN-COES 2017 – 2019);
- Início de implementação do Projeto “One health” REDISSE Guiné-Bissau (2018).

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação, relatórios sectoriais;
- Análise dos textos legais em vigor.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
 Baseado em parte em dados factuais
 Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque a apreciação é feita na base dos documentos existentes e qualitativos.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 9: *Até 2020, identificar espécies exóticas e invasoras e seus respectivos vetores e estabelecer mecanismos para o seu controlo, por forma a impedir a sua introdução e estabelecimento.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
 Em vias de atingir o objetivo
 Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
 Nenhuma mudança notável
 Distanciamento do objetivo
 Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares *(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II,*

incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).

Na Guiné-Bissau, a problemática das Espécies Exóticas Invasoras - EEI é muito pouco desenvolvida. Só os sectores ligados à agricultura e pecuária, consideram esta temática sendo que nas últimas décadas, tem trazido prejuízos com consequências diretas na subsistência das comunidades locais e de suma importância para economia nacional.

Portanto esta temática constitui um grande desafio e grandes esforços devem ser envidados para que sejam atingidos pelo país até 2020.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados factuais muito limitados.

Obstáculos: A falta de conhecimentos profundo da biologia e ecologia das espécies exóticas e a sua extensão para dar apoio há uma eventual legislação é um dos maiores obstáculos. E que é exacerbada pela falta de recursos humanos e materiais (reagentes) para fazer funcional o laboratório de biossegurança.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Lista de EEI nacional, com cerca de quatro dezenas de espécies exóticas vegetais identificadas sendo potencialmente invasoras e algumas delas com grande capacidade de adaptação e de multiplicação;
- Base de dados das espécies vegetais exóticas invasoras inventariadas/INEP /UL/FC: <https://www.dn.pt>
- Manuais de combate de pragas / Serviço de Proteção Vegetal;
- Programas radiofónicos do combate as pragas, difundidos nas rádios comunitárias;
- Artigo na Revista lusa, sobre uma praga provocada por um inseto a Lagarta legionária em Outubro de 2018: <https://www.dn.pt/lusa/interior/guine-bissau-atacada-pela-lagarta-legionaria-do-outono-9824485.html>
- Relatório de Atelier de Reforço das Capacidades Duráveis para uma participação efetiva no centro de troca das informações;
- Participação na Rede sub-regional sobre as EEI;
- Desenvolvimento do novo Código da Pecuária, com o apoio da FAO;
- Desenvolvimento de regulamentos para obter o estatuto de país indemne de Peste Bovina pela Direção Serviços Veterinários;
- Artigo científico publicado na BioInvasions Record (vol.8) sobre os primeiros registos e tendências de expansão da *Chromolaena odorata* na Guiné-Bissau (Catarino L, Indjai B, Duarte MC, Monteiro F, 2019).

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de relatórios de estudos e estratégias;
- Análise dos textos legais em vigor.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
- Baseado em parte em dados factuais**
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque alguns dos dados são qualitativos.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 10: *Até 2020, identificar as múltiplas pressões antropogénicas sobre os mangais, praias, bancos de vasa e arenosos e demais ecossistemas marinhos e costeiros afetados pela mudança de clima ou acidificação oceânica e estabelecer estratégias e programas para que a sua integridade e funcionamento sejam mantidos.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
 Em vias de atingir o objetivo
 Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
 Nenhuma mudança notável
 Distanciamento do objetivo
 Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares *(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).*

O mangal, é um dos ecossistemas mais representativos da zona costeira da Guiné-Bissau, ela cobre toda a zona costeira e penetra até aos 150 km para o interior do território. Dados (Giri, 2011) apontam para uma superfície total do mangal no país na ordem de 338.652 há, cobrindo cerca 9% do território nacional. Mas este ecossistema está sujeito a grandes pressões de origem diversas.

Outros ecossistemas, como os bancos de vasas e de areia jogam um papel importante na manutenção da cadeia trófica.

Sendo estes ecossistemas de grande importância, a Guiné-Bissau emvidou esforços de forma a criar um quadro de proteção nacional e regional, ratificando e aderindo ao Protocolo da convenção de Abidjan relativo a proteção de mangal e Carta regional do mangal.

Outras ações de apoio as comunidades visando a proteção do mangal foram implementadas, tais como reabilitações de Bolanhas de Mangal para o aumento de produção do arroz das comunidades de diferentes regiões.

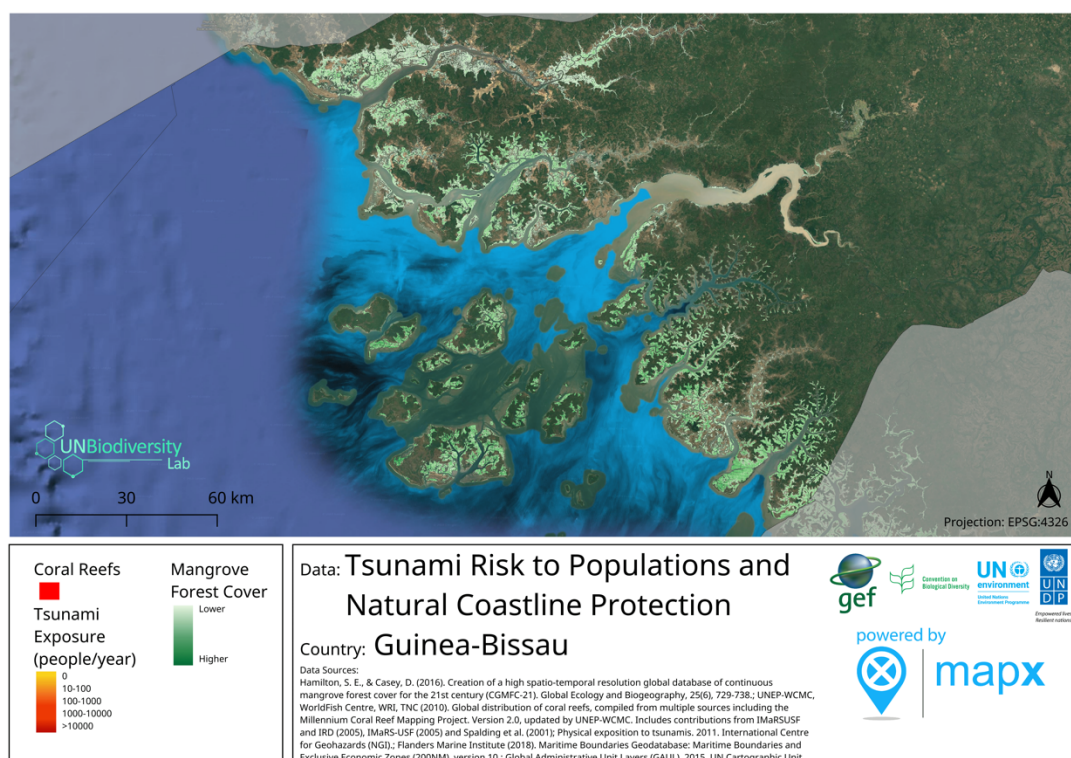
As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados factuais disponíveis.

Obstáculos: Muitas ações foram implementadas de recuperação, repovoamento do mangal, mas de forma dispersa não existindo um quadro de concertação.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Existência do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu;
- Existência de 4 zonas húmidas de importância internacional- sítios Ramsar com uma superfície importante de mangal;
- Pelo menos 10 ações de sensibilização anuais a volta do mangal;
- Atualização da cartografia do mangal no território nacional que demonstra o aumento da área (2016);
- Proposta da Lei do mangal;
- Diferentes relatórios de avaliação e seguimento existentes na AAAC;
- Relatórios de ações de reabilitação das Bolanhas de Mangal para o aumento de produção do arroz de mangal em varias comunidades (2015 a 2019);
- Programas de Informação, Educação, Comunicação e Sensibilização (imprensa escrita, rádios, TV, redes sociais, Escolas EVA's, Casas de Ambiente e Cultura, etc.);
- Existência de vários Projeto, nomeadamente: mangrovia; Gestão Sustentável dos Recursos Florestais do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu; Arroz e Mangal; Deduran; Wetlands International; GoWamer;
- Relatório de fiscalização e monitorias das AP costeiras e marinhas do SNAP;
- Relatório das ações de formação sobre ostricultura, transformação do pescado nas AP no quadro do projeto GoWamer (2016);
- Boletim Oficial da República N°9/2011 - Lei de Base do Ambiente;
- Boletim Oficial da República N° 38/2010 - Lei de Avaliação Ambiental.

Ilustração 9: Proteção do litoral da Guiné-Bissau (2016)



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação, relatórios de projeto.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais**
- Baseado em parte em dados factuais
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque alguns dos dados são qualitativos.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
- O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)**
- Nenhum sistema de seguimento implementado
- O seguimento não é necessário

Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento foi criado.

Seguimento realizado pelo IBAP, através de Indicadores de seguimento de Monitoria do SNAP.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 11: *Até 2020, fortalecer e consolidar o Sistema Nacional das Áreas Protegidas e estendê-lo a 26% do território nacional, cobrindo as áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas, e propor outras medidas especiais de conservação, integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo**
- Em vias de atingir o objetivo
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

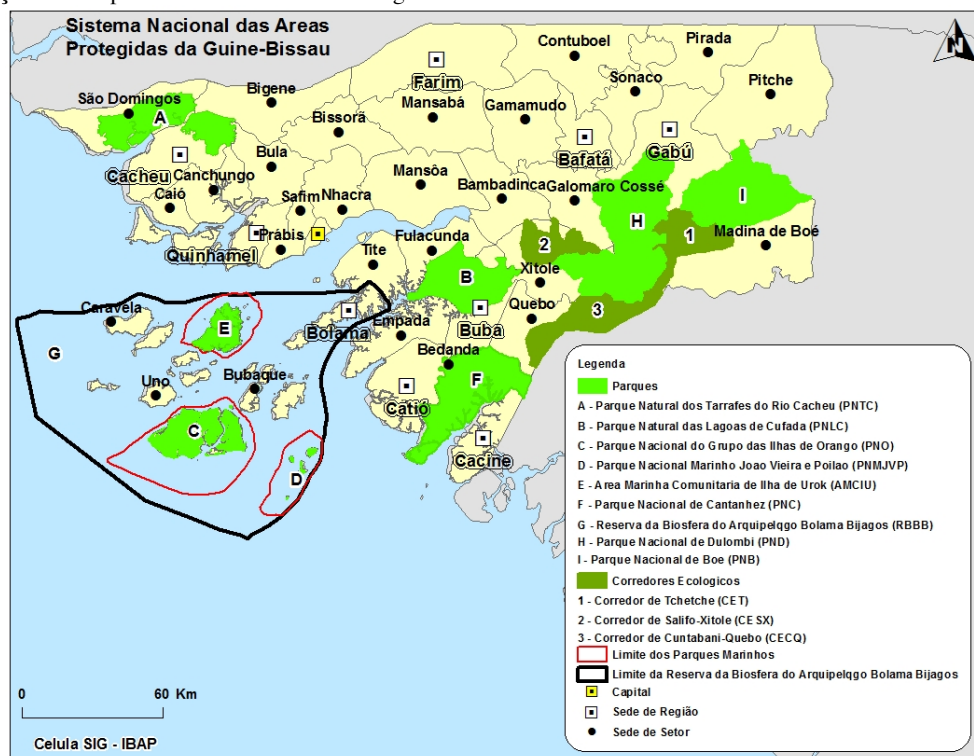
Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

No domínio das áreas protegidas a República da Guiné-Bissau registou os maiores sucessos, conduzindo de forma exemplar a sua estratégia nacional de conservação. Num primeiro momento a estratégia foi orientada para a zona marinha e costeira com a criação de seis (6) áreas protegidas representado 12,6% do território nacional. Existindo um desequilíbrio, e devido a necessidade de assegurar uma maior representatividade dos ecossistemas, o governo através de todo um longo processo de estudos, inventários, negociações com as comunidades locais, procedeu a expansão do SNAP através da criação de 5 novas unidades de conservação, ou seja, dois parques nacionais e três corredores ecológicos, passando assim o SNAP a cobrir 26,3% (750.000 ha) do território nacional através da sua oficialização por Decretos nº 11, 12, 13, 14 e 15/2017.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis.

Obstáculos: As lacunas mais importantes prendem-se com a falta de infraestruturas, a qualidade dos recursos humanos, os fracos investimentos na conservação e a fraca capacidade científica das instituições nacionais para a produção de conhecimento sobre determinado grupo de espécies e a durabilidade financeira, uma vez que funciona com base em projetos.

Ilustração 10: Mapa atualizada das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau



(Fonte: IBAP/SIG, 2018)

Indicadores utilizados para esta avaliação

- 750.000 ha, ou 26,3% de cobertura das áreas protegidas com uma diversidade de ecossistemas (terrestres, marinhos e costeiros);
- Existência de 4 sítios classificados de Zonas húmidas de importância internacional - Sítios Ramsar;
- Existência de oito (8) Áreas Protegidas;
- Seis (6) AP com instrumentos de gestão relevantes, nomeadamente, Lei-Quadro das Áreas Protegidas, Planos de Gestão, Planos de zonagem, Regulamentos Internos, Planos de Negócio;
- Conselhos de Gestão de todas as áreas protegidas funcionam de forma inclusiva e participativa envolvendo as comunidades locais e seus representantes, o Estado as ONG's e representantes da sociedade civil;
- Existência de Sistema de Monitoria do SNAP com indicadores definidos;
- 104 florestas comunitárias;
- Três (3) de corredores ecológicos existentes;
- Perspetiva de nomeação da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagos (RBABB) como sítio de Património mundial da UNESCO;
- Um Processo de candidatura como Reserva da Biosfera (Jeta-Pecixe);
- Existência de sistema de sinalização e de balizagem dos limites externos e internos das AP;
- Estratégia de fiscalização marítima atualizada e permanentes;
- Relatórios de atividades anuais do IBAP;
- Estratégia Nacional de Ecoturismo (2018-2023);
- Relatório de Avaliação periodicamente da eficácia da Gestão de Áreas Protegidas através da IMET, PPAM;
- Estratégia Nacional para as AP e a Conservação da Biodiversidade (2011-2020);

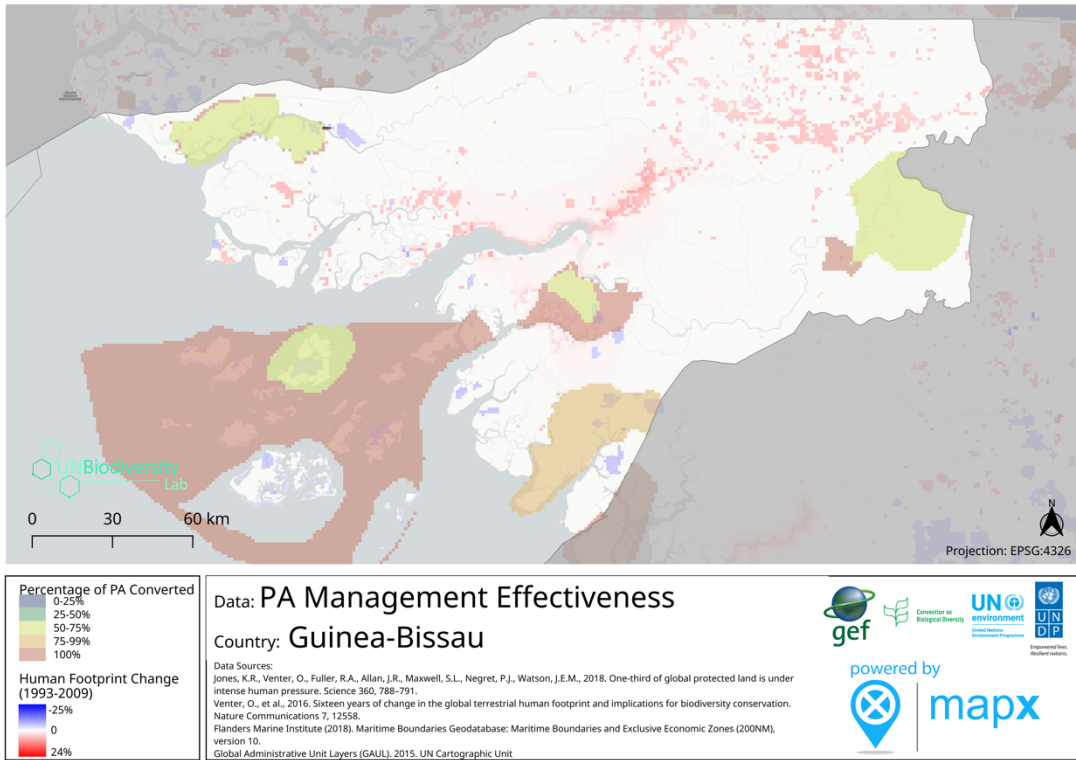
- Relatório de Reuniões anuais do Conselho de Gestão de cada AP (2 internos e 2 globais);
- Planos de gestão, planos de negócios e - Regulamentos internos disponíveis e operacionais na maioria das AP do SNAP;
- Relatório de inventários florestais do PNC, PNLC, DBT;
- Ações de patrulhamento e fiscalização são regularmente desenvolvidos respetivamente em terra e no mar baseada na estratégia de fiscalização;
- Relatórios de atividades trimestrais, semestrais e anuais;
- Inventário das infra-estruturas e equipamentos das AP do SNAP;
- Banco de dados sobre o pagamento das entradas turísticas;
- Relatórios das ações de desenvolvimento comunitário desenvolvidos nas AP's do SNAP;
- Planos de desenvolvimento local que esteve na base do recrutamento de algumas ONG's para implementação de ações de desenvolvimento em algumas AP's do SNAP
- Regras de pesca desportiva, códigos de conduta de observação da fauna;
- Draft da carta de política nacional do desenvolvimento do ecoturismo na GB;
- Relatórios das missões de extensão do corredor salifo-fifiol e Colbuia-cufada;
- Mapeamento das zonas sagradas da RBABB;
- Georeferenciamento de algumas zonas sagradas do Complexo DBT;
- Base de dados de espécies chaves e emblemáticas: Tartarugas-marinhas, aves, moluscos, hipopótamos, mamíferos;
- Ações de pesquisa em cursos, em parceria com instituições de pesquisa nacionais, sub-regionais e europeias;
- Criação e capitalização da Fundação BioGuiné (FBG) como mecanismo alternativo de financiamento das atividades de conservação da biodiversidade.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

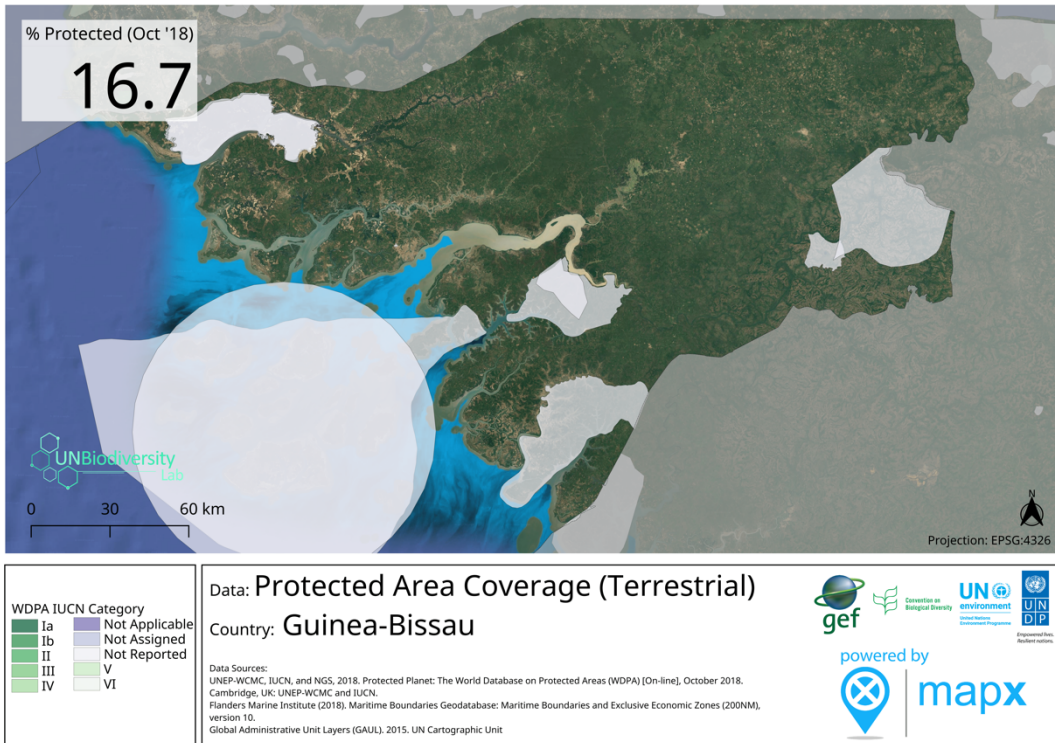
- Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:
- Relatórios de avaliação e inventário;
- Relatórios anuais das atividades do IBAP;
- Planos de Gestão e Planos de negócios das Áreas Protegidas;
- Análise dos textos legais em vigor.

Ilustração 11: Eficácia de Gestão das Áreas Protegidas na Guiné-Bissau



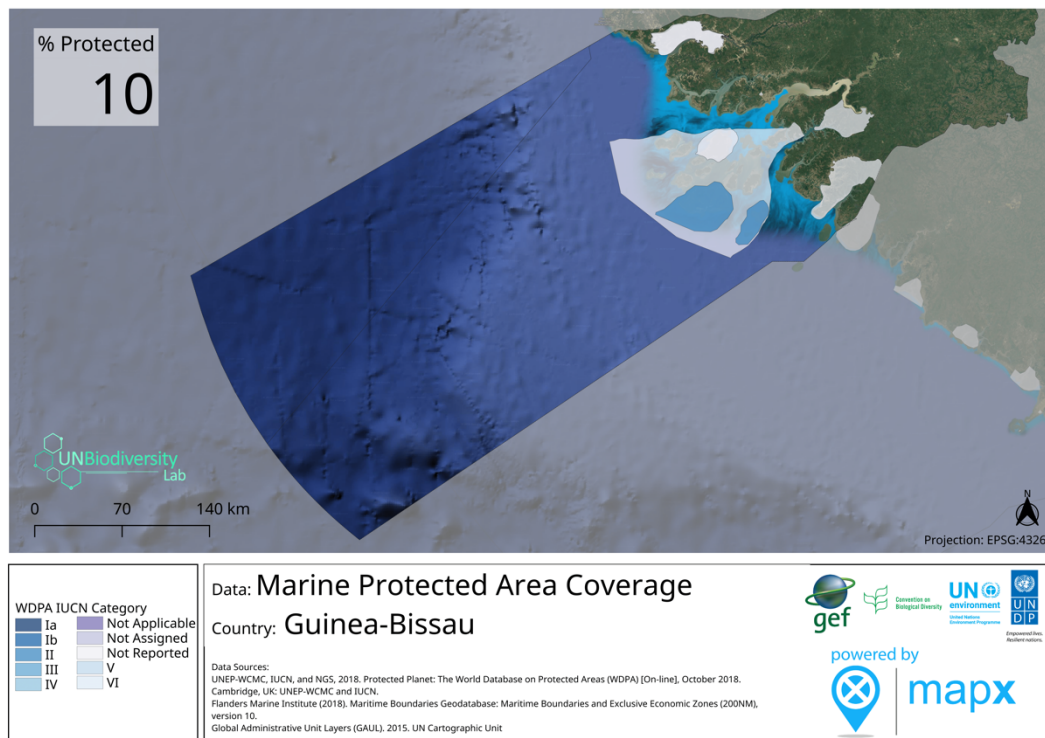
(Fonte: UN Lab)

Ilustração 12: Cobertura das Áreas Protegidas (Terrestre) na Guiné-Bissau



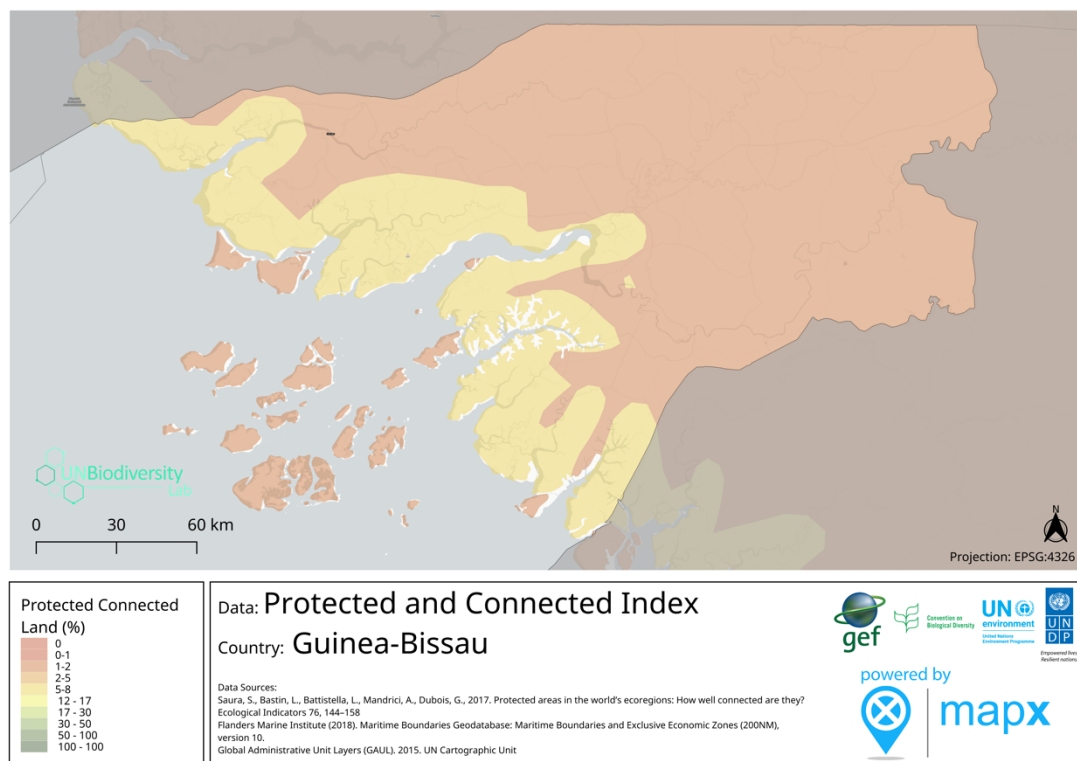
(Fonte: UN Lab)

Ilustração 13: Cobertura das Áreas Marinhas Protegidas na Guiné-Bissau



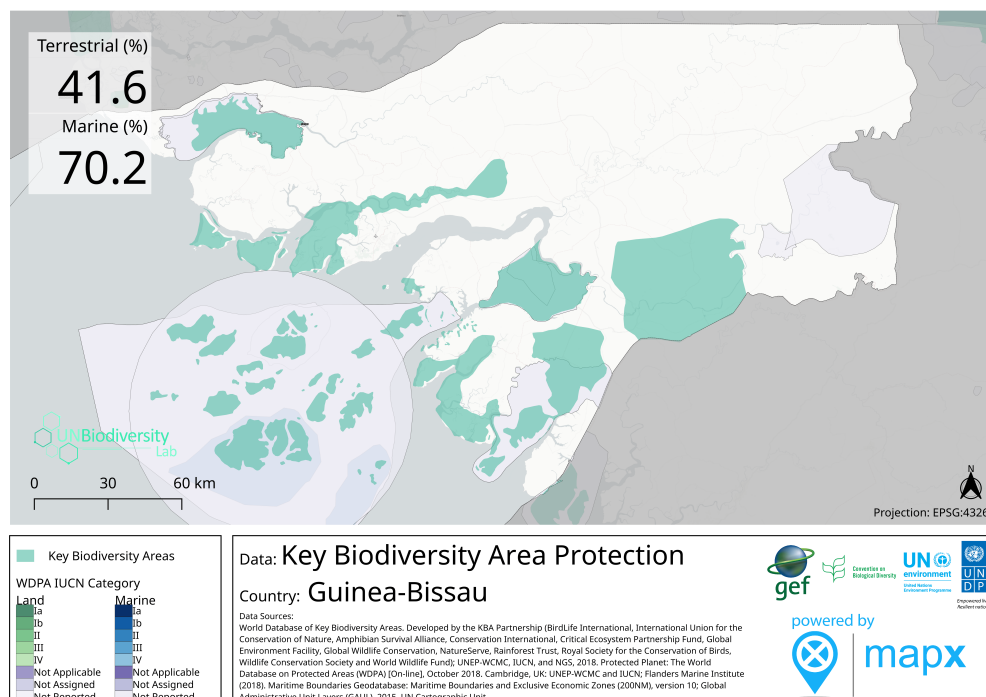
(Fonte: UN Lab)

Ilustração 14: Índice de proteção e conectividade na Guiné-Bissau



(Fonte: UN Lab)

Ilustração 15: Proteção das Áreas chaves da Biodiversidade na Guiné-Bissau



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais**
- Baseado em parte em dados factuais
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança da avaliação é baseado em dados factuais, pois todos os documentos estratégicos, atos de criação e classificação de áreas protegidas, locais de Ramsar, Planos de Gestão, Planos de Negócios, Relatórios de Actividades estão disponíveis anos, existência de medidas legais e de um sistema de monitoria do SNAP baseada em indicadores ecologias, sociais e económicos.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado**
- O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
- Nenhum sistema de seguimento implementado
- O seguimento não é necessário

Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento foi criado.

O seguimento e avaliação objetivo é assegurado pelos serviços técnicos do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas através de um Sistema de Monitoria (ecológica, económica e social e com indicadores bem identificados) do Sistema Nacional das Áreas

Protegidas. Outros instrumentos de avaliação da eficácia de gestão das AP são igualmente utilizados.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 12: *Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas conhecidas será reduzido significativamente, detendo-se o declínio das mais ameaçadas.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo***
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

O conhecimento sobre a biodiversidade aumentou consideravelmente nestes últimos anos, nomeadamente em relação a algumas espécies, como as tartarugas marinhas, particularmente as Tartarugas-verdes, espécie que em termos numéricos mais frequenta as águas e as praias da Guiné-Bissau; primatas entre os quais os chimpanzés no qual todo o sudoeste da Guiné-Bissau é considerada uma zona crítica para a sua conservação; a subespécie de papagaio cinzento (*Psittacus timneh*), aves migradoras do norte da Europa e residentes; O manatim (*Trichechus senegalensis*), muito comum nas águas interiores da Guiné Bissau, o hipopótamo, entre outros.

Embora que de forma pontual, foram igualmente estudados o coberto vegetal, a composição florística de algumas formações vegetais e o uso de algumas espécies, nomeadamente na farmacopeia tradicional.

O Pau-sangue (*Pterocarpus erinaceus*), espécie muito procurada pelo mercado internacional e que foi objeto de cortes abusivos, foi incluída no Anexo II da CITES e em conjunto com outras espécies produtoras de madeira foram objetos de uma moratória de cinco anos, nomeadamente no sentido de acabar com os cortes abusivos e permitir a implementação de reformas e a reestruturação do sector florestal.

As pesquisas realizadas, algumas utilizando inovações tecnológicas, forneceram elementos de extrema importância para a elaboração futura duma lista vermelha da Guiné-Bissau e para a melhoria da capacidade de gestão de populações de algumas espécies em declínio.

Foi criado um sistema de monitoria do Sistema Nacional de Áreas Protegidas com indicadores ecológicos bem identificados, permitindo assim ter informações regulares sobre a dinâmica de certas espécies chaves da biodiversidade.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados factuais disponíveis.

Obstáculos: Os estudos cingem somente em certos grupos de espécies e só cobrem uma parte do território nacional. Existe uma insuficiência de capacidades para avaliar e elaborar a Lista Vermelha nacional das espécies selvagens. Entretanto outras áreas de investigação carecem de

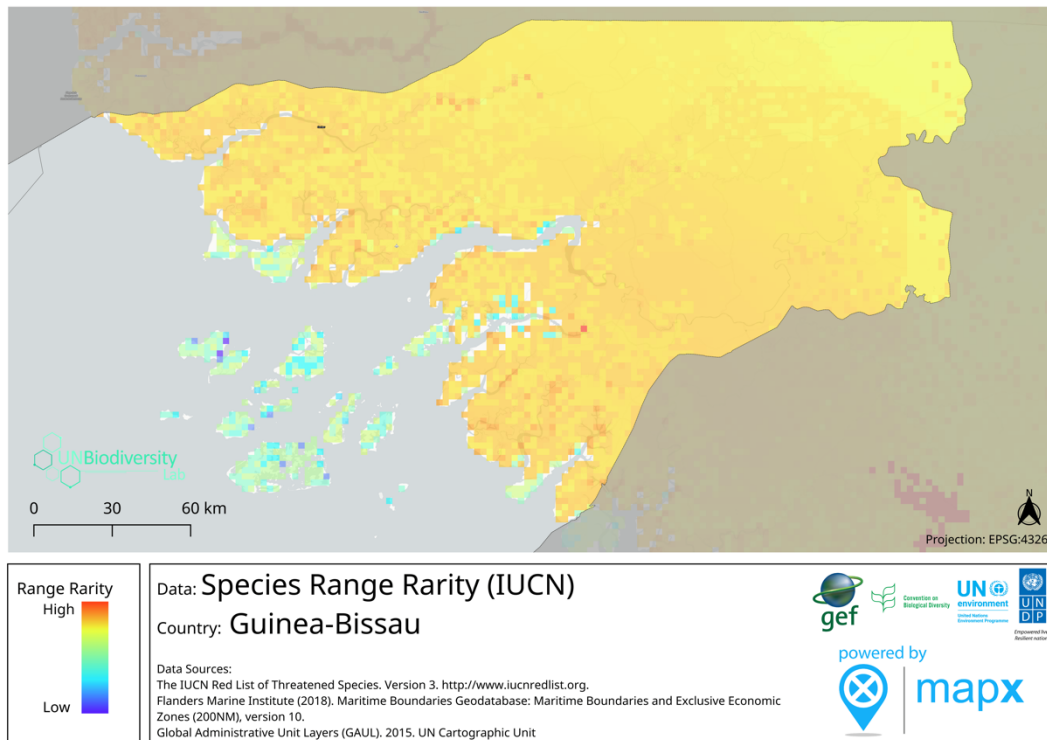
reforço da capacidade técnica e científica.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Atualização do guia dos mamíferos do Parque Nacional de Cantanhez (2017);
- Existência de guia de seguimento das Tartarugas Marinhas da Guiné-Bissau (2016);
- Relatórios anuais de inventário da Biodiversidade no Sistema Nacional das Áreas Protegidas;
- Relatórios de pesquisa, Estudos, artigos científicos e monografias (Chimbo, Universidades parceiras, IBAP) para a identificação de ameaças, estimação da população de certos grupos de espécies (tartarugas-marinhas, aves aquáticas e marinhas, papagaio-cinzento, chimpanzés e colobus, algumas espécies de floras);
- Estratégia Nacional para as AP e a Conservação da Biodiversidade da Guiné-Bissau 2014 – 2022;
- Diagnóstico sobre a exploração dos recursos pesqueiros na Guiné-Bissau (2016);
- Decreto de criação de novas áreas protegidas do Complexo Dulombi-Boé-Tchéché;
- Plano de Ação Nacionais: Tartarugas marinhas, 4 espécies de aves aquáticas, chimpanzés, mangal, hipopótamo, raias e tubarões;
- Plano de ação sub-regional para os chimpanzés;
- Sistema de monitoria e indicadores do SNAP;
- Campanhas de pesca anuais;
- Presença de uma pequena população de Leões e de Elefantes;
- Livro sobre o Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão;
- Artigos científicos:
 - AC, Airaud MB, Godley BJ, Regalla A, Tilley D, Catry P 2018. Nest site selection repeatability of green turtles, *Chelonia mydas*, and consequences for offspring. **Animal Behaviour** 139: 91-102. <https://doi.org/10.1016/j.anbehav.2018.03.006>
 - Barbosa C, Patrício R, Ferreira B, Sampaio M, Catry P (2018). Tartarugas Marinhas. In: Catry P, Regalla A (eds). **Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Biodiversidade e Conservação**. IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau.
 - Patrício R, Marques A, Barbosa C, Broderick AC, Godley BJ, Hawkes LA, Rebelo R, Regalla A, Catry P 2017. Balanced primary sex-ratios and resilience to climate change in a major sea turtle population. **Marine Ecology Progress Series** 577: 189-203. <https://doi.org/10.3354/meps12242>
 - Patrício AR, Formia A, Barbosa C, Broderick AC, Bruford M, Carreras C, Catry P, Ciofi C, Regalla A, Gofley BJ 2017. Dispersal of green turtles from Africa's largest rookery assessed through genetic markers. **Marine Ecology Progress Series** 569: 215-225.
 - Rebelo R, Barbosa C, Granadeiro JP, Indjai B, Novais B, Rosa GM, Catry P 2012. Can leftovers from predators be reliably used to monitor marine turtle hatchling sex-ratios? The implications of prey selection by ghost crabs. **Marine Biology** 159: 613–620. DOI 10.1007/s00227-011-1839-8.
 - Scott R, Hodgson DJ, Witt MJ, Coyne MS, Adnyana W, Blumenthal JM, Broderick AC, Canbolat AF, Catry P, Ciccione S, Delcroix E, Hitipeuw C, Luschi P, Pet-Soede L, Pendoley K, Richardson PB, Rees AF, Godley BJ 2012. Global analysis of satellite tracking data shows that adult green turtles are significantly aggregated in Marine Protected Areas. **Global Ecology and Biogeography** 21: 1053-1061 DOI: 10.1111/j.1466-8238.2011.00757.
 - Godley BJ, Barbosa C, Bruford M, Broderick AC, Catry P, Coyne MS, Formia A, Hays GC & Witt MJ 2010. Unravelling migratory connectivity in marine turtles using multiple methods. **Journal of Applied Ecology** 47: 769-778.

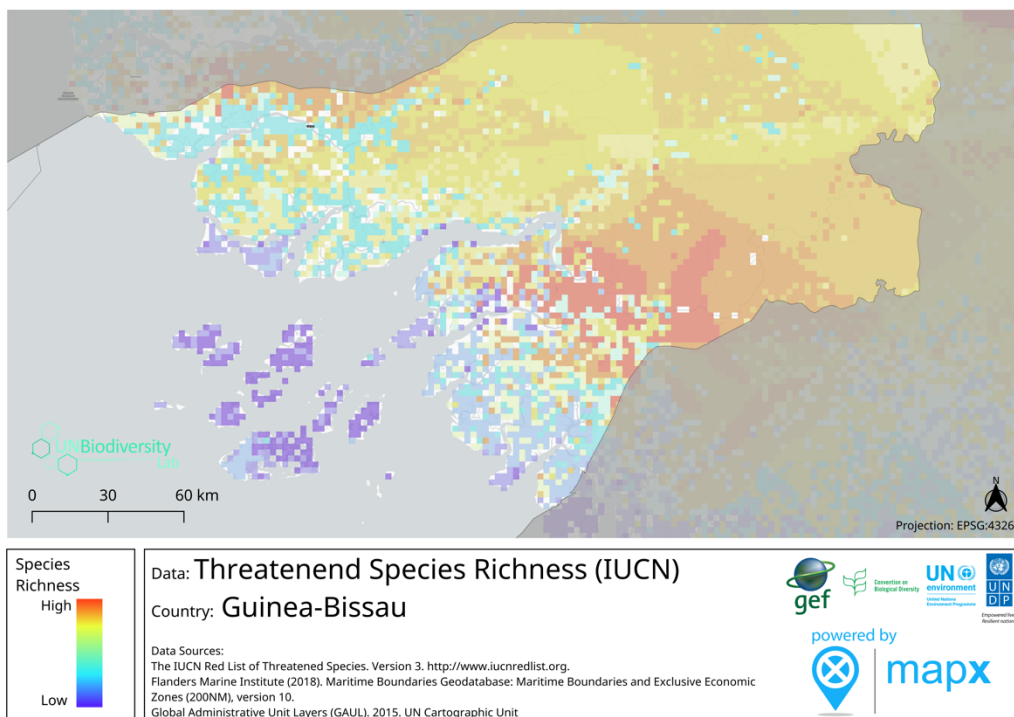
- Catry P, Barbosa C, Paris B, Indjai B, Almeida A, Limoges B, Silva C & Pereira H 2009. Status, ecology and conservation of sea turtles in Guinea-Bissau. **Chelonian Conservation and Biology** 8: 150-160.
- Catry P, Barbosa C & Indjai B 2010. *Marine Turtles of Guinea-Bissau. Status, Biology and Conservation*. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau. 127p.
- Catry, P., Barbosa, C. Indjai, B., Almeida, A., Godley, B.J. & Vié, J.C. 2002. First census and conservation of the green turtle at Poilão, Bijagós Archipelago (Guinea-Bissau); the most important nesting colony on the Atlantic coast of Africa. **Oryx** 36: 400-403.

Ilustração 16: Distribuição das Espécies raras na Guiné-Bissau (UICN)



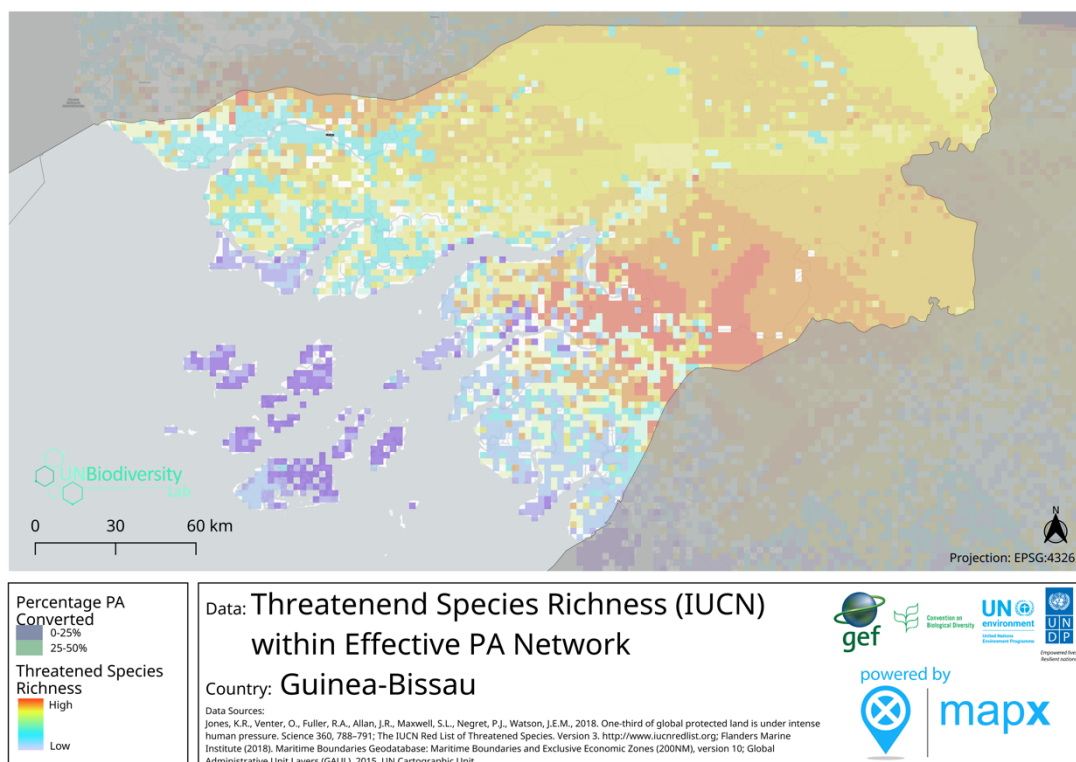
(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Ilustração 17: Riqueza das espécies na Guiné-Bissau (UICN)



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Ilustração 18: Riqueza de espécies ameaçadas na rede de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau (IUCN)



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Consulta bibliográfica e levantamento de serviços técnicos.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
- Baseado em parte em dados factuais
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado em informações disponíveis assim que outras realizações ainda não disponíveis.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo à este objetivo é adequado
- O seguimento relativo à este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
- Nenhum sistema de seguimento implementado
- O seguimento não é necessário

Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento estabelecido.

O monitoramento desse objetivo é assegurado através de programas de pesquisa e de troca de informações sobre a biodiversidade entre diferentes instituições nacionais e estrangeiras.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 13: *Até 2020, manter, através de elaboração e execução de estratégias adequadas, a conservação de espécies cultivadas, de animais domésticos, de espécies silvícolas e de outras espécies de valor socioeconómico e/ou cultural.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento**
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

No âmbito de promoção de conhecimentos sobre recursos genéticos de animais existentes no país, a Direção Geral da Pecuária, tem feito a caracterização morfogenética de ruminantes e bovinos em 4 zonas agroecológicas e 4 zonas de produção animal. A nível vegetal foram realizados inventários florestais nas áreas protegidas e um certo número de publicações sobre a valorização dos recursos florestais em termos de farmacopeia.

Paralelamente foi elaborado e validado em 2018, um Código de pecuária que está a aguardar pela sua aprovação no Conselho de Ministros.

O Programa Nacional de Investimento Agrário - PNIA 2ª geração, continua a abranger todos os subsectores: produção vegetal (culturas e silvicultura), pecuária e pescas. Ele considera áreas transversais como o reforço institucional, a investigação e a extensão agrícola e integra as dimensões de género, juventude, nutrição, resiliência e social (responsabilização mútua) nos subprogramas para garantir a sustentabilidade das realizações. O programa prevê reforçar igualmente a capacidade de adaptação das populações rurais aos efeitos das alterações climáticas nas suas atividades. Promoverá a difusão de tecnologias melhoradas para reduzir os efeitos adversos das alterações climáticas.

As evidências utilizadas na avaliação deste objetivo baseiam-se em documentos de políticas, estratégias e planos setoriais atualmente em implementação.

Obstáculos: acesso muito limitado e dispersão de dados e informações.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Existência de relatórios de estudos sobre as raças em risco;
- Existência de um código de pecuária validado em 2018 que precisa a provação no Conselho de Ministros;
- Fichas de produção de sementes em Coli, Caboxanque, Carantaba e Contuboel.
- Carta de Política de Desenvolvimento Agrícola;
- Estratégia e Plano Nacional de Ação para a Conservação da Diversidade Biológica;
- Quadro Nacional de Biossegurança;
- Programa Nacional de Investimento Agrário – PNIA 2ª geração;
- Lei de Orientação Agrícola;
- Código de Pesca Marítima e Artesanal;
- Relatório da caracterização morfogenética de ruminantes e bovinos;
- Relatório de análise de 4 zonas agroecológicas e 4 zonas de produção animal;
- Participação na comissão internacional de fitogenética e zoogenética;
- Relatório da Direção Geral da pecuária/Serviços de proteção epidemiológico sobre uma raça bovina em risco “Damu manjaku”;
- Relatórios dos serviços de vigilância epidemiológica e atendimento técnico dos serviços da proteção vegetal.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação;
- Realização de inquéritos a organismos públicos, instituições, associações e comunidades locais.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
- Baseado em parte em dados factuais**
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado em programas de pesquisa realizada por instituições de pesquisa agrária e ONGs competentes.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo à este objetivo é adequado
- O seguimento relativo à este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)**
- Nenhum sistema de seguimento implementado
- O seguimento não é necessário

Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento foi estabelecido.

O acompanhamento desse objetivo é assegurado pelos serviços técnicos dos Ministérios encarregados de: Agricultura com as estruturas descentralizadas Instituto Nacional de Pesquisa Agrária - INPA, Direção Geral da Pecuária, Proteção Vegetal, Pesca através do Centro de Investigação Pesqueira Aplicada - CIPA; Instituto nacional de Estudos e pesquisa – INEP, Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas - IBAP.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 14: *Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, incluindo serviços relativos a água e que contribuem para a saúde, meios de vida e bem-estar serão preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, dos pobres, dos mais vulneráveis e das comunidades étnicas locais em relação à sua reprodução sociocultural e religiosa.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento**
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

Para avaliar os diferentes serviços prestados pelos ecossistemas, bem como sua contribuição para a vida das comunidades, alguns estudos muito embrionários sobre os serviços ecossistêmicos foram realizados, dando orientações para garantir a proteção dos ecossistemas que fornecem serviços essenciais.

Obstáculos: Observou-se que os estudos realizados se limitaram a certas componentes dos serviços ecossistêmicos e dizem respeito apenas a determinados ecossistemas com valores monetários calculáveis, os dados parciais estão disponíveis (não abrangendo todos os bens e serviços dos ecossistemas).

Indicadores utilizados para esta avaliação

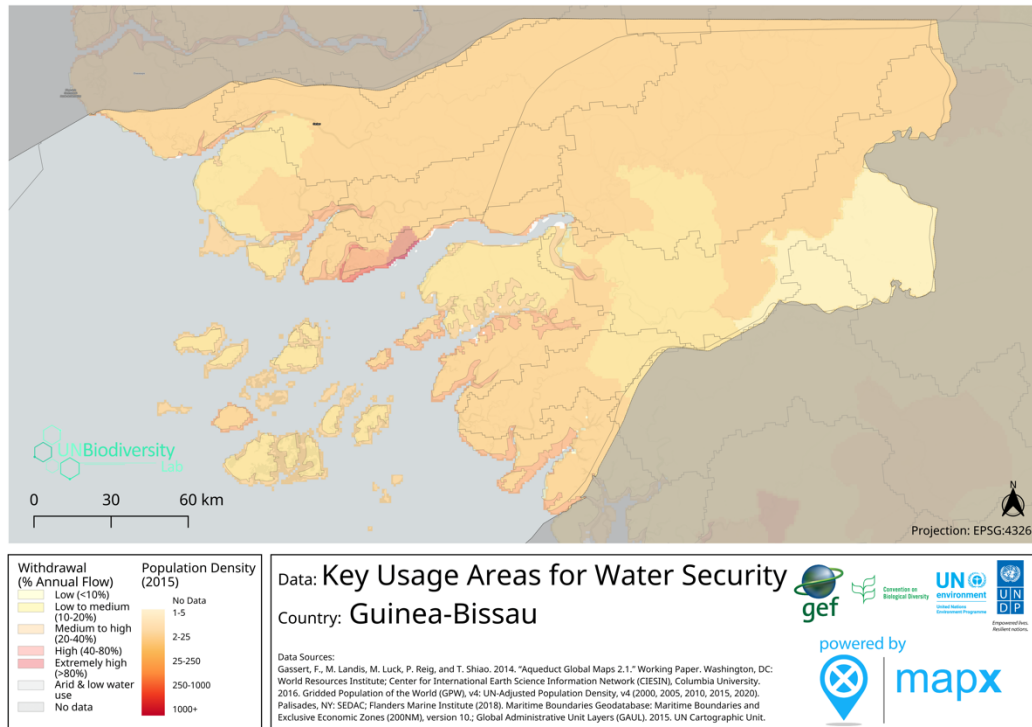
- Avaliação de serviços de provisão e de regulação nos mangais da Guiné-Bissau, tese de mestrado (2018);
- Existência do Programa de Segurança Alimentar e Nutrição;
- Existência do Plano Diretor de Água e Saneamento;
- Vários estudos sobre a Farmacopeia;
- Relatório do projeto de Reforço de capacidades da sociedade civil para a monitorização da gestão dos recursos naturais na Guiné-Bissau – DCI-NSAPVD/2015/371-596 (2016-2018);

– Projeto Contabilidade Ambiental (2018).

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Nenhuma outra ferramenta foi utilizada para além dos estudos de avaliação de eficácia de gestão das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau com o IMET (Integrated Management Effectiveness Tool) em 2017.

Ilustração 19: Áreas chaves de segurança hídrica na Guiné-Bissau



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
- Baseado em parte em dados factuais**
- Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque alguns dos dados são qualitativos.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
- O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)**
- Nenhum sistema de seguimento implementado
- O seguimento não é necessário

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 15: *Até 2020, a resiliência de ecossistemas e o contributo da biodiversidade para reservas de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, incluindo por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas florestais mais sensíveis e degradados, contribuindo assim para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para o combate à desertificação.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo***
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

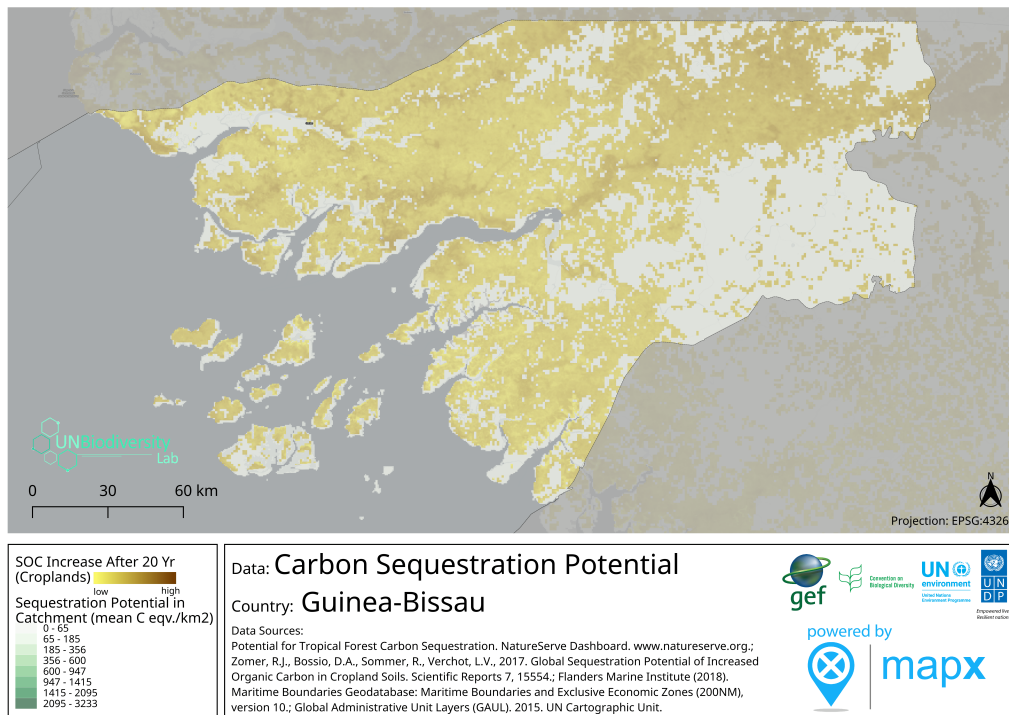
Informações suplementares *(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).*

Na ótica de atenuar a vulnerabilidade dos ecossistemas e das espécies face as alterações climáticas, vários documentos foram elaborados, nomeadamente a 3ª Comunicação Nacional (2018), o Documento Nacional de Contribuição Determinada (2015), o Roteiro para a elaboração e implementação do REDD+ (2015) e o Documento de FREL subnacional (SNAP). Estes diferentes documentos visam criar uma base para que a resiliência dos ecossistemas e o contributo da biodiversidade para reservas de carbono sejam aumentadas.

A evidência utilizada na avaliação deste objetivo baseia-se na análise de certos documentos de políticas, estratégias, planos e programas e nos resultados de alguns projetos desenvolvidos no contexto da resiliência e adaptação das atividades do projeto de desenvolvimento para os efeitos das alterações climáticas.

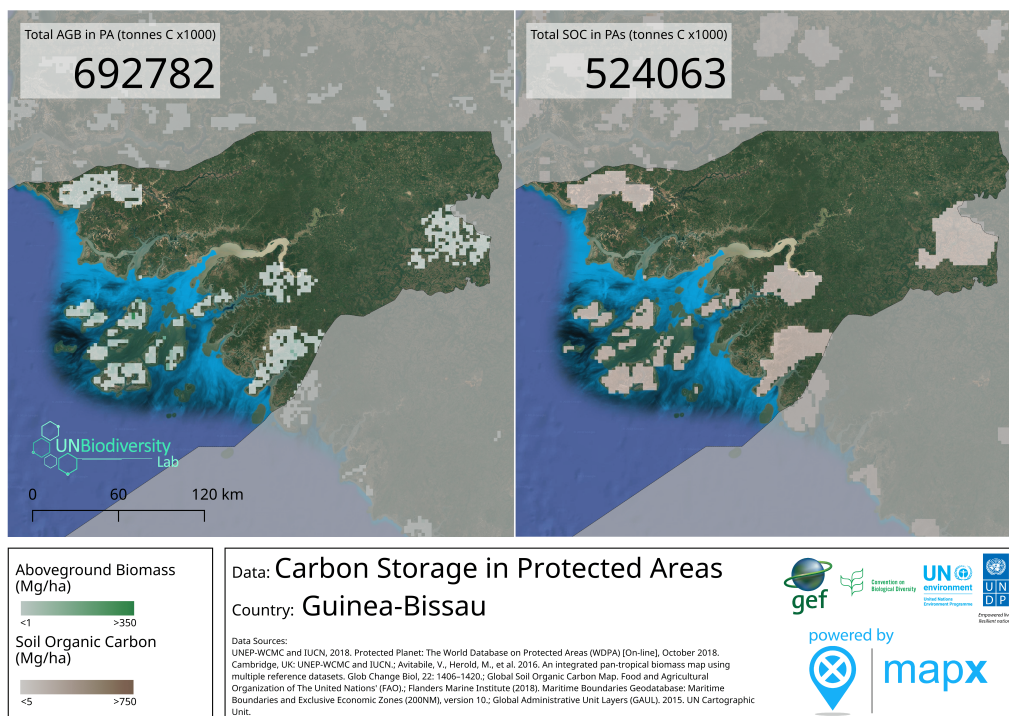
Obstáculos: Dificuldades de encontrar certos dados de base científica e também com a cobertura nacional.

Ilustração 20: Potencial de sequestração de carbono na Guiné-Bissau



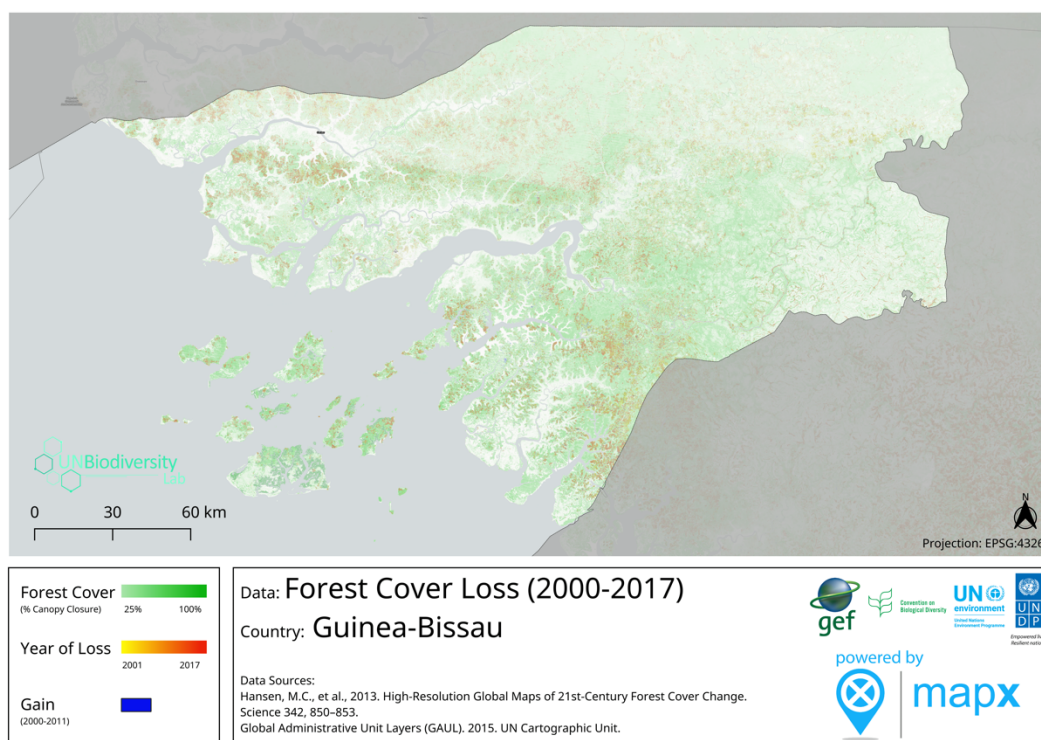
(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Ilustração 21: Armazenamento do Carbono nas Áreas Protegidas na Guiné-Bissau



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Ilustração 22: Perda da cobertura florestal na Guiné-Bissau (2000-2017)



(Fonte: UN Biodiversity Lab)

Indicadores utilizados para esta avaliação

Os indicadores utilizados para esta avaliação são:

- Documento de FREL subnacional (SNAP) componentes terrestres das 8 AP da Guiné-Bissau que representa 750.000 ha
- 3ª Comunicação Nacional (2018);
- Estratégia Áreas Protegidas e Conservação da Biodiversidade 2014-2020;
- Existência do Intended Nationally Determined Contribution – INDC (2015);
- Despacho nº 8/SEA/15 que cria o Grupo de Trabalho REDD+, cuja responsabilidade é o de iniciar e implementar a preparação do REDD+ na Guiné-Bissau;
- Início do processo REDD + com 2 sítios pilotos (PNTC e PNC) com o de cenário base de desflorestação histórica (2002-2010) em 2015;
- Estabelecimento do Programa Nacional Energia Doméstica e Meio Ambiente (2018);
- Oito (8) áreas Protegidas criadas;
- Cobertura de Florestas abertas entre 40%-60% do território nacional;
- Média histórica de emissões associada a desflorestação (2007-2015) no SNAP estimada em 67 805.5t CO₂-e ano¹
- Mapa sobre os principais ecossistemas com maiores capacidades de retenção e armazenamento do carbono;
- Plano de Ação do Mangal;
- Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (2006);
- Roadmap de preparação para o REDD+ na Guiné-Bissau (2016-2010);
- Projeto Áreas Protegidas e Resiliência as Mudanças Climáticas GCCA+;
- Projeto de Reforço de resiliência e de capacidade de adaptação dos setores agrário e hídrico as mudanças climáticas na Guiné-Bissau (2011-2016), com extensão até 2017;

- Projeto Bio Gaz na Guiné-Bissau;
- Campanhas de reflorestamento realizadas a cada ano por um conjunto de instituições, ONGs, comunidades locais.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos existentes.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais**
 Baseado em parte em dados factuais
 Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em dados factuais, porque os documentos desenvolvidos têm em conta os compromissos da Guiné e todos os impactos das mudanças nos ecossistemas e comunidades.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado**
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento foi estabelecido.

O seguimento desse objetivo é assegurado pelos serviços técnicos dos Ministérios concernentes.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 16: *Até final de 2016, assegurar a criação, adoção e operacionalização de um quadro jurídico-legal simples e eficiente que permita a execução do Protocolo de Nagoya, em especial na vertente de Acesso a Recursos Genéticos e à Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização, em conformidade com a legislação nacional.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo

- Em vias de atingir o objetivo
 Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
 Nenhuma mudança notável
 Distanciamento do objetivo
 Desconhecido

Data de avaliação: Março 2019

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

Com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre os dispositivos operacionais para o acesso aos recursos e a repartição justa e equitativa dos benefícios que dele decorrem, o país elaborou projetos de textos relacionados e realizou sessões de sensibilização com grupos-alvo.

Embora o cronograma esteja definido para 2016, a meta ainda não foi totalmente alcançada. No entanto, ações para melhorar a compreensão de questões relacionadas ao acesso a recursos genéticos e à divisão justa e equitativa dos benefícios decorrentes de seu uso ainda estão em curso.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em textos legais vigentes e em revisão em relação ao meio ambiente, seus recursos, uso racional e valoração.

Obstáculos: A instabilidade política retardou a adoção de certas leis.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Resolução de aprovação e ratificação do protocolo de Nagoya pela ANP;
- Linhas orientadoras para o relatório intermediário sobre a implementação do Protocolo de Nagoya;
- Atualização da Lei de Terras;
- Press Release: Three new ratifications edge landmark treaty on genetic resources towards entry into force;
- Relatório do Projeto Sensibilização e Educação Ambiental dos Agentes de Desenvolvimento Local sobre a Gestão Durável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau, Instituto Real das Ciências Naturais de Bélgica (2017);
- Projeto lei sobre o acesso aos recursos genéticos e a partilha das vantagens decorrentes da sua utilização na Guiné-Bissau;
- Pelo menos 3 de ateliers de sensibilização dos curandeiros, pesquisadores e decisores sobre os desafios do Protocolo de Nagoya animados.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:

- Análise de documentos dos textos legais em vigor.
- Levantamento de serviços técnicos da Secretaria de Estado do Ambiente com o Ponto Focal Nacional do Protocolo de Nagoya.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais
 Baseado em parte em dados factuais
 Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, devido ao facto de que as disposições do Protocolo ainda não foram levadas em conta pelo sistema jurídico nacional.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

Descreva como o seguimento do objetivo é assegurado e indique se um sistema de seguimento foi estabelecido.

O seguimento desse objetivo é assegurado pelos serviços técnicos competentes e pelo Ponto Focal Nacional.

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 17: *Até finais de 2015, atualizar e adotar, através de métodos participativos, a estratégia e o plano de ação para a biodiversidade como instrumento de política de conservação da biodiversidade e da aplicação nacional das disposições da convenção da biodiversidade.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
 Em vias de atingir o objetivo
 Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento
 Nenhuma mudança notável
 Distanciamento do objetivo
 Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação.*)

Com o objetivo de operacionalizar o EPANDB, ateliers de restituição regionais foram realizados.

Embora, o calendário tenha sido fixado em 2015, o objetivo não foi totalmente atingido tendo em consideração a dispersão das ações.

Obstáculos: Inoperacionalidade do Comité Nacional da Biodiversidade (CNB), criado com o

objetivo de seguir a implementação do EPANBD.
<p>Indicadores utilizados para esta avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - EPANDB (2015-2020) atualizado, disponível e implementado; - Implementação contínua de estratégias e planos setoriais. - Ateliers de restituição regionais do EPANDB; - Existência do Comité Nacional da Biodiversidade (CNB), criado através de um Despacho.
<p>Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.</p> <p>Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de documentos de políticas existentes, estratégias, planos de ação; ▪ Realização de inquéritos a organismos públicos, instituições, associações e comunidades locais; ▪ Análise dos textos legais em vigor.
<p>Nível de confiança da avaliação acima</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <i>Baseado em dados factuais</i></p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em parte em dados factuais</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em dados factuais limitados</p>
<p>Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado</p> <p>O nível de confiança da avaliação é baseado em dados factuais porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O EPANDB é desenvolvido, validado e implementado como um documento político no contexto da conservação da biodiversidade; - Todos os Ministérios diretamente envolvidos na biodiversidade desenvolveram, adotaram e estão implementando instrumentos de política nacional, estratégias e planos de ação participativos e eficazes para os recursos da biodiversidade dentro de suas atribuições.
<p>Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é adequado</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> <i>Nenhum sistema de seguimento implementado</i></p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento não é necessário</p>

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 18 : *Até 2020, respeitar e fazer respeitar, de acordo com a legislação nacional e as obrigações internacionais, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de*

comunidades étnicas locais relevantes para a conservação e o uso sustentável de biodiversidade, assim como a utilização consuetudinária desses recursos biológicos, integrando-os e fazendo com que se reflitam na execução das disposições da Convenção, com a participação plena e efetiva das comunidades étnicas locais a todo os níveis.

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento**
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

A fim de valorizar o conhecimento, as inovações e as práticas tradicionais das comunidades locais sobre a biodiversidade, algumas iniciativas para promover iniciativas tradicionais relacionadas à biodiversidade foram realizadas. Além disso, sessões de sensibilização para grupos-alvo sobre acesso e partilha de benefícios decorrentes do uso de recursos genéticos foram organizadas.

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis e de certa forma numa análise subjetiva baseada em entrevistas com pessoas-recursos.

Obstáculos: Os conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades locais são pouco documentados. Falta de um quadro de coordenação das ações realizadas pelos parceiros levando a falta de dados quantitativos sobre a quantidade de comunidades atingidas pela sensibilização.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Relatórios de pesquisa, dissertações e publicações científicas sobre os saberes tradicionais;
- Existência de estrutura nacional dos curandeiros tradicionais e da Caritas;
- Ateliers de sensibilização de todas as partes interessadas nas diferentes regiões sobre o processo APA;
- EPANDB atualizada levou em conta em suas disposições o conhecimento tradicional, o know-how e as práticas das comunidades locais na conservação da diversidade biológica;
- Candidatura ao sítio do Património Mundial Natural e Cultural;
- Inventário dos conhecimentos tradicionais;
- Inventário dos sítios sagrados no Arquipélago dos Bijagós e na zona Norte do país;
- Integração dos saberes tradicionais na estratégia de conservação;
- Existência de uma associação nacional de praticantes tradicionais;
- Realização de pesquisa sobre o lugar do conhecimento tradicional na gestão sustentável dos recursos naturais.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o

<p>progresso realizado.</p> <p>Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa dos serviços técnicos dos Ministérios envolvidos, instituições de pesquisa, ONGs, associações socioprofissionais e comunidades locais.
<p>Nível de confiança da avaliação acima</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em dados factuais</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Baseado em parte em dados factuais</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em dados factuais limitados</p>
<p>Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado</p> <p>O nível de confiança na avaliação é baseado, em parte, em dados factuais, porque alguns dos dados são qualitativos.</p>
<p>Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é adequado</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Nenhum sistema de seguimento implementado</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento não é necessário</p>

<p>III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional</p>
<p>Objetivo 19: <i>Até 2020, melhorar compartilha, transferir e aplicar o conhecimento, a base científica e as tecnologias ligadas à biodiversidade, seus valores, funcionamento, situação e tendências e as consequências da sua perda.</i></p>
<p>Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:</p> <p><input type="checkbox"/> Em vias de ultrapassar o objetivo</p> <p><input type="checkbox"/> Em vias de atingir o objetivo</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhuma mudança notável</p> <p><input type="checkbox"/> Distanciamento do objetivo</p> <p><input type="checkbox"/> Desconhecido</p>
<p>Data de avaliação: <i>Março 2019</i></p>
<p>Informações suplementares <i>(Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação).</i></p> <p>A Guiné-Bissau vem desenvolvendo nos últimos anos muita pesquisa sobre a biodiversidade instituindo programas de pesquisa com universidades nacionais e estrangeiras e criando um quadro de concertação e de dialogo internacional.</p>

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados factuais disponíveis e são baseadas em artigos científicos disponíveis.

Obstáculos: Os inventários e pesquisa relativos a flora e a fauna só abrangem certos grupos taxonómicos e poucos ecossistemas. Ausência de uma base de dados com todas as publicações realizadas e muitos dados não são publicados.

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Existência de instituições vocacionadas para a pesquisa: IBAP, INEP, INPA, CIPA...;
- Ao nível do ensino superior, criado um Curso de Ciências do mar e do Ambiente;
- Estudos científicos no domínio da Biodiversidade (Abundância, distribuição, ecologia, migração);
- Existência de artigos científicos publicadas nas revistas internacionais;
- Participação em congressos internacionais;
- 6 Protocolos de cooperação com universidades estrangeiras em diferentes domínios;
- Bolsas de Mestrado e Doutoramento disponibilizados no domínio da conservação das aves migradoras e tartarugas marinhas;
- Informações site do IBAP, CHM da GB, UICN e PRCM sobre a biodiversidade da Guiné-Bissau;
- Inventário florestal do PNC, PNLC e DBT.

Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.

Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso é a análise de documentos online e junto das instituições concernentes.

Nível de confiança da avaliação acima

- Baseado em dados factuais**
 Baseado em parte em dados factuais
 Baseado em dados factuais limitados

Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado

O nível de confiança da avaliação é baseado em dados factuais, devido à relevância e eficiência dos dados e informações contidos nos vários documentos, incluindo os resultados da investigação científica.

Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação

- O seguimento relativo a este objetivo é adequado
 O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)
 Nenhum sistema de seguimento implementado
 O seguimento não é necessário

III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional

Objetivo 20: *Até 2020, assegurar e mobilizar progressivamente os recursos financeiros necessários à execução efetiva da Estratégia e Plano de Ação para a Biodiversidade, inclusivamente através da incorporação de mecanismos de financiamento inovadores e mais duráveis.*

Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:

- Em vias de ultrapassar o objetivo
- Em vias de atingir o objetivo
- Progressos realizados com vista a atingir o objetivo, mas muito lento**
- Nenhuma mudança notável
- Distanciamento do objetivo
- Desconhecido

Data de avaliação: *Março 2019*

Informações suplementares (*Queira fornecer informações sobre os dados factuais utilizados na avaliação deste objetivo, com base nas informações relevantes fornecidas na Parte II, incluindo os obstáculos encontrados nessa avaliação*).

Na ótica de operacionalizar a longo prazo as atividades de conservação e assegurar uma gestão transparente, eficiente e eficaz dos recursos, a Guiné-Bissau criou a Fundação BioGuiné, uma fundação de utilidade pública e de direito privado, apolítica e apartidária, estabelecida mediante um processo participativo, implicando não somente o Governo e seus parceiros sociais, como elementos da sociedade civil (ONGs, Fundações, etc.), sector privado e personalidades nacionais e estrangeiras com tradição e sensibilidade de concorrer para a preservação de um ambiente saudável na Guiné-Bissau e no mundo.

A Fundação BioGuiné é um mecanismo de financiamento durável para consolidar os esforços de conservação da natureza e preservação da biodiversidade, redução da pobreza e *empowerment* das comunidades residentes no interior e nas redondezas das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, através de apropriação, responsabilização e capacitação dos diferentes actores.

Os promotores da criação da Fundação bioguiné, são um conjunto de parceiros tradicionais da Guiné-Bissau, nomeadamente: Governo como parceiro associado; GEF/BancoMundial; a UICN; Fundação MAVA para a Natureza; União Europeia;

As evidências utilizadas na avaliação desse objetivo baseiam-se em dados em parte factuais disponíveis.

Obstáculos: *é o acesso as informações e a falta de uma plataforma de compilação dos financiamentos alocados ao domínio do ambiente e áreas afins.*

Indicadores utilizados para esta avaliação

- Existência da Fundação BioGuiné que esta na fase de capitalização;
- Existência do Regulamento do Fundo Ambiental (Decreto nº 6/2017);
- Existência de uma autoridade nacional designada do Fundo Verde para o Clima e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- Existência de estratégia e plano de mobilização de fundo elaborados, planos de negócios das áreas protegidas e do IBAP;
- Nomeação recente no Conselho de Ministro do presidente do Conselho da

<p>Administração do Fundo Ambiental;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mercado de carbono com os 2 sítios pilotos a serem avaliados em 2019; - Taxa e impostos ambiental (Fundo Ambiental); - Protocolo, convenção e acordos de financiamento assinados parceiros tais como: PRCM, BM, WI, PNUD/GEF, EU, UICN, SWISSAID, MAVVA; - Documento Estratégico 2015 – 2020 «Terra Ranka»; - Mecanismos de financiamento decorrentes de compensações (acordos de pesca entre outros); - Mecanismos de financiamento inovadores (REDD+ e outros); - Parceiros bi e multilaterais.
<p>Por favor, descreva quaisquer outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso realizado.</p> <p>Outras ferramentas ou meios utilizados para avaliar o progresso são documentos estratégias, planos de ação junto organismos públicos, instituições, ONG, entre outros.</p>
<p>Nível de confiança da avaliação acima</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em dados factuais</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Baseado em parte em dados factuais</p> <p><input type="checkbox"/> Baseado em dados factuais limitados</p>
<p>Por favor, forneça uma explicação do nível de confiança acima indicado</p> <p>O nível de confiança na avaliação baseia-se, em parte, em dados factuais, porque alguns mecanismos estabelecidos para financiamento estão a ser iniciados.</p>
<p>Caracter adequado dos dados de seguimento que suportam a avaliação</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é adequado</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> O seguimento relativo a este objetivo é parcial (por ex. abrange apenas parte do domínio ou da questão)</p> <p><input type="checkbox"/> Nenhum sistema de seguimento implementado</p> <p><input type="checkbox"/> O seguimento não é necessário</p>
<p>III. Avaliação dos progressos realizados na consecução de cada objetivo nacional</p>
<p>Balanco de Avaliação da Eficácia dos Objetivos Nacionais</p> <p>Em suma, na análise da avaliação dos progressos para consecução dos vinte (20) Objetivos Nacionais, pode-se constatar que o objetivo que menos progressos teve foi o oito (8), relativa a poluição representando cerca de 5%, isso explica-se pelo facto de que esta problemática ainda está numa fase embrionária e de ainda não existirem suportes legais, científicos e materiais disponíveis no país. 65% dos objetivos nacionais, ou seja, um total de treze (13) Objetivos realizaram alguns progressos, mas ainda considerados insuficientes, pois não existe um quadro harmonizado e consolidado das ações implementadas até a data presente, estando os dados muito dispersos e ações limitadas a certas áreas. Cinco (5) objetivos, representando 25% estão em vias de serem atingidos se esforços forem envidados e estratégias de implementação reajustadas,</p>

nomeadamente, objetivo 1 (Comunicação, Sensibilização e Educação ambiental), objetivo 6 (Pescas), objetivo 10 (Pressões sobre os mangais), objetivo 12 (Espécies) e o Objetivo 15 (Resiliência e sequestração do carbono). Finalmente, só um Objetivo nacional, que representa 5%, está em vias de ultrapassar a meta, trata-se do objetivo 11 relativo à Consolidação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas.

Apesar das dificuldades, a implementação da Estratégia e do Plano de Ação da Biodiversidade ainda pode ser eficaz por meio de esforços nacionais, financiamento por parte de parceiros, apoio técnico e científico à cooperação sub-regional, regional e internacional.

Ilustração 23: Avaliação da implementação dos Objetivos Nacionais.



Tabela 4: Nível de implementação dos objetivos nacionais

Metas	Numero
Em vias de ultrapassar o objectivo	1
Em vias de atingir o Objectivo	5
Progressos realizados com vista a atingir o Objectivo, mas muito lento	13
Nenhuma mudança notável	1
Distanciamento do Objectivo	0
Deconhecido	0
Total	20

Informações complementares:

O planeamento da Guiné-Bissau é formalizado no Plano Estratégico e Operacional 2015-2025 (Guiné-Bissau 2025: Plano Estratégico e Operacional), também denominado Terra Ranka. Este planeamento apresenta uma visão de longo prazo para o país, com a ambição de realizar progresso social. Sob a perspetiva ambiental, destacam-se duas declarações estratégicas do Terra Ranka:

- Em 2025, a Guiné-Bissau será um modelo de desenvolvimento durável, no qual a biodiversidade e capital natural será preservada e regenerada para manter o potencial de criação de valor de seus recursos renováveis e estabelecer no país um círculo virtuoso de prosperidade; e

- Em 2025, a Guiné-Bissau possuirá uma economia diversificada, concentrando-se em quatro vetores de crescimento: a agricultura e agroindústria, a pesca, o turismo e a mineração.

Desde que integrada às tomadas de decisão e às políticas públicas de maneira transversal, a EPANDB e os seus Objetivos nacionais poderão contribuir com as ambições do Terra Ranka criando incentivos para apoiar o país em seus esforços de conservação florestal e da biodiversidade.

Com vista a implementação efetiva dos Objetivos nacionais, é essencial reforçar certos aspetos, nomeadamente no que concerne:

- O ordenamento territorial que é considerada o principal responsável indireto pela desflorestação e a degradação florestal no país. Tal fato contribui para a inexistência de regras claras para o uso do solo e dos recursos naturais, para processos descontrolados de migrações e transumância, para a construção arbitrária de novas tabancas e para ampliar as fragilidades das regras fundiárias;
- Reforçar a implementação efetiva do quadro legal e evitar sobreposição de competências e do papel das instituições, e a coexistência de direitos fundiários modernos e consuetudinários, devem ser abordadas e reformadas;
- Deve-se priorizar a gestão dos sistemas agro-silvo-pastoris com foco nos agentes diretos de desflorestação e degradação florestal;
- Diversificação dos parcerias técnicas e fontes de financeiros através da busca de alternativas de financiamento inovadores;
- Promover a integração das autoridades e comunidades locais e dos saberes tradicionais ao mais alto nível de tomada de decisão em relação a gestão e exploração dos recursos naturais;
- Reforçar a obtenção de informações científicas como suporte a tomada de decisão. Multiplica-se no país as capacidades e as infraestruturas de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Banco de Dados. Entretanto, tais atividades são fragmentadas não existindo procedimentos padrões para recolha, registo, partilha e uso de dados;
- Reforçar o sistema de governança e transparência no país por meio de concursos públicos para garantir a perenidade das atividades e dos projetos por estes deixarem de estar vulneráveis às alternâncias de governo;
- O reforço do processo de licenciamento ambiental é fundamental, dada que a diversificação económica da Guiné-Bissau ser baseada em novas atividades produtivas em grande escala, como a agricultura, a pesca, a mineração, o turismo e as infraestruturas;
- Criar e/ou reforçar sistemas de avaliação periódicas da implementação de políticas, estratégias e planos com vista a sua gestão adaptativa;
- Reforçar a coordenação das atuações das ONGs e instituições no terreno, sendo necessário uma cartografia e manutenção de um banco de dados sobre as várias instituições e seus projetos pode contribuir para o uso eficiente dos recursos financeiros e a complementaridade das ações;
- Promover programas de informação, educação e comunicação (IEC) a nível local e a favor de beneficiários.
- Reforço da capacidade técnica e humana em todos os componentes ambientais.

Sites Internet e ficheiros pertinentes:

Todos os documentos citados estão disponíveis nas entidades nacionais envolvidas na gestão da biodiversidade e também nos sites dos Ministérios.

CHM Guiné-Bissau: www.biodiv.be/guine-bissau

SEA: Página facebook – Secretaria de Estado do Ambiente da Guiné-Bissau

IBAP: www.ibap-gb.org ; Página facebook: IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Areas

ONG Tiniguena: www.tiniguena.org

ONG Palmeirinha: www.palmeirinha.org

INEP: www.inep.gw

IMFV: www.imvf.org

CBD-Habitat: www.cbd-habitat.org

ONG AD: www.adbissau.org

PARTE IV. Descrição da contribuição nacional para a realização de cada Objetivo de Aichi para a Biodiversidade.

(Usando o modelo abaixo, queira descrever a contribuição do seu país para a realização de cada Meta de Aichi para a biodiversidade mundial. Esta tabela deve ser preenchida para cada uma das Metas de Aichi para a biodiversidade. Para as Partes cujos objetivos nacionais são idênticos as metas de Aichi para a biodiversidade, algumas dessas informações podem ser capturadas nas Partes II e III acima. Por favor, forneça descrições adicionais da contribuição nacional do seu país para a realização de cada Meta de Aichi para a biodiversidade).

IV. Descrição da contribuição nacional para a realização de cada Meta de Aichi para a biodiversidade mundial.

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade 2015-2020 e os Objetivos Nacionais, identificaram as principais causas, diretas e indiretas, da perda de biodiversidade, bem como as consequências sobre o ambiente na Guiné-Bissau.

Os Objetivos nacionais, um total de vinte (20) delineadas na Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Conservação da Biodiversidade 2015-2020 estão alinhadas com as Metas de Aichi para a Biodiversidade mundial. Neste contexto as contribuições para a realização das 20 Metas de Aichi para a Biodiversidade mundial já aparecem nas partes II e III desta avaliação e podendo ser resumidas da seguinte forma:

Meta de Aichi 1. *Até 2020, no mais tardar, as pessoas terão conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que poderão tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A sensibilização das comunidades locais e de todas as partes implicadas sobre o valor real da biodiversidade é essencial, pois os recursos naturais são as principais fontes de alimento da maior parte da população guineense.

É importante conhecer para entender e assim para que haja uma mudança efetiva de comportamento. Para isso e com o intuito de acrescer a consciência ambiental, a Guiné-Bissau na base do Plano Estratégico de Comunicação, Educação e Sensibilização do público sobre a Biodiversidade (2015-2020), emvidou esforços através de um conjunto de ações que vão da inclusão da biodiversidade no currículo escolar, sensibilização do público através da tradução de spots radiofónicas na língua nacional (crioulo) e em outras línguas étnicas (como o fula, bijagó, manjaco, entre outros) e a elaboração de documentos estratégicos e de política sobre a biodiversidade, dando orientações claras sobre como melhor fazer chegar estes conhecimento à população guineense.

Para atingir a maior parte da população guineense, 3 canais de difusão são constantemente utilizados: (i) A rede de parlamentares da Assembleia Nacional Popular; (ii) A rede de Ecojornalista para o ambiente e; (iii) As 32 Rádios comunitárias existentes em todo o país.

As jornadas internacionais relativas a Biodiversidade e ao Ambiente são anualmente celebradas, nomeadamente: o dia mundial das zonas húmidas (2 de fevereiro), dia mundial das aves migradoras (1 de maio), dia internacional da biodiversidade (22 de maio), dia internacional do ambiente (5 de junho), dia internacional dos oceanos (8 de junho), dia

internacional das tartarugas marinhas (16 de junho).

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

O país elaborou igualmente a 1ª Estratégia nacional de Ecoturismo e consequentemente procedeu a formação de guias ecoturísticos oriundos das comunidades locais e a identificação de itinerários turísticos baseado na promoção dos recursos locais (artesanato, alimentação, entre outros).

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima mencionadas apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030, na medida em que as contribuições nacionais ligadas a este objetivo estão focadas nas ações de sensibilização e de Informação, educação e comunicação e visam à participação de todos os cidadãos na conservação da biodiversidade e garantem que todos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Nestes últimos anos, o país vem apostado na formação superior através de bolsas de estudo para investigação científica, nomeadamente, em Portugal e Holanda.

O país vem igualmente envidando esforços para alcançar uma gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais através da difusão de informações relevantes e a conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza através das rádios comunitárias.

A Guiné-Bissau com as suas ações de sensibilização à vários níveis e para a promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo a biodiversidade e os ecossistemas, que são essenciais para mudar as escolhas de consumo e modos de vida, contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 12.

Meta de Aichi 2. *Até 2020, no mais tardar, os valores da biodiversidade serão integrados nas estratégias e nos procedimentos de planificação de desenvolvimento nacionais e locais e de redução de pobreza e incorporados nas contas nacionais, conforme o caso, e nos sistemas de relatoria.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

As questões ligadas a biodiversidade e a sua utilização sustentável foram tomadas em consideração nos documentos estratégicos e políticas do país. A visão Estratégica Nacional 2015-2020 “Terra Ranka” para a Guiné-Bissau é a seguinte: “Até 2025 a Guiné-Bissau será um modelo de desenvolvimento sustentável, cuja biodiversidade será preservada e regenerada para manter de forma durável o potencial de criação de valor dos seus preciosos e renováveis recursos, oferecendo serviços às comunidades locais, ao país e ao conjunto de toda a sub-região e contribuindo significativamente para os grandes equilíbrios ambientais do planeta”. Sendo que se almeja uma Guiné-Bissau positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade.

O país procedeu igualmente a integração das problemáticas ambientais, desenvolvimento sustentável e biodiversidade em políticas, estratégias setoriais e planos de ação, nomeadamente, Documento Estratégico nacional para a Redução da Pobreza fase II – DENARP II; Estratégia de Segurança Alimentar - Fome Zero (2018-2030); Plano Estratégico do sector das Pescas (2015-2020); Programa Nacional de Investimento Agrário – PNIA (2015-2020); Alinhamento do Plano de Ação de luta contra a Desertificação (PAN LCD) com a estratégia decenal da (CNULCD, 2015); Estratégia Nacional do Ecoturismo – Guiné-Bissau terra da biodiversidade (2018-2023); Carta nacional da política de Turismo elaborado e em fase de aprovação pelo conselho de Ministros, entre outros. Essas medidas concorrem para mudanças locais que podem impactar a biodiversidade nos níveis regional e global.

A Guiné-Bissau participa na implementação de muitos programas regionais de gestão partilhada de ecossistemas e facilita a troca de experiências técnicas e de capacitação nos níveis local, nacional e regional. A adesão ao Programa Regional de Conservação Marinha - PRCM, desde a sua criação, em conjunto com seis países da sub-região da África Ocidental (Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Mauritânia e Senegal) permitiu elaborar um documento estratégico que traça orientações destinadas a guiar os intervenientes da zona costeira, no que diz respeito às áreas protegidas marinhas dos países da sub-região, para os próximos 20 anos. O país é parte e participa em diferentes projetos sub-regionais, que visam a gestão dos recursos partilhados, nomeadamente: (i) projeto das Corrente do Golfo da Guiné; (ii) projeto de gestão integrada do grande ecossistema marinho das Canárias; (iii) planos de ação regional para a conservação de Raias, tubarões, tartarugas marinhas e cetáceos; (iv) projeto Regional de Gestão das Pescas na África Ocidental (PRAO), entre outros.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Ultimamente delineiam-se abordagens multissetoriais interessantes, o sector da saúde pública criou um Departamento de Saúde Ambiental focada na gestão dos poluentes e saneamento básico. Ultimamente vem sendo abordada questões ligadas as doenças zoonoticas. Paralelamente foi criada uma rede nacional de Saúde Única « *One Health* » que integra as áreas de saúde pública, ambiente e pecuária estando em curso a elaboração de um Plano de Ação.

Dois projetos deram inicio em 2018, uma visando o fortalecimento da rede de Saúde única e a criação de um laboratório nacional integrando os diferentes domínios e o segundo projeto sobre a contabilidade ambiental.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima mencionadas apoiam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, na medida em que as ações de integração intersectoriais já foram iniciadas pelo país.

Até a data, a compreensão dos valores da biodiversidade ainda não é muito clara, mas esta Biodiversidade é considerada o eixo central ao mais alto nível de tomada de decisões contribuindo assim para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **1, 12 e 17**, através da coordenação e da coerência de políticas e institucional, *do reforço das parcerias multissetoriais* para o desenvolvimento sustentável que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros e, a promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes.

Meta de Aichi 3. *Até 2020, no mais tardar, os incentivos, inclusive subsídios lesivos à*

biodiversidade terão sido eliminados ou reduzidos progressivamente ou reformados com vista a minimizar ou evitar impactos negativos, e os incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, consistentes e em conformidade com as disposições da Convenção e as obrigações internacionais em vigor, levando em conta as condições socioeconómicas nacionais.

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A Guiné-Bissau tomou algumas medidas para eliminar as incitações nocivas à biodiversidade que referem principalmente aos subsídios diretos e indiretos à agricultura (incluindo fertilizantes e pesticidas), silvicultura e produção de energia que estão associados com produção e desperdício, desigualdades sociais, sobre-exploração da natureza e consumo excessivo. Em outros casos, estimulam o desmatamento, a sobre-exploração dos setores pesqueiro e florestal e a expansão urbana. O apoio financeiro à agricultura provavelmente é prejudicial ao meio ambiente, e ainda não existe políticas de subsídios agrícolas para reduzir os pesticidas e as práticas insustentáveis no país, principalmente ligada a agricultura itinerante praticada em todo o território nacional.

A obrigatoriedade de realizar Estudos de Impacto Ambiental e Social com os referidos Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) para todos os projetos de desenvolvimento é uma medida implementada que contribui para a mitigação dos efeitos adversos na biodiversidade marinha e terrestre.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

A modelo das áreas protegidas adotada na Guiné-Bissau integra as comunidades que vivem no interior destas áreas e têm o direito de acesso prioritário aos recursos. Este modelo é uma mais valia e também é uma forma de maximizar os incentivos positivos criando atividades alternativas de desenvolvimento local e sustentável através de microprojectos que visam a reduzir a pressão sobre os recursos da biodiversidade nos sítios estratégicos.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições descritas acima apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável 2030, na medida em que o estabelecimento de incentivos positivos para as comunidades locais será um fator no crescimento económico do país e conseqüentemente a proteção do ambiente.

Foram elaborados decretos que tornam obrigatório implementar medidas de compensação para as comunidades próximas das zonas ou dos recursos explorados afin de reduzir os impactos negativos sobre essas comunidades.

Entre as conquistas, a obrigatoriedade de realizar os Estudos de Impacte Ambiental antes da execução de qualquer projeto de desenvolvimento, o que não é sempre o caso, contribui para alcançar os **ODS 4 e 12**, através da racionalização dos subsídios ineficientes minimizando os possíveis impactos adversos sobre o ambiente e conseqüentemente sobre as comunidades mais vulneráveis.

Meta de Aichi 4. *Até 2020, no mais tardar, os governos, o setor privado e grupos de interesse em todos os níveis terão tomado medidas ou implementarão planos para assegurar uma*

produção e um consumo sustentáveis e terão conseguido restringir os impactos da utilização de recursos naturais claramente dentro de limites ecológicos seguros.

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

Segundo os dados existentes, a grande maioria da população guineense (aproximadamente 80%) vive no meio rural e depende integralmente da exploração dos recursos naturais, o que leva a grandes impactos de origem antrópica no ambiente e é uma das principais ameaças à biodiversidade. Medidas foram tomadas pelo país com vista a determinar a capacidade de exploração de certos recursos estratégicos e, esforços estão a ser feitos para reduzir significativamente as pressões sobre os ecossistemas, através da construção de fogões e fornos melhorados que reduzem o consumo de lenhas e de outros métodos aperfeiçoados para o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades

O Programa de cantinas escolares apoiado pelo Programa Alimentar Mundial, adota as compras locais de alimentos diretamente dos agricultores familiares para as cantinas, promovendo assim uma maior participação escolar e reduzindo as desigualdades de género.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

A Guiné-Bissau é parte da Convenção sobre o Comércio ilegal da Fauna e Flora ameaçadas de extinção - CITES e foi um dos promotores da transferência do Pau-sangue (*Pterocarpus erinaceus*) para o Anexo II tendo sido instituída uma moratória de 5 anos visando a diminuir o abate e comercialização da madeira.

Há mais de cinco (5) anos o país tem vindo igualmente a elaborar e implementar políticas e estratégias de promoção de um turismo sustentável – Ecoturismo, baseado essencialmente na geração de empregos ao nível das comunidades locais e promoção da cultura e os produtos locais.

O país tem vindo igualmente a promover sistemas sustentáveis de produção de alimentos e exploração de recursos como fornos e fogões melhorados, agricultura de bolanha de água salgada com o reforço de diques de cintura, produção sustentável de sal solar, transformação dos produtos das pescas, uso de engenhos de pesca não nocivos, entre outros, mas os recursos aos produtos químicos de síntese são ainda privilegiados em detrimento dos agroecológicos e orgânicos.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

O regime produtivo e alimentar das comunidades guineenses está intimamente ligado a um conjunto de fatores que passam pelo modelo de ocupação dos solos, as culturas produtivas e as tradições culturais a elas associadas, os mecanismos de mobilização da mão-de-obra, geração de renda, poupança e investimento, e as prioridades de consumo.

As contribuições acima descritas apoiam a implementação do Programa de desenvolvimento sustentável 2030 na medida em que toda as camadas da população estão implicadas e participam nas audiências públicas dos Estudos de Impacto Ambiental e Social.

As ações desenvolvidas pelo país contribuem para o alcance dos ODS 1, 5, 8, 12, 14 e 15 através do aumento da produtividade agrícola e da renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares e pescadores com iniciativas diversas e encorajadoras de produção local, sustentável e com tecnologias adaptadas em

algumas regiões de países, através de iniciativas de ONGs com indicadores de sucesso, quer através de recuperação de espaços produtivos como forma de prevenção de efeitos de mudanças climáticas, construção de infraestruturas modernas de produção e transformação de produtos da biodiversidade, como em termos de influência de políticas públicas de consumo local e natural, com destaque para compra locais de alimentos dos camponeses oriundos da agricultura familiar para as cantinas escolares, instituição do dia de consumo nacional e ainda fortes campanhas de sensibilização sobre valorização socioeconómica dos produtos nacionais (i.e. *kil ki di nos ten balur*).

O saber tradicional também deve ser recuperado e deve aliar-se aos conhecimentos atuais e às tecnologias de conservação ambiental e a replicação da mobilização da mão-de-obra no sistema de produção tradicional com uma sustentabilidade baseada em corporativismo e solidariedade.

Um dos setores mais importantes para o efeito é o sistema educativo (ODS 4) estão a ser procedidas reformas para que seja integrado o novo plano curricular a disciplina de educação alimentar e nutricional.

Meta de Aichi 5. *Até 2020, a taxa de perda de todos os habitats naturais, inclusive florestas, terá sido reduzida em pelo menos a metade e na medida do possível levada a perto de zero, e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A perda de habitats é a causa mais importante da perda de biodiversidade na Guiné-Bissau. As perdas na área florestal ocorrem na forma de degradação e fragmentação de habitats naturais, afetando assim a sua extensão e integridade. Mesmo que faltem dados confiáveis, pode-se dizer que o declínio dos habitats naturais é causado por atividades humanas (principalmente as práticas agrícolas itinerantes, monocultura de caju, entre outros), mas também são conhecidas causas indiretas ou outras causas profundas da degradação da biodiversidade, incluindo aumento da pobreza, crescimento populacional, a migração e os processos institucionais fracos de gestão da biodiversidade.

Para reverter a tendência, várias iniciativas ao nível local e nacional estão a ser implementadas, que dizem respeito à restauração de algumas áreas degradadas, reflorestamento, introdução de inovações que protejam o ambiente, educação, sensibilização e informação ambiental.

A isto deve ser adicionada o compromisso do governo guineense que procedeu a um aumento da cobertura do sistema nacional de áreas protegidas de 15% para 26,3% do território nacional com a criação e classificação de dois (2) parques terrestres do interior continental, com 3 corredores da fauna. É também importante ressaltar a criação de 104 florestas comunitárias, que representa cerca de 26.050 há e são integralmente geridas pelas comunidades locais com o apoio de ONG.

Paralelamente, para a efetividades de gestão destas zonas foi instituído o comando da Brigada Nacional de Proteção do Ambiente com desmembramento em todo o território nacional e aumentado o pessoal da área de conservação (guardas da natureza, técnicos, colaboradores locais, guarda nacional).

A proposta de uma linha de Referência subnacional de emissões florestais para o SNAP da Guiné-Bissau submetido a UNFCCC (Janeiro 2019). Este FREL foi baseado nos diferentes inventários florestais realizados no SNAP.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a

biodiversidade à escala mundial:

Em 2012, durante o golpe de Estado, houve corte desenfreada de madeira. Uma parte desta madeira foi confiscada e parte da sua venda deverá ser revertida para a restauração florestal.

Paralelamente, existe uma grande mobilização das associações juvenis, escuteiros e outras camadas da sociedade guineense no processo de reflorestação durante as jornadas ambientais.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pois o país envidou esforços com vista a redução de perda de habitats naturais, investindo na diversificação de fontes de energia renováveis, como energia solar e gás. Há também muitas iniciativas de extensão de técnicas que reduzem o uso de madeira, como fogões e fornos melhorados.

A consciencialização da dimensão que a desflorestação tem na emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE) levou à criação de medidas internacionais que promovem o combate à desflorestação e degradação florestal e a Guiné-Bissau tem sido objeto de projetos de inventário e monitorização florestal que contribuíram para a 2ª e 3ª Comunicação Nacional e o estabelecimento de cenários base para identificação dos processos de degradação florestal e contabilização dos stocks de carbono armazenado na biomassa das florestas no país.

Foi implementado um projeto “Community Based Avoided Deforestation Project in Guinea-Bissau” que teve por objetivo a quantificação do carbono armazenado nas florestas e o desenvolvimento de uma linha de base de emissões de CO2 para dois parques naturais da Guiné-Bissau e foi validado de acordo com o Verified Carbon Standards (VCS) em 2015 e assim sendo possível realizar transações no mercado voluntário de carbono.

Além disso, existem programas de sensibilização relativa o plantio de árvores está a ser introduzidos em todo o país. Tudo isso contribui para alcançar os ODS 7, 14 e 15.

Meta de Aichi 6. *Até 2020, quaisquer estoques de peixes, invertebrados e plantas aquáticas serão geridos e capturados de forma sustentável, legal e com aplicação de abordagens ecossistêmicas de modo a evitar a sobre exploração, e pôr em prática planos e medidas de recuperação para espécies exauridas, fazer com que a pesca não tenha impactos adversos significativos sobre espécies ameaçadas e ecossistemas vulneráveis, e fazer com que os impactos da pesca sobre estoques, espécies e ecossistemas permaneçam dentro de limites ecológicos seguros.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

Nas últimas duas décadas, os recursos haliêuticos foram excessivamente explorados na Guiné-Bissau, mas esta tendência está a ser corrigida pelas medidas tomadas pelo Ministério das Pescas, através das orientações do Plano estratégico de desenvolvimento das Pesca formulada em 2015, e que integra 3 eixos (Capacitação Institucional, Gestão Sustentável da pesca artesanal e industrial).

A elaboração de Planos de Gestão das pescarias para as zonas marinhas e costeiras é igualmente uma das grandes contribuições para este objetivo. O acesso das comunidades costeiras aos recursos está a ser melhorado para limitar a sobrepesca dos imigrantes, através da implementação de diversas iniciativas, tais como, cogestão das pescarias nas rias da Guiné-Bissau (Buba, Cacine e Cacheu), apoio à Valorização e Gestão Durável dos Produtos da Pesca

Artesanal, melhoria da proteção dos parques naturais e o desenvolvimento da pesca artesanal, apoio à pesca de pequena escala e à construção do porto de pesca de Alto Bandim, em Bissau para servir as frotas industrial e artesanal.

Em conclusão, a Guiné-Bissau realizou grandes progressos para a consecução da Meta 6 de Aichi, mas a gestão sustentável das pescas continua a ser um desafio. A melhoria da governação neste sector, com um forte envolvimento de comunidades e atores na gestão de recursos é essencial, a falta de uma frota nacional de pesca industrial, a presença de frotas subsidiadas estrangeiras, barcos de pesca ilegais, meios insuficientes de controlo e vigilância da pesca marítima, fraca governação sectorial e meios insuficientes recursos financeiros e materiais exigem maior atenção a este importante setor da economia nacional.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

A dinâmica em torno da exploração e gestão artesanal sustentáveis dos recursos haliêuticos vem evoluindo nos últimos anos. A existência de grupos de pescadores em torno de rios que combatem determinadas práticas pesqueiras, incluindo o uso de artes proibidas, implementam períodos de repouso biológico baseada na governação partilhada em tornos destes rios e na integração dos conhecimentos tradicionais e o reforço de capacidades das comunidades piscatórias na transformação e valorização dos recursos pesqueiros, criação de cadeias de valores, alfabetização das mulheres, são ações todas à volta deste recursos estratégico e principal fonte de divisa para o país.

Todas essas ações integram também um quadro mais global, que visa a aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, cuja Guiné-Bissau é parte, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

Existem atualmente projetos de desenvolvimento implementados a favor dos pobres e sensíveis a género, com programas de alfabetização permitindo, a todos e em particular as mulheres adquirir conhecimentos básico de matemática.

Paralelamente são promovidas políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiam a dinamização do sector pesqueiro, a geração de emprego e a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a microcréditos, a exemplo do projeto Rias do Sul, financiado pela UEMOA.

Ações também são implementadas para regular a coleta, e diminuir a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada, e implementar planos de gestão das pescarias e planos de gestão das AMP que representam cerca de 12% das zonas costeiras e marinhas. Sendo estas zonas objeto de investigação científica.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação do Programa de desenvolvimento Sustentável 2030 na medida que o país tomou disposições que permitem de regulamentar o sector das pescas para que os estoques de recursos sejam geridos de forma sustentável.

As pescarias artesanais asseguram os meios de subsistência para as populações mais pobres apoiando igualmente a economia do país. Enquanto que a pesca industrial assegura a divisa do país, através dos acordos de pesca.

Esta atividade implica pessoas de todos os sexos e de todas as idades, contribuindo na realização dos ODS 1, 6, 12 e 14.

Meta de Aichi 7. Até 2020, áreas consagradas à agricultura, aquicultura e exploração florestal serão geridas de forma sustentável, assegurando a conservação da diversidade biológica.

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A agricultura guineense é do tipo extensivo, dominado por um sistema agrícola tradicional que utiliza poucos insumos agrícolas. Com base na área cultivada, o seu impacto na biodiversidade é grandemente aumentado pela redução dos tempos de pousio. Eles são altamente dependentes da precipitação e a produção só serve a atender às necessidades alimentares da família. A melhoria dos rendimentos na produção agrícola para combater os efeitos da agricultura extensiva e itinerante é a primeira ação empreendida pelo governo guineense para melhorar a produção agrícola, para alcançar autossuficiência alimentar e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade da atividade através da proteção do ambiente.

Em 2015 o Governo elaborou o Plano Estratégico e Operacional 2015- 2020 “Terra Ranka” no qual reafirma a prioridade do Governo, estabelecendo orientação para a transformação do setor agrícola: “Em 2025 a Guiné-Bissau será uma economia diversificada que se apoiará nos quatro motores do crescimento: agricultura e agroindústria, pesca, turismo e mineração. A agricultura e a agroindústria repousam no desenvolvimento dos setores de caju e arroz.

Paralelamente, o Departamento responsável pelo sector da Agricultura implementou documentos estratégicos, como o PNIA, a Carta de Política de Desenvolvimento Agrário (CPDA), que apresenta de forma coerente as diferentes políticas subsetoriais (agricultura, pecuária e floresta) e as suas interações com outros setores, em especial os da pesca, obras públicas, ambiente, educação, promoção feminina e comércio. De acordo com a CPDA, os objetivos gerais em matéria da política agrícola são, de garantir a segurança alimentar; aumentar e diversificar as exportações agrícolas; assegurar a gestão racional da preservação dos recursos agro-silvo-pastoris e; melhorar as condições de vida das populações rurais. Estes quatro objetivos deverão permitir: O crescimento da produção alimentar per capita; O reforço da disponibilidade dos produtos alimentares (mercados e armazenamento); Melhoria do rendimento das populações e do acesso financeiro a produtos alimentares e; nPreservação do capital nacional de recursos naturais (floresta, solo, água e pesca) através de um nível apropriado de exploração.

O Plano Nacional de Investimento Agrário (PNIA) foi revisto em 2014 seguindo as orientações do NEPAD que identificaram 4 grandes temas que têm por finalidade acelerar o crescimento agrícola, reduzir a pobreza e alcançar a segurança alimentar e nutricional. De entre os pilares contemplados no PNIA consideraram-se os seguintes: Pilar 1: aumentar de forma durável as superfícies cultivadas e com sistemas de controlo da água fiáveis; Pilar 2: melhorar as infraestruturas rurais e as capacidades comerciais para facilitar o acesso aos mercados; Pilar 3: aumentar o aprovisionamento em produtos alimentares, reduzir a fome, e melhorar as estratégias e paliativos em casos de urgência alimentar; Pilar 4: melhorar a pesquisa agrícola, a adoção e difusão de tecnologias.

O Plano de Ordenamento do Território é inexistente na Guiné-Bissau, sendo um dos factores essenciais na degradação dos ecossistemas. Só as áreas protegidas integram uma zonagem do espaço com regras específicas de exploração dos recursos existentes. Experiências de ordenamento agroecológicos foram igualmente realizados em 2016 em três (3) regiões do país, nomeadamente Bafáta, Quinára e Tombali com mapas de aptidão agroecológica para 17 culturas.

Queira descrever outras actividade que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a

biodiversidade à escala mundial:

As áreas protegidas, são as únicas zonas com um plano de ordenamento ou zonagem claramente identificado, existindo três (3) zonas específicas, nomeadamente a de conservação integral, zona tampão e zona de desenvolvimento.

Sendo agricultura e a exploração florestal atividades permanentes e de subsistência das comunidades rural, existe toda a necessidade de proceder a inventários florestais permanentes como forma de assegurar que as regras dos Planos de Gestão e os Regulamentos Internos são realmente respeitadas.

Pode-se igualmente citar outras iniciativas, nomeadamente, ações de gestão florestal lideradas pelas comunidades tais como a criação de 104 florestas comunitárias classificadas e iniciativas de aquicultura e de ostreicultura, ainda muito pouco desenvolvidas.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objectivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação do Programa de desenvolvimento sustentável horizonte 2030 na medida em que o país iniciou esforços para a gestão sustentável dos recursos florestais, baseados na criação de áreas de proteção, ações de reflorestação, entre outros. O país dispõe igualmente de 4 zonas agro-ecológicas contribuindo na realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável **1, 2, 12 e 15**.

Através da tomada de medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, deter a perda de biodiversidade e a garantia uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.

A Guiné-Bissau também foi um dos promotores da transferência do Pau-sangue para o Anexo II da CITES e de uma moratória a nível nacional para acabar com o tráfico desta espécie de flora alvo de muito abate.

Meta de Aichi 8. *Até 2020, a poluição, inclusive resultante de excesso de nutrientes, terá sido reduzida a níveis não nefastos ao funcionamento de ecossistemas e da diversidade biológica.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

Para a Guiné-Bissau, tem sido difícil implementar o objetivo 8 relativa a poluição. Essa problemática começa a ser séria, pois, as várias fontes de poluição ainda não foram identificadas.

Na agricultura, o uso de insumos agrícolas continua ainda baixo. Na horticultura comercial, principalmente realizada pelas mulheres, a taxa de uso de fertilizantes orgânicos já é mais elevada e alguns efeitos já se fazem sentir na biodiversidade.

Assim, a poluição tornou-se, nos últimos anos, um grave problema internacional, e na Guiné-Bissau os dados ainda são fragmentados e os seus impactos na atmosfera das águas subterrâneas, interiores e marinhas são extremamente localizados e pouco conhecidos.

A forma mais comum de poluição que cobre quase todo o território nacional e esta mais intimamente ligado ao saneamento básico, inexistente no país e a utilização de componentes plásticos, usados tanto para transportar resíduos domésticos perecíveis como também como suporte para algumas alimentos e casos raros, a sua utilização na cozinha. Pela força do

escoamento, esses plásticos são encontrados em grandes quantidades nas praias, nos fundos marinhos e nos rios interiores.

Consciente da gravidade desta questão, o Governo guineense tomou várias medidas para combater este flagelo e foi objeto de Decreto Lei nº 16/2013, que proíbe a fabricação, importação e comercialização dos sacos de plástico que contenham como base o polietileno. Esta lei é ainda pouco efetiva, mas será acrescida pela aplicação de taxas ambientais.

O Lançamento do Projeto “*One health*” REDISSE, em 2018, financiado pelo Banco Mundial, que abrange os sectores de saúde humana, saúde animal (doméstico e selvagem) e saúde ambiental (poluição, habitats e outros) será uma mais valia para a contribuição na consecução desta Meta.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Alguma investigação científica sobre a poluição marinha tem sido realizada no Arquipélago dos Bijagós, permitindo assim obter informações sobre os níveis de poluição desta zona de pesca artesanal de extrema importância para o país, nomeadamente:

- Avaliação de microfibras de plástico e outras microfibras em sedimentos, macroinvertebrados e aves marinhas de três zonas húmidas intertidais da Europa Meridional e África Ocidental (2017);
- Evidência de padrão de acumulação contrastante de cádmio em relação a outros elementos em *Senilia senilis* e *Tagelus adansonii* do arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau (2017);
- Monitorização de micropoluentes em sedimentos e moluscos bivalves para o estabelecimento de níveis de referência ambientais marinhos no PNMJVP, Guiné-Bissau (2016);
- Estimativa dos valores de fundo de mercúrio nos sedimentos e biota do arquipélago dos Bijagós, Guiné-Bissau (2016).

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 na medida em que o país implementou algumas ações e também devido a obrigatoriedade de realizar os EIA com ações de resiliência. Assim sendo o país contribui para a realização dos ODS **3, 12 e 14**.

Meta de Aichi 9. *Até 2020, espécies exóticas invasoras e seus vetores terão sido identificadas e classificadas em ordem de prioridade, as espécies prioritárias terão sido controladas ou erradicadas, e medidas de controle de vetores terão sido tomadas para impedir sua introdução e estabelecimento.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

Na Guiné-Bissau ainda existem poucas informações relativas às Espécies Exóticas Invasoras - EEI. Segundo a Convenção da Diversidade Biológica, as Espécies Exóticas Invasoras são provenientes de outras regiões geográficas e que entram e adaptam-se bem em outras regiões, onde não ocorriam, proliferando-se sem controlo e passam a representar uma grande ameaça para as espécies nativas, para a saúde humana e as atividades socioeconómicas, sobretudo na agricultura e pecuária e para o equilíbrio dos ecossistemas, ocupam e transformam os habitats

para sua melhor adaptação.

Na Guiné-Bissau, a problemática das EEI é mais ressentida ao nível dos setores agrícola e pecuária, sobretudo nas últimas décadas, através dos prejuízos que causam diretamente nestes sectores tradicionais e de subsistências das comunidades locais e de suma importância para economia nacional. Quase sempre, ou melhor anualmente, as instituições competentes dos Serviços da Proteção Vegetal e as dos Serviços concernentes da Direção Geral da Pecuária confrontam com fracos meios logísticos e técnicos na luta contra os invasores, os insetos e pragas que atacam as espécies fruteiras e cerealíferas e na luta contra as pestes bovinas, caprinas e suínas, que provocam grandes prejuízos económicos, incalculáveis ao nível nacional.

Entretanto, ao nível das espécies vegetais, foram identificadas cerca de quatro dezenas de espécies exóticas potencialmente invasoras e algumas delas com grande capacidade de adaptação e de multiplicação. Muito recentemente, um artigo foi publicado na *BioInvasions Record* (vol.8) sobre os primeiros registos e tendências de expansão da *Chromolaena odorata* na Guiné-Bissau (Catarino L, Indjai B, Duarte MC, Monteiro F, 2019). Uma espécie exótica invasora de origem Americana, que foi acidentalmente introduzida em 1937 na Nigéria e que atualmente invade vários países da África ocidental.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Não existem grandes avanços nesta temática, mas um estudo recente fez o Primeiro registo do mexilhão invasivo *Arcuatula senhousia* (Benson, 1842) (Mollusca: Bivalvia: Mytilidae) na África Ocidental: *First record of the invasive Asian date mussel Arcuatula senhousia (Benson, 1842) (Mollusca: Bivalvia: Mytilidae) in West Africa, 2018*. Publicado na revista *Journal of Natural History* (<https://doi.org/10.1080/00222933.2018.1545058>). Que demonstra as invasões biológicas podem ter consequências graves para as comunidades nativas. Sendo que o mexilhão tâmara asiático *Arcuatula senhousia* é uma espécie asiática que foi acidentalmente introduzida nas zonas costeiras da América do Norte, Oceânia e Mediterrâneo, com impacto significativo nas comunidades bênticas locais. O artigo apresenta o primeiro registo desta espécie na África Ocidental, onde foi encontrado um espécime vivo num lodaçal ao largo da ilha de Bubaque, no arquipélago dos Bijagós, na Guiné-Bissau. Dada a importância das comunidades bentónicas para a invernada de aves costeiras e a pesca local nesta zona húmida chave da África Ocidental, e considerando o comportamento invasivo do mexilhão tâmara asiático, recomendamos uma maior monitorização para confirmar se uma população autossuficiente se estabeleceu na área.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez o país deu início a elaboração de uma base de dados sobre as EEI. Com essas ações, o país apoia a implementação de alguns dos princípios básicos do programa 2030, incluindo o de conhecimento para conter esse flagelo global.

Por fim, campanhas de sensibilização sobre as EEI, suas consequências e os mecanismos de seu controle são difundidos nas rádios comunitárias. Isso contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **12** e **15**, ajudando a evitar e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos.

Meta de Aichi 10. *Até 2015, as múltiplas pressões antrópicas sobre os recifes de coral e demais ecossistemas vulneráveis marinhos e costeiros impactadas por mudanças climáticas ou*

acidificação dos oceanos, terão sido minimizadas para a manutenção da sua integridade e funcionamento.

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

O mangal, é um dos ecossistemas mais representativos da zona costeira da Guiné-Bissau, ela cobre toda a zona costeira e penetra até aos 150 km no interior do território. Dados apontam para uma superfície total do mangal no país na ordem de 338.652 ha, cobrindo cerca 9% do território nacional. Mas trata-se de um ecossistema extremamente vulnerável e que está sujeito a grandes pressões de origem diversas, manifestada pela forte erosão costeira, elevação do nível do mar e progressão salina da língua.

A Guiné-Bissau, em relação aos ecossistemas de mangal, contrariamente as tendências de degradação dos outros países, registou-se nos últimos anos um aumento considerável da sua superfície, contribuído naturalmente com as suas funções na proteção da zona costeira.

Para a preparação da Lei para a Conservação e Gestão dos Mangais na Guiné-Bissau, realizou-se este estudo com o objetivo de avaliar a extensão nacional atual dos mangais e a evolução da sua cobertura nos últimos 43 anos (1973 a 2015). Com base em imagens de satélite Landsat de 2014 foi possível cartografar 3128 km² de mangais para a Guiné-Bissau, que ocupam 8,66% do território nacional. Os mangais ocupavam 400,6 km² do PNTC em 2015 e a análise da sua evolução nos últimos 43 anos revela que a cobertura atual é 3,8% maior do que a que se registou em 1973, com uma extensão adicional de 14,66 km². Este acréscimo engloba a recuperação de áreas de mangal por regeneração, bem como novas áreas onde o mangal se instalou. Lei dos Mangais, que ainda precisa ser revista, constitui uma resposta efetiva à necessidade de conservação e valorização dos mangais da Guiné-Bissau.

Pontualmente foram realizados alguns inventários florestais que culminaram com a elaboração de planos de gestão e planos de monitoria e seguimento florestal e que incluíram as florestas de mangal, nomeadamente no PNTC, PNLC, PNC Complexo DBT.

O país ainda aderiu a Carta sub-regional do Mangal, sob a coordenação da Parceria Regional para a Conservação da Zona Costeira e Marinha na África Ocidental (PRCM). A referida carta foi incorporada na Convenção de Abidjan da qual a Guiné-Bissau é Parte.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Na Guiné-Bissau, as comunidades rurais têm uma relação harmoniosa com o mangal e reconhecem o papel que estes desempenham na segurança alimentar e fornecimento de serviços básicos para as suas necessidades, neste contexto, uma variedade de atividades foram realizadas com o apoio da comunidade, nomeadamente, a restauração e repovoamento do mangal nas zonas mais degradadas e o uso da Regeneração Natural Assistida - RNA, a recuperação de diques para favorecer o desenvolvimento da agricultura de bolanha salgada (mangal), a utilização de novas técnicas de salicultura (sal iodado) para a diminuição do uso de lenha e redução de emissão de fumo e atividades de ostreicultura, ambas lideradas por mulheres.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez o país conservou uma parte importante do mangal e já elaborou uma proposta de lei do mangal.

Igualmente, com vista ao reforço da resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países existe toda uma dinâmica a volta do mangal, com ações diversas integrando uma forte componente comunitária, de sensibilização junto das rádios comunitárias, reforços de capacidades, entre outros. Essas ações contribuem para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **13, 14 e 15**.

Meta de Aichi 11. *Até 2020, pelo menos 17% de áreas terrestres e de águas continentais e 10% de áreas marinhas e costeiras, especialmente áreas de particular importância para a diversidade biológica e serviços dos ecossistemas, terão sido conservados por meio de sistemas de áreas protegidas geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas espaciais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

No domínio das áreas protegidas a Guiné-Bissau registou os maiores sucessos cumprindo o engajamento internacional de estender a superfície do SNAP de cerca de 15 % para 26,3 % da superfície do território nacional através da criação de 5 novas unidades de conservação, ou seja, dois parques nacionais e três corredores ecológicos, aumentando de forma significativa a representatividade dos ecossistemas no interior do SNAP. As novas áreas protegidas criadas no âmbito desta extensão, localizam-se na bacia do Rio Corubal um conector de extrema importância ao nível sub-regional, nomeadamente em relação a grande fauna migradora. Estes parques de nova geração integram corredores ecológicos, para aumentar a conectividade entre os parques do interior continental e os parques mais costeiros.

A maioria destes parques funcionam com a aplicação dos seus principais instrumentos de gestão a saber a o Decreto-lei das Áreas Protegidas, os respetivos decretos de criação, os planos de gestão, os planos de zonagem, os regulamentos internos e os respetivos planos de negócio. A eficácia de gestão das AP é avaliada periodicamente com base em diferentes instrumentos (IMET, PPAM...). Todas elas funcionam de forma inclusiva e participativa envolvendo as comunidades e seus representantes, o Estado as ONG e representantes da sociedade civil.

Ações de patrulhamento e fiscalização são regularmente desenvolvidos respetivamente em terra e no mar por forma a impedir perturbações e danos no interior dos parques do Sistema Nacional de Áreas Protegidas - SNAP.

Há quase de forma permanente ações de pesquisa, em parceria com instituições de pesquisa nacionais, sub-regionais e europeias, as quais serão complementadas com a Implantação de um Sistema de Monitoria e Seguimento do SNAP com base em indicadores chaves e transversais para cada uma das AP do SNAP, o que permitirá monitorar e seguir os aspetos ecológicos, sociais e económicos de cada AP.

A valorização do potencial ecoturístico do SNAP encontra-se em curso, nomeadamente através da ampliação das ofertas ecoturísticas e o reforço no enquadramento jurídico-legal desta atividade. Salienta-se que houve um aumento considerável do fluxo turístico nos últimos anos, e sobretudo tendo como destino as AP do SNAP.

Atualmente o sistema de conservação nacional é constituída por 8 parques, 3 corredores ecológicos, 1 RBABB, 4 sítios Ramsar oficialmente reconhecidos, 104 florestas comunitárias e existe a perspetiva de nomeação da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós como sítio de

património natural mundial e a perspetiva de criação de uma nova reserva de biosfera nas “Ilhas do Chão de Manjaco”. Existem também potenciais para áreas protegidas transfronteiriças (com a República da Guiné e o Senegal).

O cumprimento dos compromissos da Guiné-Bissau é igualmente ilustrado pelo desenvolvimento da estratégia nacional para conservação da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (2014-2020).

Apesar da criação da Fundação BioGuiné (FBG) como mecanismo alternativo de financiamento das atividades de conservação da biodiversidade, ainda perdura o risco de sustentabilidade financeira do SNAP, devido ao fraco ritmo de capitalização desta fundação e a grande dependência em relação a projetos de curta e média duração.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

O modelo de áreas protegidas adotada pelo país, integram as comunidades «Parque com populações e para as populações» este modelo de gestão tem as suas vantagens pois todo o processo de gestão deve ser refletido e realizado em conjunto com as comunidades locais. As diferentes ações de conservação, monitoria devem igualmente integrar as comunidades locais e os saberes tradicionais são tomadas em consideração em todo o processo de gestão.

Para cada unidade de conservação existe um órgão decisivo, oficialmente criado, denominado Conselho de Gestão, composto de 26 membros entre os quais 13 oriundos das comunidades locais e os 13 restantes de instituições estatais.

Este modelo facilita o processo de conservação e dá o acesso prioritário aos recursos para as comunidades locais residentes nestes territórios.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação do programa de desenvolvimento sustentável para 2030. É com isto em mente que a Guiné-Bissau procedeu a extensão da superfície das áreas protegidas aumentando de forma significativa a representatividade dos ecossistemas no interior do SNAP para a conservação efetiva dos recursos estratégicos. Estas ações contribuem para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **6, 11, 14 e 15**.

Meta de Aichi 12. *Até 2020, a extinção de espécies ameaçadas conhecidas terá sido evitada e o seu estado de conservação, em especial daquelas que sofrem um maior declínio, terá sido melhorada e mantida.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A Guiné-Bissau é parte contratante de dois importantes acordos ambientais multilaterais que abordam diretamente a questão de espécies ameaçadas de extinção, nomeadamente a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES) e a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras dos Animais Silvestres ou convenção de Bona (CMS).

Entre as principais espécies marinhas ameaçadas de extinção na Guiné-Bissau estão tartarugas marinhas, peixes-boi, golfinhos e baleias. Por conseguinte o país elaborou planos de ação

nacionais para a proteção e conservação das duas primeiras espécies. A sensibilização e o acompanhamento dos locais de nidificação das tartarugas marinhas nas praias das áreas marinhas protegidas são muito conclusivos e encorajadores e merecem ser alargados a potenciais locais identificados ao longo da costa guineense.

Para espécies de animais terrestres, as extinções podem em muitos casos ser evitadas protegendo habitats importantes (florestas, savanas e outros ecossistemas terrestres) ou resolvendo as causas diretas específicas do declínio destas espécies (caça furtiva, espécies exóticas invasoras, poluição e doença). A maior parte das espécies ameaçadas estão entre os alvos de conservação nas áreas protegidas.

O conhecimento sobre a biodiversidade aumentou consideravelmente nomeadamente em relação a algumas espécies, devido as ações de pesquisa realizadas e em curso nomeadamente sobre as tartarugas marinhas com uma grande focalização nas Tartaruga-verde, espécie que em termos numéricos mais frequenta as águas e as praias da Guiné-Bissau; Chimpanzés e outros primatas, para o caso do chimpanzé, todo o sudoeste da Guiné-Bissau é considerada uma zona crítica para a sua conservação; a subespécie de papagaio cinzento (*Psittacus timneh*), aves migradoras do norte da Europa e residentes; O manatim ou peixe boi (*Trichechus senegalensis*), muito comum nas águas interiores da Guiné Bissau, o hipopótamo, entre outros.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Ultimamente o país evoluiu muito no domínio da pesquisa científica com o uso de inovações tecnológicas que fornecem elementos e informações de extrema importância sobre a dinâmica, a utilização dos espaços de algumas espécies migradoras ameaçadas e que escolhem a Guiné-Bissau como zona de desova ou de alimentação, nomeadamente as tartarugas marinhas e as aves limícolas.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

As contribuições acima descritas acima apoiam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez que o país implementou um sistema de monitoramento de populações de espécies raras e ameaçadas de importância internacional e dos seus habitats. Com essas ações, o país contribui para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **14 e 15**.

Meta de Aichi 13. *Até 2020, a diversidade genética de plantas cultivadas e de animais criados e domesticados e de variedades silvestres, inclusive de outras espécies de valor socioeconómico e/ou cultural, terá sido mantida e estratégias terão sido elaboradas e implementadas para minimizar a erosão genética e proteger sua diversidade genética.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

Com a perda comprovada da biodiversidade agrícola, pode-se dizer que a diversidade genética das espécies locais está em declínio na Guiné-Bissau.

Os quadros regulamentares para a biotecnologia e biossegurança ainda não foram desenvolvidos, mas existem algumas ações direcionadas, tais como: a criação de bancos de genes para várias frutas (citrinos, manga, banana), geridos pelo Instituto Nacional de Pesquisa Agrária/ INPA) e de cereais geridos por algumas ONG; ações de multiplicação de sementes e

propágulos vegetais nos centros de Contuboeil, Caboxanque, Carantabá e Coli. Vale ressaltar que estes centros carecem de capacidades técnicas para cumprirem com seus mandatos; estabelecimento de um sistema de alerta rápido para raças animais e espécies vegetais em perigo. No âmbito da pecuária, existe uma rede de vigilância e um sistema de alerta rápida no domínio da saúde animal; no que concerne os vegetais, também existe um sistema de alerta junto aos serviços de Proteção Vegetal, no qual fazem intervenções nos campos agrícolas das comunidades, combatendo as pragas/doenças observadas; no âmbito da elaboração e implementação de planos de gestão da diversidade genética de plantas e animais domésticos ameaçados, existe um código de pecuária validado em 2018 que está a aguardar pela sua aprovação no Conselho de Ministros, também existe um Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA) e Carta de Política Agrícola.

Sobre o melhoramento genético das raças locais e a introdução de raças melhoradas de animais de ciclo curto, esta medida está a ser recorrente em algumas comunidades, graças ao apoio de projetos financiados pelos parceiros de desenvolvimento e ONG nacionais e internacionais, no qual estão a ser introduzidos algumas espécies melhoradas no meio camponês com vista a melhorar as raças locais.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

A Direção Geral da Pecuária tem realizado recenseamentos e caracterizações morfogenéticas de ruminantes e bovinos e de ovinos; paralelamente são identificadas e descritas a natureza dos riscos de erosão genética assim como as medidas de preservação apropriadas através do serviço de proteção epidemiológico.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

As contribuições acima descritas apoiam a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma vez que o país possui programas e instituições de pesquisa sobre os recursos genéticos de animais e plantas. Com isso, o país apoia a implementação de alguns dos princípios básicos do programa para 2030, incluindo o princípio de mobilização de conhecimentos, experiências e tecnologias para a conservação adequada dos recursos genéticos, contribuindo assim para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **2, 12 e 15**.

Meta de Aichi 14. *Até 2020, os ecossistemas provedores de serviços essenciais, em particular serviços relativos a água e que contribuem à saúde, aos meios de subsistência e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, levando em conta as necessidades de mulheres, das comunidades autóctones e locais, e os pobres e vulneráveis.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A Guiné-Bissau, fornece uma variedade de bens e serviços através dos ecossistemas e da biodiversidade (madeira, lenha, alimento, emprego, medicamento, recreação/turismo, cultura, pesquisa, etc.) que é o principal meio de subsistência para uma proporção significativa de populações rurais e vulneráveis.

O reconhecimento da importância dos serviços ecossistémicos está a tornar-se familiar a toda a população, desde as zonas urbanas às localidades próximas das florestas. Através do processo de conservação, foram realizados esforços para apoiar a proteção e a conservação de um leque

representativo de todos os grupos de ecossistemas naturais presentes no território nacional (florestas, savanas, lagoas, mar, zonas húmidas...) e os serviços que estes ecossistemas fornecem, incentivando a participação plena e efetiva de atores relevantes, em particular as comunidades locais. Esses atores estão envolvidos na criação de uma rede de áreas protegidas, incluindo a criação de 4 Sítios Ramsar e 104 florestas comunitárias.

Apesar disso, há relativamente muito pouca informação disponível sobre os valores reais dos serviços prestados por esses ecossistemas na Guiné-Bissau. Com exceção de alguns estudos pontuais realizados, nomeadamente: (i) estudo do valor económico do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu; (ii) avaliação de serviços de provisão e de regulação nos mangais da Guiné-Bissau, tese de mestrado (2018); (iii) vários estudos sobre a Farmacopeia tradicional e inventário dos sítios sagrados (florestas e ilhas); (iv) Relatório do projeto de Reforço de capacidades da sociedade civil para a monitorização da gestão dos recursos naturais na Guiné-Bissau – DCI-NSAPVD/2015/371-596 (2016-2018); (v) relatórios de balanço Rio+20 e dos Small Islands Developing States; (vi) processo de candidatura da RBABB como sítio de património natural e cultural.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Em 2018 iniciou o projeto de Contabilidade Ambiental que visa desenvolver capacidades técnicas e institucionais para realizar uma valoração económica de bens e serviços ambientais globais como potencialmente impactáveis pelas políticas, programas, planos e projetos de desenvolvimento. Entre as principais atividades do projeto, estão o reforço de capacidades de atores chaves, criação de ferramentas de monitoria e valoração de recursos naturais e atividades de sensibilização.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

Ao implementar ações para este fim, a Guiné-Bissau reafirma o seu compromisso com a proteção do ambiente em geral e a melhoria das condições de vida das populações que vivem dos serviços fornecidos pelos ecossistemas. O país adotou iniciou o processo para adoção de medidas úteis para garantir o desenvolvimento sustentável e o bem-estar para toda a população. Isso contribui para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **1, 2, 4, 5, 10, 14 e 15**.

Meta de Aichi 15. *Até 2020, a resiliência dos ecossistemas e a contribuição da diversidade biológica para os estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e restauração, inclusive por meio da restauração de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, contribuindo assim para a mitigação e adaptação às mudanças de clima e para o combate à desertificação.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

Na Guiné-Bissau grandes esforços foram feitos para aumentar a resiliência dos ecossistemas através da implementação e acompanhamento dos projetos e programas que o sequestro de carbono e restauração da biodiversidade. Este objetivo está focado na implementação da estratégia nacional de REDD+, neste contexto um *Roadmap* de Preparação para o REDD+ foi elaborado em 2016 e está estruturado em quatro componentes: (i) informação, participação e consultas, (ii) quadro de gestão e implementação das atividades de preparação para o REDD+,

(iii) preparação da estratégia nacional REDD+, e (iv) desenvolvimento do nível de referência nacional de emissão de GEE (FREL), e um sistema nacional de monitorização florestal e de informação sobre salvaguardas (SIS).

A estratégia toma igualmente no centro das suas preocupações, a melhoria das condições de vida das populações locais através da implementação de atividades alternativas de desenvolvimento às práticas agrícolas insustentáveis e ao consumo de energia da madeira, principalmente no seio das áreas protegidas do SNAP.

A Guiné-Bissau sendo um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, realizou avaliações e pesquisas sobre vulnerabilidade, riscos e métodos de adaptação para melhorar a resiliência dos ecossistemas prioritários para assim mobilizar fundos para projetos de resiliência e adaptação às mudanças climáticas.

A restauração continua sendo uma atividade muito importante e programa de “Recuperação, plantação e repovoamento de Mangais”, em diferentes zonas do país e em especial nas zonas costeiras; pesquisas no terreno, para o uso de novas técnicas denominada Regeneração Natural Assistida (RNA), no da colaboração com outras instituições, são ações correntes implementados no país para atingir este objetivo.

Ainda foram lançados projetos nas áreas de Energias Renováveis, para a construção de centrais solares fotovoltaicas em diferentes cidades, nomeadamente, em Bambadinca com 312 KW, em funcionamento desde 2015 e em Bissorã com 500 Kw, em 2018, mas ainda não está totalmente funcional.

Queira descrever outras actividade que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial :

A criação de Mecanismos que facilitem a introdução no mercado de carbono, de “*Credito de Carbono*” é um dos grandes desafios empreendidos pelo país, e já foram implementados dois (2) projetos pilotos a nível das áreas protegidas (AP) para a quantificação de carbono e estabelecidos Linhas de Referência para emissões florestais (FREL), no SNAP submetido desde fevereiro de 2019. O referido documento de FREL denominado subnacional, integra a componente terrestre das 8 áreas protegidas do Sistema Nacional de Áreas Protegidas da Guiné-Bissau que representa 750.000 há.

A média histórica de emissões associada a desflorestação (2007-2015) no SNAP foi estimada em 67 805.5t CO₂-e ano⁻¹. Esta prevista uma missão de avaliação em Julho de 2019.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objectivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objectivos de Desenvolvimento Durável:

Ao implementar essas ações para esse fim, a Guiné-Bissau reafirma seu compromisso com a proteção ambiental em geral e com o fortalecimento da resiliência dos ecossistemas em relação às mudanças climáticas em particular. Assim, o país tomou medidas para garantir a conservação efetiva de áreas de interesse para a biodiversidade por meio de sua gestão sustentável. A forte implicação das comunidades rurais na implementação deste programa é uma contribuição para reduzir a vulnerabilidade das populações aos efeitos das mudanças climáticas e a mitigação das emissões de GEE. Esta participação é consistente e contribui para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **13** e **15**.

Meta de Aichi 16. *Até 2015, o Protocolo de Nagoya sobre o Acesso a Recursos Genéticos e a Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios derivados de sua Utilização terá entrado em vigor e estará operacional, em conformidade com a legislação nacional.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

O Protocolo de Nagoya foi ratificado pelo país em 2013 e estabeleceu Linhas orientadoras para o relatório intermediário sobre a implementação do referido Protocolo.

A EPANB para 2015-2020 validada pelo Governo em 2015 prevê no Objetivo 16 a operacionalização total do Protocolo de Nagoya.

Um Projeto lei sobre o acesso aos recursos genéticos e a partilha das vantagens decorrentes da sua utilização na Guiné-Bissau, foi elaborado e aguarda a sua adoção. Paralelamente e com o objetivo de melhorar o conhecimento sobre os dispositivos operacionais para o acesso aos recursos e a repartição justa e equitativa dos benefícios que dele decorrem, o país implementou um projeto sensibilização e educação ambiental dos agentes de desenvolvimento local sobre a gestão durável da biodiversidade e dos recursos naturais na Guiné-Bissau, Instituto Real das Ciências Naturais de Bélgica (2017) e animou ateliers de sensibilização com os curandeiros, pesquisadores e decisores sobre os desafios do Protocolo de Nagoya.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

A Lei da Terra, promulgada em 1998 (Lei 5/98), estabelece que este património é um bem do Estado, mas que pode ser de uso privado na zona dita de usos e costumes (zona rural principalmente) ou nas parcelas que foram objeto de contrato de concessão entre o Estado e a pessoa física ou moral. Esta lei estipula ainda que todo o uso da terra deve ter em conta o valor ecológico e zelar pela proteção dos solos e da sua regeneração.

A Lei da Terra, regulamentando o regime jurídico do uso privativo da terra, integrada no domínio público do Estado, contempla um mecanismo de imposto que visa aumentar a eficácia do uso da terra, desencorajar a constituição ou manutenção de grandes parcelas de terra das quais o proprietário não consegue extrair rentabilidade económica. Para além disso, prevê uma forte componente consuetudinária. A Lei foi recentemente revisto e em fase de implementação.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

Ao implementar estas ações a Guiné-Bissau reafirma o seu compromisso com a proteção do ambiente em geral e a gestão sustentável dos recursos naturais e especificamente dos recursos genéticos. O país está, portanto, fazendo arranjos úteis e necessários para garantir a implementação do Protocolo de Nagoya. Tendo isto em mente, o país contribui para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **12, 14 e 15**.

Meta de Aichi 17. *Até 2015, cada Parte terá elaborado, adotado como instrumento de política, e começado a implementar uma estratégia e um plano de ação nacional eficaz, participativa e atualizada para a diversidade biológica.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A Guiné-Bissau desenvolveu e validou sua Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade e Plano de Ação para 2015-2020. Este documento baseou-se nas Metas de Aichi para a biodiversidade mundial com objetivos nacionais declinadas em medidas. A ênfase foi colocada em uma abordagem de gestão descentralizada envolvendo todas as partes

concernentes e em particular as comunidades locais.

A instabilidade política cíclica no país, tem tido impactos negativos na implementação efetiva deste objetivo. Apesar com a existência dos inúmeros comités nacionais ligados como as outras convenções congéneres nomeadamente, as das mudanças climáticas, a da cooperação na luta contra a poluição (convenção de Abidjan), convecção de zona húmida, desertificação e entre muitos outros, a efetivação do Comité Nacional da Biodiversidade de acordo com as exigências convencionais, ou seja, da convenção da diversidade biologia, contribuiu nesta classificação.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

A Guiné-Bissau é Parte de várias Convenções e respetivos protocolos, que concorrem para a consecução das Metas de Aichi, nomeadamente: Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS); Convenção sobre Comércio Internacional espécies ameaçadas de fauna e flora selvagens (CITES); Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural; Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional (RAMSAR); Convenção-quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas; Convenção de Abidjan; Convenção de MARPOL; Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozono; Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância; Convenção que cria a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (UICN); Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa; Convenção sobre o Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e sua Eliminação; Convenção de Roterdão, sobre o procedimento de consentimento prévio informado aplicado a certos agrotóxicos e substâncias químicas perigosas objeto de comércio internacional – PIC; Convenção sobre o Controlo de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e Sua Eliminação; Convenção de Bamako, relativa a interdição da importação de lixos perigosos para a África e ao controlo da movimentação transfronteiras e a gestão desses lixos na África, entre outros.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

Através deste objetivo, o país tomou providências úteis e necessárias para a implementação da Estratégia Nacional e do Plano de Ação para a Biodiversidade (EPANDB 2015-2020) através da sinergia entre as partes interessadas. Nesta perspetiva, algumas ferramentas para sua implementação foram desenvolvidas através de um processo participativo e inclusivo. Além disso, algumas ferramentas (leis, planos de integração, etc.) para abordar questões de biodiversidade em nível setorial estão disponíveis no país para contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 17.

Meta de Aichi 18. *Até 2020, os conhecimentos, as inovações e as práticas tradicionais das comunidades autóctones e locais relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, e a utilização consuetudinária dessas de recursos biológicos, terão sido respeitados, de acordo com a legislação nacional e as obrigações internacionais em vigor, e plenamente integrados e tomados em consideração na implementação da Convenção com a participação plena e efetiva de comunidades autóctones e locais em todos os níveis relevantes.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta

descrição:

Cerca de 80% da população guineense vive em áreas rurais e depende de perto e tradicionalmente da exploração e uso dos recursos naturais. Essas comunidades locais possuem conhecimentos tradicionais que podem contribuir para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Estes conhecimentos tradicionais sobre os recursos naturais, acumulada através de gerações são respeitados e estão cada vez mais refletido na implementação da Convenção no país, com a oportunidade de participarem plena e efetivamente na conservação, restauração e gestão de terras sobre as quais têm direitos ou controle.

Foi igualmente reconhecido que as relações culturais e espirituais são essenciais para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, porque as comunidades locais são grupos de especialistas e guardiões do conhecimento do meio ambiente. Sendo que já alguns documentos estratégicos nacionais consideram os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas das comunidades locais na conservação da diversidade biológica.

A fim de valorizar o conhecimento, as inovações e as práticas tradicionais das comunidades locais sobre a biodiversidade, algumas iniciativas para promover iniciativas tradicionais relacionadas à biodiversidade foram realizadas.

Um grande sucesso que contribui para a realização desta Meta de Aichi foi a integração dos conhecimentos e saberes tradicionais na Estratégia Nacional para a conservação da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (2014-2015).

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

O processo de conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau é indissociável dos aspetos culturais e dos saberes tradicionais, principalmente nas comunidades costeiras que têm uma forte ligação com o seu ambiente e forma de exploração dos recursos da biodiversidade. O processo de candidatura da Reserva de Biosfera do arquipélago de Bolama Bijagós - RBABB ao sítio do Património natural e cultural Mundial, demonstra a forte ligação entre a cultura, os saberes tradicionais e conservação.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

Através deste objetivo, a Guiné-Bissau assumiu compromissos para a implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação para a Biodiversidade (EPANBD 2015-2020), que tem em conta a gestão sustentável da biodiversidade em todas as suas formas e em considerando o conhecimento tradicional. De acordo com o princípio de aprimoramento e a proteção do conhecimento tradicional, particularmente para curandeiros tradicionais no país, contribuem para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **10**.

Meta de Aichi 19. *Até 2020, os conhecimentos, a base científica e as tecnologias ligadas à diversidade biológica, seus valores, funcionamento, situação e tendências, e as consequências de sua perda terão sido melhorados, amplamente partilhados e transferidos e aplicados.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

A Guiné-Bissau fez progressos consideráveis na melhoria do conhecimento, ciência e tecnologia para uma melhor gestão e conservação da biodiversidade. Várias instituições guineenses (Centros e Instituições de Pesquisa) coletam, processam e disseminam dados e

informações para identificar ameaças à biodiversidade e determinar as prioridades para conservá-las e utilizá-las de maneira sustentável.

As pesquisas estão focadas em interações ecológicas/inventários botânicos/Espécies de fauna ameaçadas. Os resultados da pesquisa são transformados em linguagens simples e restituídas as comunidades locais através dos Conselhos de gestão e outros eventos ambientais. O país tem marcado presença com os resultados da investigação através de publicações e simpósios.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Através do Site CHM nacional e outros sites internacionais, revistas científicas nacionais (Soronda, Sintidus) e internacionais, a Guiné-Bissau está num processo constante de partilha de conhecimentos sobre o estatuto e as tendências da biodiversidade com o mundo.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

Através deste objetivo, a Guiné-Bissau tomou disposições úteis e necessárias para a divulgação dos avanços em termos de partilha de conhecimentos sobre a biodiversidade e as ameaças mais prementes. As bases científicas e tecnologias ligadas à diversidade biológica, são amplamente partilhados e transferidos e aplicados. Finalmente, alguns conhecimentos e tecnologias associados à biodiversidade estão disponíveis e contribuem para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 17.

Meta de Aichi 20. *Até 2020, no mais tardar, a mobilização de recursos financeiros necessários para a implementação efetiva do Plano Estratégico para Biodiversidade 2011-2020 oriundos de todas as fontes e em conformidade com o processo consolidado e acordado na Estratégia de mobilização de recurso terá aumentado substancialmente em relação aos níveis atuais. Esta meta estará sujeita a alterações decorrentes das avaliações das necessidades de recursos que as Partes devem efetuar e notificar.*

Queira descrever como e até que ponto o seu país contribuiu para a realização desta Meta de Aichi para a Biodiversidade e, queira, por favor, resumir os dados factuais utilizados para apoiar esta descrição:

Nas últimas duas décadas os investimentos efetuados na área ambiental foram assegurados essencialmente por recursos externos mobilizados pelo Governo no quadro de projetos. Esta dependência a projetos, confere a esses investimentos um carácter temporário limitado, de perenidade nula. A ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida pela Guiné-Bissau, em termos absolutos, é relativamente pequena em comparação com outros países, o que é reveladora de uma limitada capacidade de mobilização de fundos pelo país.

O Governo realizou em 2015, uma mesa redonda de mobilização de recursos financeiros onde a biodiversidade esteve no centro da promoção de investimentos na Guiné-Bissau e plasmado no Documento Estratégico 2015 – 2020 “*Terra Ranka*”.

A Estratégia Nacional de comunicação em matéria de intercâmbio de informações sobre a biodiversidade 2015 – 2020, visa reforçar a comunicação a vota dos valores e atributos das biodiversidades em prol de desenvolvimento económico durável. Este documento propõe um orçamento com vista a encontrar recursos financeiros necessários para a implementação efetiva do Plano Estratégico para Biodiversidade 2011-2020 dentro do quadro geral da CBD.

A diversidade das fontes de financiamento, é uma estratégia o aumento substancialmente em

relação aos níveis atuais.

Neste contexto para conferir sustentabilidade e perenidade aos mecanismos de financiamento em prol da Biodiversidade, o Governo da Guiné-Bissau e Parceiros decidiram pela criação da Fundação BioGuiné (criada na Inglaterra em Março de 2012). Uma Fundação de utilidade pública e de direito privado, apolítica e apartidária, estabelecida mediante um processo participativo, implicando não somente as entidades Estatais e seus parceiros de desenvolvimento, como elementos da sociedade civil (ONG, Fundações, etc.), sector privado e personalidades nacionais e estrangeiras com tradição e sensibilidade de concorrer para a preservação de um ambiente saudável na Guiné-Bissau e no mundo.

A existência do Fundo Ambiental decorrentes da cobrança de taxas e impostos ambientais, assim como Estratégia de Financiamento das Pescas decorrentes de acordos de pesca são outros mecanismos alternativos para a implementação das ações previstas na EPANDB. Todas as zonas de conservação prioritária também dispõem de planos de negócios.

O país também iniciou o processo de identificação de outras fontes de financiamento inovadoras, nomeadamente, o Fundo Verde para o Clima, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Mercado de carbono – REDD+.

Queira descrever outras atividades que contribuem para a realização da Meta de Aichi para a biodiversidade à escala mundial:

Não há outras atividades que contribuam para alcançar esta meta de biodiversidade de Aichi ao nível globalmente.

Na base da descrição da contribuição do seu país na realização dos Objetivos de Aichi para a Biodiversidade, queira descrever como e em que medida as suas contribuições apoiam a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável no horizonte 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Durável:

Através deste objetivo, a Guiné-Bissau pôs em prática um importante instrumento para o financiamento da biodiversidade "A Estratégia Nacional de comunicação em matéria de intercâmbio de informações sobre a biodiversidade 2015 – 2020", no âmbito do a implementação da Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Biodiversidade (EPANDD 2015-2020). Isto está de acordo com o respeito e a implementação do segundo princípio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, existem planos e estratégias de mobilização financeira e projetos de biodiversidade foram desenvolvidos e submetidos para financiamento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 17.

PARTE V. Descrição da contribuição nacional para a realização dos Objetivos da Estratégia Mundial para a Conservação das Plantas.

(Usando o modelo abaixo, descreva a contribuição do seu país para alcançar os objetivos da Estratégia mundial para a conservação das plantas. Este formulário deve ser preenchido para cada um dos 16 objetivos da Estratégia mundial para a conservação das plantas).

V. Descrição da contribuição nacional para a realização dos objetivos da Estratégia mundial para a conservação das plantas.

Seu país estabeleceu objetivos nacionais relacionadas aos objetivos da Estratégia mundial para conservação das plantas?

Não. Mas empreendeu ações que contribuem para a Estratégia Mundial para a Conservação das Plantas (EMCP):

Forneça informações sobre qualquer rede ativa de conservação de plantas presente no seu país.

Atualmente existem duas grandes estruturas ativas:

- Associação de Curandeiros tradicionais da Guiné-Bissau
- CARITAS.

Lista de artigos científicos publicados:

- Nunes e Silva L. - Plantas medicinais da Guiné-Bissau: Estudo da sua atividade biológica e caracterização química. Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Higiene e medicina Tropical (2014)
- Frazão-Moreira A. (2016): The symbolic efficacy of medicinal plants: practices, knowledge, and religious beliefs amongst the Nalu healers of Guinea-Bissau
- Indjai B, Catarino L, Mourão D. Mezinhos de Orango - Plantas Medicinais e Pessoas da Ilha da Rainha Pampa. Bissau: Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas; 2010.
- Indjai B, Barbosa C, Catarino L. Mezinhos da terra e curas tradicionais nas Ilhas de Canhabaque e do Parque Nacional Marinho João Vieira e Polião. Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas: Bissau; 2014.
- Diniz MA, Martins ES, Silva O, Gomes E. Contribuição para o conhecimento de plantas medicinais da Guiné-Bissau. Portugaliae Acta Biológica. 2000;19:417–27.
- Gomes E, Silva OM, Diniz MA, Martins ES. Plantas Medicinais da Guiné-Bissau – Manual Prático. Bissau: Acção para o Desenvolvimento; 2003.
- Martins AS, Gomes ET, Silva O. Caracterização botânica da liana medicinal da Guiné-Bissau Calycobolus heudelotii. In: Roque AC, Torrão MM, Havik P, editors. Actas do Workshop Plantas Medicinais e Práticas Fitoterapêuticas nos Trópicos (CD-Rom). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; 2009.
- Romeiras MM, Duarte MC, Indjai B, Catarino L. Medicinal Plants Used to Treat Neurological Disorders in West Africa: A Case Study with GuineaBissau Flora. Am J Plant Sci. 2012;3:1028–36. doi:10.4236/ajps.2012.327122.
- Silva O, Duarte A, Cabrita J, Pimentel M, Diniz A, Gomes E. Antimicrobial activity of Guinea-Bissau traditional remedies. J Ethnopharmacol. 1996;50(1):55–9.
- Sousa MR, Silva O, Gomes ET, Poiares-da-Silva J. Antigiardial activity of Guinea-Bissau's medicinal plants. Clin Microbiol Infect. 2001;7(1):244.
- Frazão-Moreira A. Usos e concepções das plantas no mato de Cantanhez. Relatório Iniciativa de Cantanhez. Bissau: Acção para o Desenvolvimento; 1995.

Tabela 5: Relações entre os Objetivos nacionais e os Objetivos de Estratégia mundial para a conservação das plantas (EMCP)

Objetivos EMPC	Objetivos Nacionais (ON)	Categoria de progresso realizado para alcançar o objetivo selecionado:	Informações suplementares
Objetivo 1: estabelecimento de uma flora <i>on-line</i> para todas as plantas conhecidas	Objetivo Nacional 19	Progressos realizados para atingir o objetivo, mas muito lento	<ul style="list-style-type: none"> – Espécies de flora são conhecidas, mas não estão todas <i>on-line</i>; – Estudo sobre plantas medicinais da Guiné-Bissau, que identificou até a data 218 espécies de plantas com efeitos medicinais, tendo sido 94 espécies na RBABB.
Objetivo 2: estabelecimento do estado de conservação de todas as espécies de plantas conhecidas, na medida do possível, para orientar as medidas de conservação.	Objetivo Nacional 1, 5, 13	Progressos realizados para atingir o objetivo, mas muito lento	<ul style="list-style-type: none"> – Inventários da flora realizada nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, mas não existe nada a nível do território nacional.
Objetivo 3: as informações, a pesquisa e os produtos relacionados, bem como os métodos necessários para implementar a Estratégia, são desenvolvidos e partilhados.	Objetivo Nacional 12, 13, 19	Progressos realizados para atingir o objetivo, mas muito lento	<ul style="list-style-type: none"> – Métodos disponíveis e partilhados em função do objetivo de pesquisa.
Objetivo 4: Pelo menos 15% de cada região ecológica ou tipo de vegetação são protegidas através de uma gestão e/ou restauração eficaz.	Objetivo Nacional 5, 11, 12, 13	Progressos realizados para atingir o objetivo, mas muito lento	<ul style="list-style-type: none"> – As Áreas Protegidas cobrem as diferentes regiões ecológicas do país; – Existência de Florestas comunitárias no Leste do país; – Sítios sagrados.
Objetivo 5: Pelo menos 75% das áreas mais importantes em termos de diversidade vegetal em cada região ecológica são protegidas e uma gestão eficaz é implementada para conservar as plantas e sua diversidade genética.	Objetivo Nacional 5, 7, 11, 12, 13, 15	Progressos realizados para atingir o objetivo, mas muito lento	<ul style="list-style-type: none"> – Zonas centrais das AP coincidem com as áreas mais importantes em termos de diversidade florística; – Outras florestas importantes existem nas zonas de: suru, Varela, Mato de Uco, florestas comunitárias de Bafata e Gabu.
Objetivo 6: Pelo menos 75% de terras produtivas em todos os setores são geridas de maneira sustentável e com respeito à conservação da diversidade vegetal.	Objetivo Nacional 2, 5, 7, 11, 14, 15	Nenhuma mudança notável	<ul style="list-style-type: none"> – Para a produção de caju, as bolanhas são abandonadas. O caju esta a substituir as florestas nativas; – Existem experiências de zonagem agroecologica em certas regiões do país.
Objetivo 7: Pelo menos 75% das espécies vegetais ameaçadas conhecidas são conservadas <i>in situ</i>	Objetivo Nacional 11, 12	Nenhuma mudança notável	<ul style="list-style-type: none"> – Não existe um estudo exaustivo das espécies vegetais ameaçadas, mas pode-se citar em certos casos, como o Pau-sangue e pau-carvão que têm um crescimento muito lento.

<p>Objetivo 8: Pelo menos 75% das espécies vegetais ameaçadas são conservadas em coleções ex situ, preferencialmente em seu país de origem, e pelo menos 20% dessas espécies estão disponíveis para uso em programas de regeneração e restauração.</p>	<p>Objetivo Nacional 4, 5, 7, 11, 12, 13, 14</p>	<p>Nenhuma mudança notável</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não existem jardins botânicos, nem arboretos, mas existem iniciativas de criação de viveiros, com grandes produções de plantas e que servem para restaurar as zonas degradadas; - Também existem herbários com uma coleção de cerca de 25 mil espécimes de plantas nativas da Guiné-Bissau no centro botânico de Portugal.
<p>Objetivo 9: 70% da diversidade genética de plantas cultivadas, incluindo seus parentes silvestres, e outras espécies vegetais de valor socioeconómico são conservadas respeitando e preservando os conhecimentos local e indígena.</p>	<p>Objetivo Nacional 2, 7, 12, 13</p>	<p>Nenhuma mudança notável</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existe banco de sementes em Djalicunda, Caboxanque e contuboel (Cereais) e em Coli (frutas), mas trabalham a meio gás, para além dos que estão nas mãos das comunidades; - Também existe a necessidade de fazer um inventário das plantas urbanas.
<p>Objetivo 10: Planos de gestão eficazes são implementados para prevenir novas invasões biológicas e gerir as zonas invadidas que são importantes do ponto de vista da diversidade vegetal.</p>	<p>Objetivo Nacional 8, 9</p>	<p>Nenhuma mudança notável</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ainda não existe plano de gestão, mas há toda uma dinâmica para identificar as EEI e a sua distribuição ao nível nacional.
<p>Objetivo 11: nenhuma espécie de flora silvestre é ameaçada pelo comércio internacional</p>	<p>Objetivo Nacional 12</p>	<p>Nenhuma mudança notável</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Houve iniciativas CITES no caso do Pau-sangue, mas não se conhece o status das plantas a nível nacional; - Não obstante existem muitas pressões dirigidas a algumas espécies de valor comercial e para a construção, nomeadamente sobre o Cibe (<i>Borassus sp</i>) e Malagueta preta.
<p>Objetivo 12: todos os produtos à base de plantas silvestres provêm de fontes geridas de forma sustentável</p>	<p>Objetivo Nacional 4, 7, 14</p>	<p>Nenhuma mudança notável</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existem regulamentos para exploração de plantas silvestres, mas não são funcionais, há exploração, mas não reposição; - Existem iniciativas que visam o reforço de capacidades dos curandeiros através da Caritas.
<p>Objetivo 13: os conhecimentos, inovações e práticas indígenas e locais associados aos recursos vegetais são preservados ou reforçados de acordo com a necessidade de uso costumeiro, meios de subsistência sustentáveis, segurança alimentar e cuidados locais de saúde.</p>	<p>Objetivo Nacional 13, 15, 16, 18</p>	<p>Progressos realizados para atingir o objetivo, mas muito lento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Kafo, jardim botânico de plantas medicinais com cerca de 100 espécies; - Existem muitas iniciativas, estudos realizados nas áreas protegidas no uso de plantas medicinais e alimentares, florestas sagradas e algumas plantas consideradas para exploração.
<p>Objetivo 14: a importância da diversidade vegetal e a necessidade de preservá-la são</p>	<p>Objetivo Nacional 1, 19</p>	<p>Em vias de atingir o objetivo a nível nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existe um herbário na Universidade Lusófona da Guiné-Bissau; - Foram realizadas palestras, posters, publicações;

tomadas em consideração nos programas de comunicação, educação e sensibilização do público.			<ul style="list-style-type: none"> - Celebrada o dia da árvore; - Caritas da Guiné-Bissau celebra esta quinta-feira (31 de Agosto) 15º jornada de Medicina Tradicional com lema “Integração de Medicina Tradicional no Sistema da Saúde na África” (2017)
Objetivo 15: o número de pessoas formadas e trabalhando com meios adequados é suficiente, de acordo com as necessidades nacionais, para alcançar os objetivos da presente Estratégia.	Objetivo Nacional 19, 20	Nenhuma mudança notável	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas formadas em inventário das plantas, mas poucos especialistas nesta área.
Objetivo 16: instituições, redes e parceiros relativos à conservação de plantas são criados ou fortalecidos a nível nacional, regional e internacional para alcançar os objetivos desta Estratégia.	Objetivo Nacional 17, 19	Nenhuma mudança notável	<ul style="list-style-type: none"> - Existem 2 redes: Associação de Curandeiros tradicionais da Guiné-Bissau CARITAS.

PARTE VI. Informações complementares sobre a contribuição das comunidades locais.

(Usando o modelo abaixo, forneça informações adicionais sobre a contribuição dos povos indígenas e comunidades locais para o alcance das Metas de Biodiversidade de Aichi, caso essas informações não sejam capturadas nas seções acima).

VI. Informações adicionais sobre a contribuição dos povos indígenas e comunidades locais para o alcance das Metas de Biodiversidade de Aichi, se não forem capturadas nas seções acima

As comunidades locais organizadas em sociedades étnicas e territoriais na Guiné-Bissau desenvolveram, ao longo dos tempos, uma relação harmoniosa com o seu ambiente, através de um modelo cultural de gestão de espaços e recursos estratégicos de que dependem.

Desde o início do processo institucional de implementação de uma política pública de conservação, os saberes tradicionais populares sobre o território e a biodiversidade permitiram o desenho das zonas estratégicas para a implementação de uma visão de gestão durável e que foram posteriormente confirmados através de estudos científicos.

Neste contexto, na criação de mecanismos e instituições nacionais de conservação, os conhecimentos e saberes tradicionais das comunidades locais, foram integradas com base nas parcerias colaborativas entre as diferentes formas de organização comunitária e locais, investigadores, técnicos, formuladores de políticas, decisores entre outros atores para encontrar novas maneiras de conceptualizar e incorporar as valências de todos eles afim de alcançar mudanças desejáveis em favor da sustentabilidade.

Existe um acervo muito importante de conhecimentos sobre as formas tradicionais de gestão dos espaço e recursos naturais, recursos biológicos, práticas, valores tradicionais e socioculturais de conservação, praticas agrícolas, espécies e se estendem por todo o território e comunidades étnicas. As regras de acesso e uso dos recursos são respeitadas pelas comunidades e são compostas por histórias, mitos, tabus e tradições que são aprendidos por cada indivíduo da comunidade ao longo das diferentes fases da iniciação enquanto mecanismo de socialização, integração sociocultural e criação de vínculos que entre o sagrado e espiritual, favorecem a boa gestão de recursos na comunidade.

Esses conhecimentos demonstram o papel e a relevância que as comunidades jogam na potenciação de vínculos participativos gerando um modelo de governança mais proactiva das áreas de conservação nas áreas protegidas da Guiné-Bissau, denominada “Governança Partilhada”. No entanto, este modelo não é exclusivo às áreas protegidas, tornando-se cada vez mais comum em muitos outros domínios e influenciando igualmente os novos modelos de áreas e territórios de património comunitária, bem como os sítios importantes do património agrícola.

No que concerne aos sítios sagrados, as diferentes comunidades e sociedades tradicionais guineenses, sobretudo os que professam religiões de matriz africana, consideram nas suas mitologias, algumas florestas ou seus trechos, rios, praias assim como ilhas e ilhéus ou partes destes enquanto santuários sacralizados ganhando uma grande importância sociocultural e simbólica nas tradições de vários grupos. Por um lado, o aspeto sagrado desempenha um papel decisivo na dinâmica de construção dos territórios étnicos e tem um impacto na forma como as sociedades tradicionais interagem e atuam com a natureza, em especial nos respetivos processos de reprodução social.

Contudo, pelas restrições de acesso e de uso instituídas, os Sítios Naturais Sagrados apresentam níveis de conservação mais elevados do que os espaços à sua volta. Este facto vem demonstrar igualmente a sua importância pelas funções ecológicas e diferentes serviços de ecossistema que prestam às comunidades, apresentando assim maior biodiversidade e riqueza paisagística. Os Sítios Naturais Sagrados ajudam ainda a combater os efeitos das mudanças

climáticas, em especial quando se trata da sequestração do carbono ou da proteção da costa nos meios marcadamente insulares.

Estas áreas, mesmo representam espaços de reserva dos recursos naturais e simbólicos e na maior parte das vezes não podem ser habitadas, não se pode praticar nenhuma atividade económica ou só podem ser exploradas periodicamente e em pequena escala, sem fins comerciais. A função principal destes sítios é para a realização de certos rituais, como os de iniciação. Ali só podem penetrar pessoas (homens ou mulheres) que já tenham cumprido as suas obrigações cerimoniais. Estas práticas ancestrais do povo guineense de proibir, de forma permanente ou periódica, o acesso aberto e livre a certas zonas e aos seus recursos pelos humanos, são uma forma de criar zonas de preservação onde a flora e a fauna se podem reproduzir com tranquilidade.

Não obstante ao facto das áreas sagradas serem espaços de reprodução sociocultural, constituem no seu todo um sistema tradicional de gestão que permite conservar áreas sensíveis, criar espaços de reserva futuros, e proteger algumas espécies. A estratégia comum de todas elas é a de reduzir ao máximo a presença humana. A utilização de espaços, de árvores e florestas, de animais e dos seus subprodutos e de outros recursos da biodiversidade pelas comunidades humanas resulta de conhecimentos tradicionais e seculares transmitidos de geração em geração e adquiridos num longo processo de convivência interativa entre o homem guineense e o seu meio circundante.

No caso específico da flora, a Guiné-Bissau é muito rica em plantas utilizadas na farmacopeia tradicional, prática profundamente enraizada no seio das comunidades rurais do país. Plantas medicinais são essencialmente para a cura das doenças mais frequentes. Por escassez ou falta total de pessoal médico e paramédico, de meios de diagnóstico, medicamentos e outros materiais, as populações, particularmente das zonas mais longínquas e isoladas do país, apelam muitas vezes aos conhecimentos dos curandeiros, ou médicos tradicionais, que recorrem aos serviços dos ecossistemas e da biodiversidade integrante.

Para isso, os conhecimentos, as técnicas e as práticas tradicionais vinculadas à biodiversidade devem ser inventariadas na base de acordos mútuos com as comunidades detentoras das mesmas, visando a melhor proteção, manutenção, recuperação e integração nos esforços nacionais da conservação e da valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, sem descuidar a proteção desses saberes e o risco de biopirataria.

Nesta base, é fundamental a valorização dos saberes tradicionais através de ações de informação, educação, sensibilização sobretudo via rádios comunitárias, promovendo a partilha dos conhecimentos e transmissão desses saberes, contribuindo positivamente para o processo de conservação e gestão durável dos recursos florestais, criando simultaneamente possibilidades de redução da extinção de espécies florestais emblemáticas nas florestas.

Em termos conclusivos, é crucial dar as comunidades locais a oportunidade de participarem plena e efetivamente na conservação, restauração e gestão de terras e da biodiversidade sobre as quais têm direitos ou controle é fortalecer o respeito e o reconhecimento dos seus direitos, práticas e sistemas de conhecimento para assegurar equidade e repartição de benefícios, participando em esferas de tomada de decisões de modo a assegurar a perenidade dos processos de governança e da saúde dos ecossistemas.

PARTE VII. Atualização do Perfil do país sobre a biodiversidade.

(Queira rever e atualize o perfil de biodiversidade do seu país, que está atualmente publicado no CHM. Os Perfis dos países em matéria de biodiversidade fornecem uma visão geral das informações relativas à implementação da Convenção e seus Protocolos pelo seu país).

VII. Atualização do perfil do país sobre biodiversidade.

Status e tendências da biodiversidade, incluindo benefícios da biodiversidade e serviços dos ecossistemas.

É difícil apresentar um panorama preciso do *status* e das tendências da biodiversidade devido à ausência de dados globais sobre a biodiversidade no país. Por exemplo, existe a necessidade de realizar estudos mais abrangentes sobre uma variedade de grupos taxonómicos de fauna e flora, terrestres e aquáticos. Também existe a necessidade de atualizar de forma independente os inventários nacionais da fauna e flora, particularmente selvagens. Além disso, a maioria dos bancos de genes localizados no Instituto Nacional de Pesquisa Agrária foram completamente destruídos durante o conflito político-militar em 1998.

Apesar destes desafios, vários sucessos podem ser relatados como se destaca abaixo.

Até o momento, foram criadas 8 áreas protegidas e reconhecida uma Reserva da Biosfera (Arquipélago dos Bijagós) que cobre 10.000 km² ou seja, 11,1% do território nacional.

Além desta dinâmica, vários corredores entre áreas protegidas foram identificados, assim como áreas protegidas transfronteiriças (Guiné-Bissau, República da Guiné, Senegal) que também devem ser protegidas por lei a curto e médio prazo. Comunidades locais dentro e ao redor das áreas protegidas do país beneficiam das alternativas socioeconómicas implementadas. As atividades de conservação *in situ* realizadas com ONGs contribuíram significativamente para o estabelecimento do sistema e/ou a rede nacional de áreas protegidas.

A agricultura é a base da economia do país. No entanto, o sistema agrário em vigor no país é responsável por uma perda significativa de biodiversidade, tornando o país ainda mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas. Embora o potencial agrícola seja estimado em aproximadamente 35% da superfície total do país, a superfície cultivada real é estimada em apenas 18%. Cereais como arroz, milho, sorgo e fonio são os alimentos básicos da população, ocupando 80% da superfície cultivada. Amendoim e tubérculos são cultivados em menor grau. Sessenta por cento (70%) do arroz produzido na Guiné-Bissau é cultivado em ecossistemas de mangal. Os recursos zoogenéticos, em ordem de importância, incluem vacas, cabras, suínos e ovinos.

Os resultados de 2018 da campanha de avaliação dos stocks de demersais na Zona Económica Exclusiva da Guiné-Bissau aponta para uma biomassa total, três vezes superior aos estimados em 2017 e duas vezes mais, ao alcançado em 2014 e 2016, pelo mesmo navio e período homólogo. Contudo, os aumentos das biomassas foram desiguais entre os grupos taxonómicos e estrato batimétrico. As espécies comerciais de peixes de profundidade apresentaram todas um aumento nas abundâncias. Provavelmente, o aumento constatado está relacionado com a diminuição do esforço de pesca na zona profunda, devido a ausência da frota europeia no último ano.

Do ponto de vista da diversidade biológica, foram identificadas durante esta última campanha 221 espécies de peixes, repartidas em 104 famílias, 71 espécies de crustáceos pertencentes a 34 famílias e, finalmente, 23 espécies de moluscos, ao qual 16 correspondem o grupo dos cefalópodes. Os peixes representaram assim a maior biomassa avaliada com um valor de 79% do total das capturas realizadas, seguida dos crustáceos com 14% e cefalópodes 8%.

Os osteíctios, ou seja, peixes ósseos foram claramente dominantes na ictiofauna, com 72% das espécies e 88% das famílias de peixes capturadas. Para o grupo dos chondrichthyes (peixes

cartilagenosos) foram identificadas 15 espécies pertencentes a 12 famílias. A família Rajidae foi a mais diversificada com 5 espécies, seguida de Rhinobatidae, Dasyatidae e Paralichthyidae ambos com 2 espécies e com grande diversidade específica.

Para os crustáceos, observou-se a diminuição das abundâncias nas zonas costeiras das espécies costeiras como camarão rosa e um aumento significativo nas abundâncias das espécies de profundidade, também motivada pela ausência da frota europeia, que dirige o seu esforço pesqueiro para as referidas espécies. Quanto aos cefalópodes, observamos um incremento generalizado das três espécies, destacando-se elevadas abundâncias de polvo, sobretudo na zona norte (Centro de Investigação Pesqueira Aplicada - CIPA 2019: Relatório da campanha de avaliação dos stocks demersais na Zona Económica Exclusiva da Guiné-Bissau).

O sector das pescas está dividido em dois subsectores (artesanal e industrial) e, de acordo com um estudo de 2009, contribui com mais de 40% para o orçamento nacional (representando 4% do PIB). O setor também emprega um pouco mais de mulheres (51,7%) do que homens. No entanto, os ecossistemas aquáticos são os mais adversamente afetados no país.

Relativamente as limícolas e aves marinhas costeiras, o Arquipélago dos Bijagós ocupa em termos de importância a 2ª posição para a internada de pernaltas costeiras da rota migratória do Atlântico Este, mas também como um local de paragem para os internantes mais a sul. Segundo especialistas nesta matéria, este lugar de destaque dos Bijagós pode ser explicado em parte pela extensão considerável das (vasas intertidais) ou planícies de maré. Se as biomassas de organismos bênticos são pequenas comparadas com as vasas das latitudes temperadas, esta pobreza é provavelmente compensada por uma produtividade e diversidade elevada. Catry et al. (2016) mostraram que há uma partilha eficaz de recursos entre as espécies como Maçarico-galego (*Numenius phaeopus*), Perna-vermelho (*Tringa totanus*), e Tarambola-cinzento (*Pluvialis squatarola*) que consomem principalmente caranguejos de violino, os Fuselos (*Limosa lapponica*), os Pilrito-de-bico-comprido (*Calidris ferruginea*) e o Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*) que consomem poliquetas, enquanto as Seixoiras (*Calidris canutus*) são especializadas na captura de bivalves.

Os nichos tróficos, portanto, parecem relativamente estreitos e com pouca sobreposição fora das espécies que se alimentam de caranguejos de violino, favorecendo assim a coabitação de grande número de indivíduos (Lourenço et al., 2017).

Os resultados das contagens, mostram, no entanto, que ao longo do tempo, houve uma queda em termos de números. Esta tendência é difícil de interpretar, uma vez que as características ecológicas do arquipélago não parecem ter sofrido alterações específicas desde a primeira contagem. Entre os fatores que podem explicar a queda dos efetivos ressaltam-se (Henriques 2019):

- Um declínio na capacidade de locais intermediários ou áreas de reprodução das populações em questão (Stroudt et al., 2006, Zwarts et al., 2009);
- Dificuldades relacionadas aos próprios censos e decorrentes da extensão do local, mas também porque algumas das aves usam o ecossistema do mangal (empoleirado nos galhos dos mangais ou pousando nos tannes) onde sua observação é difícil;
- Sobre-exploração dos recursos naturais pelo homem no arquipélago, o que poderia ter consequências diretas ou indiretas sobre as presas de aves pernaltas. Apesar da pressão de pesca ou da captura de moluscos, nada no estado atual indica qualquer influência na situação dos bentos;
- Um aumento das perturbações: a tendência recente para o desenvolvimento da caça às aves aquáticas é, por enquanto, insuficientemente expressiva para exercer uma influência significativa nos estacionamentos;
- Poluição orgânica ou metais pesados, mas este apresenta níveis muito baixos (Coelho et al 2016, Catry et al 2017, Mullie 2017), além de altos níveis de cádmio registrados em *Anadara senilis*;
- Mudanças climáticas, por exemplo, através do aumento do nível do mar, o que poderia

influenciar a duração da evacuação das vasas e, portanto, a acessibilidade das presas (Galbraith et al., 2002, Austin & Rehfish 2003, Lourenço et al. 2013).

Recentemente estabeleceu-se uma colônia de Garajau-real (*Sterna maxima*) na ilha de Bantambour, à beira da ilha de Jeta, perto do continente. Seus números foram estimados em 25.281 pares em 2015 (Veen et al., 2015).

É importante referir o uso de tecnologias inovadora para o estudo dos movimentos migratórios de alguns grupos da fauna.

É o caso, das aves migratórias, os chamados "*conectores globais*" do nosso planeta, que foram objeto de investigação visando estabelecer os níveis de conectividade entre os Bijagós (RBABB) e outros locais ao longo da rota de migração do Atlântico Leste.

Entre o final de janeiro e março de 2018, mais de 300 limícolas foram marcadas individualmente em cinco locais nos Bijagós e cientistas cidadãos ativos já registaram várias delas em vários países, nomeadamente, Espanha, França, Reino Unido, Alemanha, Holanda e Noruega. Foram igualmente estabelecidas 39 ligações a nível individual entre este arquipélago da África Ocidental e os países europeus. Pode-se citar um exemplo, caso da *Limosa lapponica*, que foi marcado em Klepp, no sul da Noruega, em setembro de 2017, registado no mês seguinte em Noord-Holland, na Holanda, e um ano depois avistado novamente na ilha de Formosa, Bijagós.

De fato, e apesar da vantagem de rastrear muitos indivíduos através de anel de cor, essas conexões mais finas podem ser obtidas com o uso de dispositivos de rastreamento eletrônico acoplados a limícolas, como GPS ou tecnologias similares.

É de referir as investigações dos movimentos realizadas num outro grupo, as tartarugas marinhas, que utilizam o extremo sul dos Bijagós, a pequena ilha de Poilão, com uma praia de apenas 2 km, e que abriga uma das mais abundantes populações de tartarugas verdes do mundo, a terceira maior do Atlântico e a mais importante da África, com uma média de 27 000 ninhos por ano (2013 - 2017).

Durante a temporada de nidificação de 2018, foram implantados com sucesso 20 dispositivos de rastreamento via satélite em tartarugas verdes fêmeas encontradas a nidificar em Poilão. As tartarugas também foram anilhadas e etiquetadas com PIT. Graças à tecnologia de satélite, são observados de perto os movimentos diários dessas tartarugas verdes e já existem informações sobre as suas deslocações nas águas costeiras de alguns países da sub-região (Gâmbia, Senegal e Mauritânia) a procuram de alimentos.

A compreensão destes movimentos será essencial para renegociar e redesenhar os limites do AP, enquanto que o conhecimento sobre as rotas migratórias pós-nidificação e a conectividade entre as áreas de reprodução e alimentação será fundamental para entender as ameaças a esta população fora do AP, identificar áreas de conflito com a pesca e estabelecer colaborações com projetos de conservação de tartarugas marinhas dentro da região.

Juntamente estão em curso outras pesquisas em curso sobre a conectividade entre as praias de nidificação e as áreas de desenvolvimento juvenil, e sobre os fatores que influenciam o sucesso reprodutivo e a sua gestão (e.g. erosão, inundações e predação), estes resultados contribuirão para uma melhor compreensão do estado de conservação e das principais ameaças da tartaruga verde no Arquipélago dos Bijagós.

Outra espécie importante e ameaçada a nível global, é o Papagaio cinzento (*Psittacus timneh*) é uma espécie ameaçada e endêmica das florestas subúmidas da África Ocidental. Em 2016, foi classificado como 'em perigo' na lista vermelha da IUCN, devido à suspeita de declínios populacionais rápidos, causados pela perda de habitats e grandes capturas para o comércio como animais de estimação. Avaliações sistemáticas do status das populações ainda são escassos. Na Guiné-Bissau, a presença de Papagaio timneh é restrita às ilhas do Arquipélago dos Bijagós e Pecixe (ilhas continentais). Pesquisas observacionais diretas são realizadas ao

longo de transetos em 19 ilhas. Um total de 69 grupos foram observados em oito destas ilhas, com a maioria (78%) vista em apenas duas ilhas. Quarenta e duas entrevistas foram realizadas com membros da comunidade local em 24 ilhas. Os Entrevistados relataram que a espécie ocorre em 20 ilhas e que nas últimas décadas foram observadas um certo declínio destas populações. Com base nestas descobertas e dados existentes concluímos que os papagaios de timneh ocorrem em 22 das 32 ilhas consideradas e estima-se que a população nacional na Guiné-Bissau é da ordem de várias centenas de indivíduos, com talvez metade dos papagaios a ocorrer nas ilhas de João Vieira e Meio. Investigações sobre os fatores ligados à variação inter-ilhas na densidade de papagaios indicam que as densidades são mais altas nas ilhas, as quais estão mais afastadas dos assentamentos humanos permanentes. Estes resultados sugerem que as atividades humanas, incluindo a modificação do habitat e a armadilhagem, têm sido importantes para impulsionar o declínio populacional na Guiné-Bissau.

Os ecossistemas terrestres estão em degradação como resultado de pressões induzidas pelo homem. Entre 1990 e 2007, o desmatamento ocorreu a uma taxa de 50% para florestas densas, 15% para florestas abertas e 13% para florestas de savana. As florestas de mangal estão quase intactas, colocando a Guiné-Bissau em décimo segundo lugar entre os países a nível mundial, com as maiores taxas de cobertura de mangais, e segundo em África, depois da Nigéria. Apesar das pressões antrópicas sobre as florestas, estudos cartográficos revelam que as características da floresta permaneceram intactas. Os estoques de carbono florestal são significativos em termos da potencial contribuição da Guiné-Bissau para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) sob o Protocolo de Kyoto. Algumas florestas comunitárias foram classificadas.

Principais pressões e impulsionadores da mudança para a biodiversidade (direta e indireta)

Apesar de várias ações positivas realizadas em relação às áreas protegidas, a exploração ilegal e a caça ilegal de recursos continuam a ser um problema, sendo necessário aumentar o nível de monitoramento destas áreas estratégicas.

O nível de participação das mulheres na gestão de áreas protegidas, ainda continua baixo, mesmo sabendo que o seu papel neste processo é essencial, por isso será necessário dar-lhes voz através da participação em reuniões e em órgãos de conselho de gestão, concedendo-lhes oportunidades e lutando contra a pobreza

Os ecossistemas terrestres se degradaram devido às práticas agrícolas itinerantes tradicionais, exploração de recursos florestais, caça furtiva, práticas de caça, incêndios florestais, exploração mineira, o que leva à erosão do solo, entre outras consequências negativas. Embora a legislação florestal tenha sido atualizada em 2011, é necessário implementar suas disposições, particularmente no que diz respeito à exploração racional de recursos florestais e reflorestamento. A legislação para a fauna silvestre exige urgentemente atualização e harmonização com os objetivos da CDB. A monocultura do caju e os eventos climáticos aleatórios provocam perdas significativas para a biodiversidade, enquanto doenças periódicas devido a problemas de saneamento devastam populações de animais de criação, criando sérias repercussões socioeconômicas e culturais.

As pressões sobre os recursos pesqueiros são constantes. A pesca ilegal, a sobrepesca, a caça furtiva, o desrespeito pelas artes da pesca, tanto a nível artesanal como industrial, são fatores que contribuem. A grande maioria dos navios industriais de pesca estrangeira, cuja principal captura é o camarão, não tem o direito legal de pescar águas territoriais. Acredita-se que o governo e os parceiros nacionais devem buscar esforços para monitorar o número de licenças de pesca emitidas, taxar as atividades de pesca em geral, realizar pesquisas sobre a diversidade de espécies locais e o potencial de que podem contribuir para o desenvolvimento. Os

ecossistemas de mangue são prejudicados por atividades relacionadas ao fumo de peixes.

Espécies exóticas invasoras não representam uma ameaça para o país no momento e, conseqüentemente, pouca atenção tem sido dada às medidas necessárias para lidar com espécies de plantas invasoras.

O comércio não regulamentado e a exploração irracional de madeira de alto valor comercial, como *Azelia africana*, *Khaya senegalensis* e *Pterocarpus erinaceus*, colocaram essas espécies de árvores sob pressão.

O desenvolvimento de capacidades para a planificação da gestão da biodiversidade e a aplicação da pesquisa são necessários.

A pobreza extrema é uma ameaça geral ao uso sustentável de recursos no país.

Medidas para melhorar a implementação da Convenção

Implementação da Estratégia e Plano da Ação Nacional da Diversidade Biológica (EPANDB/NBSAP)

A 1ª versão do EPANDB foi adotada em 2002, com sua revisão e atualização previstas a curto prazo. O país reconheceu que era imperativo de atualizar o EPANDB, tendo em vista que o existente não cobria as ligações entre a conservação da biodiversidade e a redução da pobreza. Deve-se notar também que o Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DENARP) existente no país não integra os aspetos ambientais, no entanto, essa necessidade devia ser abordada no desenvolvimento do PERP revisado (2010). O país também reconheceu a necessidade de desenvolver ações para a integração setorial e intersectorial, mecanismo de pagamento por serviços ambientais (pesca, florestas), participação no mercado de créditos de carbono (REDD, REDD +), treinamento e capacitação, novas fontes de energia, biodiversidade urbana. Apesar das restrições financeiras, dos gargalos institucionais, da falta de recursos humanos, do monitoramento e dos indicadores, o país atualizou o EPANDB enquanto ferramenta eficiente para a implementação da CDB.

A Guiné-Bissau iniciou em 2011, o desenvolvimento de um projeto piloto para redução da deflorestação e da degradação florestal nos Parques Nacional de Cantanhez (PNC) e no Parque Natural de Tarrafes do rio Cacheu (PNTC). O projeto REDD+, apoiado tecnicamente pela RSeT, foi desenvolvido segundo os requisitos do VCS (*Verified Carbon Standard* que hoje se designa por VERRA) e foi auditado por um órgão validador e verificador (SCS - www.scsglobalservices.com) em Fevereiro de 2015. Em 2017 procedeu-se à primeira Monitorização, encontrando-se agora em preparação a segunda auditoria para emissão de créditos de carbono transacionáveis.

Uma vez que o desenvolvimento de um FREL é um processo iterativo, é importante começar por testar metodologias acreditadas na recolha, análise e reporte de dados. Esta fase inicial permitiu identificar dificuldades e constrangimentos, e só depois implementar um FREL para todo o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) de forma a englobar a maioria dos tipos de floresta que ocorrem no SNAP, a área geográfica selecionada para a construção do FREL preliminar foi composta pelo Parque Nacional de Cantanhez (PNC) e duas regiões do Complexo Dulombi, Boé e Tchetché (DBT): Parque Nacional de Dulombi e o Corredor de Cuntabane (RSeT 2018).

A Guiné-Bissau desenvolveu um FREL subnacional como primeiro passo para a construção de um FREL nacional. Este FREL inclui a componente terrestre do (SNAP) e corresponde a sete áreas protegidas: Parque Natural das Lagoas da Cufada (PNLC), Parque Nacional de Cantanhez (PNC), Complexo Dulombi, Boé e Tchetché (DBT), Parque Nacional de Orango (PNO), Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (PNTC), parte terrestre do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão (PNMJVP) e Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas de Urok (AMPCU).

Com uma extensão de aproximadamente 750 000 ha, o SNAP corresponde a cerca de 26,3% do território nacional. Este conjunto de áreas protegidas e as suas respetivas áreas de influência contêm as manchas de floresta terrestre e de mangal mais relevantes do país (SEA, 2019).

A classificação das imagens Landsat8 de 2014 permitiu cartografar 326087 hectares de mangal para a Guiné-Bissau, que corresponde a 9.03% do território nacional. Total da superfície do mangal nas APs: 93874 Hectares.

Com a oficialização do Complexo de Áreas Protegidas Terrestres na faixa florestal da Guiné-Bissau o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) passa a representar 26,3% do território nacional. Isto representa um grande sucesso para o país, pois atinge em parte os objetivos de Aichi e da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade 2011-2020, e responde aos compromissos mundiais assumidos pelo governo. A classificação das áreas protegidas terrestres do Complexo Dulombi-Boé-Tchéché (Complexo DBT), formado por dois Parques

Nacionais e três Corredores Ecológicos, representa igualmente a passagem para uma nova geração de áreas protegidas com base em combinações de abordagens paisagísticas, bacias fluviais e conectividade ecológica. Assim, as áreas protegidas deixam de ser entidades espaciais isoladas e passam a estar mais integradas no seu contexto, permitindo a continuidade a diferentes escalas dos processos ecológicos que lhes são inerentes.

Em 2018 foi lançado o processo de candidatura do complexo Cacheu-Pecixe-Jeta a uma Reserva de Biosfera da UNESCO. A ficha de Projeto “Preparação de candidatura do Complexo Cacheu, Pecixe-Jeta a Reserva de Biosfera da UNESCO em 2018”, foi apresentada ao Ministério do Ambiente – Fundo Ambiental de Portugal. O Financiamento para a fase de preparação do dossier foi aceite e o início do processo está para breve.

Pretende-se com esta iniciativa, consolidar todas as dimensões, tais como a conservação da natureza e da biodiversidade, a investigação e o desenvolvimento sustentável, reforçando a presença e participação da Guiné-Bissau no Programa MaB (Man and Biosfera) da UNESCO e enquanto País reconhecido internacionalmente pelo seu compromisso para com o Desenvolvimento Sustentável, utilizando os resultados desta iniciativa como veículo de autopromoção, em particular, do Turismo, e o reforço da conservação da natureza e biodiversidade associados à criação de oportunidades de emprego e de desenvolvimento económico com base na conservação e uso sustentável dos recursos naturais, culturais, patrimoniais e históricos.

A devastação desenfreada e abusiva das florestas com propósitos de exportação da madeira tem sido objeto de constantes denuncia e varias polémicas, não só pelos danos e prejuízos que ameaça o ecossistema nacional e equilíbrio ambiental, mas também pela violação grave da estratégia de desenvolvimento definida pelo Governo no seu Plano Estratégico e Operacional. A segunda Conferência sob lema “a problemática de cortes de madeira na Guiné-Bissau: Que implicação para a Economia e o Meio Ambiente” realizada em Fevereiro de 2015 constitui num dos principais palcos destas denúncias.

Para pôr cobro à situação prevalecente, quer ao nível da exploração anárquica das florestas quer ao nível da comercialização e exportação da madeira, o Governo tem vindo a tomar medidas administrativas e legais, que visam preservar e assegurar uma exploração racional e sustentável do património florestal nacional.

Assim, numa das suas reuniões, o Conselho de Ministros deliberou sobre a proibição em todo o território nacional e pelo período de cinco (5) anos do corte e exportação da madeira (Moratória). Para o efeito, foi criado uma Comissão Interministerial encarregue de proceder à identificação, inventariação e transporte para Bissau da madeira apreendida pelo Governo e que se encontra em diversas localidades do país, para posterior averiguação da legalidade dos respetivos processos.

Primeiramente, a exportação de espécies de *Pterocarpus erinaceus*, cortadas após a entrada em vigor da lista dessa espécie no anexo II (2 de Janeiro de 2017) é proibida pela legislação nacional para os anos de 2017, 2018 e 2019. O dia 22 de Abril de 2018, 90 dias após a data da Notificação emitida pela CITES, proíbe a exportação do *Pterocarpus erinaceus* a partir da Guiné-Bissau.

Ressalta-se que no momento da 1ª notificação da CITES havia um stock de 24.339 m³ de torros de *P. erineceus*. A operação da sua exportação é acusada de dificuldades, tendo sido exportado unicamente 9.021.656 m³. Foi assim necessária uma segunda notificação emitida no dia 17 de Maio de 2018, que permitisse que o restante stock de 15,317,344 m³ pudesse ser exportado até ao final de 2018, ou seja até 31 de Dezembro de 2018.

Paralelamente, o Governo da Guiné-Bissau comprometeu-se a alocar 30% do rendimento do projeto de exportação para a conservação do *Pterocarpus erinaceus* na Guiné-Bissau. a ser identificado em consulta com todas as partes interessadas.

Recentemente foi lançado pela União Europeia e a Fundação GALP um projeto denominado

Fumu Kaba (“acabou a fumaça”) que visou o fornecimento de cerca de 25 mil Kits de gás butano a cerca de 130 mil guineenses da capital Bissau. Este projeto pretende incutir aos guineenses a deixarem de utilizar o carvão para a cozinhar alimentos e em substituição passar a utilizar gás. Após uma avaliação do seu impacto este seria estendido as restantes localidades guineense, projetando assim a uma transição energética. Acredita-se que a implementação deste projeto levará a uma redução de 530 Mil toneladas de emissões de dióxido de carbono (CO₂) e ainda evitará a desflorestação do equivalente de uma área de 100 Mil Hectares. Também esperam que com a introdução do gás butano na cozinha, a camada feminina passe a ter mais tempo para outras atividades e a trabalhar com uma tecnologia segura, o que trará impactos positivos na sua saúde.

Conjunto de medidas tomadas para contribuir na implementação do Plano Estratégico para a diversidade biológica 2011-2020:

Mecanismos de apoio à implementação nacional (legislação, financiamento, capacitação, coordenação, mainstreaming, etc.):

O Governo da Guiné-Bissau adotou recentemente instrumentos de apoio à implementação da biodiversidade, como a Lei-Quadro Ambiente (2011), Lei de Avaliação do Impacto Ambiental (2010), Plano Nacional de Combate à Desertificação (2011), Plano Nacional de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas. Outros instrumentos relevantes incluem a Lei de Florestas (2011), Lei de Fauna, Lei de Áreas Protegidas, Estratégia Nacional de Áreas Protegidas e Conservação da Biodiversidade, Estratégia Nacional do Meio Ambiente, Plano Nacional de Gestão Ambiental, Código Ambiental. A avaliação de impacto ambiental é exigida pela Lei de Áreas Protegidas (2011) para todos os projetos de desenvolvimento que afetam as áreas protegidas, levando em consideração a biodiversidade. Um projeto de decreto sobre valoração da biodiversidade, incluindo questões relacionadas ao acesso e à repartição de benefícios, também foi preparado, no entanto, recursos financeiros são necessários para continuar e concluir o trabalho.

Todas as áreas protegidas com planos de manejo são atualmente co-gerenciadas com a comunidade local. As comunidades locais também estão representadas no conselho de gestão do programa comunitário de áreas marinhas protegidas (UROK) criado pelo Governo em 2005. A implementação de atividades relacionadas com a gestão sustentável de áreas protegidas foi possível através da criação da Fundação Bioguiné em 22 de março de 2011. Este mecanismo de financiamento visa melhorar a capacidade das instituições de áreas protegidas de desenvolver financiamento sustentável por meio de incentivos fiscais, serviços ambientais e outros instrumentos. Embora a biodiversidade tenha sido integrada, direta ou indiretamente, em vários diplomas, estratégias e planos setoriais e intersectoriais, ainda não existe um mecanismo de coordenação para envolver e monitorar as atividades de todos os atores. Espera-se que o Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP) ajude com o desenvolvimento de tal mecanismo.

A Guiné-Bissau está cooperando com vários países da região através da participação em programas como a Comissão Sub-regional de Pescas (CSRP), Programa de Conservação Regional da Zona Marinha e Costeira da África Ocidental (PRCM), Rede de Biodiversidade Marinha e Costeira da África Ocidental (BIOMAC) que é um desdobramento do PRCM; Rede da África Ocidental para Áreas Marinhas Protegidas (RAMP AO), Rede Regional para a Conservação e Tartarugas Marinhas na Costa Atlântica da África (URTOMA).

Um banco de dados contendo informações sobre mais de 1200 espécies de animais indígenas (mamíferos, aves, répteis, anfíbios, peixes) foi desenvolvido, assim como um inventário de plantas medicinais no país. Vários programas de pesquisa foram desenvolvidos para o arroz, a mandioca, a batata-doce, o inhame, o milho, o sorgo, a fruticultura, a horticultura e a introdução de certas espécies animais com o objetivo de melhorar as raças locais. Medidas de

conservação foram implementadas para aves aquáticas, chimpanzés, hipopótamos e tartarugas marinhas.

Programas de comunicação, educação e conscientização pública foram bem desenvolvidos por ONGs e associações trabalhando no terreno. Escolas focadas em avaliação ambiental foram estabelecidas dentro de estabelecimentos de nível primário e secundário na parte norte do país, de modo que essa experiência está sendo replicada em todo o país. O trabalho está sendo empreendido por sociedades eclesíásticas para aumentar a conscientização sobre a preservação da diversidade de plantas.

Mecanismos de monitoramento e revisão da implementação

Instituições vitais para monitoramento e revisão da implementação foram criadas, como o Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas (IBAP), em 2004, a Unidade de Avaliação do Impacto Ambiental (CAIA), além da primeira Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

QUADRO DE AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS IDENTIFICADAS NA EPANDB (2015-2020)

Avaliação do nível de Eficácia

Para avaliar o nível de eficácia, utilizar estas pontuações:

- 0 - Desconhecido
- 1 – As medidas tomadas foram ineficazes
- 2 – As medidas tomadas foram em parte eficazes
- 3 – As medidas tomadas foram eficazes

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
Objetivo global A: Tratar das causas fundamentais da perda de biodiversidade, fazendo com que preocupações com a biodiversidade sejam integradas e apropriadas pelo governo e pela sociedade em geral.					
Meta nacional 1: Até 2020, o mais tardar, 50% da população da Guiné-Bissau terá conhecimento dos valores da biodiversidade e das medidas que se poderão tomar para conservá-la e utilizá-la de forma sustentável.					
M1	Criação e operacionalização do Comité Nacional da Biodiversidade.	1	Ausência de regulamento do funcionamento do CNB. Imprevisão do fundo para o seu funcionamento. Ausência de relatórios do funcionamento.	Criação do CNB foi uma mera formalidade para o cumprimento das exigências convencionais, o seu funcionamento deve ser regulamentado e operacionalizado através do estabelecimento do programa anual de atividade e do seu orçamento.	Regulamentar o funcionamento do CNB e estabelecer um programa anual de atividades com calendários, resultados esperados e custos de cada atividade.
M2	Operacionalização de mecanismos de intercâmbio e de troca de informações sobre a (CHM) biodiversidade e Acesso e Partilha Justa dos Benefícios.	3	Falta de financiamento específico para a dinamização da CHM. Acesso limitado à internet para introdução de dados no website da CHM nacional.	A Guiné-Bissau ganhou em 2018, o Prémio Bronze da CHM, mas há toda necessidade de reforçar as capacidades dos membros do CHM nacional para colaborar com o centro de troca de informações. Reforçar ações de sensibilização e celebração de jornadas Ambientais, para difundir a causa da conservação e valorização dos recursos naturais.	Estabelecer um mecanismo financeiro para a CHM da Guiné-Bissau. Fortalecer as capacidades técnicas e a cooperação científica e técnica. Implementar ações previstas na Estratégia Plano de Ação Nacional para a CHM. Reforçar ações de informação e sensibilização ao nível nacional. Reforçar a formação dos ecojornalistas (rádios comunitárias, professores das Escolas de Verificação Ambiental e associações de jovens e mulheres).
M3	Avaliar, atualizar e divulgar junto do grande público as políticas, estratégias, planos e programas nacionais do domínio	2	Falta de previsão do fundo para esta atividade dentro do Orçamento Geral do Estado, a difusão dos instrumentos das	A maior parte das políticas e estratégias datam de 2013 para baixo. É importante criar uma estrutura e/ou atribuir o mandato de avaliar e propor	Criar um centro de documentação, informação (biblioteca) no seio da SEA e nas regiões e sectores administrativos, bem como

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	ambiental (PNGA, NAPA, NAMA's, PAN-LCD, Comunicações Nacionais sobre as mudanças climáticas, EPANDB, etc.).		políticas não constitui prioridade.	atualização sistemática de todas as políticas e estratégias, planos e programas nacionais e sectoriais no domínio do ambiente e desenvolvimento sustentável.	institucionalizar um programa de informação, comunicação e educação ambiental na SEA.
M4	Apresentar e difundir o EPANDB junto de decisores, do grande público e organismos internacionais de cooperação.	3	Falta de meios financeiros para operacionalizar o plano de divulgação e implicação dos decisores e de medição da audiência pública.	Existe difusão parcial das informações do EPANDB que deverá ser melhorada, tanto as sinergias como a recolha e compilação de ações junto de ONGs e Associações Juvenis.	Adotar um sistema de medição do conhecimento, interesse e consciência do público sobre esta temática.
M5	Elaborar e implementar uma estratégia de informação, educação e comunicação ao grande público e aos setores específicos sobre a diversidade biológica guineense, seu valor, tendências e consequências da sua perda ou degradação (exibições sobre a BD).	3	Várias ações de informação, educação e comunicação ao grande público, mas não coordenadas. Falta de recursos financeiros para cobrir todo o território nacional.	Coordenar e reforçar a Estratégia de comunicação e sensibilização sobre a Diversidade Biológica (DB).	Melhorar o <i>fundraising</i> com vista a implementar a Estratégia de comunicação e comunicação sobre a DB. E compilar/quantificar as ações implemENTadas com vista a facilitar avaliações posteriores.
M6	Realizar um inquérito para captar a compreensão de diferentes atores sobre a importância da DB.	1	Falta de conhecimento de um modelo de medição eficaz.	Um inquérito de opinião foi realizado por uma empresa privada sobre níveis de confiança das populações nas instituições públicas aplicando os instrumentos de afro barómetro e mediou a perceção dos guineenses sobre as questões ambientais demonstrando a atribuição de alto nível de consciência e de importância a conservação e DB, mas os dados não são quantitativos e pouco abrangente.	Desenvolver parcerias com instituto nacional de estatística para introdução de indicadores que permite caracterizar o estado da conservação e medir a compreensão da população sobre DB. Desenvolver um observatório sobre a perceção dos atores sobre o estado da conservação e da DB no país.
Meta nacional 2: Até 2018, os valores da biodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e de redução de pobreza e nos					

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
procedimentos de planeamento e incorporados nas contas nacionais, conforme o caso.					
M7	Integrar e operacionalizar a Política e EPANDB nas instituições públicas e ONG com competências na conciliação entre a gestão dos ecossistemas e da DB com as necessidades de um desenvolvimento sustentável.	2	Insuficiências de informações e conhecimento de valores da BD ao nível das comunidades bem como no seio da comunidade científica sobretudo a nível nacional.	É importante incentivar no seio dos jovens a internalização da consciência científica e promover publicações em todas as áreas (social, económica e ecológica), sobretudo ao nível do ensino superior.	Melhorar e reforçar estudos científicos sobre os valores da biodiversidade na sua especificidade. Aumentar a sensibilização e a difusão das informações relativa a esta temática. Prever no OGE, uma linha destinada a promoção da investigação e publicação científica no domínio da BD.
M8	Avaliar e apresentar os serviços dos ecossistemas chave e principais valores da biodiversidade crítica nacional.	2	Não existem estudos com abrangência nacional e que apresente todos os serviços dos ecossistemas.	Os estudos limitam-se na contabilização ambiental dos valores de alguns serviços ecossistémicos. Grande necessidade de capacitação técnica para realização de mais estudos do género.	Reforçar as capacidades técnicas nacionais na contabilização dos serviços dos ecossistemas.
M9	Capacitar os gestores institucionais e líderes de opinião pública para um melhor conhecimento sobre o valor ambiental, económico e social da diversidade biológica.	2	Instabilidade política e governativa. Fraco conhecimento sobre divulgação do valor ambiental.	Extremamente importante sensibilizar os decisores políticos e incluir a comunidade local no processo. Divulgar junto do grande público, políticos e sociedade civil, sector privado e a comunidade local.	A comunidade local enquanto beneficiário primário dos serviços dos ecossistemas deve saber avaliar os benefícios dos serviços ecológicos. Disseminar os resultados das pesquisas junto da população em geral.
M10	Reforço de exigências para estudos prévios para a instalação de infraestruturas, a fim de evitar impactos negativos sobre o meio ambiente natural ou a	2	Resistência às mudanças associada a fraca campanha de informação e sensibilização sobre a importância dos estudos prévios para a sustentabilidade das	O estudo prévio de qualquer investimento, constitui o núcleo da sustentabilidade do mesmo. De igual forma, para a planificação, programação e a projecção face ao local,	O papel da AAAC deve ser reconhecido no processo de desenvolvimento sustentável, reforçando a capacidade AAAC em todos os domínios da sua

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	introdução do princípio da compensação de áreas degradadas na impossibilidade de contornar danos sobre o meio natural.		instalações de infraestruturas.	método e tecnologia. A não exigência de estudos prévios deve-se à pouca importância atribuída a Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (AAAC) no desempenho da sua função, pelos sucessivos Governos, salvo no caso de necessidades e exigências externas.	intervenção.
M11	Integrar orientações para aplicar ou reforçar a valoração da BD nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).	2	Ausência de guias referenciais de orientações específicas de como integrar a BD e as mudanças climáticas na avaliação ambiental das políticas, estratégias, planos, programas e projetos de desenvolvimento.	IBAP e outras instituições sectoriais devem ser muito proactivos no Comité Técnico-científico <i>Ah Doc</i> , sobretudo, na fase de análise e avaliação dos TdR, na qual, se propõem parâmetros que devem ser tidas em conta durante o estudo e posteriormente no REIAS.	Guias referenciais de orientações específicas sobre a integração da biodiversidade e das mudanças climáticas na avaliação ambiental das políticas, estratégias, planos, programas e projetos de desenvolvimentos devem ser elaboradas.
M12	Reforço de capacidades sobre a utilização de ferramentas para a contabilização nacional dos serviços ambientais, económicos e sociais da BD e dos ecossistemas.	2	Fraca capacidade técnica e científica nesta matéria.	Existem técnicos nacionais das ciências económicas e ambientais interessados em aprofundar a matéria. Devendo-se formar e capacitar os quadros nacionais versados em matérias ambientais.	É necessário formar e reforçar a capacidade técnica de quadros nacionais no domínio de contabilização dos serviços ambientais.
M13	Estudo sobre a avaliação económica da biodiversidade e do pagamento dos serviços dos ecossistemas e desenvolvimento de instrumentos para a sua integração no sistema de contabilidade nacional.	1	Fraca sensibilização para implementação das políticas de valorização dos serviços ecossistémicos.	Já existem iniciativas neste domínio, mas que devem ser reforçadas. A conservação da biodiversidade deve ser uma estratégia de desenvolvimento socioeconómico do país. Promover a conservação da BD e o pagamento dos SE.	Valorizar a contribuição das Áreas Protegidas na conservação da biodiversidade e suas prestações de serviços ecossistémicos a comunidade local.
M14	Incorporar a diversidade biológica na contabilidade	1	Insuficiência de conhecimentos científicos sobre o valor	Conhecimento e a integração dos valores da biodiversidade no PIB e na	Um projeto de contabilização ambiental já está em curso de

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	nacional.		económico das diferentes componentes da diversidade biológica a nível nacional.	Contabilidade nacional pode ajudar o país na capacidade de diminuir o endividamento. Para isso deve ser incentivado o desenvolvimento de pesquisas científicas neste domínio de determinação dos valores de cada ativo natural da diversidade biológica a nível nacional.	implementação e permitirá assim de integrar os valores da biodiversidade nas contas nacionais. Encorajar as instituições técnicas e científicas incluindo universidade no desenvolvimento dos estudos e pesquisa científica no domínio de determinação do valor dos diferentes componentes naturais, sobretudo os biológicos e socioculturais.
M15	Avaliar o grau de tomada em consideração da biodiversidade e de seus impactos sobre o crescimento económico e na redução da pobreza.	1	Insuficiência de conhecimento dos valores reais e consequentemente o mecanismo da sua avaliação.	A avaliação do desempenho institucional bem como os seus impactos no processo de desenvolvimento ainda é muito fraca ou quase inexistente. Estratégias nacionais já tomam em consideração este aspeto, mas deve-se encorajar e incentivar as instituições técnicas e científicas no desenvolvimento dos mecanismos de avaliação sistemática do grau de tomada em consideração da BD.	Aquando do calculo do PIB nacional, os valores dos ativos naturais e ambientais devem ser integrados em conformidade com Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “ <i>Terra Ranka</i> ”.
Meta nacional 3: Até 2018, o país terá um diagnóstico e um inventário atualizado e disponível sobre incentivos e subsídios prejudiciais à biodiversidade e elaborará um plano de ação que visa corrigir, reduzir ou eliminar estes incentivos negativos e promover os positivos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.					
M16	Realizar inventário dos incentivos e subsídios nacionais nos diferentes setores e analisar suas eficiências e impactos	2	Falta de aplicação prática das políticas promocionais do sector ambiental.	Já existem algumas iniciativas que são promovidos por diversos setores ambientais, nomeadamente, incentivos de importação de combustíveis, carros	Promover os incentivos financeiros para conservação da biodiversidade nos diversos setores de desenvolvimento.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	sobre a biodiversidade e a manutenção dos serviços dos ecossistemas.		Falta de incentivos do Estado para conservação da diversidade biológica.	velhos, eletrodomésticos usados com o agravamento dos impostos, mas deve ser melhorado e contabilizado.	
M17	Elaborar um plano de ação nacional com vista a redução, reforma e eliminação de incentivos e subsídios prejudiciais a biodiversidade.	2	A não avaliação sistemática do plano, dificulta as autoridades na definição das novas medidas para a redução, reforma e eliminação de incentivos e subsídios prejudiciais a biodiversidade.	Existência de forma dispersa de vários instrumentos sectoriais que preveem medidas de reforma e eliminação de incentivos e subsídios prejudiciais a biodiversidade. Portanto estes instrumentos devem ser compilados e a sua eficácia avaliada.	EPANDB deve ter um mecanismo de avaliação e por conseqüente atualizado. Reformular as medidas, visto que existe a estratégia e plano de ação nacional da biodiversidade desde 2002.
M18	Desenvolver e divulgar incentivos para as externalidades ambientais positivas.	2	Fraca pesquisa e desenvolvimento dos estudos na matéria da economia ambiental e por conseguinte fraca disponibilidade de dados e informações.	Esclarecer as competências ao nível das instituições da SEA. Quem é responsável para a implementação desta medida (IBAP, AAAC, DGDD, etc).	Deves ser encorajada e incentivada o desenvolvimento das pesquisas e dos estudos na matéria da economia ambiental junto das instituições técnicas e científicas incluindo as universidades.
M19	Promover a aplicação das orientações e guias da CBD relativas as avaliações Ambientais Estratégicas e fortalecer análises sobre a biodiversidade nos EIA.	2	Insuficiência de informações e sensibilização sobre a importância da AAE para planificação e programação de desenvolvimento de uma porção de território ou sector.	Reforçar a campanha de sensibilização e de informação sobre a importância de AAE e planificação, programação e tomada de decisão informada, integrada, equilibrada e sustentável.	AAE é uma ferramenta de carater preventivo de apoio a planificação e programação muito recente sobretudo na Guiné-Bissau. Que seja adaptada e aplicada o guia referencial metodológico de orientação específica para integração da biodiversidade na avaliação ambiental estratégica em geral e do EIAS em particular.
M20	Introduzir impostos e taxas ambientais e instrumentos económicos como parte de um Quadro de Reforma Fiscal Ambiental.	2	A pobreza, desigualdade na distribuição dos benefícios oriundo destes instrumentos económicos, insuficiência de informações constitui um dos principais estrangulamentos na	Forte pressão verificada nestes últimos anos sobre as florestas cuja consequência repercute sobre outros recursos a elas associadas deve-se a má distribuição dos benefícios. Isso, pode replicar para todos os outros recursos	Deve ser introduzida em todos os sectores de desenvolvimento económico e social do país os instrumentos económicos, ou seja, nas leis sectoriais os impostos e taxas ambientais, como sistema

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
			introdução e implementação dos impostos e taxas ambientais e instrumentos económicos.	comuns, nos quais estão implicadas as comunidades. Já existem iniciativas, muito recentes, mas que devem ser consolidadas.	regulador e de valorização da biodiversidade e os seus diferentes componentes.
Meta nacional 4: Até 2020, no máximo, o Governo da Guiné-Bissau, o setor privado e grupos de interesse a todos os níveis terão tomado medidas ou desenvolverão planos para produção e consumo sustentáveis e terão conseguido restringir os impactos dos setores de desenvolvimento com maior pressão sobre a biodiversidade e recursos naturais.					
M21	Identificar e promover boas práticas de utilização durável da biodiversidade nos diferentes setores económicos e atividades produtivas.	2	Sector florestal continua a ser alvo de cortes ilegais e clandestinas e violação da moratória.	Iniciativas estão a ser adotadas em diferentes sectores, mas há necessidade de melhorar os mecanismos de coordenação e avaliação intersectorial do estado da exploração da biodiversidade. Criar um ambiente institucional favorável para o cumprimento da lei no sector florestal e coordenação intersectorial Melhorar os mecanismos de comunicação e transparência.	Maior aplicação de repouso biológico para a pesca artesanal. Zoneamento das AP e maior socialização e partilha dos mecanismos de gestão. Adotar a legislação e favorecer processos efetivos de gestão comunitária das florestas. Desenvolver uma nova política de exploração, transformação comercialização dos recursos naturais. Investimento na autonomia financeira e patrimonial e administrativa efetiva da AAAC, enquanto quadro de fiscalizador.
M22	Valorizar e promover a produção e consumo locais, recorrendo à campanha “Consumir localmente o que é da terra e nosso”.	3	Ausência de um mecanismo interno de financiamento e patrocínio de eventos que estimulam a produção, transformação, comercialização e consumo dos produtos locais condiciona a e continuidade com frequência das atividades.	Já existe uma rede de organizações da sociedade civil que se dedica a valorização e consumo da produção local, mas há que investir na maior articulação e sinergias entre o estado, sector privado e sociedade civil na promoção de estratégias mais impactantes da produção e consumo	Reforçar o Programa cantinas escolares e adotar as compras locais de alimentos diretamente dos agricultores familiares. Instituir um dia de consumo nacional (20 de dezembro). Iniciativas empresariais nacionais na área de restauração, vestuário e

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
				dos produtos da biodiversidade.	música. Iniciativas culturais de promoção consumir local e consumir natural. Reforçar os dispositivos de fomento e promoção do consumir local e natural.
M23	Desenvolver, de forma participativa, diretrizes e políticas para a implementação de ações de atenuação/mitigação (NAMA, LEDS e MRV) apropriadas para o país relativamente às três principais atividades económicas (agricultura, exploração de recursos florestais, pecuária), associadas ao desmatamento e à degradação florestal.	2	Processo de consulta inadequado (abordagem de cima para baixo). Conceção dos projetos nos gabinetes tornando-se difícil a sua implementação, porque nem sempre corresponde aos anseios e prioridades das populações locais.	Mudança na abordagem, com maior implicação das <i>comunidades locais</i> nas diferentes etapas e fases de gestão de projetos, com ajuda de agentes de desenvolvimento local e de animadores locais.	Criar estrutura de governança que respeita o direito consuetudinário procurando alinhar os anseios da comunidade local ao objetivo de preservação da Biodiversidade. Apesar das dificuldades que se pode observar, esse modelo descentralizado é capaz de suprimir conflitos e gerir disputas e harmonizar interesses divergentes.
M24	Desenvolver modelos produtivos que promovam o uso sustentável dos componentes da biodiversidade e serviços ecos sistémicos.	2	Ausência de políticas públicas de fomento.	Desenvolver um mecanismo de comunicação concertação e coordenação de políticas que permitam desenvolver modelos de produção que valorizam a biodiversidade e os serviços ecossistémicos.	Integrar nas políticas públicas as iniciativas de estímulo a produção e transformação biológica dos produtos da biodiversidade implementadas pelas ONGs através de projetos e apoio às comunidades locais e dotá-las de maior capacidade de réplica nacional integrando as pequenas e médias empresas na cadeia da produção ecológica e sustentável de valorização socioeconómica dos produtos da biodiversidade e serviços de ecossistema costeira,

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					marinha, agrícola e florestal.
M25	Fortalecer a conservação e a gestão dos recursos biológicos da pesca.	2	<p>Fraca capacidade de investimento interno neste sector com forte dependência do investimento externo, particularmente, por parte da cooperação internacional.</p> <p>Fracas infraestruturas de apoio à pesca (cais de pesca, câmaras de conservação, transportes em geral, etc).</p> <p>Fraco desenvolvimento técnico dos operadores privados;</p> <p>Insuficiente capacidade da administração pública subsetorial.</p>	<p>Promoção da pesca artesanal nacional, de tal forma que seja gradualmente reduzido o desnível existente com a pesca artesanal estrangeira.</p> <p>Melhoria das capacidades técnicas e organizacionais dos diferentes atores nacionais</p> <p>Melhoria dos circuitos e condições de comercialização dos produtos de pesca artesanal.</p>	<p>Criação de instituições de crédito, principalmente as ligadas ao microcrédito, nas áreas de pesca.</p> <p>Reforçar as capacidades das comunidades de pesca, ou seja, dos pescadores, transformadores, vendedores e outros profissionais ligados à pesca artesanal afim de aumentar a sua contribuição na criação da riqueza nacional, nos empregos e na segurança alimentar e participar na gestão dos recursos haliêuticos e piscarias artesanais.</p>
M26	Criar e/ou reabilitar arboretos especializados para melhor gerir diferentes tipos de clima e vegetações e operar estações de coleta de sementes e centros de proliferação de plantas úteis.	2	As ações são pontuais e descontínuas sem um plano efetivo e nem sistema de monitoria e vigilância de colheita de sementes úteis. Falta de recursos financeiros disponíveis e recursos humanos especializados.	<p>Identificar espaço apropriado.</p> <p>Conceptualizar e renovar o quadro de mobilização e afetação dos recursos humanos.</p> <p>Elaborar plano de manutenção.</p>	Reforço de capacidades institucionais e apetrechamento técnico e programático para implementação do plano de reabilitação dos arboretos.
M27	Divulgar, recomendar e implementar as diretrizes de boas práticas ambientais e sociais para indústrias extrativas.	2	Este sector ainda se encontra numa fase embrionária, mas a instabilidade política recorrente pode criara brechas para o respeito das boas práticas ambientais.	Divulgar os guias de boas práticas na exploração dos Recursos Naturais (Tiniguena, Ace Monte/IBAP, GTP-IE).	<p>Incentivar a formação de grupos de interesse, decisores e jornalistas sobre boas práticas no sector.</p> <p>Realização de visitas de intercâmbio, debates e conferências promovidas pelo GTP-IE.</p> <p>Consolidar os resultados do Projeto Óleo e Gaz em regime</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					offshore e das infraestruturas nas zonas húmidas da África ocidental implementado na Guiné-Bissau pelo IBAP e Tiniguena.
Objetivo estratégico B. Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o seu uso sustentável					
Meta nacional 5: Até 2020, reduzir em mais de metade a degradação e fragmentação dos habitats e ecossistemas, sobretudo florestas e ecossistemas mais sensíveis, provocadas por atividades ilegais.					
M28	Inventariar as áreas degradadas e as suas respetivas causas com vista a elaborar planos específicos de prevenção e de recuperação.	2	Fraca capacidade técnica nacionais e financeira para cobrir todo o território nacional. Ausência de uma abordagem nacional de quantificação das áreas degradadas.	Esta atividade já está a ser implementada a nível sectorial, principalmente no SNAP. Também já foi realizada a avaliação de áreas degradadas em termos de desmatamento das florestas e as causas de degradação identificadas. Mas há que reforçar as capacidades técnicas nacionais no domínio de inventário e deteção remota.	É preciso criar e operacionalizar uma estrutura nacional de coordenação, para compilar todas as informações, levantamentos, estudos e inventários realizados pelos diferentes atores e sectores.
M29	Elaborar e implementar estratégias de fiscalização setorial, regional e local para reduzir a degradação de ecossistemas.	2	Falta de meios logísticos e materiais para as estruturas de fiscalização.	Disponibilizar mais meios humanos, logísticos e materiais para o pessoal operativo principalmente da DGFF e FISCAP.	Implementar as reformas previstas para a FISCAP, DGFF de forma a torná-las menos pesadas e mais operacionais.
M30	Promover incentivos que permitam a participação de todas as franjas sociais no processo de recuperação de ecossistemas degradados.	2	Insuficiência de meios financeiros e logísticos para apoiar a participação das comunidades. Deficiência em termos de diagnósticos.	Mais de 200 hectares do mangal e áreas adjacentes foram recuperados (GPC, IBAP e parceiros locais e Internacionais, EU-Ativa, WI...). E mais de 180 000 ha reflorestadas. Não obstante não existe incentivo propriamente dito, mas alguns apoios para a implicação da camada e as comunidades locais.	É necessário elaborar uma estratégia de recuperação de ecossistemas degradados por zona de importância ecológica, criando uma equipa de seguimento das zonas recuperadas principalmente fora das AP. Plantações nos dias de celebração do “Dia mundial das árvores”, “Dia mundial do mangal”, como

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
				É necessário criar uma equipa de seguimento das áreas recuperadas e também criar viveiros de plantas frutícolas.	forma de sensibilizar todas as franjas sociais.
M31	Implementar mecanismos de compensação com vista a complementar os esforços depreendidos no quadro de conservação dos ecossistemas florestais (REDD, REDD+, ...).	2	Dependência em peritos internacional para a realização da maioria de ações.	Já foi elaborada estratégia REDD+ nacional e está em fase de implementar parcial. Mas existe toda a necessidade de criar capacidades internas para a maioria das ações.	É urgente iniciar a implementação da estratégia REDD+ ao nível nacional, criando assim capacidades internas para a realização de boa parte dos estudos.
M32	Elaborar uma estratégia nacional de restauração ecológica de ecossistemas e habitats em perigo de desaparecimento ou que albergam espécies ameaçadas.	2	Insuficiência de meios financeiros e de capacidades humanas nacionais.	Reforço de capacidades e a criação de um sistema de base de dados central com todas as informações das áreas degradadas e reabilitadas.	Criar uma base de dados que facilite a consulta de todas as estratégias já elaboradas.
M33	Implementar atividades de conservação e de restauração de ecossistemas e habitats degradados.	2	Insuficiência de meios humanos, financeiros logísticos e materiais.	Existem iniciativas de criação de viveiros regionais e em algumas AP com capacidades de atender as demandas: PNTC – 21 mil plantas PNLC – 30 mil plantas PNB e PND – Viveiros temporários. Existe um viveiro em Nbunhe e o PADES esta a criar mais 2 na região Sul. Mas é necessário criar uma unidade de seguimento das áreas restauradas. Reforçar ações de plantação de cibe, mangal	Reverter parte dos fundos provenientes da comercialização de madeira para apoiar as ações de restauração das áreas degradadas.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
M34	Identificar e intensificar programas e ações suscetíveis de minimizar as repercussões do uso do material lenhoso, promovendo a utilização de fontes de energias alternativas.	2	Insuficiência de fontes de energia alternativa. Baixo poder de compra das comunidades.	Melhorar a acessibilidade de fonte de energia alternativa. Reduzir o preço de gás butano.	É necessário a redução de custo de gás, acessibilidade e a redução de custos de fogões a gás, etc. (Projeto Fumu Kaba)
M35	Identificar, compilar, capitalizar e divulgar boas e más práticas de exploração e gestão durável da terra e da biodiversidade nos diversos domínios de atividade (agricultura, pesca, silvicultura, caça, turismo, etc.).	2	Falta de uma estrutura de coordenação.	Criar uma estrutura de coordenação nacional funcional e com capacidade de presença descentralizada.	Ações de boas práticas de utilização de recursos naturais são realizadas por várias organizações que intervêm no domínio da conservação e valorização dos recursos naturais como: IBAP, CIPA, DGPA, FISCAP, AAAC, DGT, Palmeirinha, Tiniguena, Bafo, AD, GTP-IE, etc. Mas existe a necessidade de ter uma estrutura de coordenação para consolidação de todas as publicações e relatórios de atividade sobre boas práticas dos recursos naturais. Implementação do APAC enquanto mecanismo de gestão de territórios comunitários com base na cultura autóctone. Implementação do SIPAM enquanto mecanismo de classificação de sítios de importância de património agrícola.
Meta nacional 6: Até 2020, a gestão e captura de quaisquer reservas de peixes e invertebrados serão sustentáveis, legais e feitas com a aplicação de abordagens ecossistêmicas e dentro de limites ecológicos seguros e serão colocados em prática planos e medidas de recuperação para espécies mais sensíveis					

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
e/ou ameaçadas.					
M36	Garantir a conformidade com os regulamentos em matéria de pesca, reforçando a atividade de controlo, combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, e aplicação do regime de sanções adequado.	2	<p>Fraca capacidade de acompanhamento das diferentes decisões.</p> <p>Recursos humanos pouco qualificados no uso de novas tecnologias.</p> <p>Pessoal pouco engajado.</p>	<p>Não obstante existir o Plano Estratégico das Pescas (2015-2020) que engloba todas as componentes, ainda existe a necessidade de:</p> <p>Reforçar as bases avançadas de fiscalização.</p> <p>Reforçar a formação do pessoal técnico no uso de novas tecnologias.</p> <p>Apetrechar o centro das operações de seguimento do sistema VMS central e nos 5 polos regionais.</p>	<p>Definir um quadro institucional e de gestão da fiscalização.</p> <p>Criar bases descentralizadas de MCS e a aquisição de meios operacionais adicionais, aperfeiçoamento do programa regional de observadores e melhoria dos sistemas de informação úteis à MCS.</p> <p>Rever e Promulgar a Lei Geral das Pescas, com agravamento de sanções para determinadas práticas ilegais.</p> <p>Reforçar a implementação do Plano de Ação nacional de luta contra pesca (INN) (2017-2022).</p>
M37	Promover a abordagem territorial para a pesca artesanal com direito de acesso aos nacionais e aos residentes, em particular nas zonas de interesse estratégico para a segurança ambiental e alimentar (incluindo estuários e ilhas).	2	<p>Elevada pressão exercida pelos pescadores não-residentes da sub-região.</p> <p>Poucos meios para reagir a pesca ilegal fora das áreas protegidas e também de fiscalização noturna.</p> <p>Fraca apropriação das medidas de gestão e conservação dos recursos pesqueiros da parte das comunidades residentes.</p>	<p>Anualmente são produzidos Planos de Gestão de recursos pesqueiros com orientações sobre as medidas para diferentes pescarias (engenhos de pesca, malhas, nº de embarcações a operar nas águas territoriais baseada na campanha científica, biomassa disponível e capacidade de exploração). Este documento deve ser divulgado para uma melhor compreensão dos desafios.</p>	<p>O Ministério das Pescas deve adotar políticas no sector das pescas com base no direito de acesso aos recursos que vai facilitar a gestão dos territórios de pesca e alargar o direito de acesso paritário aos recursos de todas as rias do país.</p> <p>Apoiar numa melhor estruturação das associações de pescadores nas zonas de cogestão de pescas identificadas.</p> <p>Afinar a aplicabilidade do conceito de direito do acesso prioritário aos recursos pesqueiros,</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					<p>de modo a que as comunidades compreendam na íntegra as suas vantagens do ponto de vista de gestão dos recursos pesqueiros.</p> <p>Reforçar a realização de investigação associada ao conhecimento tradicional para melhor aceitação das zonagens de pesca.</p> <p>Reforçar a Fiscalização participativa nas AMP e nas rias para melhor integração dos pescadores na gestão dos seus recursos.</p>
M38	Reforçar a fiscalização, o desmantelamento e a realocação de acampamentos da pesca artesanal ilegal.	2	<p>Fraca capacidade de acompanhamento dos acampamentos realocados.</p> <p>Fraca capacidade de resposta da FISCAP por falta de meios financeiros e humanos.</p>	Para que a eficácia seja completa é muito importante que as sanções sejam estabelecidas e decididas sem interferências de natureza política, reservando-se o recurso exclusivamente às estâncias judiciais.	<p>Reabilitar e adquirir meios navais, infraestruturas de apoio (centro de comando, 3 bases avançadas de fiscalização e 3 centros de vigilância costeira) equipadas com meios de vigilância e comunicações para dinamização e otimização das operações.</p> <p>Aumentar a capacidade de intervenção e de reação do sistema de fiscalização através da adoção de novos meios técnicos (VMS, AIS, auto policiamento, etc.) e de meios navais e aéreos.</p> <p>Reforçar a fiscalização participativa nas áreas protegidas.</p>
M39	Reduzir e modificar atividades pesqueiras que prejudiquem a	2	Fraca capacidade de acompanhamento das medidas de	Planos anuais de Gestão de recursos pesqueiros são elaborados, com	Reforçar a divulgação divulgadas junto as comunidades de pesca dos

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	sustentabilidade das populações e a conservação de espécies marinhas e aquáticas.		sustentabilidade pesqueira. Ausência de centros de compras de materiais não nocivas.	orientações específicas para as diferentes pescarias (engenhos de pesca, malhas, esforços de pesca baseada na campanha científica; biomassa disponível e capacidade de exploração. Também são produzidos Planos de gestão ambiental de diferentes pescarias e Catálogo com as medidas de pesca. Mas todas precisam de ser divulgadas junto as comunidades de pesca residentes e não-residentes.	diferentes instrumentos existentes (Planos anuais de Gestão de recursos pesqueiros, Catálogo com as medidas de pesca) nas rádios comunitárias e espaços de concertação existentes. Realizar estudos sobre as técnicas de pescas alternativas e não nocivas.
M40	Estabelecer medidas para melhorar os métodos de pesca, a fim de minimizar as perdas, capturas acidentais de cetáceos, aves e tartarugas e impactos negativos nos habitats e ecossistemas, com a participação dos setores e grupos implicados.	2	Fraca apropriação das medidas de gestão e conservação dos recursos pesqueiros da parte das comunidades residentes. Fraca capacidade de resposta da FISCAP por falta de meios financeiros e humanos.	Medidas sobre os melhores métodos de pesca são elaborados, mas há que reforçar a sua aplicação através de uma fiscalização eficaz e concertações permanentes com os diferentes atores implicados.	Reforçar a divulgação das regras de pesca. Reforçar o quadro de concertação com os diferentes atores do sector. Seguimento através de inquiridores e observadores de pesca.
M41	Aumentar conhecimento sobre o meio marinho e seus ecossistemas.	2	Fraca capacidade técnica e científica para afundar no conhecimento dos impactos do clima na pesca e nas dimensões socioeconómicas desses impactos nos modos de vida locais. Falta de estudos aprofundados sobre a ecologia marinha e os impactes das pescas nos ecossistemas.	A avaliações do estado de exploração dos recursos de camarões, cefalópodes e demersais são efetuados anualmente e um sistema de estatística da pesca artesanal em fase de implementação, mas há que reforçar as capacidades técnicas e científicas para afundar no conhecimento dos impactos do clima na pesca e nas dimensões socioeconómicas desses impactos nos modos de vida locais.	Apoiar a instituição de investigação haliêutica, na melhoria do conhecimento do estado dos recursos, conducente a uma gestão sustentável. Reforçar as sinergias entre as instituições ligadas à pesca e as mudanças climáticas Reforçar a fiscalização e ações participativas das comunidades pesqueiras.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
				Efetuar estudos avançados deste impactes e ameaças nas pescas artesanais, pois a maior parte dos estudos estão focalizados na pesca industrial de larga escala	É necessária a continuidade das atividades de investigação, implementar período de defeso para as espécies em perigo. Ainda, deve-se apostar na formação em diferentes domínios, reforçar ainda mais o associativismo e as infraestruturas para a conservação do pescado.
M42	Exigir a introdução do sistema de exclusão (TED) para embarcações de camarão.	1	Inexistência e fraco conhecimento de sistemas de TED, um dispositivo que permite a saída de espécies não desejadas, como as tartarugas capturadas nas redes de pesca.	Ações são empreendidas para a proteção de espécies marinhas protegidas, mas os sistemas ainda são pouco conhecidos sendo necessário reforçar os conhecimentos dos especialistas para a introdução destes sistemas.	Criar um quadro de concertação entre os atores das pescas e de conservação de recursos para a discussão desta problemática com vista a encontrar meios eficazes para a introdução do sistema de exclusão (TED) e outros instrumentos eficazes.
Meta nacional 7: Até 2020, áreas sob agricultura, aquacultura e exploração florestal serão geridas de forma sustentável, assegurando a conservação da biodiversidade, mantendo os processos ecológicos essenciais e a conectividade entre os diferentes ecossistemas.					
M43	Incorporar nos EIAS os critérios de sustentabilidade dos projetos e programas agrícolas, silvícolas e piscícolas.	2	Pouco reconhecimento da importância de avaliação ambiental na sustentabilidade dos programas e projetos de desenvolvimentos. Fracas capacidade de conhecimento dos critérios sustentabilidade dos projetos e programas agrícolas, silvícolas e piscícolas.	Desenvolver e difundir os critérios e os indicadores de desenvolvimentos sustentáveis.	Guiné-Bissau ainda não dispõe de indicadores próprios de desenvolvimento sustentável. Que sejam desenvolvidos critérios e os indicadores de desenvolvimentos sustentáveis a nível nacional.
M44	Cartografar terras agrícolas, silvícolas e de vocação para a pastorícia com vista à sua gestão	2	Falta de capacidades técnicas e financeiras nacionais. Falta de vontade política.	Zonagem agroecológicas foram realizadas em certas regiões da Guiné-Bissau com determinação de possíveis	É urgente a realização de um zoneamento agro-ecológico do país de forma a reduzir frequentes

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	durável.			cenários para as alterações climáticas. Também foram realizados estudos de certos perímetros orizícola de Bolanhas (ex: Cã), mas há que criar capacidades internas capazes de realizar os estudos e monitorar suas implementações.	conflitos entre criadores de gado e os agricultores, além da ocupação anárquica de terras desrespeitando as aptidões agronómicas.
M45	Rever os planos nacionais, regionais e comunitários do ordenamento e administração do território, integrando zonas consagradas à agricultura, aquacultura e exploração florestal.	2	Falta de avaliação sistemática do estado ou nível da implementação destes planos. Fracas capacidade financeira das instituições responsáveis pela implementação dos referidos planos.	É preciso melhorar esta medida, visto que não existe plano nacional de ordenamento de território.	Que sejam elaborados planos nacionais, regionais e comunitários do ordenamento e administração do território.
M46	Aplicar os princípios de abordagem ecossistémica na agricultura, pecuária, silvicultura e aquacultura.	2	Falta de um ordenamento agroecológico.	Já foram implementadas experiências piloto de zonagem agroecológicas em 3 regiões do país, mas é necessário que seja adotado a nível global.	Expandir esta experiência em todo o território nacional e adotar legislação para o cumprimento efetivo desta zonagem.
Meta nacional 8: Até 2018, identificar os poluentes e as principais fontes de poluição e criar os mecanismos jurídico-institucionais para a sua gestão e redução a níveis não prejudiciais ao funcionamento de ecossistemas e da biodiversidade.					
M47	Realizar e/ou atualizar o inventário de objetos, substâncias e organismos perigosos.	2	O país não dispõe de estratégia para gestão de resíduos. Ausência de quadro jurídico para definição e classificação de resíduos e substâncias perigosas. Ausência de registo nacional com localização precisa de todos os locais e instituições suscetíveis de gerar resíduos. Falta de técnicos especialistas em matéria de classificação e triagem de resíduos e substâncias	A Guiné-Bissau deve facilitar os mecanismos que permitam eficaz implementação e cumprimento das medidas emanadas da convenção de Basileia. As comunicações nacionais apresentam uma lista de objetos, substâncias e organismos perigosos e o INASA já realizou um inventário, mas deve ser atualizada frequentemente atualizada. Informatizar e disseminar por todo o território nacional sistemas de informação e registo de empresas e	Criar uma entidade nacional encarregue do tratamento dos resíduos, substâncias e organismos perigosos. Criar um quadro jurídico em matéria de gestão de resíduos que permita a definição e classificação dos resíduos em função do perigo. Criar uma "Taxa Verde" cobrada aos produtores que geram resíduos e que sirva para o financiamento do funcionamento da entidade nacional responsável pelo

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
			perigosos.	organismos (públicos e privados) que geram/utilizam resíduos e substâncias perigosas nas suas atividades.	tratamento desses resíduos. Reforçar a fiscalização da utilização dessas substâncias. Criar um quadro jurídico, Difundir as informações de inventário já realizados. Implementar as recomendações da convenção de Minamata no contexto nacional.
M48	Identificar as principais fontes de poluição prejudiciais aos ecossistemas.	2	<p>Existência de inventário parcial de as principais fontes de poluição prejudiciais aos ecossistemas.</p> <p>Falta de fiscalização dos organismos competentes.</p> <p>Falta de investimento nas infraestruturas de saneamento básico, equipamentos de recolha e tratamento de lixo, sistema de drenagem de água.</p> <p>Falta de técnicos nas autarquias/Administração local para fiscalização de execução de urbanização.</p> <p>O país não dispõe de nenhum aparelho que permita medir a poluição.</p>	<p>É importante reforçar logisticamente as estruturas de recolha e tratamento de lixo no território nacional.</p> <p>Melhorar as condições de higiene dos vazadouros ou construir novos vazadouros afastados dos núcleos populacionais.</p> <p>Reforçar as campanhas de sensibilização que visam diminuição da defecação ao ar livre.</p> <p>Compilar e consolidar as ações implementadas pelas ONG Palmeirinha, Adema, Andorinha, entre outros e replicar em todo o país.</p>	<p>Maior investimento nas infraestruturas de saneamento básico.</p> <p>Construção de uma incineradora que evite queima de lixos à céu aberto localizado.</p> <p>Construção de centro responsável pela triagem e classificação e categorização dos resíduos sólidos.</p> <p>Fixação de ecopontos e recipientes nas ruas para separação e deposição de lixos.</p> <p>Nas zonas rurais ou semiurbanas criar redes de latrinas comunitárias.</p> <p>Aquisição de meios e suportes técnicos que permitem a medição e monitorização de agentes poluentes.</p> <p>Realização de inventario nacional</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					sobre os poluentes.
M49	Reforçar o controlo e a inspeção de atividades com forte índice de poluição.	1	<p>Falta de responsabilização dos organismos da tutela (Autarquias/Administração Local) na fiscalização das obras e construções.</p> <p>Falta nas fronteiras de um sistema de classificação e registo de produtos passíveis de produzir lixos após a utilização.</p>	<p>Dotar os Centros de inspeção de automóveis de equipamentos mais sofisticados para controlo de emissão durante inspeção dos veículos.</p> <p>Criar mecanismos mais eficazes para recolha e tratamento de lixo.</p> <p>Massificar a utilização de recipientes para recolha de lixos nas praias do país.</p> <p>Estender para as regiões a fiscalização sobre a obrigatoriedade de impermeabilização das fossas sépticas nas habitações.</p> <p>Estender a todos os hospitais do país do Centro de recolha e inceneração de resíduos hospitalares perigosos uma vez que apenas o hospital nacional dispõe de um centro desse tipo.</p>	<p>Instaurar um programa de controlo e monitoramento de poluição atmosférica.</p> <p>Criar mecanismos de controlo e registo das oficinas mecânicas de automóveis.</p> <p>Criar uma instituição/organismo encarregue de controlar as emissões de todas as atividades de esfera económica do país.</p> <p>Efetiva implementação da recente lei de "Inspeção Geral do Ambiente" promulgada pelo Conselho de Ministros.</p>
M50	Elaborar e implementar a Política Nacional de Saneamento Básicos.	2	<p>Política Nacional de Saneamento Básico ainda não foi aprovada pelo Conselho de Ministros.</p> <p>Instabilidade política recorrente.</p> <p>Falta de sinergia institucional entre o MINSAP e MRN.</p> <p>Falta de recurso financeiro para efeito de funcionamento dos órgãos.</p>	<p>Reformular esta medida, visto que, já existe o esquema diretor de água e saneamento, portanto, é preciso avaliar atualizar.</p> <p>Melhorar as condições dos vazadouros existentes, com aplicação de normas.</p>	<p>Que seja avaliada e atualizado o Esquema Diretor de Água e Saneamento bem como o Código de Água e Saneamento.</p> <p>Controlo e planificação dos assentamentos residenciais e controlo de fluxo de êxodo do interior para Bissau que se traduz na multiplicação do número da população.</p> <p>Melhorar e alargar os sistemas de esgotos e drenagem de água.</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
M51	Criar Centros de Resíduos e de Produtos Químicos numa visão integrada de recolha, tratamento, valorização e destino final.	1	Inexistência de aplicação efetiva do plano nacional de gestão de resíduos.	Melhorar as condições dos vazadouros existentes, com aplicação de normas específicas. Elaborar estratégia de gestão de resíduos.	Criar mecanismos legais para gerir o fluxo de resíduos e de produtos químicos prejudiciais. Capacitar técnicos especialistas em sistemas de tratamento de resíduos. Aplicar o plano nacional de gestão de resíduos. Criar um centro de recolha, classificação, tratamento e reciclagem de lixos sólidos e resíduos perigosos, Capacitar técnicos especialistas em sistemas de tratamento de resíduos.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
M52	Instituir um sistema de quarentena para organismos suspeitos	1	Escassez de quadros técnicos especializados nesta matéria. Falta de transferência de atualização de conhecimentos.	Ações pontuais são implementadas a nível sectoriais, com a criação do laboratório de pescas, a implementação do Projeto REDISSE II, ações desenvolvidas pelos serviços de proteção vegetal, mas há que reforçar as capacidades neste domínio com implicação de quadros jovens. Transferência de tecnologias nesta matéria. Reforçar o funcionamento do laboratório de pesca existente.	Criar laboratórios, pelo menos em cada capital provincial e petrecha-lo com equipamentos avançados em deteção e controlo de espécies perigosas. Restringir a utilização de produtos fitofarmacêuticos àqueles que são menos tóxicos, mediante a classificação da FAO/OMS e, criar mecanismos de exceção, quando verificar a necessidade. Criação de uma Comissão que inclua representantes dos serviços de Saúde e Ambiente, para acompanhar de perto a utilização de produtos fitofarmacêuticos e sua problemática e restringir ou suspender sua utilização caso necessário.
Meta nacional 9: Até 2020, identificar espécies exóticas e invasoras e seus respetivos vetores e estabelecer mecanismos para o seu controlo, por forma a impedir a sua introdução e estabelecimento.					
M53	Rever e atualizar as legislações existentes sobre o controlo da introdução e dispersão de espécies exóticas invasoras.	1	Falta de atualização de legislação sobre EEI	As EEI constituem grande preocupação e ameaça contra a diversidade biológica e dos agroecossistemas, neste contexto é importante melhorar o conhecimento sobre as EEI. Atualizar a legislação sobre EEI.	Rever a legislação sobre as EEI. Inventariar as EEI ao nível nacional e criar uma base de dados e partilhar com a sub-região.
M54	Elaborar Estratégia e Plano de ação para EEI.	1	Falta de uma agenda prioritária do governo sobre EEI.	As EEI são ameaças para a biodiversidade e para o desenvolvimento socioeconómico nacional.	Elaborar um plano estratégico e sua imediata implementação.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
				Por isso é primordial colocar as EEI na agenda dos ministérios concernentes.	
M55	Desenvolver mecanismos e medidas para prevenir a introdução, o estabelecimento e o controlo de EEI, sobretudo nos ecossistemas mais críticos.	1	Falta de meios materiais e financeiros para efetuar um controlo mais eficaz ao nível nacional. Falta de medidas de verificação e controle eficaz das EEI. Falta de Centros de Estudos e Postos de controlo das florestas e Pecuária eficientes.	Afetar meios financeiros e equipamentos de controlo aos Serviços de Proteção Vegetal.	Desenvolver estudos e inventários sobre EEI em colaboração com a comunidade local.
M56	Desenvolver programas de erradicação de EEI prejudiciais à biodiversidade e aos ecossistemas.	1	Falta de meios financeiros e humanos. Falta de equipamentos necessários. Falta de sinergia entre as instituições concernentes.	Governo em colaboração com o setor privado deve tomar o engajamento mais sério para juntar esforços para desenvolver programas de combate as EEI.	Disponibilizar meios financeiros para estudos e controlo efetivos das EEI.
M57	Identificar e criar um banco de dados das principais espécies invasoras estabelecidas no país e avaliar aquelas com maior potencial para causar danos ambientais.	2	Falta meios financeiros para desenvolver pesquisas e inventários das espécies invasoras.	As espécies exóticas invasoras constituem grandes ameaças ao sistema de agricultura tradicional. Apoiar as iniciativas de pesquisas em curso sobre as EEI.	Governo e Sector privado devem apoiar a pesquisa e controle das EEI que podem causar grandes prejuízos económicos ao país. Existe uma lista que precisa ser atualizada, também é preciso o reforço de capacidades em Entomologia.
M58	Identificar e implementar pacotes tecnológicos para a valorização de EEI.	1	Falta de conhecimento profundo da biologia e ecologia das EEI.	As EEI são ainda mal conhecidas ao nível do país sendo que algumas delas podem ser úteis. O país já beneficiou de formações pontuais, mas existe toda a necessidade	Desenvolver pesquisas científicas sobre as EEI e partilhar informações.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
				de partilhar informações sobre as EEI no âmbito nacional e sub-regional.	
M59	Estabelecer um sistema de alerta rápido sobre EEI.	1	Falta de um sistema de alerta e controlo eficiente.	As EEI têm uma capacidade de multiplicação muito rápida, por isso é necessário dar respostas rápidas sendo importante alargar e intensificar o controlo ao nível das fronteiras nacionais.	Dotar as entidades competentes com meios logísticos e materiais para o efeito e a comunicação social tem um importante papel. Reforçar a implementação do plano de contingência da luta contra pestes da Pecuária, do Plano sub-regional a lagarta e da Rede de vigilância Entomológica e Zoonose.
Meta nacional 10: Até 2020, identificar as múltiplas pressões antropogénicas sobre os mangais, praias, bancos de vasa e arenosos e demais ecossistemas marinhos e costeiros afetados pela mudança de clima ou acidificação oceânica e estabelecer estratégias e programas para que a sua integridade e funcionamento sejam mantidos.					
M60	Melhorar e reformar as estruturas de governação para assegurar uma gestão e conservação integrada.	2	Instabilidade política e institucional dos últimos anos. Falta de meios humanos, materiais e financeiros.	Deve-se reforçar as estruturas responsáveis pelo controle das ações que impactam no meio-ambiente. Implementação do projeto conservação da zona costeira com ordenamento da zona costeira considerando as zonas sensíveis.	Criar estruturas intersectoriais / interministeriais com maior poder de decisão em termos de conciliação entre as políticas, programas e projetos sectoriais.
M61	Identificar, reconhecer e divulgar a legislação governamental, bem como as diretrizes/leis/tradições comunitárias locais, que visam a proteção e o uso sustentável do ecossistema do mangal.	2	Lei inconclusiva em termos de zonagem do mangal. Falta de meios materiais, humanos e financeiros e sinergias sectoriais para a implementação das diretrizes.	Finalizar a Lei do Mangal com a integração da zonagem ecológica do mangal e criação de estruturas de seguimento. Ordenamento da zona costeira com inclusão do mangal e respeito do Plano de Ação Mangal.	Concluir a lei do mangal e criar/reforçar estruturas para sua implementação efetiva. Disponibilizar meios para a execução dos planos de monitoria e seguimento da cobertura vegetal com principal incidência nas áreas de mangal.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					Ordenamento geral da zona costeira com diretrizes específicas para cada zona.
M62	Monitorizar a variação em termos de extensão e repartição de diferentes habitats marinhos e costeiros, assim com as linhas de costa, com vista a interpretar e compreender a dinâmica de ocupação do solo.	2	Fragilidade da GPC. IMP, CIPA e estruturas desconcentradas do Estado. Inexistência de estruturas de seguimento.	Reforçar capacidade das estruturas existentes. Consolidar os resultados dos Projetos mangrovia; Arroz e Mangal e Deduran, entre outros.	Caracterização e mapeamento dos ecossistemas marinhos e costeiro tendo em vista um ordenamento atual da zona costeira. Estudo e análise da situação atual para o estabelecimento de uma linha de base e mecanismos de seguimento com base em sistemas de análise espacial e SIG. Reativação, reforço e reestruturação de estruturas de gestão, monitoria e seguimento (GPC, IMP, RBABB, etc). Reforço de trabalhos de pesquisa com base em espécies indicadoras do estado ecológico de determinados ecossistemas.
M63	Realizar avaliação de vulnerabilidades e desenvolver medidas relevantes de adaptação para melhorar a resiliência dos ecossistemas prioritários à mudança climática.	2	Fraca capacidades técnica para divulgação das estratégias de desenvolvimento de baixa emissões com ênfase ao nível institucional e mobilização de recursos financeiros. Falta de promoção da gestão ambiental sustentável das florestas nacionais. Falta de instituições treinadas e capacitadas em matéria de	No passado recente, a Guiné-Bissau desenvolveu de forma isolada e sem nenhuma orientação estratégica Medidas Nacional de Atenuação/mitigação. Mas há que criar mecanismos de mais eficazes de captação e mobilização de fundos financeiros através de doadores/Organismos internacionais. Reforço da capacidade de pesquisa sobre a vulnerabilidade, riscos e	Uma vez que o crescimento demográfico exerce imensa pressão sobre os recursos florestais, promover uso massivo de fogões melhorados junto da comunidade assim como uso de fornos de produção de carvão mais eficientes. Criação de sistema de informação uniformizado e um sistema de inventário para classificação das

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
			controlo e verificação de emissões GEE. Existência de estruturas próprias para ações de adaptação em bases intersectoriais.	métodos de adaptação. Dar maior ênfase a estruturas próprias para ações de adaptação em bases intersectoriais já existente. Maior Mobilização de fundos para Projetos de Resiliência e adaptação as mudanças climáticas.	florestas. Capacitação de técnicos para realizar as análises das alterações no uso do solo e coberto florestal. Criação de estrutura especializada para contabilizar as emissões de GEE. Reduzir a expansão descontrolada das plantações de caju e os efeitos dos incêndios florestais na cobertura vegetal. Abordagem mais abrangente e ao nível nacional dado a grande vulnerabilidade do país aos fenómenos de alteração climática.
M64	Implementar medidas efetivas de avaliação, monitorização, vigilância e fiscalização para a proteção dos mangais.	2	Desorganização da DGFF. Falta de clarificação das competências da BAPN da GN. Inexistência de estruturas próprias para monitorização e vigilância e fiscalização das áreas pertencentes ao Domínio público marítimo. Fraco envolvimento as esturras de urbanização e fiscalização da Camara em relação a ocupação das zonas de húmidas e de mangal.	Criação de estruturas específicas, bem organizadas e capacitadas para atuação nas zonas exteriores ao SNAP. Reforço das capacidades da inspeção ambiental. Difusão das funções, bens e serviços do mangal através de programa sde IEC ao nível nacional. Ações ao nível do SNAP de proteção, conservação e restauração e reflorestação do mangal.	Reforço de medidas jurídico-institucionais e estruturais para o ordenamento e gestão do mangal ao nível nacional com as competências bem definidas.
M65	Realizar Avaliações de Impacto Ambiental consequentes,	2	Medo da inviabilização do projeto e programa devido EIAS.	Reforço da capacidade e reestruturação institucional para conferir maior	Reforçar campanhas de informação, formação e

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	participativas e independentes antes da aprovação de qualquer programa/projeto de desenvolvimento ou expansão que interfira com o ecossistema de mangal tanto a jusante como a montante.		Alto custo de procedimentos de avaliação ambiental. Insuficiência de informação sobre a importância e as vantagens de avaliação ambiental na sustentabilidade de desenvolvimentos dos projetos, programas, planos e políticas. Fracá capacidade de seguimento dos PGAS.	autonomia da AAAC. Reforço da capacidade da inspeção-geral do ambiente.	sensibilização sobre a importância e as vantagens de AAS na sustentabilidade de desenvolvimentos destinada aos promotores de desenvolvimentos a diferentes níveis. Reforçar a capacidade da AAAC. Reforçar a estrutura de inspeção, inclusive as regiões e o estabelecimento de um sistema de alerta para situações de riscos potenciais e ou infrações as Leis ambientais existentes, permitindo uma intervenção precaucionista ao invés de ações de correção. Criar estruturas de monitoria e seguimento em bases participativas e com competências e responsabilidades bem definidas.
M66	Promover a reabilitação ou regeneração natural assistida ou de intervenção onde os ecossistemas de mangal não tiverem capacidade de autorrenovação, incluindo a restauração do regime hidrológico e/ou a plantação de mangais.	3	Falta de meios materiais, humanos e financeiros para cobrir toda a zona costeira do país.	Foram restauradas zonas degradadas com desenvolvimento de metodologias variadas tendo em conta as condições do meio. Trabalho de extensão e promoção destas atividades para zonas exteriores ao SNAP, envolvendo outras estruturas de massa (escuteiros, militares, redes juvenis, etc.).	Multiplicar as ações de reflorestação através de projetos intervindo a escala nacional e tratando os principais fatores de degradação do mangal (rizicultura, exploração material de construção, exploração de materiais lenhosos para a produção de energia (fumagem de peixe, produção de sal, lenha e carvão), exploração de ostras, etc.). Replicar as experiências de Rio Grande Buba, PNTC.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
M67	Promover e melhorar as técnicas tradicionais de conservação e de gestão sustentável do ecossistema do mangal e dos seus recursos.	2	Falta de meios materiais, humanos e financeiros para cobrir toda a zona costeira do país.	<p>Aproveitamento do conhecimento tradicional para repovoamento natural com destruição dos diques antigos,</p> <p>Introdução de fornos melhorados de fumagem de peixe com baixo consumo de lenha e/ou de técnicas alternativas de fermentação e salga a exemplo de bubacalhau.</p> <p>Trabalho de extensão e promoção destas atividades para zonas com envolvimento de outros parceiros, para que não sejam limitados a zona de intervenção destes projetos.</p>	<p>Melhoria da técnica de produção de sal, com a introdução de sal solar.</p> <p>Ostreicultura sem corte de raízes do mangal.</p> <p>Repovoamento assistido de zonas degradadas de mangal.</p> <p>Sedentarização da rizicultura de mangal com melhoria da gestão de água, construção de diques e cinturas de proteção dos diques e contra a sedimentação.</p> <p>Promover trabalhos de extensão para alargar este tipo de ações a outras zonas onde ainda se verifica uma rápida degradação do mangal.</p>
M68	Assegurar a conservação e a gestão sustentável do mangal na base duma abordagem ecossistémica.	2	<p>Falta de meios materiais, humanos e financeiros para cobrir toda a zona costeira do país.</p> <p>Fraca promoção de abordagens ecossistémicas e/ou soluções naturais.</p>	<p>Extensão e promoção da abordagem ecossistémica e em especial das soluções naturais para os problemas de conservação e gestão do mangal – Repovoamento natural.</p> <p>Manutenção de faixas de vegetação para a proteção o mangal contra o assoreamento.</p>	Fazer trabalhos de extensão e promoção destas técnicas identificadas e de reconhecidas pela eficácia.
M69	Regulamentar e implementar medidas apropriadas para eliminar, minimizar ou mitigar os impactos da poluição, incluindo os provocados pelo despejo de lixos de diferentes fontes, esgoto, óleo e efluentes	1	<p>Falta de enquadramento jurídico, institucional e regulamentos específicos.</p> <p>Fragilidade da inspeção ambiental.</p> <p>Inexistência de sistemas de recolha, separação, tratamento e</p>	Está em curso a elaboração da estratégia e legislação nacional sobre resíduos sólidos e líquidos e sobre resíduos tóxicos e poluentes químicos e já foi elaborada a legislação e o respetivo regulamento, mas aguarda aprovação do Conselho de ministros.	Recomenda-se a montagem de um sistema mais eficiente de recolha de lixos e a construção de aterros sanitários com sistemas adequados de tratamento, aprovisionamento e reciclagem de determinados tipos de lixo.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	industriais, resíduos sólidos e tóxicos.		valorização de resíduos.	Concluir a elaboração da estratégia e legislação nacional sobre resíduos sólidos e líquidos.	Construção progressiva de uma rede de esgoto, com tratamento de águas usadas para fins industriais e outros como a rega. Estabelecimento de um sistema eficiente de monitoria, seguimento e avaliação dos PGAS nos grandes empreendimentos industriais e turísticos, etc.
M70	Identificar e melhorar o uso das melhores práticas de gestão para ecossistemas de mangal por meio da pesquisa, educação, capacitação e incentivos para o cumprimento por parte das comunidades e de outros atores intervenientes.	2	Ações muito localizadas por falta de recursos.	Algumas ações de pesquisa muito pontuais foram desenvolvidas no quadro de alguns projetos (estudos hidrológicos, de solo, de produção da biomassa, etc) mas há que reforçar a realização de ações de pesquisa. Estabelecimento de um sistema de educação, sensibilização e comunicação sobre o Mangal. Estabelecimento de mecanismos de incentivo para adoção, implementação e apropriação das melhores práticas de gestão.	Capitalizar e promover as ações de educação e sensibilização já efetuadas no sentido da introdução de boas práticas de uso de alguns produtos e serviços do mangal. Capacita as instituições vocacionadas para a pesquisa sobre o mangal. Efetuar uma inventariação, avaliação e difusão dessas boas práticas ao nível nacional. Desenvolver e implementar um sistema de incentivo para parceiros e as comunidades no sentido da extensão e promoção e adoção das boas práticas de gestão do mangal.
M71	Reconhecer, promover e assegurar os vínculos culturais/históricos e outros vínculos tradicionais e em particular os contributos das mulheres para a conservação,	2	Fraca capitalização dos saberes tradicionais fora das SNAP. Inexistência de meios, financeiros, humanos e materiais para a extensão ao nível nacional.	Melhorar a introdução da biodiversidade (bens e serviços) originários do mangal nos sistemas de produção praticados pelas mulheres. Promoção de incentivos específicos incluindo financeiros e outros para a	Melhoria na produção, transformação e comercialização de moluscos e crustáceos explorados pelas mulheres nos ecossistemas de mangal. Expansão e promoção dos

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	reabilitação e gestão sustentável dos mangais sejam mantidos			melhoria da condição da mulher.	resultados e das boas práticas inerentes ao nível nacional. Catolagar os produtos com marcas de produtos ecológicos. Criar incentivos para a conservação e desenvolvimento de boas práticas de produção, conservação, exploração e vulgarização dos recursos provenientes do mangal. Intercâmbio nacional e sub-regional de experiências e boas práticas de gestão do mangal.
M72	Melhorar as oportunidades e promover atividades alternativas geradoras de rendimento associadas ao ecossistema do mangal.	2	Inexistência de estruturas mais específicas de promoção das diferentes fileiras produtivas com base em produtos do mangal e tendo em vista a melhoria da cadeia de valores. Ausência de estruturas específicas de crédito para o sector informal relacionado. Dificuldade de acesso ao mercado.	Maior disponibilidade em recursos humanos, materiais e financeiros para estender as experiências piloto existentes ao nível nacional. Criação de estruturas específicas de extensão e promoção das fileiras. Criação de estruturas específicas de crédito. Melhoria dos processos de transformação e do acesso ao mercado; Catalogação como produtos bio.	Realizar estudo da exploração dos produtos do mangal e dos problemas relacionados com a promoção da produção e o acesso ao mercado. Melhoria da base de rendimento associado ao mangal por forma a dar uma maior importância socioeconómica aos produtos e serviços do mangal.
M73	Intensificar ações de formação, sensibilização e educação ambiental em curso sobre a utilização durável dos produtos do mangal.	3	Falta de meios financeiros.	Conscientização para a necessidade de uso sustentado e respeito pelas múltiplas funções do ecossistema de mangal e capacitação para melhor transformação e melhoria da cadeia de valor dos produtos do mangal.	Necessidade de reforçar ações a nível da cidade de Bissau, pois as zonas de mangal em Bissau estão a ser utilizadas como vazadouros do lixo e de óleos usados. Estender a sensibilização e ações concernentes a toda a zona

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					costeira dado o grande nível de vulnerabilidade da costa guineense as alterações climáticas.
Objetivo estratégico C: Melhorar a situação de biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética.					
Meta nacional 11: Até 2020, fortalecer e consolidar o Sistema Nacional das Áreas Protegidas e estendê-lo a 26% do território nacional, cobrindo as áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos, geridas de maneira efetiva e equitativa, ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas, e propor outras medidas especiais de conservação, integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas.					
M74	Elaborar e/ou atualizar os planos de gestão e de negócios e os regulamentos internos de todas as AP's.	3	Falta de meios financeiros, materiais e humanos (funcionamento nos cenários minimalista). Ausência de marcos para delimitar os limites físicos da zonagem das AP do SNAP dificultando a aplicação dos regulamentos.	Estes instrumentos permitiram se bem que num cenário minimalista assegurar a gestão das AP do SNAP que cobrem cerca de 26,3 % da superfície da GB. Elaborar planos de ação adaptados a realidade de cada AP do SNAP. Incentivar o Governo e parceiros e a própria FBG a dinamizar o processo de mobilização dos recursos para o seu capital de investimentos.	-Com apoio de consultores nacionais e externos elaborar e atualizar os planos de gestão e regulamentos de nova geração. Mobilizar financiamentos para uma gestão na base de um cenário ótima e realista.
M75	Rever e atualizar o sistema de zonamento das AP's, valorizando os saberes científicos e locais e, sobretudo a assegurar a praticabilidade de identificar e implementar esse ordenamento espacial.	2	Falta de meios financeiros, materiais e humanos (funcionamento nos cenários minimalista).	Revisão possível com base em novos metadatos mais recentes e atualizados, com menor margem de erros. Necessidade de realizar estudos mais específicos de avaliação do potencial ecológico das diferentes zonas no interior do parque com base em diferentes parâmetros permitindo uma zonagem mais adequada. Produzir novos metadatos com poucas margens de erros para servirem de base a delimitação atual dos parques e zonagens.	Mobilizar recursos necessários para a implementação do ordenamento espacial nas AP e SNAP e criar marcos específicos para a delimitação específica dos parques e zonagem.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
M76	Melhorar a eficácia e a durabilidade dos sistemas de fiscalização, patrulhamento e vigilância nas áreas protegidas.	3	<p>Recursos financeiros, materiais e humanos limitados.</p> <p>Fraca capacitação em técnicas de patrulhamento terrestre.</p> <p>Envolvimento pouco efetivo de parceiros institucionais no processo de fiscalização.</p> <p>Desorganização e fraca capacidade de execução das suas competências da parte da DGFF, BNPA e da GN.</p>	<p>A fiscalização e o patrulhamento têm reduzido a pressão sobre os recursos, a utilização de artes de pesca inadequadas, assim como as atividades de caça e o uso do espaço para outros fins nas zonas de proteção integral, mas há necessidade de:</p> <p>Mobilização de recursos suplementares para equipamento, recrutamento de pessoal e financiamento das ações de fiscalização.</p> <p>Capacitação e clarificação das competências da BNPA da GN.</p> <p>Finalização da estratégia de patrulhamento das AP.</p>	<p>- Finalização da estratégia de patrulhamento;</p> <p>Estabelecimento de programas de capacitação da BNPA.</p> <p>Mobilização de recursos para fiscalização e patrulhamento.</p> <p>Capacitação geral dos GP para as ações de patrulhamento e fiscalização.</p> <p>Adoção de técnicas inovadoras para as ações de patrulhamento e fiscalização.</p> <p>Mobilizar recursos para a criação de centro avançado de formação para o pessoal das áreas protegidas.</p>
M77	Promover o diálogo e a concertação permanentes com e nas comunidades residentes e entre todas as partes interessadas, implicando-as em todos os processos de conservação e de gestão.	3	<p>Alto nível de analfabetismo das comunidades locais.</p> <p>Fraca capacidade de apropriação e de restituição e discussão das resoluções do CG ao nível das comunidades.</p> <p>Meios de divulgação das resoluções do CG muito limitados.</p>	<p>Aumento da capacidade de IEC das resoluções do CG inclusive nas diferentes línguas locais.</p> <p>Maior envolvimento das estruturas do Estado inclusive em termos decisoriais em relação as iniciativas de desenvolvimento dos seus respetivos sectores nas AP do SNAP.</p>	<p>Melhorar a representatividade e a rotatividade dos membros do CG.</p> <p>Aumentar a representação das mulheres na base da lei da paridade recentemente aprovada.</p> <p>Mobilizar representações ao mais alto nível das instituições do Estado, nomeadamente para a resolução de problemas de desenvolvimento no interior das AP's do SNAP.</p> <p>Recriar as modalidades de participação das comunidades, ou</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					seja, fazer com que as questões principais sejam discutidas da base ao topo, e que as decisões sofram um processo de caução inverso.
M78	Reforçar as infraestruturas e equipamentos de todas as AP para melhorar o funcionamento e o ambiente de trabalho e torná-los atraentes destinos para turistas e investidores em turismo.	2	Recursos financeiros para construção de novas infraestruturas do DBT e manutenção de sedes.	<p>As infraestruturas e equipamentos permitem manter o pessoal a viver no interior das AP e a terem todas as condições operacionais e funcionais para o desenvolvimento das suas atividades de terreno quem grande parte, são de gestão e conservação dos recursos dos respetivos parques, por isso é importante:</p> <p>Construção de infraestruturas para o Complexo DBT.</p> <p>Reparação das infraestruturas mais antigas.</p> <p>Implementar novos modelos de sede.</p>	<p>Mobilizar recursos para a construção de infraestruturas nas AP e Corredores do Complexo DBT.</p> <p>Mobilizar recursos para reparações e manutenção das sedes do PNO, PNTC e PNMJP.</p> <p>Mobilização de fundos para a construção de postos avançados de fiscalização nas AP's do SNAP.</p> <p>Mobilizar recursos para o equipamento adequado das AP's do SNAP.</p> <p>Criação de programas para a melhoria das ofertas turísticas no interior das AP do SNAP, inclusive o estabelecimento de concessões para privados com base num turismo de qualidade e com benefícios para as comunidades locais.</p>
M79	Consolidar a gestão integrada das áreas protegidas para que estas possam gerar benefícios económicos, resolver conflitos entre animais selvagens e humanos e compensar as	2	<p>Dificuldades de mobilização de fundos e vocação do IBAP para a implementação das iniciativas de desenvolvimento.</p> <p>Fragilidade das ONG's e</p>	<p>Alguns benefícios estão a ser gerados o que em parte tem sustentado as nossas receitas internas, que é em parte utilizado para promover mais postos de trabalho e algumas ações de desenvolvimento nas AP e apoiar</p>	<p>Melhoria da eficácia da gestão.</p> <p>Mobilizar recursos para um funcionamento num cenário realista e/ou ótima.</p> <p>Mobilizar recursos internos e</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	comunidades locais.		Associações de Base intervenientes nas AP's do SNAP.	algumas iniciativas socioculturais da população local. Mas há que: Reforçar e estabelecer um sistema de pagamento de entradas; Melhoria das condições de acolhimento nas sedes inclusive para pessoas de outras instituições estatais. Estabelecimento de circuitos turísticos inovadores.	externos para as ações de desenvolvimento comunitário. Valorização da cultura local como fonte de atração para um turismo solidário. Procura de soluções inovadoras para o conflito entre os homens e os animais.
M80	Identificar as oportunidades de ecodesenvolvimento para as comunidades residentes nas e à volta das AP's.	2	Fraca capacidade de implementação de planos de desenvolvimento para as AP (zonas de desenvolvimento no interior das AP). Capacidade de mobilização de recursos. Apropriação durável de boas práticas e iniciativas produtivas envolvendo a introdução da biodiversidade nos sistemas de produção.	Melhoria da capacidade de desenvolvimento de planos, programas e projetos de desenvolvimento mais ambiciosos para as AP do SNAP. Sair dos modelos clássicos de desenvolvimento por iniciativas inovadoras no quadro do ecodesenvolvimento. Ordenamento e planos de desenvolvimento de planos de desenvolvimento específicos para as zonas de transição/desenvolvimento e para a periferia dos parques. Algumas boas práticas de pesca (período de repouso e malhagem) foram introduzidas e adotadas com base nos resultados da pesquisa.	Recomenda-se que se efetue estudos e se aproveite de outras experiências da sub-região a exemplo de aldeias ecológicas para a promoção de iniciativas inovadoras de adaptação às alterações climáticas e do ecodesenvolvimento. Replicação de outras ações amigas do ambiente a exemplo da extração do óleo de palma, produção e transformação do mel, transformação de produtos florestais não lenhosos, etc.
M81	Apoiar o desenvolvimento de um ecoturismo de impacto reduzido que beneficie as comunidades residentes.	3	Falta de meios financeiros e humanos. Fraca vontade política e	A Estratégia e a carta do Ecoturismo já foram elaboradas e vão apoiar o ordenamento do ecoturismo nas áreas mais sensíveis e diminuído eventuais	Desenvolver Planos de ação do ecoturismo para cada AP do SNAP e sítios sensíveis.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
			instabilidade permanente. Falta de Quadro jurídico-institucional apropriado.	impactos e conflitos em relação a conservação e as atividades socioculturais das comunidades locais. Acoplar um plano de ação a elaborar, adequado ao contexto da Guiné-Bissau. Elaborar e adotar um quadro jurídico-institucional apropriado. Desenvolver um plano diretor do ecoturismo para a RBABB.	Estabelecer mecanismos de compensação e partilha de benefícios mais transparentes e adequados ao nosso contexto com base nos princípios éticos e de solidariedade.
M82	Identificar habitats e ecossistemas sensíveis não protegidos, áreas marinhas de importância ecológica e biológica em particular, e realizar inventário sobre a biodiversidade presente com vista à sua integração no SNAP.	3	Forte expansão fundiária e da frente agrícola. Falta de vontade política. Fracos recursos para a implementação. Capacidade dos recursos humanos limitados.	Alguns estudos de caso demonstram a pertinência da criação de um RB nas ilhas do Chão de Manjaco e outros estudos apontam para a necessidade de conservação das matas de Uco e do Complexo Unhocomo/Unhocomozinho. Mas é importante avaliar estas propostas. Realizar inventário florestal e faunístico nacional tendo em vista a proposição de novas unidades de conservação para assegurar uma maior representatividade de ecossistemas no SNAP. Elaboração de planos de gestão para o Complexo DBT.	Dinamizar o processo de criação da RB de Jeta e Pecixe, com a inclusão das matas de Uco e das Ilhas do estuário do Rio Mansoa. Analisar o potencial ecológico das propostas de reservas florestais e faunísticas efetuada no início da década de 90. Reavaliar o documento sobre as lacunas e as possibilidades de criação e implementação com base nas propostas da RAMPAO de AP marinhas e oceânicas. Iniciar os trabalhos de aproximação com os países vizinhos tendo em vista a criação de AP transfronteiriças.
M83	Avaliar as oportunidades e potencialidades e retomar o processo de criação e de gestão das florestas comunitárias.	2	Falta de vontade política. Falta de um quadro jurídico-institucional, claro, transparente e	Estudo de avaliação da situação dos recursos naturais nomeadamente os florestais demonstram a necessidade de criação deste tipo de unidades como	Rever e valorizar as propostas existentes da KAFO e outras iniciativas de promoção da criação

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
			<p>muito facilitador para o processo de iniciativas comunitárias desta natureza.</p> <p>Desorganização e incapacidade da atual DGFF de promover este tipo de iniciativa comunitária.</p>	<p>forma de aumentar a rede de habitats propícios a conservação da fauna e biodiversidade em geral.</p> <p>Elaboração de um plano de ação nacional para as florestas comunitárias.</p> <p>Elaboração de um quadro jurídico-legal simplificado para a criação de florestas comunitárias.</p>	<p>de Florestas Comunitárias.</p> <p>Criar um quadro institucional propício a criação deste tipo de áreas.</p>
M84	<p>Promover a criação e a utilização durável de florestas e de outros sítios sagrados e apoiar a elaboração dos respetivos planos de gestão, visando integrar a conservação da biodiversidade nas suas atividades.</p>	2	<p>Quadro jurídico-legal de proteção destas áreas pouco claras.</p> <p>Desenvolvimento descontrolado da frente agrícola e o desenvolvimento de algumas iniciativas turísticas.</p>	<p>Estas áreas permanecem quase que intocáveis, pois não podem ser objetos de alienação e estão sujeitos aos mecanismos de gestão socio-religiosos das comunidades locais.</p> <p>Mas é importante identificar, catalogar, georreferenciar e estudar os mecanismos de gestão de todas as áreas sagradas ao nível do país.</p> <p>Elaborar um plano de ação para as áreas e sítios sagrados.</p> <p>Estabelecer um quadro jurídico-institucional propício a sua manutenção em bases tradicionais e/ou étnicas.</p>	<p>Recomenda-se que se efetue um inventário exaustivo destas áreas.</p> <p>Elabore um plano de pesquisa dinâmico e que abarque todas essas áreas ao nível nacional.</p> <p>Estabeleça um plano de ação nacional para a conservação dessas áreas, assim como um quadro jurídico-institucional adequado as suas formas de gestão.</p>
M85	<p>Realizar estudos e negociações com vista a identificar oportunidades para aumentar a conectividade entre as atuais AP's através da criação de corredores ecológicos a nível nacional e com países limítrofes.</p>	2	<p>Fraca vontade política e prioridades muito diferenciadas entre os países vizinhos.</p> <p>Fraqueza na implementação de diretivas e alguns planos de ação regionais a exemplo dos chimpanzés.</p>	<p>Melhorar o entendimento, parcerias e cooperação aproveitando as oportunidades que oferecem a CSRP, PRCM, RAMPAO e os trabalhos anteriores do projeto AGIR.</p>	<p>Os parques nos limites da fronteira são ricos em recursos que são partilhados, nomeadamente grande fauna terrestre, recursos pesqueiros, etc, que carecem de uma gestão comum para que possam ser geridos e conservados de forma eficientes em ambas as</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					partes das nossas fronteiras, por isso deve-se retomar um diálogo e estabelecer novas parcerias com os países vizinhos.
Meta nacional 12: Até 2020, o risco de extinção de espécies ameaçadas conhecidas será reduzido significativamente, detendo-se o declínio das mais ameaçadas.					
M86	Reforçar o enquadramento jurídico para a aplicação das leis associadas ao comércio ilegal de fauna e flora e de produtos derivados de espécies ameaçadas.	2	Instabilidade política associada a fraqueza institucional concernentes.	O pau-sangue (<i>Pterocarpus erinaceus</i>) foi integrado no Anexo II a pedido da Guiné-Bissau, o que já é uma boa iniciativa, mas há que criar as condições para que as instituições concernentes sejam fortes, com vista fazer valer as leis e regulamentos nacionais. Necessidade de reforçar a implementação do CITES a nível nacional.	Criar condições para que as leis e regulamentos nacionais sejam respeitadas e aplicadas para todos os cidadãos. Reforço de capacidades dos agentes das fronteiras no reconhecimento das espécies listadas nos Anexos da CITES.
M87	Finalizar e divulgar a lista vermelha de espécies da fauna, da flora e de outros grupos taxionómicos ameaçados no país.	2	Capacidade de pesquisa limitada (recursos humanos especializados, materiais e financeiros). -	Estudos têm vindo a ser realizados em relação a populações da flora e fauna ameaçadas, mas é importante melhorar a capacidade de investigação ao nível do país. Melhorar articulação com as estruturas académicas nacionais e o estímulo ao desenvolvimento de atividades científicas em áreas relacionadas com a biologia, ecologia e afins. Melhorar e alargar as parcerias com instituições internacionais de referência.	Recomenda-se o aprofundamento dos estudos em curso e o seu alargamento a outras espécies existentes na Guiné-Bissau, mas que já se encontram na lista vermelha da UICN. Mobilização de fundos para ações de investigação científica. Estes estudos permitirão elaborar a lista vermelha nacional.
M88	Melhorar a gestão e o estado de	2	Fraca capacidade dos recursos	A estratégia embora não tenha definido	Recomenda-se a finalização da

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	conservação de espécies ameaçadas e vulneráveis.		humanos, meios financeiros e materiais. Fracá integração da biodiversidade nos sistemas produtivos e nas políticas de outros sectores de desenvolvimento. Limitados recursos concedidos à conservação.	ações direcionadas para as espécies toma em consideração que as áreas protegidas são o melhor instrumento de conservação da biodiversidade ameaçada, mas há toda a necessidade de afetar recursos humanos, financeiros e materiais para a conservação. Capacitar em materiais de gestão, pesquisa etc. para conhecer as ameaças e tomar as melhores medidas de proteção.	criação de corredores de conexão das AP do SNAP para aprimorar os processos ecológicos. Desenvolvimento de planos de ação mais específicos com diretrizes para a proteção das espécies ameaçadas e ou em vias de extinção na Guiné-Bissau.
M89	Identificar e introduzir medidas e incentivos legais para a conservação de ecossistemas e habitats de espécies ameaçadas fora das áreas protegidas.	1	Fraco conhecimento da situação de habitats e ecossistemas fora das AP. Desorganização da DGFF e indefinição no papel e nas competências da BPNA da GN. Ótica mineira e estritamente comercial na exploração dos recursos naturais.	Grande parte das medidas até aqui tomadas foram contrárias a ações de preservação por isso é pertinente realizar um inventário e estudos do estado dos habitats e ecossistemas ao nível nacional e estabelecimento de um sistema periódico de seguimento. Esclarecimento e harmonização do papel dos diferentes atores que intervêm no sector do ambiente.	Reestruturação e reorganização da DGFF e dos atores que intervêm fora das AP na gestão de habitats e ecossistemas. Maior envolvimento das comunidades. Simplificação dos processos de oficialização das florestas sob gestão comunitária. Inventário e estudos sobre a situação dos ecossistemas e habitats ao nível nacional.
Meta nacional 13: Até 2020, manter, através de elaboração e execução de estratégias adequadas, a conservação de espécies cultivadas, de animais domésticos, de espécies silvícolas e de outras espécies de valor socioeconómico e/ou cultural.					
M90	Atualizar e promover conhecimentos sobre recursos genéticos de animais e de plantas existentes no país.	2	Falta de uma estrutura de coordenação. Dificuldades financeiras para custear estudos e publicações.	Pecuária fez a caracterização morfo genética de ruminantes e bovinos, um trabalho em curso de análise.	Abertura do governo a contratação de mais quadros especializados para as instituições vocacionadas, e a dotação orçamental para

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
				<p>Analizadas 4 zonas agroecológicas e 4 zonas de produção animal.</p> <p>A Guiné-Bissau também é membro da comissão internacional de fitogenética e zoogenética, mais precisa de meios financeiros para produção científica.</p>	implementação de ações chaves destas instituições.
M91	Recensear as raças em risco, especificar a natureza dos riscos, assim como as medidas de preservação apropriadas.	2	Falta de capacidades financeiras e humanas para desenvolvimento desta atividade.	Dotar a instituição de mais meios (financeiro e técnico).	<p>Recomenda-se estudos genéticos para identificar as espécies nativas e recensear as espécies introduzidos.</p> <p>Elaborar estratégia de preservação das espécies nativas.</p>
M92	Criar meios de tratar, reservar e analisar dados e estabelecer um sistema de alerta rápido para raças animais e espécies vegetais em perigo.	3	<p>Falta de meios financeiros, técnicos e materiais.</p> <p>As respostas as vezes não são eficientes.</p>	<p>Dotar a Direção geral de pecuária, INPA, e os Serviços de Proteção Vegetal das capacidades técnicas e meios financeiros para o efeito.</p> <p>É preciso ter vacinas, mas elas são caras e só produzidas em África de Sul e Botsuana.</p>	Dotar as instituições de mais meios (financeiro e capacidade técnica para fazerem face as crescentes solicitações).
M93	Manter e melhorar a diversidade genética de espécies de gado e culturas através de <i>in-situ</i> e <i>ex-situ</i> (jardins botânicos e zoológicos, museus vivos, arboretos, bancos de genes), de medidas de conservação eficazes e de uma utilização segura da biotecnologia para melhorar a segurança alimentar e a resiliência da agricultura às alterações climáticas.	2	<p>Falta de meios financeiros e capacidade técnica disponível.</p> <p>Incumprimento de carta de política agrícola.</p>	<p>Dotar as instituições vocacionadas de meios técnicos e financeiros, para o efeito. Sobretudo a DGP para retomar a pesquisa de melhoramento de raça de gado bovino; e alargar o melhoramento a animais de ciclo curto.</p> <p>No aspeto vegetal, criar um jardim botânico nas regiões.</p>	Criar estruturas para conservação ex-situ de espécies nativas importantes e reforçar a criação de áreas de conservação, tais como florestas comunitárias.
M94	Elaborar e implementar planos	2	Falta de meios disponíveis	Dotar o país de laboratórios e técnicos	O país deverá criar condições para

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	de gestão da diversidade genética de plantas e animais domésticos ameaçados.		(financeiros como materiais e humanos).	capazes de realizar as ações de melhoramento vegetal e animal.	construção de laboratórios e reforço de capacidades de técnicos para realizar as ações de melhoramento vegetal e animal, principalmente para as espécies domésticas e de valor económico.
M95	Regenerar e conservar o germoplasma das variedades já introduzidas no meio camponês.	2	Falta de meios financeiros e de capacidades técnicas nacionais.	Dotar os centros de pesquisa as capacidades técnicos e financeiros no melhoramento e produção de sementes agrícolas.	Necessidade de melhorar centros de produção de sementes agrícolas.
M96	Melhorar a genética das raças locais e introduzir raças melhoradas de animais de ciclo curto.	2	Falta de meios financeiros e capacidades técnicas para o efeito.	Apoiar a implementação do código pecuário.	É importante definir e melhorar performance das raças de animais tornando-lhes aptas em produção de carne ou de leite.
Objetivo estratégico D: Aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistémicos para todos					
Meta nacional 14: Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, incluindo serviços relativos a água e que contribuem para a saúde, meios de vida e bem-estar serão preservados, levando em conta as necessidades das mulheres, dos pobres, dos mais vulneráveis e das comunidades étnicas locais em relação à sua reprodução sociocultural e religiosa.					
M97	Identificar os serviços ecossistémicos de particular valor para os mais pobres e os mais vulneráveis, incrementando os seus benefícios diretos.	2	Falta de promoção e valoração dos serviços dos ecossistemas pelas autoridades competentes.	Aprofundar os estudos que visam a valorizar os serviços ecossistémicos ao nível nacional. Promover uma nova abordagem entre o homem e a natureza circundante.	Sensibilizar a opinião pública nacional sobre o valor ecológico e ambiental dos serviços ecológicos para o bem-estar da população mais carenciada.
M98	Promover atividades alternativas geradoras de rendimento junto das comunidades locais.	2	Fraca capacidade interna por parte de entidades públicas na promoção do investimento. Ausência de mecanismos de coordenação entre atores estatais, não estatais e de coordenação a nível nacional e local.	Maior entrosamento a potenciação da iniciativa compra de alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares no âmbito do programa cantinas escolares.	Utilizar as estratégias de conservação da biodiversidade e do combate à insegurança alimentar e nutricional enquanto modelos de orientação e de promoção de alternativas sustentáveis.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					Maior apropriação do projeto mulheres rurais implementadas pelo PAM e a Tiniguena no âmbito do fundo da consolidação da paz da ONU.
M99	Promover a implementação de planos de gestão integrada de recursos em água, incluindo a proteção e restauro das zonas húmidas críticas.	2	Dificuldade de controlo e gestão das zonas húmidas periurbanas. Frac capacidade de exploração das potencialidades dos serviços ecossistémicos das zonas húmidas.	Inventariação das zonas húmidas, sua diversidade biológica e os potenciais serviços prestados.	Dar maior atenção as zonas húmidas e seus serviços para promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável do país. Finalizar a elaboração e aprovação da política nacional das Zonas Húmidas. Reconhecer e conservar as Zonas Húmidas de importância nacional e internacional. Restaurar as Zonas Húmidas de Cussana e Cussentche.
M100	Atualizar a avaliação de todas as zonas húmidas do país, elaborar e implementar planos de gestão em concordância com os princípios de gestão dos sítios Ramsar.	2	Falta de um engajamento político e financeiro do Estado da Guiné-Bissau.	Mobilizar recursos financeiros necessários para inventariar as zonas e húmidas e efetuar boa gestão das mesmas. As zonas húmidas da Guiné-Bissau são vulneráveis e necessitam de medidas ecológicas atenuantes para eventuais catástrofes naturais.	Proteger e valorizar as zonas húmidas e seus serviços ecossistémicos. Efetuar inventários das zonas húmidas continentais e costeiras. Inventariar as zonas húmidas que existem fora das áreas protegidas.
M101	Instituir a atribuição de incentivos e reconhecimentos anuais das melhores práticas de gestão pública, privada e	1	Inexistência de incentivos e reconhecimentos das melhores práticas de gestão pública, privada e comunitária ao nível	O país vem adotando incentivos de reconhecimento gerais, tendo já o IBAP e a ONG Tiniguena sido nomeados para prémios de	É importante instituir incentivos como forma de valorizar os esforços empreendidos das melhores práticas de gestão

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	comunitária ao nível local, regional e nacional a favor da conservação da biodiversidade.		local, regional e nacional a favor da conservação da biodiversidade.	conservação. É importante criar incentivos como forma de valorizar os esforços empreendidos.	pública, privada e comunitária ao nível local, regional e nacional a favor da conservação da biodiversidade.
Meta nacional 15: Até 2020, a resiliência de ecossistemas e o contributo da biodiversidade para reservas de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, incluindo por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas florestais mais sensíveis e degradados, contribuindo assim para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e para o combate à desertificação.					
M102	Conceber e implementar programas de redução da emissão de gases com efeito estufa.	2	Fraca formação dos diferentes exploradores de recursos florestais (associações de carvoeiros, exploradoras de PFNL...) Fraca organização de fileira de carvão e lenha e na vulgarização de técnicas melhoradas de carbonização.	O Governo deve criar incentivos fiscais (subvenção), por forma a diminuir o preço de gás butano, na implementação de projeto Butanização . Maior envolvimento do setor privado nos projetos de sistemas fotovoltaicos. Alargar para as regiões projeto similares de energias domésticas sustentáveis como " <u>Projeto Fumu Kaba</u> " implementado na cidade de Bissau. Investir maior recurso em campanhas de sensibilização e implementação de programas de Eficiência energética nas escolas.	Reforço da formação, em todo o território nacional, das associações de carvoeiros e no estabelecimento da fileira de carvão e lenha e na vulgarização de técnicas melhoradas de carbonização. Continuar o reforço de capacidades das Organizações Comunitárias de Base (OCB), quanto à gestão participativa da energia doméstica. Incidir na promoção das energias de substituição da energia lenhosa, com vista a diversificação das fontes de combustíveis domésticos. Criar sistema de registo e contabilização de gases derivados da gestão de esterco uma vez no setor agropecuário, no subsector pecuário a fermentação entérica é que mais contribui para a emissão do metano. Investir mais em infraestruturas e

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
					unidades de produção de energia mediante fontes renováveis; Incentivar e massificar a utilização de "Fogões fornos melhorados" e uso de fogões a gás por forma a reduzir a pressão sobre as nossas florestas.
M103	Rever e compilar informações sobre o possível contributo dos principais ecossistemas na retenção e no armazenamento de carbono para incrementar a participação da diversidade biológica e a resiliência dos ecossistemas no armazenamento do carbono.	2	Não existe no país, instituições treinadas e capacitadas em matéria de controlo e verificação de emissão de GEE. Falta de um Sistema de registo (inventário), informação e compilação de dados sobre o sistema florestal. Falta de mobilização de recursos financeiros para criação de um centro de banco de dados sobre os principais ecossistemas e possíveis contributos.	Existindo parte de " <i>reporting</i> " sobre controlo das emissões, estes podem ser integrados num sistema de informação e replicados á nível nacional.	Formação de técnicos com subsequente transferência de tecnologias na área de elaboração de inventários dos ecossistemas. Criação de um centro responsável pela estruturação e compilação a nível nacional, dos dados referentes aos diferentes ecossistemas.
M104	Promover ações de conservação e de uso sustentável da biodiversidade que contribuam ativamente para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.	2	Falta de política de reflorestação. Inexistência de projetos ao nível nacional.	Identificar ações bem-sucedidas e boas práticas e replicar a nível nacional. Inventário de ações conservação e de uso sustentável da biodiversidade.	Reforço de financiamento das alternativas de desenvolvimento locais que promovem a conservação e de uso sustentável da biodiversidade.
M105	Assegurar que ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas consideram adequadamente os requisitos de conservação da biodiversidade.	2	Fraca mobilização de fundos mediante projetos/programas de conservação ambiental e da biodiversidade. Falta de reforço de capacidade e massificação de animadores	Reforço de capacidades dos animadores comunitários. Reforçar a capacitação dos atores comunitários mediante ações de formação nas modalidades de gestão de conflitos, gestão de projetos e na	Reverter a tendência de mudança de uso de solos e florestas. Na saúde pública, investir recursos em campanhas de sensibilização sobre a natalidade porque o crescimento demográfico é uma

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
			<p>comunitários para os trabalhos de divulgação e campanha de sensibilização.</p> <p>Fraço envolvimento das comunidades locais no desenho e gestão de projetos e atividades de sensibilização e gestão de conflitos.</p>	<p>modalidade de comunicação e desenho de campanhas de sensibilização.</p> <p>Delinear de forma clara as responsabilidades e competências de cada instituição nas diferentes fases do projeto.</p>	<p>das principais causas de grande pressão sobre o ecossistema.</p> <p>Criar sistema de inventariação e seguimento de espécies ameaçadas.</p> <p>Promoção da gestão ambiental sustentável das florestas nacionais.</p>
M106	Continuar e melhorar o processo de mensuração do papel dos sistemas florestais como sumidouros de carbono e na adaptação às mudanças climáticas.	2	<p>Fraca capacidade técnica nacional para implementar o FREL e MRV.</p> <p>Falta de recursos financeiros e materiais.</p>	<p>Reforçar projetos de promoção de ações de desenvolvimento limpo, ao abrigo de programas bilaterais e multilaterais, suportando também o investimento na gestão sustentável das florestas e na certificação dos produtos e serviços por elas prestados.</p>	<p>Tornar mais robusto e dotar de equipamentos, instrumento de informação geográfica e, quadros qualificados os sistemas de monitorização da vegetação florestal, natural e plantada criados nos sucessivos projetos.</p> <p>Reforçar a reportagem do inventário nacional das emissões de GEE e construir um sistema de informação através de base de dados já existente.</p> <p>Continuar com operacionalidade do sistema de monitorização da vegetação florestal e agroflorestal.</p>
M107	Manter ou restaurar a capacidade de adaptação das espécies e a capacidade de recuperação de habitats-chave que funcionam como sumidouros ou reservatórios de carbono.	2	<p>Indisponibilidade de métodos e ferramentas apropriadas para quantificação/mapeamento de zonas sensíveis.</p> <p>Fraca atividade de repovoamento florestal em todo o território nacional.</p>	<p>Estender os trabalhos de monitoramento, realizados pelas autoridades nacionais, ONG's e associações de base, a toda superfície nacional.</p> <p>Continuar com o programa de disseminação de fogões e fornos melhorados e aperfeiçoamento das técnicas de carbonização e florestal e</p>	<p>Diminuir a intensificação das atividades económicas nas áreas de extração, em particular (incêndios florestais, extração ilegal de madeira como combustível, plantação de caju).</p> <p>Diminuir e controlar a transumância, a erosão do solo e aumento da população em áreas</p>

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
				promoção de outras formas de obtenção de combustíveis, como gás butano, energia solar, os oceanos etc. Reforçar a criação de áreas protegidas continentais.	florestais, em suma, a pressão sobre floresta. Reforçar o repovoamento florestal, sobretudo, com espécie que possam servir como sumidouros de CO2.
Meta nacional 16: Até final de 2016, assegurar a criação, adoção e operacionalização de um quadro jurídico-legal simples e eficiente que permita a execução do Protocolo de Nagoya, em especial na vertente de Acesso a Recursos Genéticos e à Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização, em conformidade com a legislação nacional.					
M108	Finalizar e operacionalizar os instrumentos jurídicos, institucionais e regulamentares sobre ABS.	1	Instabilidade política retardou o processo de ratificação do protocolo. Carência do fundo para transcrição dos dispositivos da convenção no ordenamento jurídico nacional.	Fazer a transcrição do protocolo no ordenamento jurídico nacional.	Criado no OGE 2019, uma linha orçamental para a transcrição do protocolo no regime jurídico nacional assim como a sua operacionalização.
M109	Desenvolver e implementar um programa nacional de capacitação para um regime de ABS.	1	Instabilidade política retardou o processo de ratificação do protocolo. Carência do fundo para transcrição dos dispositivos da convenção no ordenamento jurídico nacional.	No OGE 2019, uma linha orçamental para criação e implementação do programa nacional de informação, sensibilização e capacitação dos atores sobre o regime de ABS no regime jurídico nacional assim como a sua operacionalização.	Diligências estão a ser feitas junto do secretariado da convenção para estabelecimento do programa nacional de capacitação para um regime de ABS.
M110	Estabelecer programas / projetos que contribuam para melhorar o acesso e a partilha aos benefícios para assegurar que as partes interessadas beneficiem suficientemente das medidas de conservação da biodiversidade.	1	Instabilidade política retardou o processo de ratificação do protocolo. Carência do fundo para transcrição dos dispositivos da convenção no ordenamento jurídico nacional.	Criar no OGE 2019, uma linha orçamental para apoiar o estabelecimento dos programas e/ou projetos que contribuam para melhorar o acesso e a partilha aos benefícios para assegurar que as partes interessadas beneficiem suficientemente das medidas de conservação da BD.	Diligências estão a ser feitas junto do secretariado da convenção para estabelecimento do programa nacional de capacitação para um regime de ABS.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
M111	Lançar uma iniciativa piloto, visando a proteção e a valorização do saber tradicional associado aos recursos genéticos e biológicos	2	Alto nível de dependência externa para investimento	Mapeamento e sistematização das iniciativas em curso. Necessidade de capitalizar as ações já empreendidas: Estudos sobre as técnicas e os saberes da tradição locais nas AP, estudo sobre sítios sagrados, estudos sobre as plantas medicinais em PNMJVP, PNO e Urok.	Reforçar a implementação do APA á nível nacional. Impedir a saída clandestina de recursos genéticos. Elaborar projeto de apoio à criação da Associação dos curandeiros em cada região administrativa e no SAB.
M112	Criar mecanismos operacionais para proteger os conhecimentos, as inovações e as práticas das comunidades autóctones e locais, consubstanciando os modos de vida tradicional que apresentam um interesse para a conservação e utilização durável da biodiversidade.	1	Falta de legislação na matéria. Inexistência de estratégias e mecanismos de proteção dos conhecimentos, inovações e as práticas das comunidades autóctones e locais.	Elaborar uma legislação na matéria. Replicar o processo já efetuados em outros países da sub-região.	Reforçar as estruturas competentes e o OAPI na aplicação Criar mecanismos operacionais para proteger os conhecimentos, as inovações e as práticas das comunidades autóctones e locais.
Objetivo estratégico E: Aumentar a implementação por meio de planeamento participativo, gestão de conhecimento e capacitação.					
Meta nacional 17: Até finais de 2015, atualizar e adotar, através de métodos participativos, a estratégia e o plano de ação para a biodiversidade como instrumento de política de conservação da biodiversidade e da aplicação nacional das disposições da convenção da biodiversidade.					
M113	Instituir uma célula de coordenação, seguimento e avaliação da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade – EPANDB.	1	Inoperacionalidade da CNB.	Identificar a instituição competente para o seguimento e avaliação da EPANB. Elaborar um programa de seguimento eficaz com indicadores claramente identificados.	Até 2010 elaborar uma estratégia de Seguimento&Avaliação do EPANB em todos os departamentos setoriais.
M114	Estabelecer mecanismos de colaboração e cooperação na implementação e desenvolvimento do Plano Estratégico e garantir a	1	Este órgão não foi regulamentado o seu funcionamento, por conseguinte não é operacional. Frac capacidade financeira da Secretaria de Estado do Ambiente	Regulamentar o Comité Nacional da Biodiversidade (CNB) e incluir no programa de atividade bem como uma linha orçamental para o funcionamento deste órgão.	Que seja regulamentada o Comité Nacional da Biodiversidade (CNB) e incluído no programa de atividade bem como uma linha orçamental para o funcionamento

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	participação de todos os atores relevantes.		motivou a sua monotonia.		deste órgão.
M115	Estabelecer mecanismos de decisão e regulação conjunta para implementar as medidas contidas no Plano Estratégico que afetam diferentes políticas setoriais.	1	Este órgão não foi regulamentado o seu funcionamento, por conseguinte não é operacional.	Regulamentar o Comité Nacional da Biodiversidade (CNB) e incluir no programa de atividade bem como uma linha orçamental para o funcionamento deste órgão.	Que seja criada uma estrutura de coordenação para a compilação das ações/medidas do EPANDB implementadas em todos os setores da vida social.
Meta nacional 18: Até 2020, respeitar e fazer respeitar, de acordo com a legislação nacional e as obrigações internacionais, os conhecimentos tradicionais, inovações e práticas de comunidades étnicas locais relevantes para a conservação e o uso sustentável de biodiversidade, assim como a utilização consuetudinária desses recursos biológicos, integrando-os e fazendo com que se reflitam na execução das disposições da Convenção, com a participação plena e efetiva das comunidades étnicas locais a todo os níveis.					
M116	Inventariar e difundir conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades autóctones e locais.	2	Inexistência de inventário dos conhecimentos inovações e práticas tradicionais das comunidades autóctones e locais. Inexistência de regulamento para a proteção destes conhecimentos.	Realizar o inventário dos conhecimentos tradicionais. Difundir estas informações nos meios de comunicação social com vista a reforçar a sua proteção.	Algumas iniciativas já foram empreendidas, mas de forma parcial, tais como inventariação das plantas medicinais das AMP, inventários dos sítios sagrados da RBABB e da zona Norte. Mas recomenda-se a criação de uma plataforma incluindo todos os atores e que consolide todas as informações neste domínio.
M117	Desenvolver leis e regulamentos para a proteção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades locais	1	Inexistência de Legislação neste domínio. Não é uma prioridade do governo.	As comunidades locais sempre criaram mecanismos que visam proteger os seus conhecimentos e práticas tradicionais, mas com a evolução da ciência é importante reforçar os mecanismos legais.	Desenvolver leis para a proteção dos conhecimentos, inovações e práticas tradicionais das comunidades locais.
M118	Incentivar atividades tradicionais que promovam a conservação dos recursos biológicos (apicultura, plantas	3	Inexistência de uma plataforma de seguimento das ações implementadas com o apoio do Estado ou das ONG.	Estas ações são recorrentes em todo o território nacional e principalmente nas AP, onde existem meios para apoiar as comunidades a desenvolver as	Reforçar as atividades tradicionais que promovam a conservação dos recursos biológicos e criara um mecanismo de seguimento

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
	medicinais, palha, etc.)			alternativas económicas baseadas nas suas atividades tradicionais sustentáveis.	territorial.
Meta nacional 19: Até 2020, melhorar compartilha, transferir e aplicar o conhecimento, a base científica e as tecnologias ligadas à biodiversidade, seus valores, funcionamento, situação e tendências e as consequências da sua perda.					
M119	Compilar e sintetizar dados científicos e informações existentes sobre a biodiversidade e disseminar esse conhecimento pelo grande público.	2	Dificuldade em assegurar através de meios visuais de comunicação uma cobertura nacional; Capacidade de envolvimento limitado das estruturas do ensino. Fracá utilização pública dos meios eletrónicos de acesso a informação.	Muitas das ações desenvolvidas foram efetuadas no quadro de projetos de conservação ambiental visando tanto objetivos IED específicos (espécie, ameaça específica, etc.) como, gerais e globais. Publicações orais em línguas nacionais. Elaboração de materiais áudio e vídeo para IEC em línguas étnicas. Maior envolvimento das estruturas do ensino.	Alargar a cobertura destas ações ao nível do SNAP e periferia. Introduzir alguns desses temas como módulos no ensino. Envolver mais as estruturas académicas e especializadas sobretudo na produção de conhecimento e nos processos para a sua divulgação.
M120	Promover e estimular pesquisas que contribuam para o conhecimento e compreensão da biodiversidade, dos serviços ecossistémicos, valores e benefícios socioeconómicos para o bem-estar humano.	2	Fracá disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais. Fragilidade das instituições académicas nacionais. Limitada acessibilidade as revistas científicas.	Desenvolver programas de investigação no sector do ambiente e sectores afins pelas instituições académicas nacionais. Estimular a investigação e a publicação científica; Criação e animar revistas científicas nacionais interinstitucionais e versados aos assuntos relacionados com a problemática do ambiente. Facilitar o acesso a publicações científicas internacionais como fator de estímulo, motivação e produção de conhecimento e publicações.	A maior parte dos estudos permitiram aumentar o conhecimento sobre habitats, espécies, populações e os grandes fatores de ameaça permitindo elaborar diretrizes e tornar mais efetiva as medidas de proteção. Recomenda-se o estímulo ao reforço de programas de investigação conjuntas envolvendo as instituições nacionais, com parcerias sub-regionais e internacionais com instituições reconhecidas internacionalmente.

Medidas	Designação	Nível de eficácia	Obstáculos de implementação	Necessidades de melhoria	Recomendações
Meta nacional 20: Até 2020, assegurar e mobilizar progressivamente os recursos financeiros necessários à execução efetiva da Estratégia e Plano de Ação para a Biodiversidade, inclusivamente através da incorporação de mecanismos de financiamento inovadores e mais duráveis.					
M121	Desenvolver e implementar uma estratégia de mobilização de recursos e um plano de ação para a obtenção de financiamento em favor da biodiversidade	2	Instabilidade política impossibilitou e reduziu a confiança dos doadores.	Foi criada a Fundação BioGuiné e a toda a necessidade de reforçar a sua capitalização.	Implementar estratégias de capitalização da Fundação BioGuiné e identificar fontes de financiamento.
M122	Estabelecer um grupo de trabalho da Administração Estatal para o estudo dos mecanismos fiscais que visem encorajar a conservação da biodiversidade.	1	Falta da operacionalização e funcionamento do CNB	Regulamentar o funcionamento do CNB, no qual, pode criar grupos de trabalhos de acordo com as necessidades.	Que seja regulamentada o funcionamento do CNB, no qual, seria criada grupos de trabalhos de acordo com as necessidades.
M123	Promover a utilização de mecanismos de financiamento inovadores para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.	2	Falta regulamentação do sistema de compensação ambiental das atividades produtivas a nível nacional.	Regulamentar o sistema de compensação ambiental das atividades produtivas a nível nacional.	Que seja regulamentada o sistema de compensação ambiental das atividades produtivas a nível nacional.
M124	Reforçar e alargar parcerias com organizações regionais, sub-regionais e internacionais sobre questões ambientais.	3	Instabilidade política impossibilitou e reduziu a confiança dos doadores. Fraco ritmo de identificação de mecanismos alternativos de financiamento para o SNAP.	É necessário identificar alternativas de financiamento durável das ações de conservação.	Implementar estratégias de capitalização da Fundação BioGuiné e identificar fontes de financiamento.

\\
(
\\

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Anonimo. Industrial fisheries in guinea bissau, 2013. URL <http://transparentsea.co/index.php>. [Online; acesso em 4 de Fevereiro de 2016].
- Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas (ANEMA) - Enquadramento Perspectivas de Desenvolvimento. Levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais (Abril 2018).
- Carneiro C, Monteiro H, Henriques M, Correia E, Rebelo R, Lecoq M, Romero J, Barbosa C, Tchanchalam Q, Regalla A & Catry P 2017. Birds of the João Vieira and Poilão Marine National Park, Bijagós, Guinea-Bissau, including first country records of four species. *African Bird Club Bulletin*, 24: 182-191
- Carneiro C, Henriques M, Barbosa C, Tchanchalam Q, Regalla A, Patrício AR & Catry P 2017. Ecology and behaviour of Palm-nut Vultures *Gypohierax angolensis* in the Bijagós Archipelago, Guinea-Bissau. *Ostrich*, 88(2): <http://dx.doi.org/10.2989/00306525.2017.1291540>
- Carvalho L, Figueira P, Monteiro R, Reis AT, Almeida J, Catry T, Lourenço PM, Catry P, Barbosa C, Catry I, Pereira E, Granadeiro JP, Vale P 2017. Major, minor, trace and rare earth elements in sediments of the Bijagós archipelago, Guinea-Bissau. *Marine Pollution Bulletin* <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpolbul.2017.10.007>
- Catarino L, Indjai B (2018) Flora e Vegetação. In: Catry P, Regalla A (eds). Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Biodiversidade e Conservação. IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau.
- Catarino, L & Indjai, B (2017) Flora and Vegetation of the Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão, Guinea-Bissau. Poster presented at the AETFAT 2017 Congress. Kenya 15 – 19, May.
- Catarino, L. et al. (2015) Plano de Ordenamento e Gestão Florestal do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, Guiné-Bissau. Monte ONGD / IBAP, Bissau. 182 p
- Catarino, L. et al. (2015) Plano de Ordenamento e Gestão Florestal do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu, Guiné-Bissau. Monte ONGD / IBAP, Bissau. 182 p.
- Catarino, L. Palminha A (2018) Plano de gestão das florestas do Parque Nacional de Cantanhez. Inventário Florestal do Parque Nacional de Cantanhez
- Catarino, L. & Indjai, B. (2018) Flora e Vegetação. Parque Nacional Marinho João Vieira e Poilão: Biodiversidade e Conservação. (ed. by Catry, P. and Regalla, A.), IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, Bissau, Guiné-Bissau, In Press.
- Catarino, L.; Havik, P. J.; Indjai, B. & Romeiras, M.M. (2016) Ecological data in support of an analysis of Guinea-Bissau's medicinal flora. *Data in Brief* 7: 1078-1097. doi:10.1016/j.dib.2016.03.077
- Catarino, L.; Havik, P. J.; Indjai, B. & Romeiras, M.M. (2016) Ecological data in support of an analysis of Guinea-Bissau's medicinal flora. *Data in Brief* 7: 1078-1097.
- Catarino, L.; Indjai, B.; Frazão-Moreira, A (2017) Edible wild flora of Guinea-Bissau (West Africa) – plants used and species with valuation possibilities. Communication presented at the 58th Annual Meeting of the Society For Economic Botany. Living in a global world: local knowledge and sustainability. Bragança – Portugal, June 4 - 9, 2017.
- Catarino, L.; Indjai, B.; Frazão-Moreira, A (2017) The edible flora of Guinea-Bissau – diversity of uses and potentially marketable wild plants. Communication presented at the AETFAT 2017 Congress. Kenya 15 – 19, May

- Catarino L., Philip J. Havik, Bucar Indjai, Maria M. Romeiras (2017) Ecological data in support of an analysis of Guinea-Bissau's medicinal flora. journal homepage: www.elsevier.com/locate/dib.
- Catry T, Figueira P, Carvalho L, Monteiro R, Coelho P, Lourenço PM, Catry P, Tchanchalam Q, Catry I, Botelho MJ, Pereira E, Granadeiro JP & Vale C 2017. Evidence for contrasting accumulation pattern of cadmium in relation to other elements in *Senilia senilis* and *Tagelus adansonii* from the Bijagós archipelago, Guinea-Bissau. *Environmental Science and Pollution Research*, DOI 10.1007/s11356-017-9902-8
- CIPA & IMROP, 2017. Rapport scientifique de la campagne d'évaluation des ressources halieutiques demersales de la ZEE de Guinée-Bissau (2017), 58 PP.
- CIPA & UE, 2018. Rapport scientifique de la campagne d'évaluation des ressources halieutiques demersales de la ZEE de Guinée-Bissau (2018), 130 PP.
- CIPA e AtlantNIRO. Relatório sobre as investigações científicas realizadas pelo navio de investigação “atlantida” na zona económica exclusiva da república da guiné-bissau. Relatório Técnico Kaliningrado, CIPA e AtlantNIRO, 2013.
- CITES. [Citeslistofcontractingparties,2016](http://www.cites.org/eng/disc/parties/chronolo.php). URL <http://www.cites.org/eng/disc/parties/chronolo.php>. [Online; acesso em 4 de Fevereiro de 2016].
- Coelho JP, Monteiro RJR, Catry T, Lourenço PM, Catry P, Regalla A, Catry I, Figueira P, Pereira E, Vale C & Granadeiro JP 2016. Estimation of mercury background values in sediment and biota of the Bijagós archipelago, Guinea-Bissau. *Marine Pollution Bulletin*, 111: 488-492
- Correia E, Granadeiro JP, Regalla A, Dias E, Almeida A & Catry P 2017. Predatory pelagic fish in the Bijagós Archipelago (Guinea-Bissau) show high overlap in diet dominated by sardinella. *African Journal of Marine Science*, in press
- Correia E, Granadeiro JP, Regalla A, Catry P 2017. Length-weight relationship of fish species from the Bijagós Archipelago, Guinea-Bissau. *Journal of Applied Ichthyology*, DOI: 10.1111/jai.13522
- Daniel da Costa Lopes, Rowan O. Martin, Bucar Indjai, Hamilton Monteiro, Mohamed Henriques, Aissa Regalla, Paulo Catry (2018) Food diversity of Timneh Parrots (*Psittacus timneh*) in the Bijagós archipelago, Guinea- Bissau
- Decreto-Lei n.º 9/2011.- Aprovado o Regulamento de Inspeção de Pescado, em anexo, e que faz parte integrante do presente diploma.
- Decreto-Lei n.º 10/2011.- Aprovada a Revisão da Lei Geral das Pescas.
- Decreto n.º 24/2011.- Aprovada a Revisão do Regulamento da Pesca Artesanal.
- Decreto lei n.º 5/2017 de 16 de fevereiro, relativa a participação popular no processo de avaliação ambiental
- Decreto lei n.º 6/2017 de 16 de fevereiro, relativa a criação do fundo do ambiente;
- Decreto lei n.º 7/2017 de 16 de fevereiro, relativa ao estudo de impacto ambiental e social;
- Decreto lei n.º 8/2017 de 16 de fevereiro, relativo ao licenciamento ambiental;
- Decreto lei n.º 9/2017 de 16 de fevereiro, relativa a auditoria ambiental;
- Decreto lei n.º 10/2017 de 16 de fevereiro, relativa a Inspeção Geral do Ambiente
- Decreto lei n.º 11, 12, 13, 14 e 15/2017 de 16 de fevereiro, relativa a aprovação e classificações dos corredores ecológicos.

- Direção Geral do Desenvolvimento Durável – Estratégia Nacional de Comunicação em matéria de intercâmbio de informações sobre a biodiversidade (2015-2020). Setembro 2015
- FAO. Fao fisheries statistics, 2016. URL <http://www.fao.org/fishery/statistics/global-capture-production/en>. [Online; acesso em 4 de Fevereiro de 2016].
- GEP /SEPEM/ CEATA/INEP (2015) Relatório preliminar sobre o consumo de pescado na Guiné-Bissau. Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima/União Europeia.
- Guiné-Bissau (2025) – Plano Estratégico e Operacional (2015-2020) - Terra Ranka, Documento II. Relatório Final.
- Henriques M, Lecoq M, Monteiro H, Regalla A, Granadeiro JP & Catry P (2017) Status of birds of prey in Guinea-Bissau: first assessment based on road surveys. *Ostrich*, 88(2): <http://dx.doi.org/10.2989/00306525.2017.1312584>
- INDC. Intended nationally determined contributions. Relatório técnico, Republic of GuineaBissau, 2015.
- Indjai B.; Frazão-Moreira, A.; Catarino, L (2017) Medicinal plants and practices in the Communitarian Marine Protected Area of Urok Islands, Guinea-Bissau. Communication in 58th Annual Meeting of the Society For Economic Botany. Living in a global world: local knowledge and sustainability. Bragança – Portugal, June 4 - 9, 2017
- Indjai, B (2015) Relatório do Inventário das Florestas Comunitárias de Semecuia, Fembam, Gãmamudo e Uacaba, nos Sectores de Bafatá e Sonaco. Associação Sahel 21. Bafatá.
- Indjai, B (2017) O saber local sobre a utilização das plantas medicinais na Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós, Guiné-Bissau). New University of Lisbon. Faculty of Social Sciences and Humanity's. Lisbon, Portugal.
- Indjai, B (2018) Comunicação. Características e importância ecológica das zonas húmidas. Organização para Defesa e Desenvolvimento das Zonas Húmidas (ODZH) Bubaque 24 de Novembro 2018.
- Indjai, B (2018) Comunicação. Os Saberes sobre usos das plantas medicinais na Guiné-Bissau. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa / Universidade Lusófona da Guiné-Bissau.
- Indjai, B.; Catarino, L.; Romeiras, M.M (2017) Traditional knowledge and use of medicinal plants in Guinea-Bissau (West Africa). Featured poster
- Indjai, B.; Luís, C.; Philip, H.; Maria, M. R (2017) The medicinal flora of Guinea-Bissau. Plants, uses and traditional knowledge valuation. Poster presented at the III Fórum Internacional de Medicina Tradicional e Complementar. Lisboa, 03 e 04 de Junho de 2017. Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) - Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística 2018-2020 – resumo do relatório.
- INEP (2016) Relatório do estudo da avaliação económica dos recursos de ecossistema do Parque Nacional de Orango.
- INEP (2018) Relatório do Estudo Socioeconómico e Ambiental no Parque Nacional de Cantanhez.
- International Union for Conservation of Nature (IUCN). Threats classification scheme, 2016. URL <http://www.iucnredlist.org/technical-documents/classification-schemes/threats-classification-scheme>. [Online; acesso em 4 de Fevereiro de 2016].
- Lopes D, Martin RO, Henriques M, Monteiro H, Regalla A, Tchantchalam Q, Indjai B, Cardoso S, Manuel C, Cunha M, Cunha D & Catry P 2017. Nest-site characteristics and

- aspects of the breeding biology of the endangered Timneh Parrot *Psittacus timneh* in Guinea-Bissau. Ostrich, <http://dx.doi.org/10.2989/00306525.2017.1369467>
- M.C.M.Welten, P.A.J. Audiffred and W.F. Prud'homme van Reine (2015) Notes on Marine Algae Collected in Guinea-Bissau, Tropical West Africa. *Botanica Marina* Vol.45, 2002, pp.380–384 © 2002 by Walter de Gruyter · Berlin · New York
 - Mendes, P. Indjai, B. Costa R (2018) Estudo de caracterização de agregados familiares em Bissau sobre o uso de energias domésticas/ FUMUKABA.
 - Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (2018) – Draft. Política Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
 - Ministério da Saúde Pública - Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário PNDS II (2008 – 2017).
 - Monteiro F; Catarino L; Batista D; Indjai B; Duarte C M; Romeiras M M (2016). CASHEW AS A HIGH-VALUE AGRICULTURAL COMMODITY IN WEST AFRICA. *Frontiers* website link: www.frontiersin.org
 - ODZH / Plano estratégico (2017-2022) O futuro da nova geração constitui a preocupação da ODZH.
 - OHI Team. The ocean health index conduct phase, 2016. URL <http://ohi-science.org/manual/>. [Online; acesso em 4 de Fevereiro de 2016].
 - Patrício AR, Marques A, Barbosa C, Broderick AC, Godley BJ, Hawkes LA, Rebelo R, Regalla A & Catry P 2017. Balanced primary sex ratios and resilience to climate change in a major sea turtle population. *Marine Ecology Progress Series*, 577: 189-203
 - Patrício AR, Formia A, Barbosa C, Broderick AC, Bruford M, Carreras C, Catry P, Ciofi C, Regalla A & Godley BJ (2017) Dispersal of green turtles from Africa's largest rookery assessed through genetic markers. *Marine Ecology Progress Series*, 569: 215-225
 - Plano de Desenvolvimento Agrícola Regional de Quinára (2017 – 2021)
 - Rainho A & Palmeirim JM 2017. Understanding the long term consequences of fragmentation: lessons from the bats of Bijagós (Guinea-Bissau, West Africa). *Hystrich*, 28(2): 1-7
 - Regulamento da lei de terra promulgado pelo Presidente da Republica.
 - Ricardo F. Sánchez Leal (2016): Avaliação do estado do ecossistema nas águas da Guiné-Bissau Impactes das mudanças climáticas na pesca.
 - Rodrigues, D (2017) relatório. Constrangimentos a produção orizícola na Secção de Suzana, Sector de São Domingos e Região de Cacheu. ONG VIDA. Projeto “Kopoti pa Cudji nô futuro. DCI-NSAPVD/2014/354-463
 - Rodrigues, D (2018) Étude socioéconomique dans les alentours du périmètre rizicole de Cã. Projecto de apoio ao desenvolvimento económico das regiões do sul.
 - Saraiva, C (2015) Os sítios sagrados no Arquipélago dos Bijagós
 - Secretaria de Estado do Ambiente. Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade 2015 - 2020 da Guiné-Bissau (2015)
 - Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima. Plano estratégico de desenvolvimento das Pescas da Guiné-Bissau (2015 – 2020). Documento de plano. Relatório técnico, República da Guiné-Bissau, outubro 2014.
 - UE-ACTIVA: Eixo 1 Relatório / Governação Territorial (2018) | Resultados e Avaliação do impacto da reabilitação das bolanhas no rendimento das famílias do setor de Komo

- UICN, Secretaria de Estado das Pescas e Economia Marítima: Relatório final de actividades do Projeto RIAS do SUL: Cogestão das Pescas nas Rias do Sul da Guiné-Bissau (2016)
- UNEP WCMC. Global distribution of seagrasses - points dataset, 2005.
- Videira, C.; Zagalo, J.; Indjai, B.; Catarino, L.; Figueiredo, A.C (2017) Composition of the essential oils isolated from two *Zanthoxylum* species used in traditional medicine in Guinea-Bissau. Poster presented at the III Fórum Internacional de Medicina Tradicional e Complementar. Lisboa, 03 e 04 de Junho de 2017. Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

SITES INTERNET

- Site internet IBAP: www.ibapgbissau.org
- Site CHM Buiné-Bissau : www.biodiv.be/guine-bissau
- Projeto PNMJVP: <https://sites.google.com/site/projectopnmjvp/inicio>
- Website http://www.sospecies.org/sos_projects/birds/timneh_parrots
- <http://www.ecreee.org/procurement/promocao-das-energias-renovaveis-na-guine-bissau-eref-gb>
- <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2016/08/PPA-Guin%C3%A9-Bissau-PPA-2016.06.29.pdf>
- <https://www.dn.pt/lusa/interior/guine-bissau-atacada-pela-lagarta-legionaria-do-outono-9824485.html>
- <https://www.google.com/search?q=Plano+estrat%C3%A9gico+Terra+Ranka%2C&oq=Plano+estrat%C3%A9gico+Terra+Ranka%2C&aqs=chrome..69i57j0l2.10345j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
- <https://www.google.com/search?q=UE-ACTIVA%3A+Eixo+1+-+Governa%C3%A7%C3%A3o+Territorial.&oq=UE-ACTIVA%3A+Eixo+1+-+Governa%C3%A7%C3%A3o+Territorial.&aqs=chrome..69i57j69i58.4338j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>
- <https://www.ucla.pt/noticias/estudo-sobre-utilizacao-de-energia-domestica-para-confecao-de-alimentos-nos-bairros-de>
- Press release: Three new ratifications edge landmark treaty on genetic resources towards entry into force, *Montreal, 31 January 2014.*
- <https://www.cbd.int/abs/nagoya-protocol/signatories/>
- <https://www.cbd.int/countries/default.shtml?country=gw>
- <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81012/2/36074.pdf>
- <https://www.cbd.int/doc/world/gw/gw-nbsap-01-pt.pdf>
- www.biodiv.be/guine-bissau/implementation/estrategia-nacional/...ap-s.../download
- https://info.undp.org/docs/pdc/.../GNB/ANCR_CCD_Rapport%20Final%20Aissa.pdf
- www.tiniguenagb.org/.../RELATORIO-DIAGNOSTICO-PESCAS-TINIGUENA-Defin...
- <https://www.dn.pt/.../governo-da-guine-bissau-exporta-madeira-apreendida-por-corte>